

Jean François Revel

A Grande Parada



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA





JEAN FRANÇOIS REVEL

Nasceu em Marselha, no ano de 1924, de família cujas origens estão em antiga província da França (franc-comtoise). Fez o curso secundário em Provence e, posteriormente, foi estudar no Liceu de Paro, em Lyon, onde se diplomou em 1943. Participou, também, da Resistência em 1944.

Professor de filosofia, foi designado, sucessivamente, para lecionar em Tlemcen (1947-48), no Liceu francês e no Instituto Francês do México (1950-52). Regressou, para a França, no final de 1956 e participou do gabinete do subsecretário do Estado de Artes e Letras.

Sua carreira literária se iniciou em 1957. Destacam-se, em seu currículo, os trabalhos de conselheiro literário e de editor de renomados autores, como René Julliard, Jean Jacques Pauvert e Robert Laffont. Em 1978, foi designado diretor do semanário L'Express, onde já cooperava como jornalista desde 1966. Mais tarde, já em 1982, quando já havia deixado a direção, passou a fazer parte da redação de Point. Colaborou, igualmente, em estações radiodifusoras.

Foi eleito, em 19 de junho de 1997, para a Academia Francesa, ocupando a cadeira número 24, pertencente à Étienne Wolff.

EDITORIAL 2002

Coleção General Benício

A Conduta da Guerra

J. F. C. Fuller

Bombardeiros, Caças e Guerrilheiros

Heinrich Boucsein

Campanha do Paraguay – Diário do Exército

Luís Felipe M. F. Gastão de
Orleans – Conde d'Eu

Cannæ e Nossas Batalhas

H. O. Wiederspahn

A Compreensão da Unidade do Brasil

J. B. Magalhães

Geopolítica e Modernidade

Carlos de Meira Mattos

Independência: Revolução e Contra-revolução

J. Honório Rodrigues

A Mulher Militar – De Suas Origens Até Nossos Dias

Raymond Caire

História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654

Francisco A. De Varnhagem

Vitória a Qualquer Custo

Cecil B. Currey

"É preciso ler, página a página, esse livro e só aceitar a polêmica que suscita levando em conta as vítimas de que trata. É preciso lê-lo página por página, do começo ao fim. Diremos, para nós, que talvez uma página é um modesto marco, no caminho dos deportados, e que estamos longe de fazermos uma idéia do drama, do sofrimento... Após lê-lo até o fim, aí sim, poderemos falar, discutir. Só assim teremos cumprido o dever de lembrar e respeitar a honra dessas vítimas. Pois trata-se de vítimas, antes de falar em ideologias ou intenções políticas."

Jean François Revel

BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO 
EDITORA
Publicação 711
Coleção General Benício
Volume 374

ISBN 85-7011-294-7



9 788570 112941

A GRANDE PARADA



BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
– 1881 –

Fundada pelo Decreto nº 8 336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIM BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1 748, de 26 de junho de 1937.

Comandante do Exército

General-de-Exército Gleuber Vieira

Departamento de Ensino e Pesquisa

General-de-Exército Gilberto Barbosa de Figueiredo

Diretor de Assuntos Culturais

General-de-Divisão Synésio Scofano Fernandes

Diretor da Biblioteca do Exército

Coronel de Engenharia Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Conselho Editorial

Presidente

Coronel de Artilharia e Estado-Maior Luiz Paulo Macedo Carvalho

Benemérito

Coronel Professor Celso José Pires

Membros Efetivos

Embaixador Francisco de Assis Grieco

Embaixador Vasco Mariz

General-de-Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

General-de-Brigada Aricildes de Moraes Motta

Coronel de Artilharia e Estado-Maior Luiz de Alencar Araripe

Coronel de Artilharia e Estado-Maior Amerino Raposo Filho

Coronel de Cavalaria e Estado-Maior Nilson Vieira Ferreira de Mello

Professor Doutor Arno Wehling

Professor Doutor José Arthur Alves da Cruz Rios

Biblioteca do Exército Editora

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3ª andar

20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel.: (21) 2519-5707

Fax: (21) 2519-5569

DDG: 0800-238365

Endereço Telegráfico "BIBLIEX"

E-mail: bibliex@ism.com.br

Home-Page: <http://www.bibliex.eb.br>

Jean François Revel

A GRANDE PARADA

Ensaio acerca da sobrevivência
da utopia socialista

Tradução
Lais Andrade



Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2001

Copyright © 2001 da edição brasileira, Biblioteca do Exército Editora
Título do original: La Grande Parade – Essai sur la Survie de l'utopie socialiste

Capa:
Murillo Machado

Revisão:
Ellis Pinheiro

R449 Revel, Jean François, 1924-
A grande parada: ensaio acerca da sobrevivência da
utopia socialista/Jean François Revel; tradução Lais Andrade.
– Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
288 p.: il. – (Biblioteca do Exército; 713. Coleção Gene-
ral Benício; v. 376)

Tradução de: La grande parade
ISBN 85-7011-294-7

1. Socialismo. 2. Comunismo. 3. Totalitarismo. 4.
Trabalhismo – Inglaterra. I. Título. II. Série.

CDD 335

Apresentação

Jean-François Revel, além de pertencer à Academia Francesa, é jornalista de longo curso, polemista e escritor. Na lista de suas obras, algumas, particularmente, marcaram uma carreira e firmaram uma tradição.

Pensador, escreveu sobre Filosofia e Crítica Literária. Seu livro *Como terminaram as democracias* (Granet, 1983) mereceu vários prêmios literários. *A Denúncia do Totalitarismo* (*La Tentation Totalitaire*) é de 1976. Desde 1987, alertava a França contra os riscos do terrorismo (*Le Terrorisme contre la Démocratie*). Seu terreno de reflexão e atuação é a Filosofia Política e a Ciência Política, encarada na análise dos regimes e, sobretudo, na dissecação dos efeitos da esquerda em suas várias modalidades.

Neste livro, *A Grande Parada* (*La Grande Parade*), recentíssimo (2000), estuda o escândalo da sobrevivência da utopia socialista – depois da queda do Muro e do fracasso de tantos regimes comunistas pelo mundo afora.

Sua crítica aos socialismos fundamenta-se numa posição liberal, definindo o liberalismo não como uma ideologia a mais, nem, muito menos, como o socialismo às avessas, mas como “um conjunto de observações sobre fatos que já se produziram – uma série de hipóteses interpretativas relativas a acontecimentos que efetivamente ocorreram”. Partindo do princípio de que uma ideologia é um apriorismo, demonstra que não é nem ciência, nem filosofia, nem religião, nem moral – portanto, intrinsecamente falsa.

Foge assim à armadilha da opção ou-ou, socialista ou liberal que leva a impasses intransponíveis como a identificação fatal e necessária do socialismo com a justiça social. Desfilam no livro os massacres, as violências, as opressões, cometidas em nome dos vários socialismos, pelos diversos regimes que avocaram, contra a maioria de seus cidadãos, o privilégio de promover a utopia – da Rússia à China, do Vietnã à Cuba.

O livro de Revel é também um combate à hipocrisia, que atribui, por exemplo, os descaminhos do comunismo na Rússia unicamente a Stalin, quando Lenin foi responsável por dois milhões e meio de mortes; ou quando promove a memória de ditadores como Ho-Chi-Minh, todos descritos sob os traços de benfeitores da humanidade.

Essa falsificação deliberada da História contemporânea é severamente denunciada pelo escritor. A idealização de Castro, que fuzilou 17 mil pessoas, contra Pinochet, cuja repressão vitimou 3.197 pessoas, é, da mesma forma, indesculpável.

Como injustificáveis são as defesas dos saudosistas que alegam a derrota dos comunistas – pelas deficiências, falhas etc. dos seus executores – nunca pela monstruosidade do próprio sistema, pelo seu caráter intrinsecamente concentracionário, totalitário, anti-humano.

A utopia é, assim, permanentemente adiada. Nunca se realizou, mas amanhã, quem sabe, dentro das condições mais propícias, trará a prosperidade às nações, a felicidade aos homens. Com um pouco mais de boa vontade, mais algumas voltas no parafuso, mais algumas milhares de vozes silenciadas, de presos recolhidos a masmorras, de opositores executados – e já chegamos lá.

Revel não atribui apenas a Marx e ao marxismo esses malefícios. Vai mais longe e remonta ao *Contrato Social*, a Rousseau, a origem dessa criminoso distorção no pensamento político do Ocidente. Seu liberalismo não é rousseauiano, não é jacobino, mas de outra cepa, como sua democracia não é a ditadura presidencialista, mas o regime parlamentar.

Fenômeno singular na história do pensamento é a sobrevivência de uma ideologia depois que sossobraram as realidades políticas e sociais que capeava. É o que Revel chama a “remanescência ideológica”, uma forma de inércia do pensamento. Observa muito justamente que uma ideologia pode terminar no domínio dos fatos – e persistir no domínio do espírito.

Em tudo isso é fundamental a mídia, o jornal, o rádio, a TV. Parte dos exemplos desse saudosismo obstinado, aduzidos pelo autor, é colhida na vivência dos meios de comunicação, no seu falso prestígio. Alguns, como uma trava reacionária que bloqueia a discussão das idéias, impedem a crítica, propagam a inverdade.

O livro é antídoto contra esses desdobramentos e é, portanto, muito de meditar em países como o nosso, onde a opinião imatura ingere sem digerir a notícia, a corrente, a teoria não pelo que valem, mas pela indumentária, a marca, a grife do além-mar. Por isso, é indispensável leitura.

José Arthur Rios

À memória de Christian Jelen

*Nil igitur mors est ad nos neque pertinet hilum,
quandoquidem natura animi mortalis habetur.*

Lucrecio

Sumário

Saída de emergência	11
Primeiro esquivar, depois ripostar	21
O verdadeiro culpado do século XX: o Liberalismo	37
Socialismo <i>versus</i> Liberalismo: um debate de cartas marcadas	53
Da ilusão à responsabilidade	63
Pânico entre os revisionistas	77
Entrevista ao <i>Le Figaro</i> em 14 de novembro de 1997	91
As origens intelectuais e morais do Socialismo	95
A memória mutilada	109
O escritorzinho vermelho	141
Disposições do novo Código Penal	145
A cláusula do “totalitarismo preferido”	147
Camboja: a ocupação	165
O Comunismo no século XX: uma história sem significado?	169
O Comunismo, estágio supremo da Democracia?	189
Medo do Liberalismo	211
Extrema esquerda e antiamericanismo	245
Ódio ao progresso	275

Saída de emergência

Na última década do século XX o mundo viu armar-se uma vigorosa contra-ofensiva dos políticos e intelectuais da antiga esquerda, no sentido de anular e inverter conceitos estabelecidos em 1990, em decorrência dos evidentes sinais de derrocada do comunismo e, em sentido mais amplo, do fracasso do socialismo. O que teria levado esses políticos e intelectuais a acreditar que poderiam extrair, dos acontecimentos vividos e presenciados por todos nós, lições tão francamente contrárias às que os fatos consumados nos ensinaram? De que argumentos eles se valeram para sustentar suas justificativas dos desvarios e crimes inerentes ao totalitarismo ou, pelo menos, das intenções que os alimentaram? Que necessidades estariam sendo satisfeitas por esses curiosos argumentos? Até onde seus defensores conseguiram incutir tais argumentos nas mentes de outros indivíduos, e em que mentes, através de que canais de transmissão de idéias? Será numerosa sua audiência? Ou será que sua influência se restringe a um público que tem poder, mas é pouco numeroso, e que, no fundo, se mira no espelho da maquiagem moral, a fim de poupar-se da confissão de seus erros e da vergonha do remorso? Enfim, terá sido um sucesso o grande espetáculo do final do século? Será que ele pode ter sucesso? Ou teria sido apenas o derradeiro espasmo de uma aberração criminosa, que só poderá ser verdadeiramente rejeitada, sem dor nem culpa, pelas futuras gerações, capazes de vê-la à distância, com isenção de ânimo?

Parada. Parar. Aparar um golpe.

Parada. Desfile. Exibição de seus atrativos para chamar a atenção dos outros.

A (grande parada da esquerda nos últimos dez anos) desempenhou esse duplo papel. Ela precisava desviar o golpe ou esquivar-se do pontapé que a iria expulsar da História e, ao mesmo tempo, queria continuar participando do teatro do poder e da cena cultural, para seguir conduzindo o desfile – a parada – do circo. Tratava-se ainda, para usar uma expressão típica da Marinha, de preparar-se para cambar de bordo,* sem que essa meia volta fosse muito evidente.

E finalmente, tratava-se também de “paramentar” ou embelezar o comunismo, para salvar-lhe o máximo possível, assim como fazem os mestres da culinária quando retiram as partes menos nobres da carne, do peixe e dos legumes. Teria a esquerda conseguido, dessa forma, servir novamente o mesmo prato ideológico, apresentando-o como se fosse uma nova receita? Essas perguntas nada têm de supérfluas, se considerarmos que a humanidade acaba de atravessar o século do totalitarismo e, ao mesmo tempo, o da informação. Se constatarmos que os homens não entenderam o que seja o totalitarismo, ficará demonstrado que a informação não serve para nada; e, particularmente, que são inúteis, ou mesmo nefastos, os agentes intelectuais que geram e propagam a informação. Em uma época na qual se cultuou o “sentido histórico”, tê-lo compreendido tão pouco seria dar provas de uma falência cultural imperdoável, ou então, pior ainda, de uma inveterada desonestidade na relação com a verdade, o que aliás é uma seqüela indelével da moldagem totalitária do pensamento.

Em 1990, ao referir-me a um artigo de um certo Ivan Frolov, conselheiro de Mikhail Gorbatchev, extraí do texto a seguinte pérola: “Lenin é um valor perene.” Meu comentário foi: “O Sr. Frolov deveria saber que tal afirmativa, nos dias de hoje, só poderá provocar o riso na comunidade ocidental.”¹ Em 2000, eu não mais ousaria escrever isso. Porque atualmente a reabilitação do marxismo-leninismo está em alta. Ela prolifera em livros e artigos que nos aconselham – não, esta não é a palavra correta – que nos intimam a voltar ao “verdadeiro” Marx.

Alguns desses rasgos de inspiração, nos quais Frolov pregava uma “transição a um estado qualitativamente novo, a um socialismo renovado, humano”, soavam, há dez anos, como uma patética algaravia. Agora, eles se tornaram presença cons-

* N. do T.: O autor faz um jogo de palavras em torno do verbo *parer* e do substantivo *parade*, que tem vários significados em francês. A expressão “preparar-se para cambar de bordo”, no original em francês é *parer à vire*.

1 *Le Point*, 2 de julho de 1990, “Catastroika intelectual”.

tante nos textos ocidentais, que poderiam subscrever esta outra indescritível velharia do mesmo Frolov: “Estamos no processo de rever a unidade dialética dos aspectos científico, revolucionário e humanista do marxismo.”

Quando me debruço sobre os artigos publicados na imprensa do mundo ocidental no início da década de 1990, fico surpreso ao constatar duas noções que aparecem com grande assiduidade, na maioria dos periódicos, inclusive os de esquerda, onde elas são apresentadas como verdades absolutas. A primeira é que seria necessário, de uma vez por todas, colocar uma pedra sobre o comunismo e tudo aquilo que a ele se relacionasse, conclusão lógica de uma catástrofe impiedosamente exemplificativa; a segunda era que a solução liberal surgia então, após o desastre marxista, não como o melhor caminho, com certeza, mas como o único possível. Tanto no plano econômico quanto político, ela era a única solução viável que existia ou que subsistia, independentemente de suas imperfeições. Para que algo seja imperfeito, esse algo precisa, primeiro, existir, condição essa não preenchida pelas economias estatizadas. Ao final da década de 1990, a virada é vertiginosa. Essas duas noções voltam a ser espezinhadas quase universalmente. Pelo menos na teoria, pois a prática, quem viveu sabe, muitas vezes contradiz a teoria. Tendo sido abandonado na prática, o comunismo passa a ser cada vez menos condenado. Sendo quase universalmente condenado, o liberalismo é cada vez mais praticado. Assim, a antítese interiorizada entre o ideal e o real, característica fundamental do pensamento totalitário, reconstitui-se em um outro registro de linguagem e sobretudo, por assim dizer, no vácuo, já que o comunismo “real” desapareceu.

Por outro lado, a ressurreição das convicções liberais precedeu o desmoronamento do comunismo por volta de 1990. Esse processo começara 10 anos antes, com a subida ao poder de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e, em seguida, de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Contrariando chavões equivocados, segundo os quais o liberalismo, contra o qual o gênio francês estaria milagrosamente imune, seria propriedade da civilização “anglo-saxônica”, e somente dela, talvez por algum defeito congênito, essas vitórias eleitorais não foram assim tão evidentes. Desde a época de Franklin Roosevelt, os Estados Unidos da América vinham aumentando cada vez mais o peso do Estado na vida econômica e social (o chamado *big government*). O país havia aplicado sem pena o princípio de “cada vez mais impostos, cada vez mais gastos públicos” (“*Tax and spend; spend and tax.*”). A Europa continental e sobretudo a França pareciam ou queriam ignorar esse processo; como também pareciam ou

queriam desconhecer o fato de que o trabalhismo britânico, desde 1945, havia gerado a sociedade mais estatizada, mais burocratizada, mais tributada, mais sindicalizada e mais regulamentada de toda a Europa democrática. Embora os conservadores tivessem conseguido vencer várias eleições durante esse período, nenhum governo conservador antes de Margaret Thatcher havia obtido, por sufrágio universal, um mandato suficientemente forte e definido que lhe permitisse tocar nos próprios fundamentos do sistema trabalhista. Foi necessário sobreviver a regressão econômica, o empobrecimento da população, a decadência dos serviços públicos, a paralisia das administrações, feridas que se tornaram críticas em 1977 e 1978, mergulhando o Reino Unido no caos, para que o eleitorado desse seu aval não mais a uma alternância sem mudanças, mas a uma mudança das próprias bases lançadas em 1945, ou seja, a uma revolução liberal draconiana. Na verdade, esse passaporte outorgado pelos ingleses ao liberalismo nunca mais foi confiscado, já que o partido trabalhista só voltou a ver as urnas se expressarem a seu favor em 1997, após ter expurgado de seu programa todos os vestígios de socialismo. Tony Blair não é tanto o herdeiro político de James Callaghan, o último primeiro-ministro trabalhista da era pré-revolução liberal, mas sim o sucessor de Margaret Thatcher, queiram ou não aqueles que, no final do século, surgiram como os cronistas do “triunfo da esquerda na Europa”. Sim, mas que esquerda? Entrarei em detalhes mais adiante. Mais impressionante ainda foi a tempestade liberal que invadiu as mentes na Europa continental, entre 1980 e 1985. Na Itália, socialistas e comunistas cada vez ocupavam menos posições de governo. O partido socialista espanhol nunca havia estado no poder. Em Portugal, onde o líder socialista Mario Soares representava, desde a Revolução dos Cravos em 1974, a muralha intransponível contra todas as tentativas comunistas de golpe de Estado, os eleitores levaram ao poder, por duas vezes, em 1980 e em 1985, liberais que promoveram a reprivatização da economia. Mas foi sobretudo o naufrágio econômico e financeiro ao qual a França chegou, com espantosa rapidez, após os dois primeiros anos do socialismo de Mitterrand, o que influenciou o pensamento e fez mudar a opinião pública. De repente, vimos levantarem-se as vozes de “elogio ao empreendimento” (privado, bem entendido). Adolescentes – e eu fui testemunha de uma dessas cenas cômicas – chegavam a repreender seus pais, funcionários públicos, por “nunca terem criado um empreendimento”. Da noite para o dia, os franceses tornaram-se críticos ferrenhos das nacionalizações, que eles haviam majoritariamente defendido por tanto tempo. Essa conversão ficou evidente nas pesquisas de opinião. Entre tantas outras, uma pesquisa publicada na revista *Paris Match*, de 1ª de

abril de 1983, mostrava que 59% dos franceses eram agora favoráveis ao aumento da liberdade de mercado, contra apenas 25% que continuavam desejando um maior controle do Estado sobre a atividade econômica. Já minoritária no país desde as eleições municipais de 1983, a esquerda tornou-se praticamente marginal nas eleições européias de 1984. Além disso, quando verificamos o estudo das motivações do eleitor, tais como foram analisadas, à época, pelos institutos de pesquisa, constatamos que essa reviravolta expressava uma rejeição não apenas dessa ou daquela equipe de governo, mas da esquerda como tal, de seus princípios doutrinários, entre os quais a estatização maciça ocupava o primeiro lugar na lista. O partido comunista havia perdido 50% de seu eleitorado em cinco anos. Nunca mais os recuperou. Em 1984, caiu para 11% dos votos e continuou caindo ainda mais. Recusou participar do governo de Laurent Fabius, que sucedeu e virou as costas, em julho de 1984, ao de Pierre Mauroy. Com o partido socialista caindo de 38% dos votos no legislativo, em 1981, para 21%, em 1984, nas eleições européias, Mitterrand se vê obrigado, até as próximas eleições legislativas de 1986, a exercer o poder com uma câmara que representa apenas um quinto dos cidadãos.

Talvez ainda mais mortificante do que seu fracasso político e econômico fosse a derrocada ideológica e cultural da esquerda. No exato momento em que desmoronavam todos os regimes não capitalistas do mundo, seu programa econômico, cuja linha mestra era a “ruptura com o capitalismo”, de repente se revestia de um aspecto cômico, e além disso, seus outros projetos de redenção da sociedade começaram a parecer cada um mais desgastado do que o outro e a se chocar contra os arrecifes da irritação popular.

Foi assim que, em julho de 1984, Mitterrand teve que retirar da pauta seu projeto de lei escolar, um protótipo do socialismo arcaico.

Não poderemos compreender a magnitude dos protestos contra esse projeto de lei, que visava à supressão do ensino privado, se os atribuirmos apenas a motivações religiosas, que só explicam uma parte da reação. Na realidade, em sua maioria, os milhões de franceses que saíram às ruas por toda a parte durante mais de um ano, protestavam, antes de mais nada, tivessem ou não alguma crença religiosa, contra uma lei de caráter ideológico, cujo objetivo era unificar o ensino básico, secundário e superior, todos sob a égide do Estado e dos sindicatos do ensino público, dominados por marxistas. O público percebera claramente a intenção desse projeto de lei: criar uma hegemonia, mais uma, um direito de propriedade ideológica para os socialistas e comunistas. Nesse momento, assim como em

outras ocasiões, assistimos a um processo de *rejeição do Estado*. Portanto, o poder socialista, passando por cima dos desejos mais profundos da sociedade pela qual ele era responsável, cometeu um contra-senso cultural grosseiro, que teve ainda outros exemplos, como a lei de imprensa e a forma de utilização da televisão pública, a concepção de que o sucesso do governo dependia, antes de mais nada, da propaganda. Foi assim que um governo de esquerda conseguiu angariar contra ele próprio não apenas o povo em geral, mas toda a classe intelectual.

Em meados da década de 1980, contemplávamos então um cenário de valores políticos no qual o comunismo estava desacreditado, muito antes da queda do Muro de Berlim, no momento em que nem se pensava que ele cairia tão rapidamente. O socialismo, por seu lado, também se arrastava, não apenas na prática mas também como ideologia. Acrescentava-se ao fracasso francês a duradoura exclusão do poder dos trabalhistas britânicos e do SPD* na Alemanha. E para culminar, esboça-se a falência da Suécia, que há quarenta anos representava o santuário do milagre da social-democracia-providência com administração realista.

Em seguida, durante a segunda metade da década, entre 1985 e 1990, começa o ataque contra esse tímido renascer do liberalismo. O embrião do sucesso dos temas liberais e da contradição levantada contra a ideologia socialista e os regimes comunistas inspirou nos sectários um ardor redobrado para refutar os contestadores, logicamente utilizando as armas clássicas e já familiares do “debate” de esquerda. Assim foi que Octavio Paz, em um discurso proferido em Frankfurt, onde comparou o regime sandinista da Nicarágua ao regime castrista, e onde evocou uma verdade, hoje banal e amplamente demonstrada, a de que Moscou financiava e equipava os sandinistas, viu-se de repente sujeito, em seu país, ao tratamento “tolerante” que caracterizou as “discussões” segundo a esquerda. A esquerda marxista dos intelectuais mexicanos, uma espécie de museu de história natural do pensamento político mumificado, inflamou-se. Durante uma semana, jornais e revistas estamparam artigos, caricaturas, pesquisas de opinião e até um manifesto, assinado por 228 professores “de todas as disciplinas científicas e culturais, provenientes de 13 países e cinco instituições”.

Em 1987, os exorcistas pró-comunismo eram o clássico exemplo desta entidade coletiva, desta personalidade cultural de base, apropriadamente batizada “o perfeito idiota latino-americano...”² O nome de Octavio Paz foi excluído do progra-

* N. do T.: Sigla do Partido Social Democrata alemão (*Sozialdemokratische Partei Deutschland*).
2 *Manual do Perfeito Idiota Latino-americano*. Obra coletiva. Plaza y Janes, 1996.

ma de um concerto onde seriam cantadas melodias compostas com base em seus poemas. Um ator, que deveria ler esses poemas previamente, recusou-se a fazê-lo. Condenou-se por unanimidade o discurso de Frankfurt, que ninguém no México havia lido, pela simples razão de que ele ainda estava inédito, exceto por algumas linhas publicadas na imprensa alemã. Aliás, nesse discurso, Paz abordava muitos outros temas que não a Nicarágua; e seu quadro geral da evolução do ideário político nos parece hoje um perfeito retrato da realidade. Entretanto, a atitude heróica da esquerda informada e tolerante, em seu feroz entusiasmo para rechaçar o fascismo, atingiu o ápice em uma manifestação em frente à embaixada dos Estados Unidos no México, na qual Paz, esse “traidor do México” (*sic*) teve sua efígie incendiada pela multidão de estudantes aos brados de “Reagan ladrão! Teu comparsa é Octavio Paz!”³

Não devemos nos esquecer, na verdade, que na Europa, assim como na América Latina, a certeza de pertencer à esquerda repousa sobre um critério bem simples, de fácil entendimento para qualquer deficiente mental: ser, em qualquer circunstância, de ofício, aconteça o que acontecer, venha o que vier, antiamericano. Aliás, uma pessoa pode ser, e freqüentemente é um verdadeiro retardado mental em matéria de política, embora sendo muito inteligente em outros campos do conhecimento. Entre inúmeros exemplos, o ator de teatro inglês Harold Pinter explica⁴ a intervenção da OTAN na Sérvia, em abril de 1999, pelo fato de que, segundo ele, os Estados Unidos só têm um princípio em termos de política externa: “Beije meu traseiro senão te destruo.” Ser talentoso nas artes dramáticas não impede que o mesmo indivíduo apresente uma profunda debilidade e uma vulgaridade nauseante no que diz respeito às diatribes políticas. Eis um dos mistérios da política, essa capacidade de provocar uma súbita deteriora-

3 Para maior precisão, esclareço que a agressão contra Paz teve como pretexto dois discursos. O primeiro foi feito em Frankfurt, em outubro de 1984, por ocasião da entrega do prêmio da Paz, ao escritor, pelo presidente da República Federativa da Alemanha. Foi um discurso bem genérico, sobre a paz e a guerra, o papel dos governos e o enfrentamento Leste-Oeste. O trecho que desencadeou a ira dos ideólogos foi o seguinte: “Está claro que os Estados Unidos dão apoio a grupos armados que se opõem ao governo de Manágua; também é claro que a União Soviética e Cuba enviam conselheiros militares e armas aos sandinistas; enfim, é evidente que as raízes do conflito encontram-se profundamente implantadas no passado da América Central.” Convenhamos que trata-se de verdades básicas expressas de forma bem moderada e equilibrada. Mas o ódio contra Paz vinha de mais longe: de sua recusa, há muito tempo, em ser um “companheiro de jornada” do comunismo. O segundo discurso incriminado foi proferido em Valência (Espanha), em 15 de junho de 1987, nas comemorações do aniversário do Congresso dos Intelectuais Antifascistas, realizado nessa mesma cidade em 1937, durante a guerra civil espanhola. Paz teve a infelicidade de relembrar o papel de Stalin e de seus seguidores na derrota das forças republicanas, um papel fartamente documentado, hoje em dia, por todos os historiadores sérios.

4 *Libération*, 9 de abril de 1999.

ção de muitas personalidades, sob outros aspectos, brilhantes. Como será que Pinter reagiria se um crítico de teatro descesse assim tão baixo na imbecilidade ofensiva ao “comentar” uma de suas peças?

Na França, o antiamericanismo, seja de esquerda ou de direita, antes de chegar às raias do delírio, na década de 1990-2000, quando os franceses descobriram que os Estados Unidos haviam emergido da guerra fria como superpotência isolada, começa pela vertente econômica. O lançamento da cruzada antiliberal ocorreu na época da luta dos socialistas contra o governo de Jacques Chirac, da primavera de 1986 à de 1988. Embora as privatizações efetivadas por esse governo tenham atingido apenas uma parte muito modesta das empresas estatizadas e nenhuma das reformas tenha reduzido, sensivelmente, a pressão fiscal e os gastos públicos, os socialistas e comunistas bombardearam a equipe de Chirac, durante dois anos, com impropérios, pregando-lhe o rótulo do ultraliberalismo (o prefixo infame tornou-se, desde então, obrigatório) e acusando-a de perversidade anti-social. Para avaliarmos até que ponto os reformadores liberais, aliás os de toda a Europa continental, mas sobretudo os da França, são pouco liberais na prática, e mal conseguiram retirar a camada superficial da sociedade estatizada, basta observarmos como ainda é grande a fração da economia administrada pelos governos, dez anos após o início da chamada “onda liberal” e apesar de terem sido realizadas importantes privatizações. Na Europa, em média, a participação estatal na economia passou de 15,4% dos produtos internos em 1920 para 27,9% em 1960 e para 45,9% em 1996. Na França, sempre campeã na pressão assim como na compressão, a economia estatal atingiu, em 1997, 54,5% do produto interno.⁵ Assim, a campanha antiliberal teve grande sucesso, já que levou Mitterrand à reeleição em 1988, apesar de ter sido, em 1984, o chefe de Estado mais impopular de toda a Quinta República. Para apoiar sua propaganda política, os socialistas brandiam, nessa época, à guisa de elemento de contraste, a América de Reagan e a Grã-Bretanha de Thatcher. Foi nesse momento que começou a proliferar um inesgotável volume de publicações que tinham por hábito descrever esses dois países como imensos nosocômios, devastados pelo liberalismo “selvagem”, onde se arrastavam, gemendo, famintas, hordas de indigentes escrofulosos. Tal produção literária era fruto dos fantasmas de seus autores e não da observação da realidade. Sua secreta inspiração não era o fracasso do liberalismo mas a necessidade que tinha o socialismo de esconder a sua própria derrota. Essa campanha, é preciso que se diga,

5 *The Economist*, 20 de setembro de 1997.

soube ser convincente, já que alimentou por muito tempo o postulado básico dos meios de comunicação de massa e uma grande parte da imprensa considerada de boa qualidade, sobretudo, mas não exclusivamente, na esquerda. Os dirigentes políticos de direita foram pintados como perfeitos demônios cuja doutrina espelhava-se em Thatcher ou Reagan. Nesse período, a esquerda venceu a batalha destinada a incutir nos liberais o medo de assumir seu próprio liberalismo e, na seqüência, o desejo interiorizado de renegá-lo.

Por outro lado, nesse mesmo período, a esquerda européia amorteceu sua censura ao anticomunismo e chegou a ponto de fechar os olhos às críticas aos sistemas totalitários marxistas. Isso porque ela havia investido todo o seu entusiasmo e depositado suas esperanças em Mikhail Gorbatchev, e convencendo-se de que ele estava finalmente construindo esse comunismo associado à liberdade, essa *avis rara* tão esperada, em vão, há setenta anos. Por que aborrecer-se com as invectivas ultrapassadas dos anticomunistas, quando o advento do Messias “socialista com face humana” iria, de uma vez por todas, calar a boca desses fascistas enrustidos?

Depois do malogrado (ou simulado?) golpe de 19 de agosto de 1991, em Moscou, e apesar do breve retorno de Gorbatchev ao Kremlin, já transformado em inválido político, a esquerda mundial intuiu corretamente que, desta vez, o comunismo estava realmente acabado. O último bote salva-vidas havia afundado. Na aparência, nada acontecera. Esse golpe de Estado falido contra uma política igualmente falida deixara intacto o edifício do poder soviético. Ou, melhor dizendo, a fachada do edifício; mas por trás dessa fachada só havia escombros. A esquerda o percebeu imediatamente, antes mesmo da desagregação oficial da União Soviética, que sobreveio em 25 de dezembro de 1991. Por isso ela lançou a contra-ofensiva ideológica a partir do mês de agosto, espalhando uma enxurrada de artigos, na maioria assinados por autores da esquerda não-comunista, menos desqualificados que os próprios comunistas para empreender o processo de justificativa póstuma do comunismo. Nos anos que se seguiram, essa tarefa foi sempre ganhando vigor e amplitude. De atitude defensiva que ela, ao menos, deveria ter, ela passou à ofensiva em primeiro plano. O evento que deveria ter servido de sinal para despertar o arrependimento nos cúmplices que haviam sustentado, ajudado ou tolerado o comunismo, transformou-se em libelo acusatório contra os malvados que ousavam identificar, nos seus crimes e fracassos, uma vaga evidência de seu caráter nocivo. O comunismo acabou, nos diziam, mas quanta gente maravilhosa ele mobilizou! O que será de nós sem esse ideal? De qualquer maneira, o libera-

lismo é pior, isso é óbvio. Será que teremos que nos resignar com uma lúgubre política de “gestão” e “pragmatismo” sem o sublime horizonte da esperança revolucionária?

Assim, com uma louvável rapidez de reflexos, o debate foi tirado da realidade nua e crua e alçado ao império sublime das intenções, onde nenhum ideólogo jamais está errado. Deram meia volta e desviaram portanto a trajetória para a saída de emergência: a juventude do marxismo-leninismo, o período feliz onde ele era dotado de perfeição, simplesmente porque ainda não havia sido aplicado. Havia apenas um pequeno e incômodo detalhe: é que desde então ele havia, sim, sido aplicado, e como! E, portanto, seus aduladores tardios davam-se a chance de uma segunda adolescência, um tanto senil.

Segundo um interessante paradoxo, a legião de combatentes marxistas redobrou em ferocidade exatamente a partir do ano em que a História acabava de destruir seu objeto de adoração. Traindo o pensamento de Marx, seus discípulos recusavam curvar-se ante critérios da práxis, para retornar à fortaleza inexpugnável do idealismo. Enquanto eles tiveram que arrastar a bola de ferro do socialismo real, foi preciso tolerar certas objeções. Às imperfeições patentes do regime em curso, eles opunham a infinita perfeição de uma revolução ainda inacabada. Entretanto, a partir do momento em que o sistema soviético desaparecera, a miragem do comunismo reformável se evaporava juntamente com o objeto da reforma, e com eles a penosa obrigação de ter que defender a causa à luz de sucessos ou fracassos observáveis. Livres da importuna realidade, à qual eles passaram a negar qualquer valor de prova, os leais seguidores recuperaram sua intransigência. Sentiram-se finalmente livres para novamente santificar sem reservas um socialismo devolvido à sua condição primitiva: a utopia. O socialismo praticado dava margem a críticas. A utopia, ao contrário, é por definição inatingível. A combatividade de seus guardiães pôde então tornar-se ilimitada, já que seu modelo não estava mais em prática.

2

Primeiro esquivar, depois ripostar

Uma prece queixosa serviu de intróito, em surdina, para a agressiva confissão. Sob o impacto do naufrágio, admitiram-se, a contragosto, a falência e até mesmo os crimes do comunismo. Mas foi apenas uma figura de retórica para melhor poder chorar a perda do Bem supremo que somente ele teria sido capaz de nos trazer e do qual a humanidade se via para sempre privada, em virtude de sua queda.

Tratava-se de uma velha fraude, a de contestar o essencial, que não era tanto o fracasso em si do comunismo, que em 1990 ninguém mais, ou ninguém ainda, ousava negar, mas o fato de que o seu fracasso era de tal natureza e amplitude que lhe condenava o próprio princípio. Aí estava o fato novo. Depois de tantos adiamentos imerecidos, era chegada a hora do juízo final para o comunismo como doutrina. Tudo mais era arqueologia. Já estávamos habituados há muito tempo, aos desastres do socialismo real. Em momento algum e em nenhum lugar ele havia produzido outro resultado que não esse. A partir de agora, o que se impunha, além disso, era o reconhecimento de que ele não *poderia* produzir nada senão desastres. Essa era a prova suplementar e libertadora: o socialismo sofria, no âmago de sua concepção, de um vício de formação. Muitos indivíduos não conformistas o haviam constatado e citado desde há muito tempo. A esquerda, mesmo a não comunista, atirava a todos, constantemente, na mesma vala comum da “reação”. Em 1990, seus argumentos passaram a ser os de todo o mundo.

Assim, o comunismo havia sido levado a produzir nada mais do que miséria, injustiça e massacres, não por conta de traições fortuitas ou má sorte, mas pela própria lógica de suas verdades mais profundas.

Essa foi a revelação de 1990. Mais do que o comunismo real, a história condenava a própria idéia do comunismo.

Ora, o postulado que se reafirma através dos soluços do luto pós-soviético expressa cabalmente a recusa dessa conclusão. Porém, não podendo apoiar-se em fatos, ele se reduziu a uma crença supersticiosa de que, em alguma galáxia longínqua, encontraremos uma sociedade perfeita, próspera, justa e feliz, tão sublime quanto o mundo supersensível de Platão e tão inalcançável quanto a “coisa em si” de Kant. Tal sociedade ideal teria no comunismo o único instrumento capaz de trazer à Terra o seu modelo. Como ele desapareceu, a simples possibilidade da existência dessa sociedade justa sumiu também. A derrocada do comunismo, apesar de todo o mal que perpetrou, é portanto também a derrota do Bem. Raciocínio circular que considera demonstrada exatamente a tese que a experiência acaba de refutar. Farsa que nada mais é, finalmente, do que uma nova versão do antigo sofisma com o qual a fanfarra da propaganda havia constantemente enchido os ouvidos dos bobos que corriam a esvaziar as lixeiras da História: não negamos, confessavam de tempos em tempos os socialistas, em suas manobras táticas, nem os maus resultados nem as atrocidades do comunismo; porém rechaçamos, categoricamente, a noção de que esses inconvenientes representem a *essência* do socialismo. Essa permanece intacta, imaculada e destinada a uma nova e próxima encarnação. Segundo essa argumentação, o horror das conseqüências é prova da excelência do princípio.

Alegando ter um protótipo perfeito, porquanto irrealizável, o comunismo, por mais monstruosos que tenham sido seus erros, na prática, não pode ser reacionário. Daí porque o são as pessoas que o julgam por seus atos. Pois não são os atos que devem servir de critério, quando se avaliam os adeptos de um modelo ideal, e sim as intenções. No fundo, o reino do comunismo não pertence a esse mundo, e seu fracasso aqui embaixo é culpa do mundo e não do conceito comunista. A partir dessa lógica, os que o recusam, alegando o que ele fez, são motivados, na verdade, por um secreto ódio contra o que precisava ser feito: alcançar a justiça. O anticomunismo é portanto condenável, por mais negativo que seja o balanço do comunismo. Esse foi o segundo voleio da esquiva preliminar, preparação para a posterior contra-ofensiva.

O subterfúgio da salvação pelas boas intenções aparece em inúmeros textos publicados na época da decomposição da União Soviética ou logo depois. Como exemplo, esta passagem de um artigo de Lily Marcou sobre o fim da experiência comunista, à qual ela havia consagrado, durante anos, comentários mais otimistas: “Fora do âmbito dos países do ‘socialismo real’, e não apenas entre os comunistas ocidentais, quantos acreditaram nesse experimento. ‘Imbecis’, diríamos hoje. Imbecis aos quais dedico uma grande ternura: eles tiveram fé, lutaram, com e por essa fé, e se enganaram; mas pelo menos seu engajamento encerrava uma generosidade e um altruísmo que já não existem mais nesse final de século. (...) Todos esses sentimentos e comportamentos, que caracterizaram várias gerações da primeira metade do século, são hoje em dia, sem dúvida, ultrapassados, mas isso não lhes tira o mérito de haver demonstrado a poderosa carga emocional e a força de convicção do projeto comunista.”⁶

Está claro: a primeira metade do século foi moralmente superior à última década porque o comunismo existia. Seu desaparecimento é portanto um recuo e não um progresso. Os homens que serviram ao comunismo, mesmo à custa de uma vida inteira passada na mentira ou na “imbecilidade”, eram mais “generosos” do que aqueles que tentaram empregar sua inteligência a serviço da verdade e para estabelecer um relato preciso da impostura comunista. Os caluniadores que se empenhavam em deturpar e desautorizar esses depoimentos críticos, ou simplesmente fiéis à informação, eram, sim, “altruístas”. É claro que os pecados do comunismo são incontestáveis, concorda Lily Marcou, mas são veniais, já que seus autores e os cúmplices ou os inocentes idiotas que participaram do mais longo e mais difundido crime contra a humanidade praticado no século XX eram portadores de uma “carga emocional” e de um “poder de convicção”.

Vinda da parte de uma marxista, essa absolvição baseada na exaltação de um subjetivismo levado às raias do solipsismo é nada mais nada menos do que uma contradição cômica. A correção da práxis política baseada no critério exclusivo da crença íntima e do sentimentalismo pessoal é uma estranha metamorfose do materialismo histórico! Fico sempre um pouco preocupado quando ouço alguém elogiar uma personalidade política dizendo, de forma genérica: “É um homem ou uma mulher *que tem convicções*.” Quais? Esse é o problema. Hitler também era um homem cheio de convicções, ora! Como teríamos preferido que ele não acredi-

6 Comunicação no colóquio internacional sobre “Os Desafios Democráticos, da América Latina aos Países do Leste”, Universidade de Lausanne, 26-27 de abril de 1991.

tassem em nada! Em todas as apologias retrospectivas do comunismo encontramos esse apelo à afetividade que serviria para desculpar os piores malfeitos. No Evangelho segundo Lily Marcou e vários outros, são rompidos todos os elos de responsabilidade entre a nobre autopersuasão do militante comunista e os resultados ignóbeis que ela provoca ou encobre.

E essa cegueira voluntária, essa irresponsabilidade moral são louvadas como o ápice da virtude *no campo da ação política*! Por via recíproca, qualquer pessoa que tenha aberto os olhos com lucidez sobre o comunismo, tal como ele era realmente, ou tal como sua queda o revela, essa pessoa estaria ou ainda está abraçando uma crença egoísta e mesquinha. Em suma, tal atitude foi e continua sendo, ainda hoje, “de direita”, reacionária. Mais uma vez, esse hipócrita está apenas escondendo, sob a máscara de uma honesta imparcialidade, sua aversão “visceral”, não pelo comunismo em si (e que se admite seja “ultrapassado”), mas *pela sociedade justa que o comunismo queria criar*. Aí está um outro corolário encantador dessa versão redentora do materialismo histórico: a História não tem sentido algum. Ou, pelo menos, seu sentido depende, não de seu ponto de chegada objetivo, mas de seu ponto de partida subjetivo.

A partir desse complexo amontoado de argúcias, torna-se possível dar o passo seguinte, alegando que os mais infelizes, aqueles dos quais se deve ter compaixão, nesse período onde se extingue a “grande luz a leste”, não são as vítimas passadas e presentes do comunismo, mas seus antigos adeptos, hoje cruelmente postos à prova por sua morte. Esse passo foi dado, entre outros membros do coro que entoou esse *De profundis*, por Danièle Sallenave, que o fez com uma intensidade lacrimosa tão emocionante que deveria ter estimulado os antigos *zeks* do *Gulag* a se cotizarem para consolá-la em seu luto, levando-lhe algum presente.

O título de seu artigo, *Fin du communisme: l'hiver des âmes*,⁷ requer logo de saída um comentário, que é uma obviedade, mas que se faz necessário por ter poder de prova: se o fim do comunismo é o inverno das almas, conclui-se, necessariamente, que o apogeu do comunismo foi seu verão. Essas almas dignas de compaixão não são, é claro, as “almas mortas” que o comunismo enviou para o céu às dezenas de milhões, e sim as almas feridas das esquerdas ocidentais que, instaladas no conforto de nossas democracias, contemplavam de longe, com interesse, altruísmo e generosidade, a tarefa dos carrascos.

7 Fim do comunismo: o inverno das almas. Paul Johnson, *Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Instituto Liberal, 1994.

De forma sucinta, reduzida ao seu esqueleto lógico, a oração fúnebre de D. Sallenave repousa sobre a abordagem intelectual intrinsecamente contraditória que já vimos em ação. O comunismo era, confessa ela, uma “tirania odiosa” e um “modelo econômico nefasto”. Mas, ao mesmo tempo, era o único sistema que poderia nos salvar do “aprisionamento pelo consumo”, do liberalismo desenfreado, do império do dinheiro, da dominação e do desprezo. Assim, a autora retoma, ao pé da letra, o julgamento sobre o capitalismo feito por seus ancestrais socialistas por volta de 1850 e o que os comunistas faziam sobre a democracia por volta de 1920. Com suas lágrimas eficazes, ela apaga um século e meio de história no qual o socialismo teve inúmeras possibilidades de demonstrar seu valor e no qual as sociedades capitalistas e democráticas não se desenvolveram exatamente conforme as previsões de Marx, Jaurès ou Lenin. O remédio comunista transformou em ruínas as sociedades que foram forçadas a tomá-lo; ele subjugou, imbecilizou e matou os homens, destruiu a cultura, mas continua sendo o único remédio. E o liberalismo continua sendo a pior doença, da qual estamos impedidos para sempre de nos curar devido à queda do comunismo. Assim como teria feito qualquer secretário geral de PC da década de 1950, D. Sallenave não consegue ver nas sociedades capitalistas democráticas da Europa ou da América nada além “da dominação e do desprezo”.

No seio do vício de formulação lógica desse salmo encontram-se outras contradições assessórias. Por exemplo, para toda a humanidade, durante a maior parte de sua história, e, ainda hoje, na maior parte do planeta, o principal objetivo é o de eliminar a pobreza. Essa era a meta que os comunistas apregoavam ser os únicos capazes de atingir. Na realidade, seu programa engendrou sobretudo a fome. Mas ao longo de toda a sua história, a fartura continuou sendo o ideal para o qual se voltava o seu sistema. Por que então, quando tem origem liberal, o “consumo” passa a ser um flagelo, um vício no qual nos encolhemos “aprisionados”?

O restante desse banquete literário nos convida a mastigar novamente a carne estragada da dialética pós-comunista. O comunismo era bom porque representava o “sonho” de tantas pessoas de valor! Os canalhas que enganaram essas pessoas de valor, e mais particularmente os lacaios intelectuais desses canalhas, propagadores de uma mentira planetária, nem são mencionados. A decência recomenda, em vez disso, segundo a Sra. Sallenave, meditar sobre a desgraça dos que perderam “a esperança”. Nesse ponto, a linguagem vai num crescendo, até chegar à súplica. Deveríamos “ter uma atitude mais *piedosa*” em relação a esse “mágico

apagar” (porque mágico?). “O desaparecimento da União Soviética deveria nos levar a uma postura de relembração, recolhimento, *piedade*” (bis). Compreende-se então por que se falou do “culto” à personalidade de Stalin.

Para uma melhor avaliação da enormidade desse cinismo, imaginemos os carcascos nazistas, em 1945, no julgamento de Nuremberg, dirigindo-se ao tribunal nesses termos: “Senhores jurados, os senhores certamente têm o direito de reprovar alguns de nossos atos. Aliás, nós somos os primeiros a deplorá-los. Mas não creiam os senhores que seja mais oportuno elevar o pensamento, em uma atitude de piedade pela dor de todas as pessoas de bem que acreditaram no nazismo e que hoje perderam a esperança? Elas estão condenadas a “viver sem perspectivas”, segundo a expressão de Edgar Morin. Observemos um minuto de silêncio para meditar sobre o inverno de suas almas.” Com certeza, D. Sallenave e seus congêneres intelectuais ocidentais, comunistas ou simpatizantes, não têm as mãos sujas de sangue. Mas podem tê-lo na caneta.

Principalmente porque nesse caso, assim como ocorre com outros chorões e choronas, as lamentações logo se transformam em acusações. Depois de se compadecer dos enlutados, D. Sallenave abre fogo contra os anticomunistas que demonstram uma alegria obscena, contra aqueles que “sempre consideraram o comunismo ruim porque ele aspirava a ideais de igualdade, justiça e fraternidade”.

Assim sendo, o postulado básico permanece inalterado. Embora o comunismo tenha contribuído para agravar as injustiças, ser contra ele é ser contra a justiça. O perigo maior continua sendo o capitalismo. Em um livro publicado um ano após o artigo que aqui analisamos,⁸ D. Sallenave deplora a reunificação da Alemanha. “Era necessária tanta pressa? Quem está estimulando a união das duas Alemanhas? Os industriais do Ocidente, ansiosos pela abertura de novos mercados, mesmo que ao preço do sofrimento e da derrocada dos indivíduos.” Sempre me intrigou a ignorância das mais elementares noções de economia e a indiferença à observação dos fatos econômicos correntes cultivada por tantos intelectuais marxistas, com uma zelosa preguiça, embora, se bem me lembro, seu mestre tenha sido um economista que, ele sim, trabalhava. Todos conhecem, e todos poderiam conhecer, desde 1990, bastando ler o jornal, o custo gigantesco da reunificação para o Ocidente, as centenas de milhões de marcos despejados sobre o Leste, o que levou à implementação, no lado ocidental, de um imposto especial “de solidariedade”, o que, naturalmente, aumentou, entre outros, o imposto de renda sobre o

8 *Passage de l'Est*, Gallimard, 1993.

lucro das empresas.⁹ Mas não, são os industriais da República Federal da Alemanha (RFA) que comparecem perante a corte de justiça de D. Sallenave, e não a *Stasi*!^{*} E de qualquer modo, por que seria um crime “abrir novos mercados”? Será que D. Sallenave se dá conta de que, se esses mercados tiverem liquidez, isso significará que, em uma região da Europa onde o nível de vida era muito baixo, o poder de compra aumentou? Onde está o mal nisso? No fato de que o capitalismo continua sendo fundamentalmente mau, mesmo quando é “solidário” e o socialismo incondicionalmente bom, mesmo quando espolia? Tanto no campo do fracasso de ordem prática quanto no terreno da responsabilidade moral, o primeiro movimento da esquerda, logo após a queda do império soviético, de 1990 a 1993, foi portanto de se esquivar de toda e qualquer análise histórica séria e a todo e qualquer exame de consciência. Após alguns esboços de revisão crítica, sem contudo nenhum sinal de arrependimento, a porta entreaberta da honestidade intelectual se fechou violentamente.

A esquerda esboçou um simulacro de reflexão, sob a forma de um colóquio dito “internacional” (porém com uma forte tendência franco-francesa^{**}) realizado em 12 e 13 de dezembro de 1991. Ao examinar o programa desse colóquio, já se percebe que ele terá lugar, no dia 12, na Assembléia Legislativa, e no dia 13, na Sorbonne, ou seja, à custa do contribuinte, sob o patrocínio da *Maison des Ecrivains* [Casa dos Escritores], também sustentada com dinheiro público. A *intelligentsia* de esquerda é a consciência limpa aliada à subvenção. O progresso exige, portanto, que os remorsos da esquerda também sejam subvencionados, embora, de remorsos, nesse colóquio, pouco se tenha ouvido. Segundo elemento pitoresco: a ausência evidente, na lista de oradores, dos intelectuais que haviam condenado, com base em evidências, o comunismo, há dez, vinte ou trinta anos antes que ele se condenasse por si próprio, afundando sob o peso de suas vítimas e de sua própria inépcia. Ou seja, não foi convidado nenhum dos autores que, há décadas, haviam sido críticos ferrenhos do totalitarismo e que haviam com frequência sustentado polêmicas com a maioria dos presentes a esses dois dias de colóquio – exceto por alguns estrangeiros, muito poucos, e que não estavam em condições de exigir explicações de oradores cujas posições anteriores eles pouco ou em nada conheciam. Somente um ínfimo punhado de franceses represen-

9 Ainda em 1999, a transferência de divisas do lado ocidental para o lado oriental foi de 70 milhões de dólares no ano, ou 455 milhões de francos.

* N. do T.: Abreviatura de “Staatsicherheit”, polícia secreta da Alemanha Oriental que atuou de 1950 até a reunificação da Alemanha, em 1990.

** N. do E.: Forma redundante de caricaturar o chauvinismo francês.

tava a esquerda moderada que, sem chegar a praticar o anticomunismo, havia sabido conservar, na época da intimidação ideológica, um mínimo de liberdade e de dignidade. Eles não chegaram a ousar perturbar o cerimonial de auto-justificativa desse colóquio. Resumindo, mesmo após a queda do Muro, a esquerda não conseguia se conscientizar e nunca admitia ter chegado o momento de debater com os intelectuais que haviam manifestado em relação a ela, em uma época em que tudo ainda estava em jogo, uma discordância fundamental. O terceiro comentário é a respeito do título do colóquio. Poderíamos imaginar que ele seria *Esquerda: intenções e ilusões*, ou então *Esquerda: ingenuidade e cumplicidade*, ou ainda, de forma mais clara, *A esquerda e o totalitarismo*. Não. O título não podia implicar sequer uma alusão a qualquer falha da inteligência ou da consciência do passado, mesmo o mais recente. A esquerda nunca erra ou, pelo menos, só erra em relação a si mesma, em seu próprio seio, de uma forma que só deve ser discutida entre seus pares, nunca em situações que pudessem levá-la a ter que dar razão a seus adversários, nem mesmo a lhes dar a palavra. Assim, a criatividade intelectual e a vocação redentora da esquerda seguem seu curso triunfantes. Isto precisava ser afixado na entrada desse colóquio. Assim foi feito. Nunca um título de colóquio satisfaz com tão incomparável suavidade à necessidade de absolver-se a si mesmo, e portanto lia-se sobre o programa: “As metamorfoses do engajamento.” Puxa vida! Que lindas palavras! Em qualquer língua articulada, esses malabarismos verbais são chamados de hipocrisia. Dois oradores, para dizer a verdade, tiveram a ousadia de se perguntarem: *Devemos nos envergonhar?* Não é preciso dizer que essa provocação retórica teve como único objetivo servir de pretexto para que esses dois oradores pudessem responder com um *não* retumbante e expor ainda mais o absurdo de tal pergunta. E preciso insistir que, nesse colóquio sobre as Metamorfoses do Engajamento, a maioria dos participantes era da esquerda não comunista. Devemos concluir que alguém se sente mais envergonhado por ter sido ocultado o roubo do que o próprio ladrão? É fato que os antigos comunistas muitas vezes se furtaram menos a confessar seus erros ou envolvimento e disfarçaram menos sua perda da inocência do que seus companheiros de jornada pertencentes a outras famílias da esquerda. Como exemplo, cito esse parágrafo louvável de Paul Noirot: “A lucidez”, disse ele, “é a última coisa que se deve exigir de todos aqueles – eu, inclusive – que participaram dessa fabulosa empreitada: no fim das contas, não construímos nada duradouro. Nem sistema político, nem sistema econômico, nem

coletividades humanas, nem ética, nem mesmo estética. Tentamos dar forma às mais elevadas aspirações humanas e o que fizemos foi gerar monstros históricos.”¹⁰

Por que tão poucas vozes assim honestas se fizeram ouvir nesse início da era pós-comunista? Ninguém pediu que eles se autoflagelassem em público. Além do mais, toda carga de humilhação se extingue quando o analista de seu próprio passado dedica-se a destrinchar as engrenagens que o conduziram ao erro, o que aliás pode ocorrer com os melhores e com os mais inteligentes. Essa lucidez corajosa é um serviço prestado à humanidade. Podemos encontrá-la nas memórias de antigos comunistas como Arthur Koestler, Sidney Hook ou Pierre Daix, que dissecam com clarividência e probidade as conjunturas políticas e ideológicas que os levaram a se enganar, sob o domínio de fatores que, nas mesmas circunstâncias, sob as mesmas influências, não teriam poupado nenhum de nós. Será que os peregrinos da esquerda não comunista foram os manipulados e não os manipuladores e por isso não conseguem reunir as energias necessárias para ter essa mesma probidade?

A “sinceridade”, a “sede de justiça”, a “esperança” de “mudar o mundo”, esses miseráveis lugares-comuns, sobretudo na boca de intelectuais, não servem de desculpa para nada. Não se pode apresentar, como prova da presumida orientação de um sistema político para a justiça e a liberdade, as ilusões daqueles que foram enganados por ele e as mentiras daqueles que foram seus aproveitadores.

Os fenômenos aqui descritos pertencem basicamente ao mundo chamado ocidental, ou seja, aos países que jamais foram efetivamente governados pelo sistema comunista totalitário, mesmo que tenham sido marcados pela ideologia desse sistema. Os países onde o comunismo reinou de verdade devem enfrentar outros tipos de dificuldades, bem mais temíveis. Eles são prisioneiros não apenas das idéias do passado, mas das suas realidades. Devo acrescentar que, entre os países que sempre conseguiram escapar ao comunismo mas onde a ideologia totalitária continua forte, tanto no debate ideológico quanto por seu peso na vida política, a França ocupa um dos primeiros lugares, senão o primeiro. Em relação à Europa, ela representa uma espécie de laboratório de ponta na produção das manobras destinadas a rejeitar ou mesmo a rechaçar as lições da experiência, ou a não as aceitar senão tardiamente e com uma tamanha má vontade que até anula os benefícios da aceitação da verdade.

Benefícios, ademais, que atualmente são bem modestos no plano da ação, assim como teria sido mais útil admitir quando o comunismo ainda existia. Ele

10 *Panoramiques*, 2º trimestre de 1992, n. 4, Arléa Corlet.

teria durado menos. Porque, retomando o recurso simbólico do Muro, o que marca a falência do comunismo não é a queda do Muro de Berlim, em 1989, mas sua construção, em 1961. Ela foi a prova de que o “socialismo real” havia atingido um tal ponto de decomposição que se via obrigado a aprisionar seus desertores para impedi-los de fugir. Infelizmente, a mensagem palpável dessa estrondosa confissão de fracasso não foi compreendida senão por uma minoria de ocidentais. Para a maioria dos demais habitantes dos países democráticos, as duas décadas que se seguiram à construção do Muro foram a idade de ouro das tendências e dos partidos marxistas, do terrorismo esquerdista – intelectual e criminal – e das ideologias revolucionárias. Ao mesmo tempo, para os partidos liberais, elas foram as décadas da timidez, das aproximações constrangidas com os marxistas, da “distensão” com a União Soviética, da *Ostpolitik*, do “compromisso histórico” na Itália, do “eurocomunismo”. Foi motivo de desonra para o Ocidente que o Muro tivesse sido, finalmente, derrubado pelas populações subjugadas pelo comunismo, em 1989, e não pelas democracias, em 1961. Como teria sido tão fácil!

Os autores de todos esses panegíricos a favor do comunismo, visto como único vetor possível, se não real (mas todos os demais são, segundo ele, impossíveis, mesmo quando são reais) da prosperidade na solidariedade, agora que ele praticamente desapareceu, evitam levá-lo em consideração nos locais onde ele ainda não desapareceu. Na Coreia do Norte, por exemplo, onde durante os dez últimos anos do século XX grassou a fome, matando entre 1,5 e 3 milhões dos 22 milhões de habitantes e onde a vida dos sobreviventes é, segundo suas próprias palavras, “pior do que a dos porcos na China”. Qualquer interlocutor socialista a quem se apresente o caso coreano certamente responderá que esse exemplo não prova nada. Nenhum desastre comunista ou, aliás, “socialista moderado” jamais prova nada. Nenhum jamais serve para refutar a validade do modelo. Porque sempre se pode invocar circunstâncias excepcionais que sabidamente suprimem dessa experiência em particular qualquer valor demonstrativo. Aconselhar a D. Sallenave, se ela quer reencontrar “o verão das almas”, que vá instalar-se em Pyongyang, seria obra de alguém com sórdida má-fé. A Coreia do Norte não conseguiria “matar a esperança”. É um matadouro, sem dúvida, mas o ideal de fraternidade que a inspirou no princípio continua sendo moralmente superior aos miasmas da cloaca liberal. A utopia não tem obrigação de apresentar resultados. Sua única função é permitir aos seus adeptos a condenação do que existe em nome daquilo que não existe.

A retomada do passado soviético é tão poderosa nos Estados Unidos quanto na França, e talvez até mais invasiva, porquanto menos culpabilizada e menos explicável à luz da história política do país. Os Estados Unidos nunca tiveram um partido comunista capaz de eleger sequer um deputado ou um senador. Os cidadãos desejosos de trazer para o país o modelo soviético nunca representaram mais do que uma minoria impalpável e irrealista, composta sobretudo de intelectuais. Os sindicatos de operários norte-americanos, enquanto eleitores democratas, têm uma longa tradição anticomunista. Muitas vezes, a esse respeito, eles foram mais intransigentes do que os grandes capitalistas. Em 1959, por exemplo, eles se recusaram a receber Khrushchev, quando de sua turnê nos Estados Unidos, alegando, com razão, a falta de liberdades sindicais na URSS. Durante a mesma viagem, o radiante secretário-geral era ovacionado aqui e ali nos meios patronais.¹¹ É bem verdade que o partido comunista norte-americano, embora diminuto, desempenhou um papel de eficácia deplorável durante a década de 1940. Ele se tornou uma das bases da espionagem soviética. Mas a opinião pública nos Estados Unidos nunca representou, como o fez na Itália, na França, na Espanha, uma corrente favorável à aplicação do comunismo. Por isso, nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, o pós-comunismo não fez dobrar os sinos da morte de um ideal acalentado por muitos e que precisava ser revivido com esforço. Esse ideal não havia alcançado, no imaginário político e ideológico americano, o lugar de destaque que havia ocupado no nosso, onde alimentara uma visão de mundo e o sentimento de grupo de tantas e tantas gerações.

No entanto, a partir de 1990, os “liberais” norte-americanos sentiram a necessidade e realizaram a proeza de abafar toda e qualquer avaliação séria da tragédia soviética e recordação dos erros cometidos no Ocidente a esse respeito. “Liberais”, como se sabe, nos Estados Unidos, designa uma espécie de extrema esquerda do partido democrata. Sem organização política, esse “liberalismo” exerce uma influência difusa mas soberana, graças às posições importantes que controla dentro da imprensa, nas editoras e nas universidades. Trata-se, evidentemente, de uma tendência oposta ao liberalismo no sentido clássico, que, nos Estados Unidos, aliás, denomina-se *classic liberalism* para evitar qualquer confusão.

11 Gostaria de citar minha modesta experiência pessoal: meu livro *La tentation totalitaire* (A Tentação do Totalitarismo, 1976), quando teve sua tradução publicada nos Estados Unidos, foi entusiasticamente apoiado pelos dirigentes sindicais, que me convidaram para proferir diversas palestras em suas assembleias de associados. A recepção foi, contudo, mais reservada nos meios universitários, impregnados nessa época pelo espírito da “distensão” em relação à União Soviética e por uma admiração ainda muito viva pela China comunista.

As razões da hostilidade “liberal” contra qualquer inventário do passado soviético, e mesmo contra qualquer análise do pós-comunismo e de seus problemas, têm suas raízes na guerra fria. Durante várias décadas, as opiniões da classe intelectual norte-americana dividiam-se entre os chamados “falcões” e “pombas”. Esses últimos dominavam os principais meios de comunicação com a opinião pública. Para eles, a agressividade soviética não tinha origem no próprio país, mas era apenas uma resposta angustiada à estratégia de contenção dos “falcões”. A diplomacia ocidental deveria portanto dedicar-se a libertar os soviéticos e os demais governos comunistas de todo medo da insegurança, evitando em relação a eles qualquer atitude de intransigência, multiplicando as concessões e ajudas e abstendo-se de responder aos ataques, mesmo que apenas verbalmente.

Em dezembro de 1979, quando o Exército vermelho invadiu o Afeganistão, vimos florescer na imprensa “liberal” norte-americana – a melhor, a mais difundida e a mais influente – editoriais e “análises” condenando (...) os norte-americanos, ou pelo menos os neuróticos da guerra fria, os *cold warriors*. Incorrigíveis, estes não deixariam escapar esse pretexto, um acontecimento mal-interpretado, para exigir um endurecimento da política externa da OTAN e para recomendar o fim da “distensão”. Este sim era o mais grave perigo naquele momento e não a invasão do Afeganistão. Com ou sem invasão, o lado agressivo era o Ocidente, onde se fazia urgente isolar os defensores do “confronto”. Sem dúvida eles estavam se preparando para aproveitar a crise e difundir a idéia malévola de que dez anos de concessões diplomáticas e estratégicas à União Soviética não haviam dado qualquer resultado e que, portanto, se deveria mudar de método.

De acordo com essa lógica, a concepção fantasiosa de uma diplomacia soviética livre de qualquer agressividade exterior pressupunha um regime soviético progressista no interior. Segundo a maioria dos soviétólogos norte-americanos, o poder soviético havia deixado de ser totalitário há muito tempo. Tendo conseguido construir uma indústria moderna e reformar a agricultura no sentido de maior produtividade, aos poucos ele se voltava para um pluralismo político muito semelhante ao do Ocidente. Essa visão angelical, baseada na ignorância crassa a respeito de informações que, apesar de tudo, estavam disponíveis, prova que não havia talvez nos Estados Unidos um partido comunista politicamente importante mas sim (e ainda há) inúmeros marxistas. Essa descrição da URSS prevaleceu durante as décadas de 1960 e 1970 nas universidades norte-americanas. Todo “confronto”, por parte do Ocidente, segundo essa tese, freava ou comprometia a

democratização soviética. Assim, o soviólogo Stephen Cohen, que além de professor universitário assinava um editorial do *New York Times*, atacava regularmente o *cold war establishment*, a camarilha da guerra fria. Ele alegava que os meios políticos soviéticos estavam subdivididos em vários “criptopartidos” e que uma diplomacia demasiadamente dura por parte do Ocidente enfraqueceria, no Leste, os dirigentes reformadores e conciliadores. Deveríamos, portanto, mesmo em caso de ações aparentemente expansionistas da URSS, continuar calmos e evitar qualquer reação precipitada.

Essa oposição entre partidários e adversários da guerra fria continuou a servir de critério de classificação política e de fio condutor de toda reflexão histórica mesmo após o fim da citada guerra fria, por ausência de um de seus protagonistas.

Finalmente, toda tentativa de avaliar serenamente o passado do comunismo, agora que ele já não era mais um elemento político do presente, toda obra consagrada ao pós-comunismo, ou seja, às dificuldades existentes nas sociedades gravemente mutiladas por décadas de escravidão totalitária, todo balanço, toda pesquisa, mesmo a busca nos arquivos do Leste, eram consideradas como “nostalgia da guerra fria” disfarçada como curiosidade científica. Por que remexer nessas velharias? Já não entendemos as causas? Viremos a página! O interesse persistente dos antigos “falcões” pela história dos países comunistas e por seu futuro provinha, claramente, de sua amargura por haver perdido o alvo de sua animosidade do passado, por terem sido privados, de certa maneira, de sua moeda de troca cultural. Nesse contexto, o “inverno das almas” era o dos antigos anticomunistas, ainda mais inconsoláveis que os antigos comunistas.

Assim, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, no momento em que o comunismo acaba de desmoronar-se e quando o horror de seu passado surge enfim com todas as cores, são os antigos anticomunistas que estão no banco dos réus, enquanto que os antigos pró-comunistas ratificam com orgulho redobrado suas escolhas.

Eles não se enganaram, seus contendores é que foram rechaçados pela história. Por quê? Particularmente porque esses obcecados haviam classificado o totalitarismo comunista como irreversível. Ora, ele desapareceu, e por isso eles estavam errados. Já respondi, de forma extensiva, no que me diz respeito, a essa objeção, no livro *Le Regain démocratique* [A Volta da Democracia].¹² Serei, portanto, bem sucinto agora. Muitas vezes escrevi que o comunismo era irreversível,

12 Fayard et Pluriel-Hachette, 1992. Ver especialmente o capítulo 6, “Le prévisible et l'imprévu” (O previsível e o imprevisto) e o anexo I, “De la réversibilité du communisme” (Sobre a reversibilidade do comunismo), reprodução de um artigo publicado em 1988.

no sentido de que não poderia ser modificado, mas nunca disse que não poderia ser derrubado. Muitas vezes disse exatamente o contrário. O sonho da esquerda universal – aperfeiçoar o comunismo, humanizá-lo, torná-lo mais eficaz economicamente e menos repressivo politicamente, ao mesmo tempo conservando as estruturas mestras do socialismo – foi sempre refutado pela prática, em toda parte. Um sistema totalitário não pode ser melhorado: só pode se manter ou cair. O que equivale a dizer que não é reversível, mas é removível. Por isso escrevi, no livro *La Tentation totalitaire* [A Tentação Totalitária] (1976): “A única maneira de melhorar o comunismo é livrar-se dele.” Foi exatamente isso que os povos da ex-União Soviética e de suas colônias na Europa Central acabaram compreendendo e realizando entre 1989 e 1991. Como eu poderia crer na eternidade do comunismo se, desde 1970, quando escrevi *Ni Marx ni Jésus* [Nem Marx nem Jesus], já dizia que ele havia fracassado em todos os campos, que nunca havia sido viável e que sua longevidade era uma anomalia, que dependia da excelência de seu sistema repressivo associada à complacência paradoxal das democracias? Estas, por diversas vezes, socorreram sua economia e aquiesceram à sua diplomacia. Basta cessar, dizia eu em *Comment les démocraties finissent* [Como acabam as democracias] (1983), a complacência para que a inerente fragilidade do comunismo exerça todos os seus efeitos e o conduza à pane generalizada; pane que as democracias ricas teimavam, desde 1921, em evitar a todo custo. O leitor que me perdoe estas citações, mas como certos críticos norte-americanos alardearam que eu havia caído em contradição com minhas obras anteriores quando escrevi *Le Regain démocratique*,¹³ achei que tinha direito de fazer estes rápidos esclarecimentos.

Qualquer que seja a luz que seu epílogo tenha lançado sobre a sombria história do comunismo, o resultado essencial, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, do ponto de vista da esquerda, foi obtido: os bons continuam sendo os bons, e os maus continuam sendo os maus. Nos Estados Unidos, esses são os incuráveis “nostálgicos da guerra fria”; na Europa, são os eternos reacionários, cuja crítica ao comunismo originava-se de sua recusa do progresso social e que ainda persistem. Mas, para os intelectuais de esquerda do mundo inteiro, o objetivo é o mesmo: eles que, diante do fenômeno socialista, se enganaram intelectualmente e, se comprometeram moralmente, nada têm a lamentar – ou têm muito pouco – e sobretudo nada

13 Foram dois artigos no *New York Times*: “Very well, he contradicts himself”, de Alan Tonelson (21.11.1993), e “Contradicted by Events, a Pundit Plows Ahead”, de Michiko Kakutani (17.12.1993).

têm do que se arrepender, porque, como buscavam a justiça, no final das contas eles não cometeram erro algum nem fizeram nenhum mal.

Bem ao contrário: logo eles se sentiram em posição de voltar a acusar. Um ingênuo, entre outros, que se deixou crucificar por não ter percebido que o vento havia mudado novamente, foi o Cardeal Decourtray, Arcebispo de Lyon e primado das Gálias. No *Le Figaro*, de 5 de janeiro de 1990, o cardeal (já falecido) publicou um comentário acerca do comunismo em decomposição que, com a queda da censura, revelava todos os seus charmes passados e todas as suas conseqüências presentes. Falando sobre os católicos de esquerda, o cardeal declarou: “Preocupados em manter a comunhão com os mais engajados, nós nos deixamos levar por uma certa convivência, é preciso admitir.” Comentários bem moderados, já que, embora fazendo ressalvas, Decourtray confirma a pureza de intenções e assinala os limites do compromisso. Mas isso foi demais para os antigos companheiros de jornada cristãos do totalitarismo. Projéteis começaram a chover sobre o imprudente religioso. “Poderemos lançar suspeitas sobre aqueles que lutam contra as injustiças?” interpela, no *La Croix* de 10 de fevereiro, a secretária-geral da Ação Católica Operária. Nota-se, mais uma vez, a declaração de princípios que considera comprovado aquilo que a História acaba de negar, ou seja, o valor do comunismo como instrumento de luta contra a injustiça. “Acaba de ser desferida uma bofetada no rosto de muitos homens e mulheres engajados na luta pela libertação da humanidade, sejam eles adeptos religiosos ou não”, acrescenta a secretária-geral. É importante ressaltar: a autora dessa réplica ao artigo de Decourtray não tem, em 1990, nenhuma dúvida de que o comunismo tenha realmente lutado pela libertação da humanidade. As eternas escapatórias, já tão desgastadas, vêm novamente ao socorro dessa tese: os crimes e abusos do totalitarismo não são o “verdadeiro” comunismo, dizem; e o desastre econômico não questiona as verdades do marxismo. Decourtray havia, de forma indigna, condenado à “exclusão” o “dinamismo missionário da Igreja no mundo operário”. O que leva à conclusão de que a única forma possível de expressão desse “dinamismo missionário” é a “convivência” com o comunismo, mesmo após sua queda. Tantos foram os protestos desse quilate que desabaram sobre a cabeça do primado da Gália que o infeliz teve que retratar-se. Desconcertado, ele escreveu aos bispos que havia sido “muito rápido nas palavras para ser compreendido” e que não havia “revisado o conteúdo da entrevista”. Vindo de um padre, que deveria ser um modelo de coragem, esse recuo ilustra muito bem a perseverança do terrorismo ideológico comunista. Os cúmplices

ativos ou as testemunhas silenciosas de seus malefícios, momentaneamente tocados por uma suspeita de culpabilidade, souberam reagir prontamente para recuperar todo o vigor de sua agressividade.

3

O verdadeiro culpado do século XX: o Liberalismo

A defesa póstuma do comunismo tem como complemento a colocação do liberalismo no banco dos réus. Reabilitar o comunismo propriamente dito seria uma tarefa difícil, até mesmo impossível. Decidiu-se então defendê-lo indiretamente, mostrando que seu oposto, o liberalismo, era ainda pior. Portanto, além da nobreza de intenções que o inspiraram, o comunismo tinha o mérito de fazer oposição ao domínio exclusivo do liberalismo e de limitar seus estragos.

Agora que a barragem comunista havia sido retirada, o mal liberal estava livre para espalhar-se por toda parte. Com seu corolário, a globalização, ele mergulhará a humanidade na miséria ou, pelo menos, na injustiça. Assim, em um ou dois anos, após a desagregação da Europa comunista, consolida-se um “pensamento unísono” segundo o qual, parafraseando uma socialista, membro do governo de Lionel Jospin, “o século XX teria assistido à falência do liberalismo”. Alguns ingênuos parecem ter colhido, a partir da simples observação dos fatos, a vaga impressão de que o século XX assistiu sim à falência das economias estatizadas. Segundo testemunhas e historiadores, as economias que haviam fracassado mais tragicamente eram, aparentemente, as da Rússia de Stalin e de Brejnev ou a da China da Grande Marcha para a Frente. Estavam em piores condições, entre os países em desenvolvimento, aqueles que haviam copiado o modelo soviético ou maoísta. À primeira vista, sentíamo-nos inclinados a acreditar que a vida, a partir de 1945,

havia sido mais suportável na Holanda do que na Bulgária; na França ou na Itália do que na Romênia ou na Polônia; na Alemanha Ocidental do que na Alemanha Oriental; na Coreia do Sul do que na Coreia do Norte e mesmo mais suportável na Índia do que na China.

Ora, acontece que precisamos fugir da tentação dessas análises superficiais! O que a decomposição do comunismo provou é que o liberalismo não é viável. Na França, em geral, se classifica de “pensamento unificado” o pensamento dos partidários da moeda única europeia e da globalização, portanto de um certo liberalismo. Entretanto, a julgar pela massa de opiniões em sentido contrário, o “pensamento unificado” não seria na verdade aquele dos inimigos do liberalismo? Em todo caso, poucas vezes se viram tantos livros publicados e tantos julgamentos proferidos contra o liberalismo quanto naqueles anos que se seguiram ao fim do socialismo real e da gestão coletivista, em razão de terem ido à bancarrota. Nunca uma experiência havia assim fracassado, de forma tão absoluta, em tão pouco tempo, e de modo tão autônomo, em consequência de seus próprios vícios internos, sem influência de nenhum fator externo, cataclismo natural, epidemia ou derrota militar.

A coisa parecia tão clara que até mesmo as versões democráticas do socialismo haviam falido ou sido obrigadas a uma revisão cruenta. Foi o que ocorreu com o trabalhismo britânico a partir de 1980, com a “ruptura com o capitalismo” à moda francesa a partir de 1983, com a socialdemocracia sueca entre 1985 e 1990.

No entanto, vinte anos após o alinhamento da China ao mercado mundial, dez anos após a queda do Muro de Berlim, oito anos após o fim da URSS, o principal ensinamento a extrair da história do século XX, ao que parece, não é a condenação do coletivismo, mas sim do liberalismo! Na mídia, entre os intelectuais, nos meios políticos, o liberalismo, aliás, é sistematicamente transformado em “ultraliberalismo”, liberalismo *selvagem*, ou mesmo *desenfreado*. Até mesmo a direita clássica aceita e utiliza o clichê segundo o qual o liberalismo seria uma selva, para usar uma expressão empregada por Alain Juppé (declaração à RTL em 27 de maio de 1997). Os mais liberais entre os políticos franceses nem ousam evocar Margaret Thatcher, preferindo colocar-se sob a égide de Tony Blair. Em 1994, um médico “politicólogo”, Jean-Christophe Rufin, publica sem pestanejar e sem intenção humorística um livro intitulado *La Dictature Libérale* [A Ditadura Liberal]. Em 1997, um líder gaullista, Philippe Séguin, devolve o contra-senso aos socialistas: foram eles, brada, que desencadearam a “ditadura do liberalismo”. Segundo o mesmo Séguin (discurso de Bruxelas, em 6 de janeiro de 1997), a Euro-

pa estaria sob a ameaça de um “capitalismo totalitário”. A Igreja Católica e a maioria dos bispos adotam esse vocabulário de reprovação da liberdade econômica. No plano cultural, o mercado representa o mal. No jornal *Le Monde* (15 de fevereiro de 1997), Philippe Dagen praticamente chama de nazista o maior historiador vivo da literatura e da arte do século XVII, Marc Fumaroli, que ousou levantar a voz contra a concepção de uma cultura inteiramente dirigida pelo Estado e financiada por suas subvenções. Um escritor pró-Chirac, Denis Tillinac, publica *L'Horreur Capitaliste* [O Horror Capitalista].

Não foi apenas na França que esses disparates ocorreram. O Ministro do Trabalho alemão, pertencente à CDU,* Norbert Blüm declarou que “a economia de mercado só é aceitável se traz um equilíbrio entre concorrência e solidariedade” (*Time*, 7 de julho de 1997). Não se pode esquecer que os *únicos* Estados que tiveram a vontade e os meios para construir uma nação provedora, real e eficaz, com previdência social, salário família, seguro desemprego, aposentadoria, em suma, todo um conjunto de serviços significativos e efetivamente subsidiados, foram as grandes economias capitalistas. Além disso, as sociedades liberais nunca são “selvagens”. Ao contrário, elas são os únicos Estados de direito, os únicos onde a economia está regulamentada por princípios jurídicos severos e que são realmente aplicados. A ignorância histórica de nossos contemporâneos torna-se às vezes abissal. Assim é que o multimilionário George Soros, um norte-americano de origem húngara, condena o capitalismo, em um artigo do *The Atlantic*, no início de 1997, porque, diz ele, durante sua infância na Europa viu o liberalismo gerar desemprego e este gerar o totalitarismo. Ora, o desemprego não teve nada a ver nem com a instalação do bolchevismo russo, em 1917-18, nem do fascismo italiano em 1922. Ele tem um papel na subida de Hitler ao poder em 1933, mas em meio a outros fatores mais importantes. Afinal de contas, a crise econômica e o desemprego da década de 1930 levaram dois outros países não pouco importantes a reagir voltando-se para a esquerda e não em direção à extrema direita: a França, com a frente popular de Léon Blum, e os Estados Unidos com o *New Deal* de Franklin Roosevelt. Enfim, as economias daquela época eram apenas parcialmente liberais e viviam trancafiadas atrás de grossas e altas muralhas protecionistas.

Com sua argumentação, Soros demonstra que, intelectualmente, ele continuou sendo mais europeu do que norte-americano. Qual será, na verdade, o segredo dessa fobia ao liberalismo que atormenta os países da União Européia com exce-

* N. do T. – Sigla do Partido Democrata-Cristão da Alemanha.

ção do Reino Unido e da Irlanda? O problema é que na Europa atribui-se, ao excesso de liberalismo, males que, na verdade, decorrem do excesso de regulamentação, de sobrecarga tributária, de transferências de renda, de protecionismo setorial e de intervenção estatal. Esse erro ocorre em diversos países, em maior ou menor grau – sendo a França o mais radical. É como se um sedentário glutão atribuísse ao excesso de exercício físico o peso no estômago que está sentindo. Por exemplo, no livro *L'Horreur Economique* [O Horror Econômico]*, cujo enorme sucesso mostra o quanto ele corresponde aos preconceitos do público, Viviane Forrester sustenta a tese de que a globalização e o liberalismo acabam com os empregos. Ora, essas duas forças, ao contrário, criaram centenas de milhões de empregos a partir de 1980, em vários países, *exceto* na Europa. Foi a Europa que apresentou o maior índice médio de desemprego do período e onde a criação de empregos foi a mais baixa. Por quê? Em vez de se questionarem a respeito, os europeus preferem se enganar dizendo que os empregos norte-americanos ou ingleses são “biscates” os quais não aceitariam por nada nesse mundo. Ora, para começar, é melhor se integrar à sociedade através de um trabalho mal pago, mas sempre com a esperança de um melhor salário mais tarde, do que ser um “excluído” que se afunda cada vez mais, como milhões de pessoas na Europa. Além disso, o argumento não resiste aos números: quando o desemprego cai para próximo de 5%, como ocorre nos Estados Unidos desde 1997, a oferta de empregos ultrapassa a demanda e o assalariado assume o controle do mercado de trabalho. Como observa Alain Cotta,¹⁴ o desemprego norte-americano caiu de 7%, em 1991 (taxa considerada elevada, mas assim mesmo cinco pontos abaixo do desemprego socialista francês), para menos de 4,5%, em 1998, e de 4,1%, ao final de 1999. Taxa ainda mais impressionante quando se sabe que a população ativa aumentou em dez milhões de pessoas desde 1991.

A maioria dos governos europeus, com suas políticas ditas, ironicamente, “empregatícias”, teima em lançar ao mar um barco muito pesado para flutuar. E depois gastam fortunas em operações de reboque, reparo e salvamento, para tentar trazê-lo de volta à tona e resgatar os naufragos. O pior cego é aquele que não quer ver. Não só se ignoram as conquistas do liberalismo, quando elas existem, mas se lhe atribuem males que nada têm a ver com ele. Mesmo um cérebro tão refinado quando o de Hubert Védrine, Ministro do Exterior no gabinete Jospin, em

* Fayard, 1996.

14 Alain Cotta, *Wall Street ou Le miracle américain* [Wall Street ou o Milagre Americano], Fayard, 1999.

visita a Moscou, em 11 de janeiro de 1999, atribuiu a crise russa do verão anterior ao “abuso dos brinquedos ultraliberais”. Enxergar sinais de ultraliberalismo na pesada máquina estatal dos “*apparatchiks*” que se criaram na era Brejnev, espécie de ladrões que enviaram para suas contas na Suíça, *incontinenti*, tão logo ele chegava, o dinheiro emprestado à Rússia pelo Fundo Monetário Internacional, denotava uma leitura do mundo contemporâneo, da história e da economia inquietante, partindo de um ministro cuja tarefa é conhecer o cenário internacional. Hubert Védrine tem a desculpa de não ser o único, longe disso, a cometer esse contra-senso a respeito da crise russa de 1998, e, de modo mais amplo, a respeito da incapacidade da Rússia, entre outras coisas, para superar as conseqüências do comunismo.¹⁵ Voltarei a esse tema mais adiante.

Certamente é muito útil vasculhar os defeitos do liberalismo, os erros e as injustiças do capitalismo democrático. Mas isso torna-se inútil se for feito com a esperança de trazer à tona o socialismo. O socialismo naufragou e não será de seu casco afundado que iremos extrair os remédios para os males sociais, econômicos e políticos do liberalismo. Os partidos socialistas do final do século XX nada mais têm de socialistas senão o nome e uma certa habilidade para impedir a economia de se desenvolver. Eles tiveram que renunciar à prática do socialismo no sentido exato da palavra, tal como ele foi inventado no século XIX e aplicado no século XX. Esse socialismo, único autêntico, morreu. Hoje, o que há são diversas formas de praticar o capitalismo, com mais ou menos mercado, propriedade privada, impostos e redistribuição de renda. Por isso, a correção das falhas do liberalismo só poderá emanar dele mesmo.

O delicioso paradoxo do antiliberalismo é que a esquerda soube utilizá-lo para levar a direita ao suicídio renegando suas convicções, enquanto que ela mesma, quando estava no poder, afastava-se pouco a pouco do socialismo para adotar, de forma sub-reptícia e imperceptível, a economia de mercado. É verdade que essa evolução sempre foi muito lenta e atrasada em relação à necessidade. Ela deixou prolongar-se demasiadamente a estatização redistribucionista, baseada no confisco através dos impostos e no déficit público. Mas a esquerda, embora constrangida e forçada a tal, tomou o caminho do liberalismo, enquanto a direita, aterrorizada, continuava a condenar o “modelo anglo-saxão”. “Não podemos nos intitular gaullistas quando somos partidários de um liberalismo *desenfreado*, pro-

15 Meu livro *Le Regain démocratique* (1992) trata principalmente dessa incapacidade ou extrema dificuldade. Nele, eu faço ressalvas ao otimismo excessivo que, por volta de 1990, previa que os países livres do comunismo fariam uma rápida ascensão à prosperidade capitalista e à democracia.

clama Charles Pasqua, político gaullista que, em 1999, nas eleições europeias, criou grupo de dissidentes do partido gaullista oficial. O homem que encabeçava a lista de centro (UDF), François Bayrou, declara, por sua vez: “Junto a um partido conservador liberal [trata-se da lista única do RPR, partido gaullista, e do partido da Democracia Liberal, de Alain Madelin], ocuparemos o vasto centro, enfim, com um partido europeu, reformador, *solidário*.” A palavra “solidário” evidentemente se opõe a liberal e implica, mais uma vez, a falsa idéia de que as sociedades liberais seriam incompatíveis com a solidariedade, quando foram elas, e somente elas, que inventaram e implementaram os grandes sistemas de proteção social e o Estado provedor.

Outro ângulo da defesa retrospectiva do comunismo está baseado sobre este erro histórico. Consiste em conferir ao comunismo um papel positivo, não tanto por si mesmo, e nos países onde existiu, mas como motor do progresso social nas sociedades onde ele não foi implementado. Em suma, se o comunismo governo foi um fracasso, o comunismo oposição foi um fator de justiça. Essa é a tese sustentada por Jean-Denis Bredin em um artigo intitulado “*Est-il permis?*” [É permitido?] (subentende-se: lamentar a falta do comunismo) publicado no jornal *Le Monde*, de 31 de agosto de 1991, alguns dias depois do golpe de Estado, falso ou verdadeiro, em todo caso fracassado, contra Gorbachev, evento sentido por muitos, com razão, e muitas vezes lamentado como um aviso da dissolução iminente da União Soviética. “Poderíamos dizer timidamente”, escreve Bredin, “que o comunismo, tão detestável enquanto esteve no poder, foi útil a certas democracias que não fazem progresso se não forem sacudidas? (...) O progresso social, em nosso velho país conservador [a França], muito deve a ele.” E mesmo, “o socialismo talvez não tivesse sido, entre nós, senão um radicalismo disfarçado, se o comunismo não estivesse lá para fiscalizá-lo”.

Reconhecemos nesse argumento a teoria segundo a qual somente as “lutas”, as greves, as invasões de fábricas, ou mesmo as rebeliões teriam permitido o progresso social, somente alcançável se arrancado à força aos proprietários dos meios de produção. Ora, trata-se aqui de uma reconstrução da história pela óptica marxista. Décadas antes do aparecimento dos primeiros partidos comunistas e mesmo dos primeiros teóricos socialistas, foram os liberais do século XIX que levantaram, antes de qualquer outro grupo, o que então se denominava a “questão social” e que responderam com a elaboração de muitas das leis que constituem os fundamentos do direito social moderno. Foi o liberal François Guizot, ministro do Rei Louis-

Philippe, quem, em 1841, colocou em votação a primeira lei destinada a limitar o trabalho de crianças nas fábricas. Foi Frédéric Bastiat, esse economista genial que seria chamado hoje de ultraliberal desvairado ou desenfreado, quem, em 1849, quando deputado na Assembléia Legislativa, interveio, pela primeira vez em nossa história, para enunciar e solicitar reconhecimento do princípio do direito de greve. Foi o liberal Émile Ollivier que, em 1864, convenceu o Imperador Napoleão III a abolir o crime de coalizão (ou seja, a proibição aos operários de se reunirem para defender seus direitos), abrindo assim caminho para o futuro sindicalismo. Foi o liberal Pierre Waldeck-Rousseau quem, em 1884, no início da Terceira República, fez votar a lei que atribuía aos sindicatos uma personalidade civil. Permitam-se assinalar, como um lembrete, que os socialistas da época, apesar de sua lógica revolucionária (bem anterior ao aparecimento de qualquer partido comunista), manifestavam violenta hostilidade contra essa lei Waldeck-Rousseau. Porque, dissertava Jules Guesde, “sob o disfarce de autorização para a organização profissional de nossa classe operária, a nova lei só tem um objetivo: impedir sua organização política”. Os acontecimentos que se seguiram desmentiram esse perspicaz prognóstico e mostraram que, bem ao contrário, uma coisa favoreceu a outra. Os grandes sindicatos operários foram o fulcro e até mesmo a fonte de recursos, durante muito tempo, do partido trabalhista britânico, do partido democrata norte-americano, do partido socialista alemão, assim como dos diversos partidos socialistas reformistas da Escandinávia. Foi assim que surgiram e se perpetuaram, nesses países, na ausência quase total de qualquer aguilhão comunista, os sindicatos operários mais poderosos. Ao contrário, nos países onde os partidos comunistas adquiriram um importante peso político, principalmente na França, eles enfraqueceram os sindicatos por terem-nos impregnado de ideologia. É fato conhecido que os sindicalistas na França representam uma parcela ínfima da população ativa. Por outro lado, o sindicalismo francês, independentemente da ideologia de suas diversas centrais, logo passou a defender apenas os interesses de certas categorias, basicamente a dos agentes da função pública e a dos serviços públicos propriamente ditos, trabalhadores já privilegiados em relação aos assalariados do setor mercantil. Há várias décadas os sindicatos franceses não mais preenchem os critérios de representatividade definidos por lei no início da década de 1950, particularmente o critério segundo o qual um sindicato só é legítimo se puder viver das contribuições de seus associados. Os sindicatos franceses, há muito tempo, subsistem apenas graças às subvenções, diretas ou indiretas, do

Estado, ou seja, graças ao dinheiro dos contribuintes, cuja imensa maioria não é sindicalizada. Portanto, não parece ser possível demonstrar o papel de lança impulsadora do progresso que teria sido desempenhado pelos partidos comunistas. Pode-se mesmo dizer que, em muitos casos, a presença de um partido comunista forte no jogo político reduziu a marcha do progresso social ao invés de acelerá-la. Por exemplo, no final da década de 1950 e início da de 1960, o PCF decidiu defender acaloradamente a estúpida teoria do “empobrecimento absoluto” da classe operária. Isso, no exato momento em que uma decolagem econômica sem precedentes na história da França permitia à classe operária alcançar um nível de conforto com o qual ela nem mesmo sonhara na época da Frente Popular, há vinte anos. Na verdade, o único empobrecimento absoluto da classe operária que tivemos ocasião de contemplar no século XX foi aquele produzido nos países comunistas, e somente nesses países.

Por isso eu não acredito, como diz Bredin, que todos aqueles que se alegraram com a queda do comunismo sejam exclusivamente “os que temiam, aqui e acolá, que em uma noite sinistra os oprimidos tomariam o poder, aqueles que o comunismo fez tremer menos pelas armas e mais pela ideologia”. Que me perdoe Jean-Denis Bredin, escritor por quem tenho apreço e que é meu amigo, mas muitos dos que se alegraram com a queda do comunismo o fizeram por solidariedade com a classe operária, por amor aos oprimidos, finalmente libertados de um dos mais cruéis e ineptos casos de despotismo de toda a história da humanidade. E isso, será que é permitido dizer isso?

Estando assim aberto o caminho, as mentes menos sutis apressaram-se a enveredar por ele. Deixando de lado toda e qualquer precaução verbal, sentiram-se livres para afirmar sem rodeios que haviam testemunhado exatamente o contrário do que havia ocorrido. Os ingênuos foram levados a crer que, depois de 1989, havíamos entrado não no pós-liberalismo mas no pós-comunismo. Era preciso esclarecer tudo. *L'Après-Libéralisme* [O Pós-Liberalismo] é o título, aliás bem apropriado, de um livro de M. Immanuel Wallerstein.¹⁶ Na quarta capa, para nossa surpresa, descobrimos que esse autor dirige o Centro Fernand-Braudel na Universidade de Binghampton e é professor na Escola Superior de Ciências Sociais em Paris. E o que ele ensina? Que com a derrocada da União Soviética vivemos, sem saber, a “implosão do liberalismo”. Esse é o título do terceiro capítulo do livro. “O

16 Éditions de l'Aube, 1999.

ano 1989”, diz Wallerstein, “é o ano do chamado fim dos chamados comunismos.” Mas ele assinalava, segundo Wallerstein, o fim do liberalismo. Na mesma frase, nota-se a presença implícita da incansável e inelutável farsa: o comunismo que fracassou não era o *verdadeiro* comunismo, o qual, por isso mesmo, continua e continuará até o fim dos tempos, insubstituível e inatingível, ficando assim imune a qualquer crítica.

Cabia, ao contrário, a crítica ao liberalismo, consequência evidente da queda do socialismo, que ocupava então a ordem do dia. E a esse trabalho dedicaram-se, com afinco, inúmeros intelectuais, da antiga ou nova esquerda, moderada ou radical. Se eu entendi bem, esses intelectuais eram os vitoriosos do momento, aqueles aos quais os acontecimentos davam razão. Os outros eram os supostos liberais, que deveriam comparecer perante o tribunal da História e, antes de mais nada, ser interpelados pelos juízes de instrução impregnados com a defunta ideologia.

Assim, alguns meses após a publicação de minhas memórias, *Le Voleur dans la maison vide* [O Ladrão na Casa Vazia],¹⁷ fui visitado por um jovem e talentoso escritor cujo livro original sobre o movimento de reivindicação dos homossexuais na França, desde 1968, acabara de provocar calorosos debates e de alcançar um merecido sucesso.¹⁸ Ele me pediu uma entrevista sobre minhas memórias para a revista *Politique internationale*, fundada e dirigida por Patrick Wajzman. Aceitei de bom grado, por ter simpatia ao mesmo tempo pela revista e pelo meu interlocutor.

Mas desde o início da entrevista surpreendeu-me o fato de que, apesar das memórias serem essencialmente, e por definição, narrativas, evocando personagens que, na maioria, nada tinham de públicos e relatando acontecimentos quase todos de natureza privada, meu juiz de instrução só me fazia perguntas políticas. Logicamente, por força das circunstâncias, quando os relatos da minha vida assim o exigiam, eu precisava reconstituir momentos e retratar certos atores do cenário político. Porém, mesmo nesses casos, sempre tive o cuidado de me manter fiel ao registro da obra, evitando a análise teórica, à qual eu já havia consagrado tantos outros livros. Na única vez em que eu escrevera um livro tão distanciado da política quanto possível em sua inspiração fundamental, eis que tentavam me forçar a voltar a ela!

Logo entendi o porquê. O interrogatório tinha por objetivo não me fazer falar da minha vida, apesar de ser esse o assunto do meu livro, mas de me extrair uma

17 Editora Plon, 1997.

18 Frédéric Martel, *Le Rose et le Noir*, Seuil, 1996.

confissão sobre a orientação da minha trajetória ideológica. Que confissão? Rapidamente percebi o fio condutor implantado no pensamento de meu interlocutor e a intenção que, independentemente do gravador, orientava todas as suas perguntas. Assim poderíamos descrevê-los: defender o liberalismo era, a rigor, uma tática aceitável enquanto alguém se servisse dela como um instrumento de realce das fraquezas do coletivismo comunista. Mas a partir do momento em que essa arma estritamente comparativa e circunstancial perdia sua utilidade, em virtude da queda do adversário, não teria chegado a ocasião em que os liberais deveriam fazer sua autocrítica e reconhecer a inépcia ou mesmo a imaturidade do liberalismo *propriamente dito*? Voltávamos ao eterno sofisma: o desmoronamento do comunismo privava de argumentos aqueles que o haviam combatido; para esses já era tempo de fazer seu *mea-culpa* e denunciar o liberalismo, único perigo verdadeiro, por muito tempo mascarado pela obsessão anticomunista.

Obsessão: essa foi a tara com a qual meu inquisidor me presenteou na resenha que escreveu, pouco tempo depois, acerca do *Ladrão*, na mesma revista.¹⁹ Minhas seiscentas páginas são, segundo ele nesse artigo, o relato de “cinquenta anos de intensa reflexão diplomática em torno de uma obsessão: o comunismo”. Afirmação que, antes de mais nada, consiste em um erro material, como comprovam as próprias memórias. Eu nunca pertenci ao Partido Comunista. Nunca o aprovei e nunca o sustentei. Mas assim como muitos outros intelectuais da minha geração, durante os dez ou quinze anos que se seguiram à guerra de 1939-45, eu aderi, ao menos parcialmente, à grade marxista de interpretação da história e da luta de classes nas sociedades capitalistas. Afirmação que, além disso, mostra até onde o vocabulário stalinista impregnou os melhores cérebros da esquerda não stalinista. Anticomunista “primário”, “obsessivo”, “visceral”, esses foram os adjetivos bradados desde sempre pelos stalinistas para desacreditar os autores de críticas ao comunismo e para tachá-los de paranóicos incapazes de reflexão ou imparcialidade. Como é triste ver com que subserviência os escritores da esquerda não-comunista, ainda, em 1999, rotulam os heterodoxos com esses adjetivos forjados há mais de meio século nas oficinas da polfícia intelectual totalitária! Mesmo depois que o epílogo da tragédia comunista confirmou as análises daqueles que a souberam julgar pelo que ela realmente representava, enquanto tantos outros a aclamavam, não se admite que eles tenham obedecido a um rigoroso exame dos fatos e à imparcialidade de uma reflexão calcada

19 *Politique internationale*, verão de 1997, n. 76.

em informações. Quando fui eleito para a Academia Francesa (20 de junho de 1997), o diário *Libération* consagrou uma entrelinha a essa notícia, declarando a meu respeito: “Nos anos setenta, ele se transforma em um reacionário, empedernido, paladino do anticomunismo.” Donde se conclui que, ao contrário, para a esquerda, ter sido pró-comunista é ter sido progressista. E estávamos em 1997! Apesar de uma reclamada independência em relação aos grillhões intelectuais stalinistas, a esquerda, ex-comunista ou não, continua subjugada por suas regras de rotulagem preparatórias para o abatedouro. Em seu íntimo, ela ainda considera o anticomunismo como um pecado, o sintoma de uma predisposição ao fascismo, agravado por um leve distúrbio mental.

Na última década do século, o anticomunismo ainda é usado como critério de discriminação. Isso indica a lentidão do progresso da liberdade de pensamento. A grande maioria dos intelectuais continua se perguntando, antes de mais nada, não o que deve pensar, mas o que os outros pensarão deles.

A resenha de Frédéric Martel conclui-se com o posicionamento que já nos é familiar. Verdadeira intervenção nas responsabilidades históricas: “O que será”, pergunta ele caridosamente, “dos antitotalitários entre os quais Revel fora um dos mais ativos e lúcidos, agora que seu grande adversário desapareceu? (...) Melhor do que ninguém, na verdade, Revel sabe que *os liberais precisam a partir de agora reposicionar-se* (o grifo é meu) e mostrar-se capazes de inventar, por sua vez, uma linguagem pós-antitotalitária. Ou seja, na falta de um pretexto, a partir de agora, que justifique, na aparência, o liberalismo, eles têm mais é que sair ‘de fininho’.” Quanto à nossa entrevista, comuniquei a Frédéric Martel que não a queria ver publicada. Porque, na realidade, não tinha nada a ver com meu livro (*Le Voleur dans la maison vide*) e portanto me parecia fora de propósito. Mas não deixava de ser interessante. Guardei comigo uma cópia. Ela poderia servir, eventualmente, como comentário falado de um outro livro meu, publicado cinco anos antes, *Le Regain démocratique*, onde eu tento, exatamente, “inventar uma linguagem pós-antitotalitária”.

Alain Touraine, em um livro lúcido, lançado no início de 1999, soube muito bem enquadrar o contra-senso ou a alucinação através dos quais se fustiga como sendo pertencente ao liberalismo aquilo que na verdade se opõe a ele. Denunciando particularmente as contradições da esquerda francesa, ele confessa não conseguir “ver realmente como a defesa do protecionismo e do Estado, como ator no cenário econômico, pode melhorar a situação dos desempregados ou ajudar na criação de

novos empregos". A defesa do protecionismo e, digamos claramente, o reforço dos privilégios tornaram-se as principais causas daquilo que a esquerda ainda ousa chamar de movimentos sociais, quando eles são, na verdade, anti-sociais. Touraine entrevê, com perspicácia, o duplo comportamento de seus atores e a ingenuidade de suas vítimas. "Aqueles, lamenta ele, que vêem no maciço apoio da opinião pública à greve [dos serviços públicos] de dezembro de 1995 um sinal da renovação das lutas de classes ou mesmo da combatividade sindical, tomam seus próprios desejos como realidade." O autor segue o sábio conselho de Karl Marx (raramente ou nunca seguido pelos marxistas), de saber separar a realidade da idéia que dela fazem ou querem fazer os atores sociais. Touraine ironiza então os obscurificados que qualificam de ultraliberal o modelo econômico francês. "Não é ridículo", diz ele, "falar em liberalismo extremo em um país onde o Estado administra a metade dos recursos disponíveis, seja diretamente, ou através de sistemas de proteção social, ou ainda intervindo na vida econômica?"

Infelizmente, um lamentável erro tipográfico das oficinas gráficas do editor, um dos melhores na praça, estampou sobre a capa desse livro um título obviamente destinado a outro: *Comment sortir du libéralisme?* [Como sair do liberalismo]?²⁰ Ora, o contexto do livro revela, de forma categórica, que pelo menos três quartos das nações do planeta, e, principalmente, a França, nem chegaram a *entrar* no liberalismo. Como então poderiam sair dele? Estamos, diz nosso autor, na "mais extrema estatização (p. 111), particularmente em 1995, quando a defesa do setor público foi elevada à categoria de dever democrático, para resistir aos ataques de uma sociedade civil (e sobretudo de uma economia) governada, segundo se afirma, única e exclusivamente pela busca do interesse particular. Que imagem grotesca"! Parece que estamos lendo Frédéric Bastiat. Assim como ele, Touraine nos leva a pensar que o Estado é a própria fonte das injustiças e privilégios e não o instrumento capaz de combatê-los. Essas passagens do livro tornam ainda mais odioso o inexplicável erro tipográfico do título. Essa brincadeira de mau gosto com um sociólogo francês tão eminente me revolta. Será que foi violentado? Drogado? Talvez até torturado? Teria cedido a ameaças? Será que teve medo? De quem e do quê? Tendo sempre mantido relações muito cordiais com Alain Touraine, propus fundar uma associação para a defesa de seus direitos individuais e de sua liberdade de expressão. A "resistência" antiliberal é capaz de tudo para afastar o perigo do pensamento unificado. Na Nicarágua, um ho-

20 Alain Touraine, *Comment sortir du libéralisme?*, Fayard, 1999.

mem não chegou ao ponto de “estrangular sua mulher porque ela simpatizava com os liberais”?²¹

Visivelmente, Alain Touraine foi arregimentado, contra sua vontade, no complô que visa a desacreditar o liberalismo a fim de reabilitar, indiretamente, o comunismo. Denegrir o liberalismo leva, naturalmente, a uma indulgência retrospectiva em relação ao comunismo e a uma desqualificação prospectiva da direita, acusada de não ter registrado formalmente a morte do capitalismo – o qual, aliás, como todo bom marxista sabe, está em processo de putrefação desde a metade do século XIX.

Considerando que o capitalismo e a economia de mercado não produziram, no século XX, senão injustiça social, penúria econômica e despotismo político nos países onde não houve socialismo real, eles só poderiam produzir esses mesmos males nos países anteriormente comunistas quando estes comessem a dismantelar suas economias estatizadas. Desde os primeiros anos da era pós-comunista, um tema favorito do pensamento unificado antiliberal no Ocidente foi a denúncia dos malfeitos caóticos do capitalismo nos países que haviam conhecido as estruturas protetoras e estáveis do socialismo real. Por toda a parte ressoavam imprecações contra a precipitação criminoso com a qual os “ideólogos da seita neoliberal” haviam infligido, sem demora, a esses infelizes territórios uma dose maciça, até mesmo fatal, de economia de mercado.

Esses gritos de desespero e, ao mesmo tempo, de alegria, que saudavam uma prova suplementar, supérflua, do caráter nocivo da economia de mercado, buscavam sua inspiração profética em duas falhas de interpretação, que não nos surpreendem. A primeira consistia em ignorar voluntariamente que o retorno à economia de mercado, nos limites permitidos pelas estruturas existentes, não havia dado mau resultado em todos os casos. Mesmo se deixarmos de lado o caso particular da Alemanha Oriental – já que nenhuma outra zona ex-comunista poderia esperar receber o mesmo suporte colossal fornecido pela Alemanha Ocidental a essa pequena população de pouco mais de 15 milhões de habitantes – mesmo excetuando-se esse exemplo didático, logo fica claro que a Polônia, a Hungria e a República Tcheca não estavam indo mal em sua transição liberal e democrática. Essa orientação se confirmou até mesmo pelo fato de antigos dirigentes comunistas terem ganho eleições em certos países do antigo bloco soviético. Essa divina surpresa para os marxistas ocidentais não teve, contudo, influência sobre o curso dos acontecimentos. Onde ocorreu, a

21 “Sandinista estrangulou a esposa por simpatizar com os liberais.” *Diario de las Americas*, 22 de fevereiro de 1998.

volta ao poder dos comunistas não foi o retorno ao poder do comunismo. Os ex-comunistas mudaram de camisa, como por exemplo na Itália, rebatizaram-se social-democratas ou se disfarçaram com outros rótulos. Mas esses transexuais políticos nunca pensaram, por um minuto que fosse, em voltar ao regime do partido único, da propriedade coletiva e da ditadura cultural. Eles deixaram esse programa para os seus mentores pertencentes à esquerda ultra-radical francesa. Quanto aos renegados do stalinismo, afastando cada vez para mais longe as fronteiras da perversidade, eles passaram a preferir a leitura da revista *The Economist* à do *Monde diplomatique*. Embora oriundo da velha *nomenklatura*, o novo presidente polonês eleito em 1995, um elegante oportunista, proclamou sem demora sua intenção de persistir na economia de mercado e nas privatizações. Ele nunca renegou a “terapia de choque” anterior dos neoliberais, autores de uma reforma econômica que, queiram ou não os nostálgicos ocidentais, foi um brilhante sucesso.

O segundo erro, que diz respeito aos cataclismos econômicos pós-comunistas, consistia em atribuí-los ao sistema liberal, embora eles fossem devidos à incapacidade de aplicar esse sistema. É preciso sofrer de alucinações para ver uma economia de mercado na economia “comuno-mafiosa” da Rússia, exatamente onde o mercado foi completamente deturpado pela interferência na sociedade da oligarquia política “arrivista”. A economia de mercado pressupõe o estado de direito. Será que estamos falando de economia de mercado em um país onde as linhas de crédito abertas pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pelo Banco Europeu para financiar a reconstrução e o desenvolvimento, juntamente com o dinheiro de empréstimo dos grandes bancos privados, como os da Alemanha, todo esse dinheiro, mal chegava a Moscou, partia imediatamente, aos milhões de dólares, para engordar as contas secretas e pessoais, na Suíça ou em outros paraísos acolhedores? Que economia de mercado é essa em que os investidores estrangeiros são seqüestrados e, se não pagam o resgate, são assassinados pelos esbirros da máfia ex-comunista?

A impotência para decolar demonstrada pela economia da Rússia e dos demais países da União dos Estados Independentes, após a dissolução da União Soviética, não provém de um excesso de liberalismo. Sua origem está no fato de que o liberalismo nem mesmo começou a ser aplicado nesses países. Tal aplicação pressupõe regras jurídicas, estruturas políticas e *know-how* econômico que os povos dessa região do mundo não puderam recuperar, porque seus governantes não tinham interesse nisso. Não se pode confundir o capitalismo democrático com o comunismo em

decomposição. Isso foi o que admitiu Bóris Yeltsin quando, anunciando na televisão sua renúncia à presidência, em 31 de dezembro de 1999, pediu “perdão” ao povo russo, confessou seu fracasso político e econômico desde 1991 e assinalou o fato de que “aquilo que então parecia simples revelou-se difícil e doloroso”.

Ao constatarmos que a economia de mercado não consegue curar instantaneamente os males do comunismo, seria o caso de nos perguntarmos de quem é a falha, se da economia de mercado ou do próprio comunismo. Economia de mercado não é comunismo em frangalhos. As causas da falência russa, que atingiu seu ponto crítico em agosto de 1998, não estão no mercado, mas na ausência de um verdadeiro mercado (exceto o negro). O problema é que a economia russa permanece submissa à dominação da velha classe política. Por isso a ajuda internacional foi, nessas condições, inútil. O fantasma do Plano Marshall não pode quebrar-se se a realidade é uma economia sem condições de assimilar de forma criativa a ajuda que lhe é fornecida. Emprestar dinheiro sem limites a um país sem estruturas econômicas, políticas ou jurídicas viáveis, como a Rússia do pós-comunismo imediato, é o mesmo que colocar combustível no tanque de um carro sem motor. Não vai adiantar triplicar a dose de combustível; o carro não vai sair do lugar. Essa ajuda dilapidada e desviada só serviu para postergar a hora da verdade. Mas não impediu que essa hora chegasse.

Logo se poderá dizer o mesmo do “comunismo comercial” (expressão de Zbigniew Brzezinski) na China. Os dirigentes chineses há vinte anos fazem todo o possível para tentar introduzir o capitalismo no seio da economia, sem provocar a explosão do sistema totalitário de partido único. Mas certamente não será dessa maneira que eles conseguirão elevar o nível de vida de sua população, da qual quatro quintos são, na verdade, os excluídos de um processo de crescimento bastante superficial. Será necessária uma total reestruturação política, o aprofundamento do estado de direito, a abertura aos mercados externos, liberdade de informação e democratização. A crise que a China conhecerá, quando chegar a hora, não será uma crise de mercado, como certamente dirão os pensadores unidirecionais, mas a da incompatibilidade do mercado, a partir de um certo ponto, com o monolitismo e a corrupção totalitários.

Os arroubos de êxtase, que saudaram o “fim do capitalismo” quando estourou a crise asiática de 1997, não mostraram uma clarividência muito superior àquela com que fomos brindados nos exemplos que acabo de citar. Porque nem a Indonésia, onde a economia era administrada há trinta anos sob o monopólio oportunista da

família Suharto e de seu clã de amigos, nem a Malásia, desde 1987 sob o domínio de um autocrata megalômano, Mahathir Mohamad, correspondiam aos critérios de liberdade econômica enquadrada pelo direito. Nesses países, não havia nem leis de mercado, nem leis de espécie alguma, pelo menos leis que não dispensassem do seu cumprimento os confiscadores do poder. Ao culpar os “especuladores” pelos males que ele mesmo havia causado (queda de 45% da bolsa em Kuala Lumpur em janeiro de 1998 e de 46% da moeda nacional, o ringgit, em seis meses), Mahathir revelou-se um *virtuose* do pensamento unificado. Em outros países asiáticos, como a Coreia, a Tailândia e, sobretudo, o Japão, a crise proveio de um excessivo endividamento das principais empresas em relação aos bancos, os quais, seguindo orientações políticas não totalmente alheias à corrupção, lhes concediam, há anos, empréstimos a descoberto além de qualquer limite razoável. O mercado, para os bancos privados, não significa consentir em fornecer crédito sem levar em conta os riscos. É exatamente o oposto. O “modelo” do *Crédit Lyonnais* de Mitterrand não é um exemplo de liberalismo, mas de estatização podre. A economia japonesa baseava-se, há muito tempo, em uma malformação orgânica: exceto por algumas multinacionais de alto desempenho, alimentadas pelas loucuras bancárias já mencionadas, as demais empresas encontravam-se tão petrificadas quanto os conglomerados comunistas. Essa contradição, que emprestava à economia japonesa uma aparência externa de modernidade, foi brilhantemente analisada em 1989 por Karel van Wolferen no *L'Énigme de la puissance japonaise* [Enigma do Poderio Japonês].²² A tese desse autor, que na época foi vista como um divertido paradoxo, comprovou-se quando a forte pressão da economia da comunicação e da globalização fez explodir um sistema essencialmente autista e protecionista, apesar disso extravagantemente imprudente em suas práticas de financiamento.

Mas depois de dois anos, o entusiasmo do pensamento unificado acerca da crise asiática e o réquiem para o capitalismo se revelaram prematuros. Se, em 2000, não se podia dizer que a situação asiática estivesse corrigida, ela parece estar no bom caminho da recuperação. Nada semelhante à agonia russa. A derrocada do sistema capitalista mundial não ocorreu. Ao contrário, deveríamos estar consternados, já que a economia do pós-crise está ainda mais aberta. As lições do acidente foram aprendidas. Novas regras legais e práticas mais transparentes permitirão que os mercados funcionem com menos sobressaltos. Mas podemos ter certeza: isso não desviará o pensamento unificado de sua idéia fixa antiliberal.

22 *The Enigma of Japanese Power*, 1989, McMillan, Trad. de Robert Laffont, 1990.

Socialismo *versus* Liberalismo: um debate de cartas marcadas

Um mal-entendido deturpa praticamente todas as discussões acerca dos respectivos méritos do socialismo e do liberalismo: os socialistas acham que o liberalismo é uma ideologia. E segundo uma espécie de mimetismo subserviente, várias vezes descrito nesse livro, os liberais se deixaram convencer por essa visão grosseiramente equivocada de si mesmos. Os socialistas, educados na ideologia, não podem conceber que existam outras formas de atividade intelectual. Farejam por toda parte essa sistematização abstrata e moralizante que ocupa suas mentes e os mantém. Acreditam que todas as doutrinas que os criticam na verdade copiam a deles, limitando-se a invertê-las, e que todas prometem, assim como as suas, a perfeição absoluta, apenas por caminhos diferentes.

Se, por exemplo, um liberal diz a um socialista: “Na prática, o mercado parece ser um meio menos ruim de distribuição de recursos do que a simples repartição autoritária e planificada”; o socialista responde imediatamente: “O mercado não resolve todos os problemas.” Com certeza! Quem jamais sustentou tamanha bobagem? Mas, como o socialismo, ele sim, foi concebido na ilusão de resolver *todos* os problemas, seus partidários atribuem aos opositores a mesma pretensão.

Ora, nem todo mundo é megalomaníaco, felizmente. O liberalismo nunca teve a ambição de construir um sociedade perfeita. Ele se contenta em comparar as diversas sociedades existentes ou que já existiram e em extrair as melhores lições,

através do estudo daquelas que funcionam ou funcionaram menos mal. No entanto, muitos liberais, hipnotizados pelo imperialismo moral dos socialistas, aceitam a discussão no mesmo nível. “Acredito nas leis de mercado, mas elas não são suficientes”, declara o economista norte-americano Jeremy Rifkin.²³ “A economia de livre mercado não pode resolver tudo”, acrescenta o especulador George Soros.²⁴ Essas lamentáveis banalidades emanam de um sistema de pensamento engessado, segundo o qual o liberalismo seria uma teoria oposta ao socialismo, em tese, mas idêntica a ele nos mecanismos de atuação.

Nem uma coisa nem outra. O liberalismo nunca foi uma ideologia, ou seja, não é uma teoria fundamentada sobre conceitos anteriores a qualquer experimento, nem um dogma invariável e independente do curso dos acontecimentos ou dos resultados das ações. Ele é apenas um conjunto de observações a respeito de fatos *já* ocorridos. As idéias gerais que dele decorrem não constituem uma doutrina global e definitiva, a qual aspira a se tornar o molde de toda a realidade, mas uma série de hipóteses de interpretação de acontecimentos que efetivamente se desenrolaram. Adam Smith, ao decidir escrever *A Riqueza das Nações*, constata que certos países são mais ricos que outros. Ele se esforça para identificar, na economia desses países, traços e métodos que possam explicar esse maior enriquecimento, para tentar daí extrair recomendações. Smith procede da mesma forma que Kant, na *Crítica da Razão Pura*, quando diz a seus colegas filósofos: há mais de dois mil anos, tentamos elaborar teorias sobre a realidade que sejam válidas para a eternidade. Elas são seguidamente rejeitadas, já pela próxima geração, por falta de provas irrefutáveis. Ora, há um século e meio, temos à nossa disposição uma ciência recente, finalmente capaz de estabelecer *algumas* leis da natureza: a Física. Em vez de insistirmos em nosso dogmatismo metafísico estéril, deveríamos observar como fazem os físicos para conseguir alcançar seus objetivos, e nos inspirar em seus métodos, para, quem sabe, igualar seu sucesso.

É preciso, portanto, recusar esse enfrentamento do socialismo com o liberalismo, como se fosse o debate de duas ideologias. O que é uma ideologia? É um conceito estabelecido *a priori*, elaborado previamente os fatos e os direitos, e que os despreza; é ao mesmo tempo o contrário da ciência e da filosofia, da religião e da moral. A ideologia não é ciência, embora tenha tentado se fazer passar por tal; não é moral, embora acredite ser detentora de sua chave e poder reivindicar seu mono-

23 *Le Monde*, 20 de abril de 1999.

24 *Jeune Afrique*, 1ª de junho de 1999. Extraído da *New York Review of Books*.

pólio, ao mesmo tempo em que se dedica a destruir-lhe a própria fonte e condição: o livre arbítrio individual; e não é religião, embora tenha sido freqüente e erroneamente a ela comparada. A religião extrai seu significado da fé em uma transcendência, enquanto a ideologia finge tornar perfeito esse mundo em que vivemos. A ciência aceita, até mesmo provoca, eu diria, os resultados da experiência, que a ideologia sempre rejeitou. A moral repousa sobre o respeito à pessoa humana, enquanto onde reina a ideologia a pessoa é sempre esmagada. Essa funesta invenção do lado negro de nossas mentes, que tão alto preço custou à humanidade, além de tudo parece engendrar, em seus adeptos, essa curiosa deformação que consiste em atribuir aos outros sua própria forma de organização mental. A ideologia não pode conceber que se lhe faça alguma objeção se não for em nome de uma outra.

Ora, toda ideologia é uma aberração. Não pode existir ideologia justa. Ela é intrinsecamente falsa, independentemente de suas causas, suas motivações e seus fins, que consistem em realizar uma adaptação fictícia do ser humano a si mesmo – pelo menos a esse “ele mesmo” que decidiu não mais aceitar a realidade, nem como fonte de informação nem como prova da efetividade de uma ação.

Por isso é uma tolice, quando uma ideologia morre, dizer-se que precisa ser urgentemente substituída. Substituir uma aberração por outra é ceder novamente à miragem. Pouco importa, nesse momento, que miragem substitui a anterior, porque não é o conteúdo de uma ilusão que importa e, sim, a sua existência.

O liberalismo não é o socialismo ao contrário, não é um totalitarismo ideológico regido por leis intelectuais idênticas àquelas que ele critica. Desprezar esse fato torna absurdo o diálogo entre socialistas e liberais. Assim, na entrevista (relatada no capítulo anterior) com Frédéric Martel, meu simpático interlocutor era, todo o tempo, perseguido pela idéia de que, sendo eu um velho anticomunista “visceral”, que só havia combatido o comunismo para promover o liberalismo. Como a queda do comunismo fez caducar meu arsenal de guerra, deveria agora, como ele diz mais tarde em sua resenha sobre minhas memórias, fazer minha autocrítica como sectário do fanatismo liberal, que se tornou inútil. Entretanto, além do fato de o liberalismo nunca ter sido um fanatismo lançado contra outro, nunca lutei contra o comunismo em nome do liberalismo, ou somente em nome do liberalismo. Lutei contra o comunismo, acima de tudo, em nome da dignidade humana e do direito à vida. Que a queda definitiva e ridícula das economias estatizadas trouxe argumentos aos economistas liberais – embora muitos socia-

listas ainda o continuem negando, até hoje, ferozmente – isso é incontestável, mas não é o essencial. Quando estamos diante de uma prisão acoplada a um hospício e a uma associação de assassinos, não ficamos nos perguntando se devemos destruí-los em nome do liberalismo, da socialdemocracia, da “terceira via” do “socialismo de mercado” ou do anarcocapitalismo. Tais minúcias são até indecentes, e o debate sobre o liberalismo ou a economia social-estatizada não pode renascer com legitimidade exceto em uma sociedade liberta. Combati o comunismo movido pela mesma “obsessão” que me havia levado, em outros tempos, a combater o nazismo: a “idéia fixa”, “visceral”, do respeito à pessoa humana. E não para saber quem tinha razão, se Margaret Thatcher ou Jacques Delors, Alain Madelin ou Lionel Jospin, Reagan ou Palme. Essa segunda pergunta pressupõe o restabelecimento de uma civilização livre.

Os socialistas contemporâneos, totalitários *light*, pelo menos em suas estruturas mentais e verbais, se equivocam ao imaginar que os liberais pretendem, assim como eles próprios, elaborar uma sociedade perfeita e definitiva, a melhor possível, apenas *com sinal oposto à deles*. Aí reside o contra-senso do debate pós-comunismo. Não vale a pena aplaudir Edgar Morin quando recomenda o “pensamento complexo” contra o “pensamento simplista”, se depois se reforça o simplismo desproporcional.

Traçando um paralelo pedagógico, examinemos a seguinte constatação: “A liberdade cultural é mais propícia à criação literária, plástica e musical do que o mando estatizante.” Esse enunciado empírico, sustentado por uma vasta experiência passada e presente, não significa e não implica necessariamente que todas as produções artísticas geradas em condições de liberdade (ou, no seio dos regimes totalitários, em condições de dissidência) tenham sido, sejam ou serão sempre obras de arte. Ora, é assim que entende o socialista! Ele se apressa em citar milhares de livros, de quadros, de peças e filmes medíocres ou inúteis, que eclodiram nesse contexto de liberdade. E gritará: “Estão vendo? O liberalismo não funciona!” Em outras palavras, ele atribui ao liberalismo seu próprio totalitarismo. Considerando-se proprietário de um sistema que resolve *todos* os problemas, inclusive o da estética, ele acha que basta suprimir o mercado para eliminar a feiúra. O totalitarismo cultural, no entanto, nunca produziu nada *exceto* feiúra. Esse fato não o incomoda. A estatização não cortou também, pela raiz, a escória da arte capitalista? A aniquilação da própria arte, pelo comando estatal, não teria sido um preço justo a pagar por essa purificação?

É claro, e por favor não pensem que eu o ignoro, que sempre houve artistas que não puderam viver de sua arte e que foram sustentados por príncipes, subvencionados por repúblicas ou apoiados por mecenas privados. Mas, também, houve inúmeros cujo sucesso junto ao público foi suficiente para seu sustento e, até mesmo, para enriquecê-los. Mas tampouco podemos perder de vista que nem o mercado nem a subvenção garante o talento, ou, ao contrário, a sobrevivência na sua ausência. O mercado pode fazer a fortuna de Carolus Durand ou de Picasso. A subvenção estatal pode prover a segurança necessária a um autêntico gênio mas, também, pode trazer dinheiro fácil a um farsante, cujos principais méritos são sua amizade com o ministro, seu apadrinhamento político e sua arrogância em matéria de relações públicas. Decretar que o mercado é, em si mesmo, reacionário e que a subvenção é, em si mesma, progressista deriva de uma forma de pensar não apenas simplista, mas interesseira, a maneira de raciocinar dos artistas do parasitismo do dinheiro público.

Por ocasião da visita do Papa João Paulo II à Polônia, em junho de 1999, ouvi um jornalista da rádio *France-Info* “informar” seus ouvintes dizendo, em suma: o papa sabe que o retorno dos poloneses ao capitalismo lhes trouxe uma certa prosperidade, porém, em detrimento da justiça social. Subentende-se, portanto, que o comunismo lhes havia trazido justiça social. Diversos estudos já mostraram a hipocrisia que existe por trás desse mito. O capitalismo certamente não traz igualdade, mas o comunismo ainda menos e, além disso, assenta-se sobre um fundo de pobreza generalizada. Mas eis que, novamente, o comunismo é julgado pelo que ele supostamente *deveria* trazer e o capitalismo pelo que realmente traz. Nem isso, para falar a verdade. Porque, se fosse assim, teria sido constatado (também nesse caso há inúmeras análises) que, em 1989, último ano do regime comunista, um desempregado recebendo seguro-desemprego no Ocidente ganhava cinco a dez vezes mais, em termos de poder aquisitivo real, do que um operário que tivesse um pretenso “emprego” no bloco oriental. Ou seja, foram as sociedades capitalistas democráticas que implantaram os sistemas de proteção social mais voltados à correção das desigualdades e dos percalços da vida econômica. Porém, essas constatações são rejeitadas sempre que se começa a comparar a perfeição daquilo que não existe – a utopia comunista – com as imperfeições daquilo que existe – o capitalismo democrático.

Essa luta de boxe entre socialismo e liberalismo é ainda mais fraudulenta pelo fato de reinar a confusão entre liberalismo político e econômico, economia de mercado e capitalismo, liberdade de mercado e “selva” sem lei. É trágico, por exemplo, ver um prêmio Nobel de economia, Maurice Allais, até ele, cometer o erro de ortografia *laisser-faire*, com o verbo no infinitivo, ao esbravejar contra as “perversões *laisser-fairistes*”.²⁵ Todo mundo sabe, ou deveria saber, que as célebres expressões *laissez faire*, *laissez passer* de Turgot e dos fisiocratas são sinônimos de liberdade de empresa e liberdade de mercado. São expressões no modo imperativo com conotação de atividade, sem nenhuma relação com a imprecisão apática dos infinitivos substantivados, ligados por traço de união, como *laisser-faire*, já degradado para *laisser-aller*.^{*} Consta que foi um comerciante, François Legendre (ou Le Gendre), quem, pela primeira vez, respondendo a Colbert quando este perguntou como o governo de sua majestade poderia auxiliar o comércio, teria dito : “*Laissez-nous faire*.”²⁶

Pode perfeitamente existir um capitalismo sem mercado. A empresa privada sem mercado, protegida da concorrência por um poder político conivente e retributivo, esse é o sonho de muitos capitalistas. Foi o sistema praticado durante décadas na América Latina, capitalismo que, erroneamente, foi classificado de “selvagem” quando na verdade era admiravelmente organizado para servir aos interesses de uma oligarquia. Foi assim que, quando o “subcomandante Marcos” do Chiapas se autoneameava garbosamente “líder mundial da luta contra o neoliberalismo”, que chamava de “crime contra a humanidade”, estava, na verdade, a serviço do capitalismo privado sem mercado, associado ao monopólio político do Partido Revolucionário Institucional que, durante quarenta anos, *em nome do socialismo*, manteve o povo mexicano na pobreza em benefício de uma oligarquia.

O capitalismo antiliberal também foi, durante muito tempo, a especialidade do Japão e, como todos sabem, da França. Lá, os inimigos do liberalismo se acotovelam dentro de um balaio onde há comunistas, *trotskistas*, radicais de extrema direita da Frente Nacional, com uma proporção de alguns socialistas e outra de

25 *Le Figaro*, 27 de maio de 1999.

* N. do T.: O autor faz referência a expressões francesas, já consagradas no português, mas que possuem significados diferentes quando o verbo *laisser* (deixar) é utilizado no infinitivo ou no imperativo. No primeiro caso, a conotação é de negligência, no segundo de liberdade. Entretanto, a distinção não existe em português, pois a pronúncia é idêntica e, em nossa língua, a expressão foi aos poucos adquirindo uma conotação de “fechar os olhos para problemas ou comportamentos inadequados”.

26 Citado por Pierre Lemieux, *Du libéralisme à l'anarcho-capitalisme*. PUF, 1983 N. do T.: A expressão significa “deixe por nossa conta”

alguns gaullistas, muitos neo-keynesianos, protecionistas e subvencionistas culturais, privilegiados do setor público, todos unidos por motivos heteróclitos em uma farra ideológica disparatada e, sobretudo, interesseira.

Durante mais de meio século, o capitalismo francês foi, e ainda continua sendo, em grande parte um capitalismo fechado, um “dublê” da classe política. Todas as fusões entre empresas privadas, ou as operações assim rotuladas, todos os contratos de interesse de organizações públicas e privadas só eram decididos, na França, após consulta e aprovação do governo, e, em muitos casos, do Presidente da República em pessoa. Essa tradição do capitalismo fechado era comum à esquerda e à direita. Ambos a justificavam pela necessidade de defender a soberania nacional e a solidariedade social. Direita e esquerda promulgaram leis sociais e aumentaram a carga tributária. Um dos últimos aumentos maciços de impostos ocorreu no governo Juppé. Como disse Nicolas Baverez,²⁷ esse aumento infligiu à nossa economia, em 1995, um golpe tão duro quanto fora o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Por isso fiquei indignado, mais uma vez, quando o seguinte trecho foi inserido no ensaio de Alain Touraine, citado anteriormente: “O fim da ilusão liberal, fizeram-no escrever, enfraqueceu e desorientou a direita, violentamente rejeitada pelo voto direto.” Em primeiro lugar, a direita francesa foi muito menos violentamente rejeitada pelo voto direto nas eleições legislativas de 1997 do que a esquerda o fora, nas eleições de 1993. Além disso, do mesmo modo que a esquerda, a direita na França não sucumbiu de forma alguma à “ilusão liberal”, se é que existe. Se existe, por outro lado, então a União Européia cedeu a ela irremediavelmente. Porque foi a Europa, e ninguém mais, que nos empurrou na direção do liberalismo e que forçou a França a sair, lenta mas inexoravelmente, de nossa velha toca “social-estatizante”, segundo a expressão de Guy Sorman.²⁸ O que agora está sendo rejeitado, tanto pelas atitudes, quanto certamente também pelo pensamento de todos, é a ilusão estatizante, comum a quase todos os partidos políticos da França.

Esse aspecto é muito bem analisado por Jacques Lesourne.²⁹ Antigo diretor do jornal *Le Monde* e presidente da Associação *Futuribles*, fundada por Bertrand de Jouvenel (o ilustre autor de *Vers l'économie dirigée* [Rumo à economia regulamentada]), Lesourne é um economista e um sociólogo que dificilmente poderia ser definido como um ultraliberal sedento de sangue.

27 Nicolas Baverez, *Les Trente Piteuses*, 1997, Flammarion.

28 Guy Sorman, *La Nouvelle Solution libérale*, 1998, Fayard.

29 Jacques Lesourne, *Le Modèle français*, 1998, Odile Jacob.

Em um tom ligeiramente provocativo, e eu diria, da minha parte, um tanto simplista, ele sustenta que da Libertação até os anos 1975-1980, aproximadamente, a França foi, no plano econômico, o que ele chama de uma União Soviética que deu certo. Esse “dar certo” ocorreu, diz ele, em torno do Estado, sob a forma de um compromisso entre marxistas e cristãos-sociais. Caracterizou-se por um amplo setor público, controle de preços, de salários, do câmbio e da circulação de capitais, pela regulamentação do crédito e do mercado de trabalho. O modelo coincidiu com os anos chamados, às vezes, de “Trinta Anos Gloriosos”. Apesar dos erros gigantescos cometidos, ele se sustentou, graças à eficiência da administração francesa e a uma considerável margem de manobra que foi deixada às empresas privadas. Hoje, diz Lesourne, esse modelo está obsoleto, roto, caduco. Por quê? Porque ele é incapaz de se adaptar às duas grandes novidades do futuro: a globalização e a sociedade da informação. O acontecimento histórico ao qual estamos assistindo é a agonia do “sovietismo” à francesa.

Quando o secretário nacional do Partido Comunista Francês, Robert Hue, deseja³⁰ que o governo da esquerda dita “plural”, onde figuram ministros comunistas, se afaste das “garras liberais”, ele está fazendo um audacioso exercício de futurologia. Se existem “garras”, elas ainda são estatais. Porém, os receios de Hue são bem fundados, do seu ponto de vista naturalmente, porque a erosão do sovietismo à francesa, apesar dos sólidos bastiões de privilégios onde ele ainda encontra refúgio, tomou um curso, a partir de agora, irreversível.

Somente a economia de mercado, baseada na liberdade de empresa e no capitalismo democrático, um capitalismo privado, dissociado do poder político mas respeitando o estado de direito, pode se dizer liberal. Essa é a economia em vias de se instalar em todo o mundo, muitas vezes sem que o percebam os próprios indivíduos que a consolidam e a ampliam a cada dia. Não se trata de dizer se ela é a melhor ou a pior. É que não existe nenhuma outra – salvo na imaginação. Foi o que quis dizer Francis Fukuyama em seu livro *Fin de l'Histoire* [O Fim da História], em 1989. Ele descreve o “ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democratização liberal ocidental como forma definitiva de governo humano”. Por expressar uma verdade ao mesmo tempo evidente e escandalosa, seu livro foi um imediato sucesso em todo o mundo e, em seguida, transformou-se em objeto de críticas, assim que os fiéis seguidores da ideologia defunta se deram conta.

30 *Le Figaro*, 31 de maio de 1999.

Porque nem é necessário existir a possibilidade do retorno a um mundo totalitário real para que todos aqueles que odeiam a liberdade se ponham a combatê-la e procurem eliminá-la. Mesmo esse mundo totalitário tendo sido destruído, mesmo quando seus partidários não conseguem abraçar senão um vazio, continuam querendo destruir a liberdade, *como se* o seu oposto fosse ainda uma perspectiva plausível e um programa realizável.

Da ilusão à responsabilidade

O ensaio de François Furet, posterior ao fim do comunismo, *Le Passé d'une illusion* [O Passado de uma Ilusão], em 1995, foi aclamado pelo grande público. Fato digno de nota, recebeu comentários favoráveis de quase toda a esquerda intelectual e jornalística. O sucesso de público dos livros contendo forte crítica ao comunismo teve vários exemplos, desde a época da guerra e até antes dela. Por outro lado, mesmo quando as “massas” de leitores os aprovavam, as elites de esquerda os condenavam sem discussão. O fato de a resenha *Le Monde des livres* ter concedido o título de “obra-prima”, raramente dispensado por esse jornal, a um livro que contradizia a linha política seguida há cinquenta anos pelo próprio *Le Monde*, nos inspirava o otimismo e a crença de que, finalmente, nesse final de século, a lição do isolamento comunista havia sido aprendida. Somente o mais baixo escalão do pensamento fossilizado, encastelado em alguns raros veículos, entre os quais o *Monde Diplomatique*, procurou tranquilizar-se decretando que o trabalho de Furet era desprovido de um mínimo de seriedade, e que era um autor notoriamente incompetente como historiador, segundo seus grandes inquisidores. Portanto, exceto por algumas interessantes exceções, que se expressaram mais por simplicidade do que por malícia, o livro foi aclamado principalmente entre os próprios leitores, aos quais ele indiretamente aconselhava que revisassem com empenho suas convicções de outrora e reavaliassem seus compromissos recentes.

No primeiro momento, tal aceitação inédita me pareceu originar-se do fato de que, com a desintegração da União e do império soviéticos, a batalha ideológica havia perdido todo o cacife político desde 1991. É bem verdade que eu subestimava, naquele momento, a capacidade da ideologia de sobreviver a toda e qualquer perspectiva possível de aplicação prática. Apesar dessa longevidade das ideologias, que conseguem se dilatar no vácuo, a situação (no sentido dado por Sartre) do *Passé d'une illusion* [Passado duma ilusão] diferia profundamente do contexto histórico que cercara o lançamento de livros de inspiração semelhante, no período anterior à queda do comunismo. Esses haviam sido publicados em uma época em que ainda havia dois campos opostos e na qual os argumentos apresentados poderiam ter conseqüências concretas influenciando as escolhas de militância ou de voto da opinião pública nos países livres.

Ao contrário dos que o antecederam, Furet, como assinala explicitamente, aliás, o título de seu livro, falava do passado e não do presente. Em suma, não era mais política e sim história. Isso talvez explique a baixa resistência inicial. Com sua costumeira lucidez, Furet confessava sem rodeios ao *L'Événement du jeudi* [Acontecimentos de quinta-feira]:³¹ "Sem dúvida, eu poderia ter escrito esse livro há vinte anos. Mas seria praticamente impublicável e teria levantado uma enorme polêmica. Naquela época (recente), na França, era inconcebível ser ao mesmo tempo de esquerda e anticomunista, a intimidação ideológica era implacável."³² Além da proteção que lhe conferia o caráter retrospectivo, até mesmo indolor, de sua própria análise, François Furet gozava da reputação de ter conseguido permanecer um "homem de esquerda", provavelmente aos olhos dos comunistas (grupo do qual ele fez parte na juventude) e certamente dos socialistas. Sabemos que um dos sintomas da deterioração do debate na França é quando a "posição" de quem fala (para usar essa horrível expressão) conta mais do que o que a pessoa diz. François havia conseguido a façanha de continuar classificado como "de esquerda", dessa esquerda que ele criticava tanto quanto eu, ou até mais, já que também a despira, magistralmente, de seu mito de fundação: a Revolução Francesa. Na mesma entrevista ao *L'Événement du jeudi*, pouco antes da eleição presidencial

31 N. 536 de 9 de fevereiro de 1995.

32 Tendo publicado, exatamente vinte anos antes, *La Tentation totalitaire*, posso confirmar a exatidão do diagnóstico de Furet. Em 1976, experimentei pessoalmente os inconvenientes citados por ele, que relatei detalhadamente, com material de prova, em 1977, em *La Nouvelle Censure* [A Nova Censura] (Laffont). Devo dizer que fiquei muito agradecido a François por ter-me reconfortado, durante todo o ano de 1976, com a intimidade de sua amizade, felicitando-me, entre gostosas risadas, por eu ter-me alçado à categoria de cobaia de uma "experimentação sociocultural" única.

de 1995, ele teve o cuidado de definir: “Votarei em Jospin sem problema.” Com uma falta de lógica paradoxal da qual certamente estava consciente, logo acrescenta: “Quando encontro os responsáveis pela esquerda, eles me fazem sofrer por causa de sua falta de inteligência histórica.” Motivo irrecusável para votar neles, evidentemente!

Pouco mais de dois anos depois da publicação de *Le Passé d'une illusion*, surge, em outubro de 1977, *Le Livre noir du communisme* [O Livro Negro do Comunismo],* um volume de oitocentas páginas sobre os crimes do comunismo, de todos os comunismos existentes ou que já existiram no planeta, compilados por uma equipe de historiadores sob a direção de Stéphane Courtois.³³ A obra alcançou um sucesso de público ainda maior que o livro de Furet; mas ao contrário deste, o *Livro Negro* atraiu a fúria imediata e duradoura das elites da esquerda pensante e jornalística. Todos os artifícios, estratagemas, trapanças e fraudes extraídos do velho arsenal stalinista foram empregados para desacreditar o livro sem discuti-lo e até mesmo antes de sua chegada às livrarias. Tal campanha difamatória foi conduzida pela esquerda não-comunista, com subterfúgios astuciosos, calúnias veementes e vulgaridade exuberante, ultrapassando até mesmo as manifestações dos próprios comunistas. Autoridades universitárias, dispondo de meios para prejudicar a carreira de alguns dos autores, nomeadamente Nicolas Werth e Jean-Louis Margolin, não hesitaram em exercer pressão sobre eles, levando-os a renegar o livro que haviam contribuído para escrever.

Por que tão diferentes reações diante desses dois livros? A matéria-prima de um e de outro era a mesma, embora abordada sob dois ângulos distintos. Tanto é verdade, que François Furet deveria escrever o prefácio do *Livro Negro*, no que foi impedido, infelizmente, por sua morte súbita, em julho de 1997. Por que uma das faces de um mesmo e único balanço havia sido contemplada sem entusiasmo, porém com calma, enquanto a outra era descartada sem análise e sob reações furiosas? Uma explicação plausível me parece ser que o ser humano reconhece, às vezes, que sucumbiu às seduções de uma “ilusão” mas quase nunca admite ter sido cúmplice de um crime. Furet aborda o comunismo como um engano intelectual. Aliás, o subtítulo de *Le Passé d'une illusion* é “Ensaio sobre o ideário comunista no século XX”. Courtois e sua equipe, por seu lado, fazem o relato macabro das cerca de 80 milhões

* Stéphane Courtois e outros, *O Livro Negro do Comunismo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Bertrand Brasil, 2000.

33 Robert Laffont.

de mortes que, além das violentas devidas às guerras e outras catástrofes “normais” por assim dizer, podem ser diretamente imputadas à própria lógica do sistema comunista. E, ainda uma razão, se podemos confessar ter cometido um erro, bem mais difícil é confessarmos haver cometido um crime, ou ter sido cúmplice, ou ter fechado os olhos quando não podíamos ter ignorado que um crime estava sendo cometido. Com certeza, jamais tendo assumido o poder, os comunistas ocidentais não puderam rivalizar em maldade com seus modelos estrangeiros; tampouco eles são os autores dos crimes perpetrados na União Soviética, na China, em Cuba, no Vietnã, no Camboja, na Etiópia e em outros paraísos da face da Terra. Mas inúmeras evidências comprovam atualmente que, na maioria dos casos, eles tinham informação a respeito, ou poderiam ter se não cultivassem a cegueira voluntária. Não é fato que um dos mestres do pensamento do pós-guerra, Jean-Paul Sartre, incutira na esquerda intelectual sua teoria da responsabilidade? Não foi ele quem lhes ensinou que, para ser responsável por um crime, não era preciso ser pessoalmente o autor desse crime? Que bastava o ter deixado ocorrer, sem tentar impedi-lo ou sem denunciá-lo? E que se alguém decidia ignorar um crime, é porque essa pessoa havia *escolhido* deixar que ele fosse cometido? O engajamento, segundo Sartre, não é uma simples possibilidade: é um fato, um dado. Não é agradável ser confrontado com esse dado quando se foi militante, partidário, simpatizante ou simplesmente indulgente em relação aos crimes comunistas. Isso explica o ódio ressentido contra o *Livro Negro*, contrastando com as lânguidas e melancólicas confissões sussurradas após a publicação de *Le Passé d'une illusion*.

Não pretendo abordar aqui toda a riqueza histórica e intelectual desse grande livro, ao qual prestei minhas homenagens quando de sua publicação.³⁴ Limitar-me-ei a recordar as duas principais explicações fornecidas por Furet sobre a “ilusão” passada e que são lembradas pelos leitores que se sentem afetados pela mencionada ilusão ou por sua herança atual. A primeira remete ao papel preponderante, organizador e classificador desempenhado pela “paixão revolucionária”, desde 1789, primeiramente na França, e depois em outros países europeus – Itália, Alemanha, Espanha, Rússia, no primeiro momento – e finalmente em todo o mundo. A idéia de que não há possibilidade de melhoria de uma sociedade através de reformas graduais; a convicção de que, para progredir, é preciso destruir completamente todas as sociedades existentes e substituí-las por outras, reconstruídas a

34 *Le Point*, 14 de janeiro de 1995. Artigo retomado em minha coletânea *Fin du siècle des ombres* [Fim do século de trevas], Fayard, 1999.

partir do zero; essas concepções redentoras da política permitem entrever em que medida o orgulho de estar a serviço de um “amanhã radioso” estrangulou, ao mesmo tempo, o espírito crítico e o sentido da moral em milhares de pessoas, tanto os trapaceiros quanto os trapaceados. Estou inteiramente de acordo com essa análise, que eu mesmo desenvolvi em 1992, em meu livro *Le Regain démocratique*.³⁵

A segunda explicação de Furet, sem dúvida sua idéia mais central e a mais pertinente para o século XX, que foi o século do comunismo realizado, consiste em mostrar como, a partir da década de 1930, o dever sagrado da luta antifascismo suscita uma santa-aliança de todas as forças de esquerda, aliança que beneficia os comunistas, por ter sido habilmente manipulada por eles. Furet dissecou muito bem³⁶ a estratégia do Comintern que, a partir de 1934, “torna-se especialista em utilizar a acusação de fascismo contra todos os seus adversários, de direita ou de esquerda”. Até esse momento, os comunistas qualificavam de “fascistas” não apenas os adeptos de Mussolini ou de Hitler, mas os liberais e os socialistas dos países democráticos. A partir daí, eles passam a admitir que se pode ser um antifascista sincero sem ser comunista, desde que o indivíduo não seja tampouco anticomunista. Eles dão um ultimato à esquerda e a todos os democratas, nos seguintes termos: vocês não têm direito de criticar Hitler se não renunciaram a criticar Stalin.³⁷ De certa forma, os comunistas colocam algemas na esquerda e nos democratas, fazendo-os subscrever um princípio que resistiu até mesmo ao pacto entre Hitler e Stalin, em 1939: ser anticomunista é, necessariamente, ser fascista ou, pelo menos, reacionário. É nessa época que se cristaliza uma sentença duradoura. Vinte anos mais tarde, ela irá expressar-se, principalmente, pela famosa e deplorável acusação de Jean-Paul Sartre – “todo anticomunista é um cachorro”. Mesmo no ano 2000, apesar de ter o comunismo real caído na infâmia e no ridículo, aqueles que o combatiam quando ele era poderoso ainda eram considerados “reacionários”. Cinquenta anos após o desaparecimento do nazismo e do fascismo, dez anos após o desaparecimento do comunismo, a lavagem cerebral implantada pelo Comintern³⁸ nos anos trinta ainda funciona!

35 Ver Capítulo IV: “*La notion d’évolution, source du sophisme totalitaire*”; e o Capítulo VII: “*Révolutions contre la Révolution*”.

36 Capítulo VIII: “*La Culture antifasciste*”.

37 A respeito desse período, ver o livro esclarecedor de Christian Jelen, que cita Furet, *Hitler ou Staline*. Flammarion 1988. É um sintoma claro da tenacidade da mentira ideológica que, em plena *glasnost* soviética, esse livro tenha sido execrado, na França, no mais puro estilo staliniano, pelos críticos de esquerda, mesmo os não-comunistas.

38 Em sua *Histoire de l’Internationale communiste* (Fayard 1997), Pierre Broué explica que se deve usar a expressão “a Comintern”, já que “Internationale”, em francês, é uma palavra feminina. E que não se deve escrever Comintern com “K”. Eu uso o “C” mas não aceito o feminino. O hábito de falar “o Comintern” já está tão enraizado, e há tanto tempo, que resolvi mantê-lo. Boris Souvarine já insistia para que se usasse o “C”.

Assim foi que, logo após a publicação de *O Livro Negro do Comunismo*, vimos proliferar as acusações de fascismo contra os autores. A revista *L'Histoire*³⁹ (que costumava ser mais ética) observa a estranha coincidência entre o lançamento do livro e a realização de uma reunião da Frente Nacional cujo tema era o processo contra o comunismo. A mesma correlação aparece, evidentemente, no *L'Humanité*,⁴⁰ mas esse periódico tem a desculpa de só servir para isso. Eu diria mesmo que sempre foi um indicador muito útil para se distinguir o verdadeiro do falso, já que ninguém ignora que, a partir do momento em que ele publica algo, basta tomar o sentido contrário para obter-se a versão mais próxima possível da verdade. É bem prático. Depois do *L'Humanité* vêm – ora vejam! – *Témoignage chrétien*⁴¹ e *Le Monde*.⁴² Nesse último, Patrick Jarreau lança a fatídica maldição: a “referência aos crimes contra a humanidade e aos processos de Nuremberg lembra os argumentos sustentados tantas vezes por Jean-Marie Le Pen, presidente da Frente Nacional”. O aspecto intrigante no automatismo dessas eructações repetitivas é sua pobreza. Como é possível que em 24 anos a esquerda não tenha encontrado para fazer nada melhor do que acusar de fascistas todos os seres pensantes que ousam esfregar-lhe no nariz seu verdadeiro *curriculum vitae*, ou mesmo estar em desacordo com suas opiniões, não apenas políticas, mas literárias, filosóficas, econômicas ou artísticas? Para o diretor do *Monde*, Jean-Marie Colombani, o *Livro Negro* serve de “álibi para aqueles que desejam provar que, se um crime compensa outro, as últimas barreiras que nos protegem da legitimação da extrema direita caíram por terra.” Estranha concepção utilitária da pesquisa científica! Em que medida o trabalho dos historiadores acerca dos crimes dos colonizadores franceses teria por finalidade desculpar os crimes dos colonizadores espanhóis ou ingleses? Para Madeleine Rebérioux,⁴³ presidente de honra da Liga dos Direitos do Homem, o objetivo de Stéphane Courtois é “de certa forma” (de que forma? sejamos precisos, por favor!) inocentar Papon, o prefeito pró-Vichy cujo julgamento estava ocorrendo nesse mesmo momento em Bordeaux. Não precisam nos desfiar um rosário dizendo que devemos distinguir entre comunismo e stalinismo, que seria a sua deformação, já que os mais grosseiros golpes baixos stalinistas continuam em voga entre os membros da alta e baixa *intelligentsia* parisiense e seus sócios políticos.⁴⁴

39 Novembro 1997.

40 Em 7 de novembro de 1997.

41 Em 28 de novembro de 1997.

42 Em 9 de novembro de 1997.

43 *Le Journal du dimanche*, 2 de novembro de 1997, e *L'Humanité*, 7 de novembro de 1997.

44 Pode-se encontrar um notável e minucioso panorama desses golpes baixos em: Pierre Rigoulot e Ilios Yannakakis, *Un pavé dans l'Histoire. Le débat français sur le "Livre Noir du Communisme"*, Robert Laffont, 1998.

O historiador Pierre Vidal-Naquet descobre, nos autores do satânico *Livro Negro*, o desejo de “substituir os crimes do nazismo com os do comunismo e não apenas os do stalinismo, à guisa de contraste universal”.⁴⁵ Será que posso recordar que, até hoje, na verdade, os crimes do nazismo é que foram sistematicamente “trabalhados” para ocultar, minimizar, ou mesmo justificar os do comunismo? Será que posso também me surpreender com a concepção segundo a qual a exibição da série de crimes comunistas totalitários serviria para atenuar a gravidade da outra série? A descrição precisa dos crimes do comunismo não absolve os do nazismo nem o inverso ocorre. Será que podemos chamar de pesquisadores científicos esses sectários que sustentam uma tal argumentação, ou seja, que colocam o conhecimento da verdade em segundo lugar *depois* das conseqüências que esse conhecimento poderá ter para sua causa querida se ele for demasiadamente esclarecedor? No entanto, a socióloga Annette Wieviorka ostenta essa mesma bandeira, como que o estandarte de um “lyssenkismo” histórico-sociológico. Segundo ela, na verdade, o *Livro Negro* tende a “substituir, na memória dos povos, a criminalidade nazista pela criminalidade comunista”.⁴⁶ Que incrível farsa! Como é possível dizer que o estudo de um fenômeno histórico deveria “substituir na memória dos povos” o estudo de um outro fenômeno histórico?

Sorrimos com indulgência ao ver essas tiradas grotescas vindas de politiqueiros de baixo nível. Mas de pesquisadores científicos! A chave do enigma é que eles querem, isso sim, obter para eles próprios aquilo que acusam os outros de fazer, no sentido inverso: querem utilizar o nazismo para impedir que se exponha demasiadamente a verdadeira história do comunismo.

No dia 4 de dezembro de 1997, participei do programa de Jean-Marie Cavada, “*La Marche du siècle* [A Marcha do Século]”, consagrado nesse dia ao *Livro Negro*. Voltarei a esse tema, mas gostaria apenas de lembrar o gesto tão significativo de Robert Hue, secretário nacional do Partido Comunista Francês, que, no final, exibiu de repente um exemplar do jornal *National Hebdo*, de tendência “lepenista” e dirigiu-se a Stéphane Courtois, também presente, acusando-o (isso começa a virar um hábito!) de entrar no jogo da extrema direita, que “convoca um novo julgamento dos comunistas e dos judeus”. A tolerância com esse tipo de procedimento, o fato de ele não desonrar definitivamente aqueles que o utilizam, o fato de que o primeiro nome de um partido que tem representação no Parlamento e que participa do

45 *Critique communiste*, fevereiro de 1998.

46 *Le Monde*, 27 de novembro de 1997.

Governo possa empregá-los rotineiramente em um programa de televisão de um canal dito público, ao mesmo tempo fazendo-se passar por um comunista “moderado”, um cérebro marxista de um “novo tipo”, prova que a esquerda francesa está longe de acertar seus ponteiros com a hora histórica contemporânea. Essa esquerda, é bem verdade, prefere fazer o julgamento da História, que teria se enganado ao banir o comunismo, a fazer o seu próprio julgamento, já que ela estava, e ainda está, no caminho certo segundo ela mesmo avalia, orgulhosa. No colóquio dos intelectuais do Leste e do Ocidente, já mencionado anteriormente, pôde-se ouvir uma senhora que gritava: “Será que cometemos algum erro? De jeito nenhum! Foi a História que mudou de direção.”

Mas preciso com urgência apresentar um quadro claro da imprensa e dos intelectuais de esquerda, entre os quais, felizmente para a França, uma parcela importante, incluindo a que detém maior autoridade, soube mostrar-se à altura da questão colocada pelo *Livro Negro*, ou, mais precisamente, da *resposta* dada por esse livro à questão da criminalidade comunista. Ao contrário de Pierre Bourdieu, que se acomodou na inépcia que só encontramos na “esquerda da esquerda” (guardemos esse tesouro, “referencial” indispensável!) ao escrever no *Le Monde*⁴⁷ que nossa sociedade “ultraliberal” (aplausos, por favor) estava sendo moldada “por uma ‘fascisação’ avassaladora ou declarada”, outros salvaram a honra de sua família política! Jean Daniel e Jacques Julliard, no *Le Nouvel Observateur*, Jacques Amalric e Laurent Joffrin, no *Libération*, são alguns daqueles que, juntamente com André Glucksmann, cumpriram com firmeza o dever da honestidade intelectual e da moral, que exige, em primeiro lugar, conhecer os fatos e deles tirar ensinamentos, sem deturpações obsoletas. Esse dever foi expresso por Jean-François Bouthors nesse belo trecho de um artigo do *La Croix*:⁴⁸ “É preciso ler esse livro página por página e não se embarcar na polêmica que suscita sem antes respeitar as vítimas sobre as quais ele fala. Ler-se-á página por página, do começo ao fim. Cada página lida, pode-se dizer, é um passo, embora modesto, se comparado aos passos dos deportados, e sempre estaremos longe demais do fim para que possamos fazer uma idéia do drama, do sofrimento... Depois de ter lido tudo, aí sim poderemos falar a respeito, poderemos discutir. Assim teremos cumprido nosso dever de louvar a memória e respeitar a honra das vítimas. Porque trata-se de vítimas, mais do que de ideologias, de intenções políticas.”

47 Em 8 de abril de 1998.

48 Em 13 de novembro de 1997.

Assim, com freqüência, observamos entre os intelectuais jornalistas que, nesse caso, souberam ter mais escrúpulos em relação à verdade histórica do que certos historiadores oficiais, comodamente instalados nas instituições universitárias de altos estudos e baixo nível de produção. Já mencionei como dois escritores que contribuíram para o *Livro Negro*, Nicolas Werth, autor do capítulo sobre a União Soviética, e Jean Louis Margolin, autor do capítulo sobre a China, sofreram pressões da parte de seus superiores hierárquicos na universidade, que os submeteram praticamente a uma chantagem com relação ao futuro de suas carreiras, intimando-os a se retratarem, o que fizeram claramente no programa de Bernard Pivot “*Bouillon de culture* [Caldo de cultura]”, em 13 de novembro de 1997.

Esse abuso de poder ilustra bem os estragos do centralismo universitário francês e seus efeitos esterilizantes da vida intelectual nacional. Nos países onde o ensino superior e a pesquisa estão disseminados entre dezenas de universidades independentes e livres de um poder central que as controle de uma só vez, um pesquisador pode perfeitamente posicionar-se na contramão da tendência ideológica dessa ou daquela universidade, sem que por isso se veja impedido de prosseguir com seu trabalho e ganhar sua vida. Se ele tiver méritos, uma outra universidade o acolherá, sem levar em conta preconceitos que coloquem em risco os resultados de suas pesquisas. Na França, a situação é completamente diferente, cada campo da pesquisa de alto nível obedecendo ao controle de algum potentado que ocupa uma alta posição política, senhor absoluto das nomeações e dos créditos, e do qual são servos intelectuais e pessoais todos aqueles que desejam sobreviver. Devo acrescentar que, ao obrigá-lo a se “retratar”, o superior de Nicolas Werth revelou o baixo nível de sua consciência científica. Porque podemos nos retratar de uma opinião, nunca de um fato. Obrigar à retratação um historiador que diz: “Napoleão perdeu a batalha de Waterloo” é fruto da farsa totalitária e não da controvérsia histórica.

Tais mesquinhas não devem mascarar o cerne do problema. Se o *Livro Negro* provocou a “enorme polêmica” que François Furet se comprazia em haver evitado quando escreveu *Le Passé d'une illusion*, é porque ele articula, simplesmente reagrupando o conjunto dos malfeitos do comunismo e deixando falar mais alto a realidade, um repertório muito mais esmagador para o comunismo (e para todos aqueles que o aclamaram ou aceitaram) do que o livro lançado apenas um ano antes.

A “paixão revolucionária” citada por Furet, como toda paixão, pode ser cega. É uma fraqueza à qual, no caso do comunismo, devemos lamentar ter sucumbido: não é um crime. A solidariedade antifascista pode ter sido uma armadilha na qual caímos, mas foi uma armadilha honrada. Os ingênuos que se deixaram levar cometeram sem dúvida um erro de julgamento, não um pecado contra a moral. Não foi agradável ser chamado de bobo por Furet, mas pelo menos isso não era o mesmo que ser chamado de criminoso.

Com o *Livro Negro*, passamos da repreensão paternal ao tribunal do júri. Leções de criminosos comunistas desfilam, pela primeira vez, em traje de gala, inventariados e organizados em uma síntese exaustiva. É bem verdade que cada um dos dossiês reunidos nessa obra volumosa contém informações que, ao menos em parte, já eram conhecidas há muito tempo. Entretanto, chegavam ao Ocidente em pequenos fragmentos separados e referentes ora a um país comunista, ora a outro, era relativamente fácil contestá-las, fingir não as ver, enterrá-las o mais rápido possível. A história dessa autodesinformação do Ocidente foi escrita em paralelo à própria história do comunismo.⁴⁹ A novidade trazida pelo *Livro Negro*, fonte de seu violento efeito de choque, é que ele apresenta o somatório. Além disso, como fruto de um trabalho profissional de pesquisadores eminentes, ele acrescenta novas informações às já registradas. Ele controla, verifica, corrobora e completa. Dele se extrai uma conclusão: o comunismo foi algo diferente e bem pior do que uma “ilusão” – foi um crime. Ter sido comunista significou ter sido co-autor ou cúmplice de um crime colossal contra a humanidade.

Além disso, a “convivência”, como dizia o pobre Cardeal Decourtray, adotada por várias alas da esquerda não-comunista em relação ao comunismo, poderia ser explicada, durante a década de 1930, pelos imperativos da luta antifascista. Mas (e esta é uma objeção que muitas vezes fiz a Furet, tanto em minha resenha sobre seu livro quanto em vários debates posteriores, em público ou reservados) essa justificativa deixa de ser pertinente após a guerra e, mais ainda, na década de 1970. Ora, foi exatamente nesse período, quando não havia mais qualquer perigo real de fascismo na Europa e, ao contrário, acabavam de desaparecer o franquismo e o salazarismo, que vimos os socialistas se voltarem novamente para Marx e se reaproximarem do PCF, da União Soviética, atirando no inferno da eterna reação os

49 Entre as obras mais recentes consagradas a esse suicídio político-intelectual, citarei Christian Jelen, *L'Aveuglement* [A Cegueira], Flammarion, 1984, e Pierre Rigoulot, *Les Paupières lourdes* [As Pálpebras Pesadas], Éditions Universitaires, 1991. Há muitas outras, em todas as línguas, publicadas desde há muito tempo.

poucos obstinados que analisavam o comunismo sem complacência. Furet exagera um pouco quando sugere que os socialistas sempre respeitaram o comunismo, honrando o preceito: “Sem inimigos à esquerda!” Mesmo sem voltar ao congresso de Tours, na década de 1920, ao perene “Fogo em Léon Blum! Fogo na socialdemocracia”, do perecível Aragon, devemos lembrar que a Segunda Internacional e, na França, a SFIO renovaram, na Resistência e após 1945, sua tradição antitotalitária. O socialista Jules Moch, Ministro do Interior de 1947 a 1950, não parece ter-se deixado paralisar pelo medo de ser considerado anticomunista quando reprimiu sem hesitação as greves insurrecionais do inverno de 1947-48, nem quando expôs, sem meias palavras, na tribuna da Assembléia Nacional, os segredos do Banco Soviético na França e seu papel no financiamento do Partido Comunista Francês a partir de Moscou. Foi um presidente do Conselho Socialista, Paul Ramadier, quem expulsou do Governo, em maio de 1947, os ministros comunistas. E nessa época, o adágio favorito da SFIO era: “Os comunistas não estão à esquerda, estão no Leste.” O tabu de que a década de 1930 haviam proscrito à esquerda o anticomunismo e o anti-sovietismo havia sido, portanto, pulverizado. Ele acabou de cair aos pedaços por ocasião das revoltas populares de Berlim Oriental, em 1953, da Polônia e da Hungria em 1956, revoltas reprimidas pelas forças soviéticas de ocupação com uma selvageria que todos conhecemos. Durante as décadas de 1940 e 1950, a relação entre as duas esquerdas se inverteu. Em vez de curvar-se e continuar agüentando a chantagem comunista – “se vocês são anticomunistas, então vocês são fascistas” –, os democratas de esquerda tornaram-se procuradores e foi sua vez de interpelar os comunistas, exigindo-lhes que se explicassem acerca da conduta inqualificável da União Soviética na Europa Central. O “relatório secreto” de Nikita Khrushchev em 1956 acabou de desacreditar os comunistas como paladinos da liberdade. E a construção do Muro de Berlim, em 1961, apenas reforçou esse descrédito.

Por isso é tão surpreendente ver, durante a década de 1960 e, mais ainda, na de 1970, reconstituir-se o tabu que proíbe o anticomunismo à esquerda – e mesmo à direita! Constata-se então, na França, a adoção do “Programa comum” social-comunista, cujas origens não estão de modo algum limitadas às causas eleitorais ligadas às imposições do voto majoritário, mas traduzem, sim, uma retomada de profundas convicções marxistas-leninistas entre a nova geração socialista. Willy Brandt, na Alemanha, Olof Palme, na Suécia, Kalevi Sorsa, na Finlândia, também direcionaram a socialdemocracia no sentido pró-soviético. E, sob sua influência, a

Internacional Socialista, pela primeira vez em sua história, pôs-se a fazer a corte a Moscou. Entre os governantes socialdemocratas da Europa, somente Mario Soares, em Portugal, e Felipe Gonzalez, na Espanha, resistiram a essa evolução. Foi justamente no período em que se tornou impossível ignorar não apenas o caráter irremediavelmente despótico de todos os regimes comunistas, mas também seu crônico fracasso econômico e cultural, que os progressistas ocidentais se puseram a copiar como nunca a sua doutrina. Assim, em 1977, o Partido Socialista francês dá à luz uma *Pequena Bibliografia Socialista*, destinada à formação teórica de seus adeptos. Essa brochura é ornada por um prefácio de Lionel Jospin, secretário nacional e futuro primeiro secretário do PS, e aspirante a Ministro da Educação, candidato à Presidência da República e a Primeiro-Ministro. A lista de “clássicos do socialismo”, cuja leitura é recomendada aos militantes, é formada quase exclusivamente de clássicos... do comunismo. Com exceção de Jaurès e Blum, cujas obras teria sido difícil para o PS francês censurar, a *Bibliografia*, seguindo uma autêntica lógica leninista, não menciona nenhum dos autores fundamentais da tradição do marxismo reformista – Karl Kautsky, Otto Bauer ou Edouard Bernstein. Seguindo a tendência do sectarismo bolchevique, esses inimigos de Lenin merecem o ostracismo. Além, evidentemente, de Marx e Engels, sobressaem, como não poderia deixar de ser, o próprio Lenin, seguido de Rosa Luxemburg, Antonio Gramsci, Mao Tsé-tung (cujos crimes já estavam, em 1977, amplamente documentados e cuja futilidade filosófica já havia sido completamente desmascarada por Simon Leys) e finalmente Fidel Castro, outro *virtuose* dos pelotões de fuzilamento, que mesmo os soviéticos nunca ousaram elevar à categoria de pensador. Chegamos a lamentar que o PS não tenha também encorajado seus militantes a se impregnarem das obras desses titãs intelectuais que foram Kim Il Sung e Enver Hodja.

Portanto, relacionar a excomunhão dos anticomunistas à necessidade de contra-atacar o fascismo parece-me ser resultante daquilo que o próprio Furet, em sua obra *Penser la Révolution française* [Pensando a Revolução Francesa], recusava como sendo uma vazia “explicação pelas circunstâncias”, no caso, imaginárias.

Preciso dizer que todos os elementos que podem calar os detratores do *Livro Negro* já estão disseminados no *Le Passé d'une illusion*. Furet não teria aceito a tarefa de prefaciá-lo, trabalho hercúleo empreendido por Stéphane Courtois e sua equipe, tarefa que sua morte prematura o impediu de realizar, se não estivesse convencido da veracidade dos resultados. Ocorre que, para o grande público, a imagem simplificada do ensaio de Furet repousava sobre as duas noções de “ilu-

são” e de “frente antifascista”. Toda obra de reflexão que consegue divulgação em massa termina reduzida a um pequeno número de teses, tanto mais reduzido quanto maior for sua audiência.

O mistério das reações ao *Livro Negro* reside no fato de que a ladainha farisaica pró-comunista e o ódio mortal contra o anticomunismo sobreviveram não apenas a qualquer ameaça fascista mas a todas as esperanças comunistas! Furet assinala claramente esse paradoxo no epílogo do *Passé d'une illusion*: “Às vésperas da implosão do regime fundado por Lenin, o anticomunismo é, sem dúvida alguma, mais amplamente condenado no Ocidente do que nos velhos tempos da vitória do antifascismo.”

Nenhuma das justificativas apresentadas desde 1917 a favor do comunismo real resistiu a sua aplicação; nenhum dos objetivos que ele se propunha atingir foi atingido: nem a liberdade, nem a prosperidade, nem a igualdade, nem a paz. Felizmente desapareceu, sob o peso de seus próprios defeitos, mais do que dos golpes de seus adversários. E, no entanto, talvez nunca tenha sido tão ferozmente protegido, por tantos censores inescrupulosos, como depois de seu naufrágio.

Que abnegação é necessária para malhar em favor de um sistema político e ideológico que não tem mais futuro, nem mesmo presente, e cujo passado é tão grotesco, estéril e sanguinolento! Levar tão longe o sacrifício voluntário da própria inteligência é uma prova dura para a auto-estima, mas permanece um enigma: o do homem, sem dúvida.

Pânico entre os revisionistas

Não são muitos os revisionistas nazistas. Os pró-comunistas são uma legião. Na França, há uma lei (Lei Gayssot, nome do deputado comunista autor da sua redação e que, é compreensível, viu os crimes contra a humanidade com um olho só) que prevê sanções contra as mentiras do primeiro grupo. Os outros podem negar impunemente a criminalidade de sua facção ou campo preferido. Não falo apenas da facção ou campo político, no singular, mas também dos campos de concentração, no plural: o *gulag* soviético do passado e o *laogai** chinês de hoje, em plena atividade, que têm como marca registrada milhares de execuções sumárias a cada ano. E esses são apenas os principais exemplos de um tipo de estabelecimento inerente a todo regime comunista.

Entende-se assim que, habituados a essa desigualdade de tratamento, os revisionistas pró-comunistas tenham ficado chocados quando da publicação do *Livro Negro*, que estabelece de modo claro duas verdades: o comunismo sempre foi e continua sendo intrinsecamente criminoso; e, nesse aspecto, ele em nada difere do nazismo.

Uma torrente de imprecações derramou-se, portanto, contra os autores blasfemos. O diretor do *Monde* os acusou de “casuísmo”, enquanto Lily Marcou não

* N. do T.: *gulag* e *laogai* são denominações dos campos de concentração implantados pelos regimes comunistas, respectivamente na ex-União Soviética e na China.

percebia estar cometendo esse erro ao falar, sem muita imaginação, de “presente oferecido à Frente Nacional no momento do julgamento de Papon”. Aliás, essa é uma das astúcias recorrentes da esquerda pró-totalitária: recusar os fatos sob pretexto de que, mesmo comprovados, o momento é inadequado para falar sobre eles e só beneficia o fascismo. Logicamente, para o comunista Gilles Perrault, o livro era uma “impostura intelectual” e para o trotskista Jean-Jacques Marie, uma fraude. Ficamos estupefactos com a pobreza dessas acusações, que se repetem, imutáveis, desde as décadas de 1920-50, contra Panaït Istrati, Boris Souvarine, Victor Serge, André Gide, Arthur Koestler, David Rousset, Victor Kravtchenko, Robert Conquest e outros. São as mesmas ofensas que receberam a publicação de *O Arquipélago Gulag* – quase vinte anos após o relatório Khrushchev! Se alguém quiser estudar um sistema mental que funcione inteiramente dissociado dos fatos e que elimine imediatamente toda e qualquer informação que contradiga sua visão do mundo, deve estudar o sistema dos inimigos da história científica do comunismo. São laboratórios de teste insuperáveis. Às vezes ocorre que os comunistas registrados ou seus jornalistas juramentados mostram-se mais ágeis nas técnicas de esquiva do que seus inábeis aliados. Eventualmente, eles admitem que “não se trata de negar os crimes relatados no *Livro Negro*”, nas palavras de Régine Deforges em sua crônica no *L’Humanité*.⁵⁰ De que se trata então? De sustentar a tese de que esses crimes não representam o comunismo. Essa é a tática que aplicará, imperturbável, o secretário nacional do PCF, Robert Hue, durante todo o programa “La Marche du Siècle”, já mencionado, do qual participou em companhia de Stéphane Courtois, Andrei Gratchev, antigo porta-voz de Gorbatchev e autor da obra *L’Histoire vraie de la fin de l’URSS*,⁵¹ Jean Ferrat, cantor vedete comunista, e Jacques Rossi. Esse último, quase nonagenário, antigo membro francês da Internacional comunista, havia sido preso em Moscou antes da guerra, sob alegações imaginárias, como tantos outros bons e fiéis servidores comunistas, e enviado ao *gulag*, onde passara 19 instrutivos anos. Ele acabara de publicar – por isso fora convidado por Jean-Marie Cavada – o livro *Manuel du Gulag* [Manual do Gulag], um “dicionário histórico”.⁵² Nesse livro ele demonstra, graças a sua experiência como antigo cliente desse tipo de vilegiatura, que o *gulag* era muito mais do que um campo de concentração repressivo e exterminador. “O *gulag*”, diz ele, “servia como um *laboratório* para o regime

50 Em 18 de novembro de 1997.

51 Éditions du Rocher. Traduzido do russo por Galia Ackerman e Pierre Lorrain, 1992.

52 Le Cherche-Midi editor, 1997.

soviético, em sua tentativa de *criar uma sociedade ideal*: posição de sentido e pensamento unificado.” (Os grifos são meus.)

Palavras duras para os comunistas presentes ao programa. Por isso Robert Hue aplicou durante toda a transmissão seu plano de batalha, dividido em duas partes. “Primeiramente”, disse ele, “reconhecemos a existência dos fatos abomináveis relatados no *Livro Negro*. Em segundo lugar, esse fatos abomináveis *não têm nada a ver com o comunismo*. Eles são uma perversão do regime. Não decorrem dele, mas sim o traem.”

É de se admirar que esses socialistas “científicos” defendam com tanta ingenuidade a existência de fenômenos históricos sem causa, e que, além disso, tenham o péssimo hábito de se repetir com a regularidade de uma órbita astral. A repressão em campos de concentração ou em cárceres, os processos fraudulentos, os expurgos assassinos, as ondas de fome provocadas acompanham todos os regimes comunistas, sem exceção, ao longo de sua trajetória. Seria fortuita essa associação? Será que a verdadeira essência do comunismo reside no que jamais foi, ou nunca produziu? Que sistema é esse, então, dizem ser o melhor e jamais foi concebido pelo homem, porém dotado dessa propriedade sobrenatural de nunca conseguir colocar em prática senão o contrário do que prega, aliás sua própria perversão?

No programa *Bouillon de culture* de 7 de novembro, os comunistas presentes já haviam sustentado que a história do comunismo real não tinha qualquer relação com o comunismo. Mas então por que insistem em negar os crimes desses regimes totalitários que, segundo vocês mesmos, não eram comunistas? Se continuam gostando deles, é porque, na verdade, eles eram pelo menos um pouco comunistas... Do contrário, teremos, de um lado, uma série de causas representantes da mais sublime perfeição e do outro, uma de efeitos dos mais execráveis da história da humanidade. Isso não é mais o materialismo histórico, é magia negra. Apesar de seu absurdo raciocínio, os comunistas presentes ao *Bouillon de culture* atingiram seu objetivo, que era o de cortar a palavra de seus interlocutores historiadores, tantas vezes que os telespectadores praticamente não conseguiram entender qual era exatamente o conteúdo do *Livro Negro*. Missão cumprida. Como “saideira”, um dos comunistas conseguiu até mesmo achar um rótulo para Stéphane Courtois... de anti-semita!

No *La Marche du siècle*, Robert Hue nos empurra o mesmo refrão: o comunismo era uma linda cerejeira na qual, por um acaso incompreensível, só brotavam cogumelos venenosos. Para ilustrar esse raciocínio poderosamente racional,

Jean Ferrat veio com o sentimentalismo choroso. Falou com ternura sobre a generosidade, a fraternidade, a esperança etc. comunistas. Robert Hue estava lá para louvar, Jean Ferrat, para comover. O dueto estava bem afinado. O movimento final foi uma reedição da pantomima utilizada pelos bravos camaradas no *Bouillon de culture*. Foi o momento, já relatado, em que o secretário nacional tirou da manga e brandiu, diante das câmeras, um número do jornal “lepenista” *National Hebdo*, acusando-nos, a mim, a Stéphane Courtois e a Jacques Rossi, de entrar no jogo do fascismo. Nessa desprezível conspiração do nosso “bando dos três”, é importante desmascarar o caráter particularmente tortuoso da tramóia engenhosa de Jacques Rossi. Pois não é que ele havia levado seu vício reacionário até o ponto de se fazer aprisionar, durante 19 anos, no *gulag*, com a única finalidade de, no futuro, servir como propaganda anticomunista à futura Frente Nacional, que naquela época nem mesmo existia? Afinal de contas, quem não é, de vez em quando, fascista, aos olhos dos comunistas? Será preciso lembrar que, quando soou o chamado para a união de forças que deu origem à Frente Popular, em 1936, os socialistas eram comumente chamados, pelo PCF e pela Internacional comunista, de “sociofascistas”?

* * *

Outra lição extraída da leitura do *Livro Negro* foi ainda mais indigesta para a esquerda: a classificação do comunismo e do nazismo na mesma categoria. Como escreveu justamente Jacques Rossi em seu *Manuel du Gulag*: “É inútil tentar descobrir qual dos regimes totalitários de nosso século foi o mais bárbaro, porque ambos impuseram o pensamento unificado e deixaram uma montanha de cadáveres.” Esse parentesco do comunismo com o nazismo é, para a esquerda, um tema recorrente mas periódica e sabiamente enterrado. Assim, Romain Rolland, partidário relativamente lúcido da revolução bolchevista, antes de entrar na decadência stalinista, escreveu, em 1927: “Nunca mudei de idéia em relação ao bolchevismo. Portador de grandes idéias (ou antes, representante de uma grande causa, já que o pensamento nunca foi seu ponto forte), o bolchevismo arruinou causa e idéias devido a seu sectarismo estreito, sua intransigência inepta e seu culto à violência. Ele engendrou o fascismo, que é um bolchevismo ao contrário.”⁵³ François Furet, que cita esse trecho em *Le Passé d'une illusion*, dá outros exemplos que mostram que, mesmo na época em que era dominante o tabu quase inviolável da solidariedade antifascista com os comunistas, certos

53 Romain Rolland, *Voyage à Moscou*, Albin Michel, 1992.

democratas tiveram a coragem de insistir em lembrar o parentesco entre os dois regimes totalitários. Em junho de 1935, quando Stalin acabara de enviar o comunista dissidente Victor Serge para a Sibéria, um grande professor antifascista italiano, Gaetano Salvemini, exilado por Mussolini, sobe à tribuna e, diante de um plenário quase todo controlado pelo Comintern e seu enviado, Willy Münzenberg, ousa declarar: “Eu não teria o direito de protestar contra a Gestapo e contra a OVRA* fascista se eu pudesse esquecer que existe uma polícia política soviética. Na Alemanha, há os campos de concentração, na Itália, as ilhas penais, e na Rússia soviética, existe a Sibéria... É na Rússia que Victor Serge está preso.” O próprio Victor Serge, aliás, escreveria, em 1944: “O totalitarismo stalinista é o terrível sucessor do totalitarismo nazista.” E Léon Blum escreve, em janeiro de 1940, no *Le Populaire*, veículo do Partido Socialista: “Tudo se passou como se Stalin já tivesse, há muito tempo, vista e sabida por Hitler, uma preferência marcada, uma tendência definida, pela aliança germano-soviética. Essa tendência, complicada pelo ódio e pelo desprezo aos democratas ocidentais, já havia sido apontada inúmeras vezes por nossos camaradas *mencheviks* ou por comunistas desencantados como Boris Souvarine.” É interessante notar, como um detalhe, que o pestilento Souvarine volta a ser (provisoriamente) mencionável. Em 1935, ele teve dificuldades para encontrar um editor que quisesse publicar seu livro *Staline*, monumento historiográfico sobre o bolchevismo, mas que após a guerra recaiu no inferno do anticomunismo visceral e ficou desaparecido até sua reedição em... 1977. Sem dúvida o artigo escrito por Blum foi em parte ditado pelo terrível golpe sofrido pela esquerda, no verão anterior, com o pacto nazi-soviético. Mas não apenas por isso, pois a linha socialista antitotalitária remonta à própria inspiração do congresso de Tours, em 1920. Muitos outros documentos davam sustentação a esse conceito: o paralelo entre os dois regimes totalitários não surgiu com o *Livro Negro* de 1997; ele foi estabelecido várias vezes, apesar do terror intelectual reinante, quando os dois regimes coexistiam.

Se ele foi objeto de uma censura cada vez mais restritiva daí para a frente, foi por duas razões. A primeira, foi que a União Soviética participara da guerra contra Hitler. A segunda, pelo caráter único e incomparável do Holocausto.

Ao primeiro argumento, pode-se replicar, e muitas vezes se opor, de fato, que Stalin só entrou na guerra ao lado dos aliados contra a sua vontade. Tudo o que

* N. do T.: abreviatura de *Opera di Vigilanza e Repressione dell'Antifacismo*, polícia política do regime fascista de Mussolini.

ele queria era digerir em paz os presentes territoriais que Hitler lhe havia dado, em 1939, para comprar sua neutralidade. Em junho de 1941, foi a Alemanha que atacou a Rússia, e não o inverso. É sabido que essa ofensiva surpreendeu os dirigentes soviéticos, inteiramente despreparados, levando-os ao pânico. Além disso, o argumento de que o comunismo seria democrático por ter contribuído para a luta antifascista é tão inaceitável quanto dizer-se que o nazismo foi democrático por ter participado da luta contra o stalinismo. Não absolvemos os “colaboracionistas” franceses que lutaram ao lado dos nazistas ou que os apoiaram do ponto de vista ideológico, sob pretexto de uma “cruzada antibolchevista”, mesmo se consideramos, como eles, que o comunismo seja inaceitável. Mas, retrospectivamente, estaremos dando razão a eles, se chamarmos de democratas os comunistas que combateram o fascismo. Uma tirania pode combater outra; Saddam Hussein declarou guerra ao aiatolá Khomeini, mas nem por isso qualquer um deles tornou-se um democrata. E os verdadeiros democratas, que se encontrem, por força das circunstâncias, associados a um regime totalitário, não devem esquecer que as motivações de seu aliado provisório nada têm em comum com as suas. Infelizmente, esse é um aspecto no qual as democracias raramente mostraram lucidez.

O argumento que destaca o caráter excepcional do extermínio dos judeus da Europa, por outro lado, atrai a aprovação e se impõe a todo observador de boa-fé. Mas isso não significa que o Holocausto tenha sido o único crime contra a humanidade, ou o único genocídio cometido. Assinalando a motivação ideológica dos crimes nazistas, o procurador-geral da França em Nuremberg, em 1945, François de Menthon, disse: “Não estamos diante de um crime acidental, ocasional, mas sim diante de um delito sistemático, derivado direta e necessariamente de uma doutrina.” Essa definição do crime contra a humanidade, enunciada a propósito dos delitos nazistas, cai como uma luva sobre os cometidos pelos comunistas. Ainda mais claro, o Código Penal francês de 1992 corrobora plenamente esse enquadramento quando ele insere no conceito de crime contra a humanidade “a deportação, a escravidão, a prática maciça e sistemática de execuções sumárias, os seqüestros seguidos de desaparecimento, a tortura, os atos desumanos inspirados por motivos políticos, filosóficos, raciais ou religiosos, e perpetrados como parte da execução de um plano direcionado contra um grupo da população civil”. Ora, o massacre e a deportação sistemáticos de grupos sociais ou étnicos, em virtude do que *eram* e não do que *fizeram*, permeiam toda a história do comunis-

mo. Como exemplo, em 27 de dezembro de 1929, Stalin anuncia “uma política de extermínio dos *koulaks** como classe”.⁵⁴

Ainda de acordo com nosso Código Penal, é considerado contra a humanidade todo crime “cometido em nome de um Estado que pratica uma política de hegemonia ideológica” e “cometido como parte da execução de um plano definido que tende à destruição total ou parcial de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, ou de um grupo determinado a partir de qualquer outro critério arbitrário”. Parece que estamos lendo um pequeno *memento* da história dos principais regimes comunistas. Será que é preciso lembrar novamente, depois do *Livro Negro*? O método utilizado na URSS pela GPU, ancestral do KGB, era o das cotas: cada região deveria prender, deportar ou fuzilar uma certa percentagem de pessoas pertencentes a certas camadas sociais, ideológicas ou étnicas. O que importava não era o indivíduo e sua eventual culpa pessoal (culpa em relação a que, aliás?), mas o grupo ao qual ele pertencia. Mesmo assim, de tempos em tempos, a comparação nazismo-comunismo é rechaçada, de modo que, quando um novo autor a retoma, a esquerda se empenha nas mesmas sutilezas cansativas para enterrá-la novamente.

Foi assim que, em novembro e dezembro de 1996, quando o canal *France 3* levou ao ar uma série de três programas extensamente documentados sobre as relações e a colaboração entre Hitler e Stalin – *Hitler-Staline, liaisons dangereuses* [Hitler-Stalin, Ligações Perigosas] – de Jean-François Delassus e Thibaud d'Oiron, mostrando particularmente que essa cumplicidade política e essa admiração recíproca eram bem anteriores ao pacto germano-soviético de 1939, fez-se silêncio sobre esses programas. Um ano depois, o silêncio foi rompido em razão do sucesso de *O Livro Negro do Comunismo*, que uma parte da esquerda, no primeiro momento, tentara no entanto desacreditar. Alguns autores do livro chegaram ao ponto de se retratar e de dizer, na própria *L'Humanité*, o contrário do que haviam demonstrado em seu texto. Por sua vez, Madeleine Rebérioux, presidente de honra da Liga dos Direitos do Homem, em sua entrevista já mencionada ao *Le Journal du Dimanche*, declarou que não se pode comparar o comunismo com o nazismo, porque, embora o comunismo tenha massacrado centenas de milhões de seres humanos, ele não o fez em nome de um princípio de discriminação racial, o que, em certos casos, é mentira. Além disso, assassinar um grupo de pessoas, qualquer que seja ele, em função do que é e não em função da eventual culpabilidade individual

* N. do T.: *koulaks*: denominação dos ricos proprietários de terras e fazendas na Rússia.

54 Citado por Annie Kriegel e Stéphane Courtois, *Eugen Fried*, Seuil, 1997, p. 87.

deste ou daquele membro, é um crime totalitário cuja essência é a mesma no nazismo e no comunismo.

Quanto à Liga dos Direitos do Homem, durante o período do Grande Terror, quando dos primeiros julgamentos em Moscou, em 1936, ela formou uma comissão de inquérito a pedido de seu presidente, Victor Basch, da qual ele mesmo fazia parte, bem como um advogado da Liga, Me Raymond Rosenmark.* Este, após uma viagem a Moscou, concluiu pela culpabilidade dos acusados. Para encobrir as fraudes dos julgamentos, ele se vale de um sublime argumento de Émile Kahn, secretário-geral da Liga: “Se o Capitão Dreyfus tivesse confessado, não teria havido o caso Dreyfus.” Invocar Dreyfus para justificar a condenação à morte de inocentes é um exagero em matéria de cinismo e de hipocrisia. Alguns ingênuos se surpreenderam. A Liga rapidamente os reduziu ao silêncio. A publicação *Les Cahiers de la Ligue* censurou as cartas de protesto de certos membros e, particularmente, recusou um artigo de Magdeleine Paz criticando o Relatório Rosenmark. Após o segundo julgamento, em janeiro de 1937, a Liga descarta uma proposição solicitando sua intervenção junto à embaixada da URSS. Depois disso, a pretensa comissão de inquérito se decompõe no nada, de onde, a bem dizer, ela nunca havia saído, já que nada mais fez do que servir de porta-voz ao Procurador Vychinski. A recordação dessa cumplicidade com os crimes contra a humanidade deveria ter inspirado a M. Rébérioux um pouco mais de “arrependimento” pelas dívidas de seus antecessores e um pouco menos de arrogância pelas suas. Não se entende por que o revisionismo e a contestação de crimes contra a humanidade seriam delitos penais quando se trata dos crimes nazistas mas não quando se trata dos crimes comunistas.

Ou melhor, entende-se perfeitamente. Esforcei-me para definir essa questão e esboçar uma resposta em meu livro *La Tentation totalitaire* (1976). A chave dessas estúpidas querelas está em um fenômeno facilmente observado. Em toda sociedade, inclusive as democráticas, existe uma proporção importante de homens e mulheres que detestam a liberdade – e conseqüentemente a verdade. O desejo de viver em um sistema de tirania, seja para participar do exercício dessa tirania, ou, ainda mais estranho, para submeter-se a ela, é uma causa que explica o advento e a duração de regimes totalitários em alguns países dos mais civilizados, como a Alemanha, a Itália, a China ou a Rússia do começo do século XX, não sendo esta, de forma alguma, o país de selvagens pintado pela propaganda comunista.

* N. do T: Me – abreviatura de *Maître* [Mestre], título empregado em francês quando se menciona ou se aborda um profissional do direito (advogado, tabelião) ou um eminente escritor.

A genialidade do comunismo consistiu em autorizar a destruição da liberdade em nome da liberdade. Ela permitiu portanto que os seus inimigos a esmagassem ou justificassem aqueles que o faziam, em nome de argumentos *progressistas*. Então, a partir do momento em que historiadores e filósofos políticos, limitando-se a registrar o comportamento dos dirigentes e o total de vítimas, recusam esses argumentos e constatam a identidade circunstancial, estrutural e criminal entre o nazismo e o comunismo, o subterfúgio dos adversários progressistas da liberdade e da verdade cai por terra de uma vez.

Daí porque combatem tão veementemente essa aproximação, revivendo incansavelmente sofismas lamentáveis, de uma deplorável pobreza intelectual. Tais sofismas, sempre os mesmos, consistem em negar a natureza intrinsecamente criminosa do comunismo ou em exigir, aos gritos, a abertura de um “livro negro do capitalismo”. Não se pode negar que os estados capitalistas tenham cometido crimes. Todos os cometem. Mas além do fato de que as democracias capitalistas cometeram crimes que não têm o caráter maciço e repetitivo dos crimes nazistas e comunistas, e que são, em número, bem inferior, há uma outra diferença fundamental. Ela é qualitativa: as democracias capitalistas não precisam cometer crimes para se manter, enquanto que os sistemas totalitários, quaisquer que sejam, não sobrevivem sem cometê-los. A questão não é saber se o capitalismo, o cristianismo, o islamismo, as monarquias, as repúblicas cometeram crimes ou não. A resposta é sim. A questão é saber se esses crimes foram o pano de fundo permanente de sua atividade. A resposta é não. Ao contrário, a criminalidade está constantemente associada ao comunismo. Ela foi a condição intrínseca de sua existência e sobrevivência. Quanto à objeção de que a matança foi menor na Hungria ou na Tchecoslováquia do que na URSS ou na China, trata-se de uma triste escapatória. Além das execuções sumárias, os julgamentos fraudulentos tão caros à nossa Liga dos Direitos do Homem floresceram nesses países (e também em Cuba), que na verdade eram colônias periféricas ocupadas pelo Exército vermelho, e onde uma cruenta repressão era desencadeada a qualquer sinal de desordem. Segundo seus defensores, o comunismo não foi criminoso, embora tenha originado crimes, em toda parte e a todo momento. É uma curiosa forma de aplicação do princípio de causa e efeito.

Outro estratagema defensivo, quando se torna obrigatório admitir a existência dos crimes comunistas contra a humanidade, consiste em negar que o regime que

os cometeu fosse verdadeiramente comunista. O toque final, nesse aspecto, é de Jean Lacouture: em seu livro *Survive le peuple cambodgien* [A sobrevivência do povo do Camboja] (1978), após lamentar, o que merece crédito, ter elogiado anteriormente o *Khmer Rouge*, ele simplesmente nega que Pol Pot e seus cúmplices tenham sido guiados por uma ideologia comunista. Segundo Lacouture, o regime de Pol Pot era um “fascismo tropical”, um “social-nacionalismo de plantações de arroz”. Portanto, quando um ideólogo marxista da mais pura tradição leninista se comporta, sem sombra de dúvida, como um carrasco nazista, a explicação é simples: é que justamente ele era um nazista e não um comunista.

Por isso, ainda hoje, é necessário lutar para privar os inimigos da liberdade de seus sórdidos subterfúgios. Primeiramente porque o comunismo, com seu amontoado de trapaças ideológicas, continua matando pessoas. No Tibete, por exemplo, contam-se pelo menos 1,2 milhão de tibetanos que perderam a vida por causa da ocupação chinesa em seu país, desde o momento da invasão. Além disso, o comunismo não só destruiu e subjugou fisicamente o povo tibetano, mas também perpetrou sua aniquilação cultural, destruindo quase todos os mosteiros e bibliotecas e proibindo, até onde pôde, o uso e o ensino da língua tibetana. Hoje, o Tibete tem oito milhões de colonos chineses levados para lá à força, contra seis milhões de tibetanos. A segunda razão pela qual se deve continuar lutando sem descanso contra a ocultação da natureza intrinsecamente totalitária e criminosa do comunismo é que, embora ele tenha recuado consideravelmente desde a derrocada da União Soviética, continua sendo uma esperança para os inimigos da liberdade, sempre ávidos por instalar um regime de opressão em nome da defesa dos oprimidos. Dois professores, um de filosofia na Universidade de Paris VIII, o outro de ciências políticas no Instituto de Estudos Políticos de Lyon, assinam, no *Le Monde* de 15 de outubro de 1997, um interminável artigo no qual se lia o seguinte: “Ao contrário do que François Furet parecia pensar, os antecedentes históricos da liberação social não trouxeram catástrofes totalitárias inelutáveis. Da luta dos oprimidos afloram imagens de uma emancipação que poderá tornar-se *efetiva em novos contextos*” (o grifo é meu). Declaração exemplar, pois contém ao mesmo tempo uma mentira e uma ameaça. A mentira escamoteia o fato de que o comunismo não tem nada a ver com “os antecedentes históricos da liberação social”, da qual, na prática, ele foi o pior inimigo. A ameaça é a inquietante promessa de tentar fazer renascer a “emancipação” através do *gulag*, em misteriosos “novos contextos”. Eles continuam: qualquer um

que identifique o fascismo com o socialismo é de direita, e qualquer um que seja de direita é, no fundo, de extrema direita, e, portanto, um fascista.

Nada mudou desde o tempo em que Bernard Chapuis escrevia, em 1975, no *Le Monde*: “Alexander Soljenitsyn lamenta que o Ocidente tenha sustentado a URSS contra a Alemanha nazista... Antes dele, ocidentais como Pierre Laval haviam pensado da mesma forma e pessoas como Doriot e Déat acolhiam os nazistas como libertadores.” O autor de *Arquipélago Gulag* não foi mais bem tratado pela esquerda espanhola. Em 1976, seis meses após a morte de Franco, quando as reformas democráticas do Rei Juan Carlos já estavam em andamento, ele concedeu uma entrevista à televisão na qual declarou que havia mais liberdade na Espanha de 1976 do que na URSS e recebeu a seguinte resposta de um escritor pertencente à esquerda não-comunista, Juan Benet: “Creio firmemente que, enquanto existirem pessoas como Alexander Soljenitsyn, os campos de concentração deveriam continuar existindo. Talvez eles devam ser até mesmo mais vigiados, para que indivíduos como Alexander Soljenitsyn não possam escapar.” (*Cuadernos para el dialogo*, 27 de março de 1976). O senhor Juan Benet nem por isso deixou de continuar sendo um intelectual “respeitado”. Em suma, uma certa parte da esquerda, mais numerosa do que possamos crer, tem necessidade de pensar que todo aquele que não é socialista é nazista. Por isso ela luta tão furiosamente para impedir a constatação do óbvio: a identidade concreta, em essência, entre os dois regimes totalitários. As controvérsias sobre a equivalência entre o nazismo e o comunismo continuam ininteligíveis e sem solução, já que se perdem de vista suas respectivas relações com o que os aproxima – seus comportamentos – e o que os separa – suas ideologias.

De fato, é importante distinguir dois tipos de sistemas totalitários. Há aqueles cuja ideologia é o que eu chamo de *direta*, que se pode ver claramente – Mussolini e Hitler sempre disseram que eram hostis à democracia, à liberdade de expressão e de cultura, ao pluralismo político e sindical. Hitler, além disso, sempre expôs, muito antes de tomar o poder, sua ideologia racista e, mais precisamente, anti-semita. Portanto, partidários e adversários desse tipo de totalitarismo situam-se, desde o começo, de um lado ou de outro da linha divisória traçada nitidamente. Não houve “decepções” com o hitlerismo, já que Hitler cumpriu o que prometera. Sua queda foi por causas externas. O comunismo é diferente desses totalitarismos diretos, pois emprega a dissimulação ideológica, que eu definiria, para usar um pouco do jargão hegeliano, como *veiculada pela utopia*. Esse desvio pela utopia

permite a uma ideologia e ao sistema de poder que dela decorre anunciar, constantemente, sucessos, enquanto executam exatamente o *contrário* do que prega seu programa. O comunismo promete a abundância e provoca a miséria, a liberdade mas impõe a servidão, a igualdade e leva à mais desigual das sociedades, com a *nomenklatura*, classe privilegiada a tal ponto como jamais se conheceu nem mesmo nas comunidades feudais. Ele promete o respeito à vida humana mas realiza execuções em massa, o acesso de todos à cultura, mas leva ao embrutecimento generalizado, promete o “novo homem” mas o fossiliza. Mas durante um bom tempo muitos aceitaram essa contradição porque *a utopia está sempre no futuro*. A armadilha intelectual de uma ideologia totalitária veiculada pela utopia é, portanto, muito mais difícil de desarmar do que a da ideologia direta, porque no sistema de pensamento utópico os fatos reais nunca provam aos fiéis que a ideologia está errada. A França já conhecera, ela inventara mesmo, essa configuração ideológico-política, em 1793 e 1794, na época de Robespierre e da ditadura jacobina. Esse estratagema sutil, utópico-totalitário, foi desmascarado nas obras de escritores russos dissidentes com uma precisão cruel, já que esses eram os elementos que o próprio sistema tentava alienar para sempre. Tendo descido ao fundo do abismo dos campos de concentração, esses intelectuais “do Leste” aí se transformaram em mestres para nós, intelectuais do Ocidente. Mestres tantas vezes ignorados, deturpados, caluniados, porque eles, não tendo nunca vivido o comunismo real, agarravam-se teimosamente à sua fachada utópica.

O nazismo “abre o jogo” desde o começo. O comunismo o esconde atrás da utopia. Ele permite satisfazer o apetite pela dominação e pela servidão sob o disfarce da generosidade e do amor à liberdade, a desigualdade sob o manto do igualitarismo, a mentira disfarçada em sinceridade. O totalitarismo mais eficaz, portanto, o único apresentável, o mais duradouro, não foi aquele que fez o Mal em nome do Mal, mas o que fez o Mal em nome do Bem. E isso é também o que o torna menos desculpável, pois sua duplicidade lhe permitiu enganar milhões de pessoas de bem que acreditaram em suas promessas. Não podemos querer mal a essas pessoas. Por outro lado, não podemos perdoar àqueles que, sendo dirigentes políticos ou pensadores, conscientemente os enganaram, e continuam tentando enganar ainda hoje. Eles sabiam o que estavam fazendo, e invocar boas intenções, como circunstâncias atenuantes, não é nada mais do que continuar lançando mão do recurso utópico. Ainda posso ouvir o grande maestro de origem romena, Sergiu Celibidache, que conhecera de bem perto o regime totalitário, e ainda o vejo cami-

nhando a passos largos pela Rua Saint-Jacques, em Paris, onde morava, esbravejando: “Intenções! Intenções! Ideais! Ideais!” Não se pode julgar um sistema político pela perfídia daqueles que dele se aproveitaram nem pela credulidade daqueles que foram suas vítimas. Essa infinita capacidade de autojustificativa do totalitarismo utópico, em oposição ao totalitarismo direto, explica por que ainda hoje tantos dos seus seguidores consideram-se isentos da necessidade de sentir vergonha ou arrependimento. Alimentados por uma utopia que a seus olhos é imaculada, eles se absolvem dos crimes dos quais foram os cúmplices angelicais, em nome dos ideais que não tiveram vergonha de pisotear.

Por isso, à menor menção da realidade histórica do comunismo, reduzindo a pó sua cobertura utópica, eles entram imediatamente em transes convulsivos. Foi essa epilepsia que tomou conta do Primeiro-Ministro socialista francês, Lionel Jospin, no outono de 1997, quando um deputado de oposição, na Assembléia Nacional, ousou perguntar-lhe que conclusões o Partido Socialista tirava dos ensinamentos do *Livro Negro*, que acabava de ser lançado e sobre qual todo mundo falava. Fora de si e fora de propósito, começou acusando a oposição liberal... de ter sido, no século anterior, escravocrata e anti-Dreyfus! Relevemos a falta de atualidade, no mínimo obscura, desse discurso. Mas seu autor obviamente ignorava as relações ambíguas do Partido Socialista com o caso Dreyfus. Quanto à escravatura, Victor Schoelcher, que a aboliu definitivamente nas colônias francesas, em 1848, era um grande burguês liberal e não um socialista. A “pátria dos direitos do homem” foi, aliás, precedida nesse aspecto pela Inglaterra. Castelreagh, Primeiro-Ministro, deu início ao progresso proibindo o tráfico, no Congresso de Viena, em 1815. Em seguida, Londres emancipou os escravos de suas colônias em 1833, 15 anos antes da França. É educativo ver com que tranquilidade a esquerda consegue imaginar que todos os atos positivos que melhoraram o destino da humanidade não possam ter tido outra origem senão o Partido Socialista ou o Partido Comunista. O que o dirigente da esquerda “plural”, mas não coerente, francesa não disse é que a escravidão foi *restabelecida* no século XX na União Soviética, na China comunista, em Cuba, na Coreia do Norte e no Vietnã. Jospin retrança, sobretudo, uma história fantasiosa, de ponta a ponta, dos comunistas, os quais ele pinta como defensores incansáveis das liberdades, adversários sem meias palavras do nazismo e constantes aliados dos socialistas. Esse desliz demonstra claramente quantas extravagâncias podem sair da boca de um homem inteligente e moderado quando ele é tomado pela paixão ideológica. Como se pode repetir tantas vezes o

“dever de lembrar” e perder tão facilmente a sua própria memória?⁵⁵ Como é possível que, depois de tudo o que vimos e aprendemos, um Primeiro-Ministro socialista pudesse se apoiar dessa maneira sobre a versão comunista da História, sobre a pilhéria que o PC e a Internacional haviam fabricado após a guerra? François Furet disse-o bem: “Os socialistas têm uma espécie de superego bolchevique e por isso receberam a notícia da queda do Muro de Berlim com ar de consternação.”⁵⁶

Mas será que esse furor e esse “superego bolchevique” provêm apenas do fato de a criminalidade comunista ter traído a utopia? Ou será que eles provêm da terrível suspeita de ter essa criminalidade raízes filosóficas mais profundas e mais ambíguas do que se crê ou do que se admite? E mais próximas das raízes ideológicas do nazismo do que se temia.⁵⁷

55 Ver no anexo a este capítulo minha entrevista ao jornal *Le Figaro* imediatamente após esse descontrolo do Primeiro-Ministro.

56 Entrevista ao programa *L'Événement du jeudi*, citada anteriormente.

57 Com referência (entre outros temas) à história comparada das relações entre socialistas e comunistas franceses, maiores detalhes podem ser encontrados no estudo profundo e muito esclarecedor de Michel Winock, “La culture politique des socialistes” que faz parte da coleção *Les Cultures politiques en France*, editada sob a supervisão de Serge Bernstein, Seuil, 1999.

Apêndice ao Capítulo 6

Entrevista ao *Le Figaro* em 14 de novembro de 1997*

LE FIGARO – O que você achou da declaração de Lionel Jospin?

Jean-François REVEL – Em primeiro lugar, eu gostaria de assinalar que a declaração do primeiro-ministro contém dois erros históricos. Em seu aparte, Lionel Jospin se refere à Frente Popular, à Resistência e ao Cartel das esquerdas para dar a entender que o Partido Comunista Francês sempre havia estado ao lado da esquerda francesa em todas as lutas. Ora, em 1924, o PCF tomou posição contra o Cartel das esquerdas, que havia nessa época formado um governo radical-socialista. Portanto, é falsa a premissa de que o PCF sempre esteve ao lado dos socialistas. Fiquei realmente surpreso ao constatar que o ex-primeiro-secretário do PS ignora a tal ponto a história da esquerda.

O primeiro-ministro comete um segundo erro quando declara: “No momento em que a Alemanha nazista era nossa adversária, a União Soviética era nossa aliada.” Todo mundo sabe que a URSS não foi sempre nossa aliada, e que, no começo, ela era aliada da Alemanha nazista. Stalin nunca teria desencadeado hostilidades contra a Alemanha. A União Soviética só entrou na guerra porque Hitler a atacou. Novamente, acho curioso que um primeiro-

* Entrevista gravada por Jean-René van der Plaetsen.

ministro socialista ouse escamotear o pacto germano-soviético, exatamente como o fizeram os comunistas em 1945. Isto indica, da parte de Lionel Jospin, uma verdadeira maquiagem da história. O que me leva a pensar que a aceitação da verdade histórica pelo Partido Socialista no fundo é ainda mais lenta do que a do Partido Comunista.

LE FIGARO – Nessa época de “arrepentimentos” deveríamos esperar que o primeiro-ministro se curvasse diante das vítimas do comunismo?

Jean-François REVEL – Estou estupefato por constatar que, calando-se sobre os malefícios causados em nome do comunismo, Lionel Jospin esteja encorajando o PCF a persistir em sua negação dos erros passados. Em vez de levar em conta que, por toda parte onde esteve no poder o comunismo engendrou fenômenos bárbaros e criminosos, o primeiro-ministro decidiu mascarar o caráter totalitário da ideologia comunista. Sob esse aspecto, nosso Partido Socialista situa-se muito atrás do Partido Comunista italiano, que soube, desde 1968 e dos acontecimentos de Praga, fazer sua autocrítica, reforçada a partir de 1989.

LE FIGARO – Você considera, assim como Lionel Jospin, que seja preciso estabelecer a distinção entre marxismo, leninismo, stalinismo e comunismo?

Jean-François REVEL – Faz mais de vinte anos que a distinção entre leninismo e stalinismo foi rechaçada. Durante anos ouvimos pretensos historiadores afirmarem que o stalinismo era uma traição ao leninismo. Ora, hoje está provado que os princípios do terror e do totalitarismo foram enunciados, e postos em prática, pelo próprio Lenin. O livro *L'Aveuglement*, de Christian Jelen, mostra que, desde 1918, o Partido Socialista Francês conhecia o caráter totalitário da revolução bolchevique. Foi precisamente devido ao fato de que alguns socialistas da época reconheceram o caráter totalitário do leninismo que a SFIO se partiu em dois no Congresso de Tours, em 1920. Novamente, ao estabelecer uma distinção entre stalinismo e leninismo que não tem mais sentido, o primeiro-ministro prova não estar em dia com suas leituras.

LE FIGARO– *Lionel Jospin recusou-se a “colocar um sinal de igual entre o nazismo e o comunismo”. Haveria então uma hierarquia entre os regimes totalitários?*

Jean-François REVEL – Esperava-se que a esquerda francesa tivesse enfim compreendido que não existem “bons” e “maus” carrascos. Ser assassinado por Pol Pot é, por acaso, menos grave do que ser assassinado por Hitler? Não há como estabelecer uma distinção entre as vítimas dos regimes totalitários preto ou vermelho. O totalitarismo nazista nunca fez segredo de suas intenções: pretendia eliminar a democracia, reinar pela força e desenvolver todo um sistema de perseguição racial. Dizem que os comunistas tinham um ideal. Estou inclinado a pensar que isso é ainda pior. Porque isso significa que milhões de pessoas foram enganadas deliberadamente. Porque assim acrescentamos aos crimes a mentira mais abjeta.

LE FIGARO– *Segundo o primeiro-ministro, o Partido Comunista Francês “nunca interferiu nas liberdades” ...*

Jean-François REVEL – Porque nunca teve oportunidade. A característica marcante do Partido Comunista Francês é que ele foi, durante muito tempo, juntamente com o Partido Comunista Português, o mais stalinista de todos os PC ocidentais. O PC português acabou desaparecendo. Mas o PCF não, que continua tendo um papel político graças ao Partido Socialista. Por isso seria de esperar que Lionel Jospin exercesse pressão sobre os comunistas para que reconhecessem realmente seus erros. Atualmente, o problema da história recente do comunismo não é mais um problema político, mas moral. Foi por isso que a declaração de Lionel Jospin me decepcionou.

As origens intelectuais e morais do Socialismo

O pugilato recorrente em torno da questão “Pode-se comparar o nazismo ao comunismo?” degenerou em briga de rua, não apenas na França mas em muitos outros países, particularmente, é claro, na Alemanha e na Itália, após a publicação, em 1997, de *O Livro Negro do Comunismo*. A esquerda não-comunista, quase sempre mais empenhada na caça às bruxas do que os próprios comunistas, lançou-se ao ataque contra os profanadores. Queimou na mesma fogueira Stéphane Courtois, culpada do sacrilégio de fazer um paralelo entre “os dois regimes totalitários”, e Alain Besançon, que, em discurso proferido no *Institut de France* em 1997, ousara descumprir a proibição e colocar no mesmo nível nazismo e comunismo.⁵⁸ Muitos fundamentalistas ainda se ajoelham diante do cadáver mumificado.

Entretanto, durante toda essa querela, a defesa da esquerda foi muito pouco centrada na materialidade dos crimes do comunismo, desde então dificilmente negáveis. Ela invocava sobretudo a pureza de motivos que havia determinado a sua perpetração. A mesma velha história! Desde os primeiros instantes da revolução bolchevique, tivemos que engolir *ad nauseum* essa insípida poção. É a des-

58 Discurso publicado na revista *Commentaire* (Paris, inverno 1997-1998) e na *Commentary* (Nova York, janeiro de 1998). Ver também o ensaio de Alain Besançon, *Le Malheur du siècle [A Infelicidade do Século]*, Fayard, 1998, onde retoma e desenvolve sua tese.

culpa de sempre: todos os atos abomináveis do socialismo real são apresentados como desvios, traições, perversões do “verdadeiro” comunismo, que só ressurgem mais fortalecido da enxurrada de calúnias com as quais é atacado.

Ora, essa hipótese da salvação pelas intenções é solapada pelo estudo imparcial e, sobretudo, abrangente da literatura socialista. É justamente nas origens mais genuínas do pensamento socialista, em seus mais antigos pregadores, que encontramos a justificativa do genocídio, da purificação étnica, do Estado totalitário, brandidos como armas legítimas, indispensáveis ao sucesso da revolução e à preservação de seus resultados. Os verdadeiros princípios do socialismo não foram violados por Stalin ou Mao quando praticaram seus atos de genocídio; esses princípios foram, na verdade, aplicados por eles com escrúpulo exemplar e com perfeita fidelidade aos preceitos e ao espírito da doutrina.

É o que nos mostra, com precisão, George Watson.⁵⁹ Na moderna hagiografia, toda uma parte essencial da teoria socialista foi deixada de lado. Seus patronos fundadores, começando pelo próprio Marx, logo deixaram de ser estudados exaustivamente pelos próprios fiéis que tanto recorriam a eles. Suas obras, hoje em dia, parecem gozar do raro privilégio de serem entendidas por todos, sem que ninguém as tenha lido por completo, nem mesmo seus adversários, cuja curiosidade sucumbe ao medo de represálias. Na maior parte do tempo, a história é uma sucessão de rearranjos e triagens, o que implica censura. E a história das idéias não foge a essa regra.

O estudo sem cortes desses textos nos revela, por exemplo, diz Watson, que “o genocídio é uma teoria própria do socialismo”. Engels, em 1849, exortava ao extermínio dos húngaros, sublevados contra a Áustria. Ele escreve para a revista dirigida por seu amigo Karl Marx, a *Neue Rheinische Zeitung*, um artigo retumbante cuja leitura será recomendada, em 1924, por Stalin, em seus *Fundamentos do Leninismo*. Nesse artigo, Engels sugere fazer desaparecer, além dos húngaros, os sérvios e outros povos eslavos, e em seguida, os bascos, os bretões e os escoceses. Em *Révolution et Contre-Révolution en Allemagne*, publicado em 1852 na mesma revista, o próprio Marx se pergunta como podemos nos livrar “desses povinhos moribundos, os boêmios, os nativos da Caríntia, os dálmatas etc.”. Para Marx e Engels, a raça é muito importante. Esse último escreveu, em 1894, a um de seus

59 George Watson, *La Littérature oubliée du socialisme*, Editora Nil, 1999. Traduzido do inglês por Hugues de Giorgis. Edição original: *The Lost Literature of Socialism*, The Lutterworth Press, Cambridge, 1998. George Watson é professor no St. John's College, em Cambridge. Várias partes desse capítulo são extraídas do prefácio que escrevi para a tradução francesa da obra de Watson.

* N. do. E.: Província da Áustria meridional (*Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse*).

correspondentes, W. Borgius: “Para nós, as condições econômicas determinam todos os fenômenos históricos, mas a raça é, ela mesma, um dado econômico...” Engels apoiou-se nesse princípio, ainda na revista *Neue Rheinische Zeitung* (15-16 de fevereiro de 1849), para negar aos escravos toda capacidade de alcançar a civilização. “Fora os poloneses”, dizia ele, “os russos e talvez os escravos da Turquia, nenhuma nação eslava tem futuro, porque faltam, a todos os demais escravos, as bases históricas, geográficas, políticas e industriais necessárias à independência e à capacidade de existir.” É certo que Engels atribui uma parte da “inferioridade” eslava aos dados históricos. Mas ele considera impossível a melhoria desses dados em virtude do fator racial. Imaginem que clamor de indignação provocaria, hoje, um “pensador” que ousasse formular esse mesmo diagnóstico a respeito dos africanos! Segundo os fundadores do socialismo, a superioridade racial dos brancos é uma verdade “científica”. Em suas notas preparatórias para o *Anti-Dühring*, o evangelho do conceito marxista sobre a ciência, Engels escreve: “Se, por exemplo, em nossos países, os axiomas matemáticos são perfeitamente evidentes para uma criança de oito anos, sem necessidade de recorrer à experimentação, isso nada mais é do que a consequência da ‘hereditariedade acumulada’. Seria, ao contrário, muito difícil ensiná-los a um boximane* ou a um negro aborígine da Austrália.”

Já no século XX, intelectuais socialistas, grandes admiradores da União Soviética, como H. G. Wells e Bernard Shaw, alegam o direito que teria o socialismo de liquidar física e maciçamente classes sociais que representassem um obstáculo à Revolução ou que a retardassem. Em 1933, no jornal *The Listener*, Bernard Shaw, demonstrando dons de visionário, pressiona os químicos, para que ajudem a acelerar a depuração dos inimigos do socialismo, “descobrimos um gás humanitário que cause morte instantânea e indolor, em suma, um gás civilizado – mortal, evidentemente –, mas humano, destituído de crueldade”. Devemos lembrar que, em seu julgamento em Jerusalém, em 1962, o carrasco nazista Adolf Eichmann invocou em sua defesa o caráter “humanitário” do Zyklon B, que eliminou os judeus nas câmaras de gás do holocausto. O nazismo e o comunismo têm como elemento comum visar a uma metamorfose, a uma redenção “total” da sociedade, até mesmo da humanidade. Por isso eles se sentem no direito de destruir os grupos raciais ou sociais que fazem oposição, mesmo que involuntária e inconsciente – “objetiva” no jargão marxista – a esse sagrado empreendimento de salvação coletiva.

* N. do T.: boximane ou bosquímano – membro de uma tribo nômade da África do Sul. Os indivíduos dessa tribo são pequenos e apresentam características antropológicas e culturais arcaicas.

Se o nazismo e o comunismo cometeram genocídios comparáveis, tanto por sua extensão quanto por seus pretextos ideológicos, isso não foi devido a uma forma qualquer de convergência antinatural ou a uma coincidência fortuita de comportamentos aberrantes. Isso ocorreu, ao contrário, a partir de princípios idênticos, profundamente ancorados em suas respectivas convicções e em seu modo de atuação. O socialismo não é mais ou não é menos “de esquerda” do que o nazismo. Embora freqüentemente se ignore, a questão é que, como diz Rémy de Gourmont, “um erro que cai no domínio público, nunca mais sai de lá. As opiniões são transmitidas hereditariamente; isso acaba formando a História”.

Se toda a tradição socialista desde o século XIX preconizava métodos que seriam mais tarde empregados por Hitler, assim como Lenin, Stalin e Mao, a recíproca é verdadeira: Hitler sempre se considerou um socialista. Explica a Otto Wagener que suas desavenças com os comunistas “são menos ideológicas do que táticas”.⁶⁰ O problema dos políticos de *Weimar*, declara então ao mesmo Wagener, “é que nunca leram Marx”. Ele prefere os comunistas aos enfadonhos reformistas da socialdemocracia. E sabemos que os comunistas lhe retribuíram plenamente a preferência votando nele em 1933. Opõe-se aos bolchevistas, sobretudo pela questão racial. No que se enganou: a União Soviética sempre foi anti-semita. Digamos que a “questão judaica” (apesar do panfleto de Marx publicado com esse título contra os judeus) não era para os soviéticos tão altamente prioritária quanto para Hitler. Em tudo o mais, a “cruzada antibolchevique” de Hitler foi, acima de tudo, uma fachada, que mascarava uma conivência com Stalin que, hoje sabemos, era bem anterior ao pacto germano-soviético de 1939.

Porque não devemos esquecer que, da mesma forma que o fascismo italiano, o nacional-socialismo alemão se via e se considerava, a exemplo do bolchevismo, como uma *revolução*, e uma revolução *contra a burguesia*. “Nazi” é a abreviatura de *Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães*. Em sua obra *État Omnipotent*,⁶¹ Ludwig von Mises, um dos grandes economistas vienenses que emigrou por causa do nazismo, traça um divertido paralelo entre as dez medidas de urgência preconizadas por Marx no Manifesto Comunista (1847) e o programa econômico de Hitler. “Oito dos dez pontos”, observa ironi-

60 Otto Wagener, *Hitler aus nächster Nähe: Aufzeichnungen eines Vertrauten, 1929-1939*, Frankfurt, 1978.

61 Em 1944. E 1947 no caso da tradução francesa. Livro escrito nos Estados Unidos durante a guerra e cujo título original é *The Omnipotent Government, The Rise of the Total State and the Total War*. Já mencionei essa observação de von Mises em meu livro *La Connaissance inutile*, 1988, Grasset e Hachette-Pluriel.

camente von Mises, “foram executados pelos nazistas com um radicalismo que teria encantado Marx.”

Também Friedrich Hayek, em 1944, em sua obra *Route de la Servitude* [O Caminho da Servidão],⁶² dedica um capítulo às “Raízes socialistas do nazismo”. Ele assinala que os nazistas “não se opunham aos elementos socialistas do marxismo, mas a seus elementos liberais, ao internacionalismo e à democracia”. Com uma correta intuição, os nazistas haviam percebido que não há socialismo completo sem totalitarismo político.

François Furet demonstrava sua surpresa, em carta remetida em 16 de agosto de 1996 a um historiador especialista em Alemanha, Louis Duppeux, “que”, dizia ele, “sua contribuição não seja mais difundida: a razão certamente está no fato de você abordar um tabu.” Que tabu? Podemos revelar pelo menos dois: o primeiro, a ousadia de afirmar, ou melhor, constatar, a natureza intrinsecamente criminoso do comunismo; o segundo, o fato de evidenciar as semelhanças entre comunismo e nazismo. Esse foi o supremo sacrilégio cometido em 1974 por Dupeux em sua tese sobre o Estado: *Le National-Bolchevisme allemand sous la République de Weimar*,⁶³ complementada em 1998 por um artigo do mesmo autor, cujo título fala por si: “Lecture du totalitarisme russe via le national-bolchevisme allemand (1919-1933).”⁶⁴

Os nacional-bolchevistas, cujo mais ilustre representante era Ernst Jünger, contribuíram para alimentar a ideologia de Hitler propriamente dita, apoiando-se, ao mesmo tempo, sobre o modelo leninista. “Qualquer observador terá que admitir que com Lenin (escreve um dos intelectuais dessa corrente, Friedrich Lenz) surgiu um chefe de Estado que, embora sem dúvida alguma negando teoricamente a idéia de Estado, o implementa na prática com uma frieza e uma determinação inusitadas. Ele ligou o marxismo russo ao destino de seu Estado.” Outro “pensador” nacional-bolchevista, Ernst Niekisch, aprovava, como todos os seus amigos do mesmo grupo, a coletivização forçada da empresa pelos bolchevistas russos, pois ele havia compreendido que a coletivização era o meio mais rápido de construir “o Estado total”, que esses filósofos alemães julgavam indispensável para reerguer seu país. Niekisch acrescenta: “O bolchevismo russo é, até o momento, a revolta mais radical contra as idéias de 1789. A Rússia não é individualista. Não é liberal. Coloca a política acima da economia. Não é parlamentar, não é democrática e não é ‘civilizadora’. O bolchevismo é a recusa do humanismo e dos valores ‘civilizado-

62 Tradução francesa de G. Blumberg, PUF, coleção “Quadrige”.

63 Paris, Honoré Champion Editora.

64 *Revue d'Allemagne*, julho-setembro 1998.

res'. As formas externas dessa reviravolta, freqüentemente tingidas de ocidentalismo, não conseguem disfarçar seu cunho 'bárbaro e asiático'."

Assim como no comunismo, o "Estado total" apóia-se sobre a eliminação do capitalismo privado. No número XI do Programa Nacional-Socialista de 1920, Hitler anuncia "a abolição das rendas obtidas sem trabalho e sem esforço". Parece que estamos ouvindo Mitterrand criticar "aqueles que enriquecem enquanto dormem". Outro teórico dessa escola, fundindo o nacional-socialismo e o bolchevismo comunista, Hans von Hentig, insistiu naquilo que acreditava opor, sem possibilidade de conciliação, os socialdemocratas aos nacional-socialistas e aos comunistas, ao mesmo tempo: "O que a Alemanha precisa", dizia ele, "é uma forma selvagem e brutal de rearmamento espiritual e material... Não o socialismo comercial de pequenos burgueses, mas um socialismo profundo, arrebatador, encorajado, empregando uma energia feroz a serviço do país e do povo." O professor Paul Eltzbacher, outra mente brilhante dessa plêiade, define: "O bolchevismo é o Estado forte... Ele entende claramente que o Estado é opressor. Ele está totalmente libertado do respeito excessivo pela liberdade individual e da fraqueza sentimental de que sofre a socialdemocracia."

Encerro aqui as citações. Elas mostram que a explicação da adesão ao comunismo pela necessidade de combater o nazismo foi apenas uma farsa. Não entenderemos nada da discussão sobre o parentesco entre nazismo e comunismo se perdermos de vista que se assemelham não apenas por suas conseqüências criminais mas por suas origens ideológicas. São primos em segundo grau, do ponto de vista intelectual.

Pois todos os regimes totalitários têm em comum o fato de serem ideocracias: ditaduras da ideologia. O comunismo baseia-se no marxismo-leninismo e no pensamento maoísta. O nacional-socialismo baseia-se no critério de raça. A distinção que estabeleci anteriormente entre o *totalitarismo direto*, que anuncia desde o começo e às claras tudo o que pretende fazer, como foi o caso do nazismo, e o *totalitarismo veiculado pela utopia*, que anuncia o contrário do que vai fazer, como foi o comunismo, torna-se então secundária, já que o resultado, para suas vítimas, é o mesmo nos dois casos. O traço fundamental, nos dois sistemas, é que seus dirigentes, convencidos de serem os detentores da verdade absoluta e de comandarem o curso da história, em relação a toda a humanidade, sentem-se no direito de destruir os dissidentes, reais ou potenciais, as raças, classes, categorias profissionais ou culturais, que lhes parecem

entravar, ou poder um dia entrar, a consecução de seus supremos desígnios. Por isso, tentar distinguir entre os dois regimes totalitários, atribuir-lhes diferentes méritos em função do afastamento de suas superestruturas ideológicas, em vez de constatar a identidade de seus comportamentos reais é bem estranho, principalmente vindo da parte dos “socialistas”, que deveriam ter lido Marx um pouco melhor. Não se pode julgar, dizia ele, uma sociedade pela ideologia que lhe serve de pretexto, assim como não se julga uma pessoa pela opinião que ela tem dela mesma.

Como bom conhecedor, Adolf Hitler foi um dos primeiros a saber captar as afinidades entre o comunismo e o nacional-socialismo. Ele não ignorava que uma estratégia política é julgada por seus atos e métodos e não pelos adornos de oratória ou pelos “pompons” filosóficos que a cercam. Ele declara a Hermann Rauschning, que o relata em *Hitler m'a dit* [Hitler me disse]:

Não sou apenas o vencedor do marxismo (...) sou seu realizador.

Aprendi muito com o marxismo e não pretendo escondê-lo (...). O que despertou interesse nos marxistas e me forneceu ensinamentos foram seus métodos. Eu, simplesmente, levei a sério o que essas mentes de pequenos comerciantes e secretárias haviam vislumbrado timidamente. Todo o nacional-socialismo lá está contido. Veja bem: os grêmios operários de ginástica, as células empreendedoras, os desfiles monumentais, os folhetos de propaganda redigidos em linguagem de fácil compreensão pelas massas. Esses novos métodos da luta política foram praticamente todos inventados pelos marxistas. Eu só precisei me apoderar deles e desenvolvê-los para conseguir assim os instrumentos de que necessitávamos...”

A ideocracia ultrapassa em larga escala a censura exercida pelas ditaduras comuns. Essas exercem uma censura principalmente política ou sobre tudo aquilo que pode ter impacto político. Ocorre também nas democracias, como vimos na França, durante a guerra da Argélia, na Quarta e na Quinta repúblicas. Mas a ideocracia vai muito mais longe. Ela almeja suprimir, e precisa fazê-lo se quiser sobreviver, todo pensamento oposto ou estranho ao oficial, não apenas no campo político e na economia, mas em todos os domínios: filosofia, artes, literatura e até mesmo na ciência. A filosofia para os totalitários, é bem claro, só poderia ser o marxismo-leninismo, o pensamento maoísta ou a doutrina do *Mein Kampf*. A arte

nazista substitui a arte “degenerada” e, paralelamente, o “realismo socialista” dos comunistas objetiva eliminar a arte “burguesa”. O lance mais arriscado da ideocracia, e que demonstra claramente sua irracionalidade, é o controle da ciência, à qual ela recusa toda autonomia. Basta lembrar do caso Lyssenko na União Soviética. Esse charlatão, de 1935 a 1964, aniquila a biologia em seu país, afastando toda a moderna ciência, de Mendel a Morgan, acusando-os de “desvio fascista da genética” ou ainda de “trotskista-boukharinista da genética”. A biologia contemporânea, em sua opinião, cometia o pecado de contradizer o materialismo dialético, de ser incompatível com a dialética da natureza segundo Engels, que, como já vimos, afirmava, em seu *Anti-Dühring*, mesmo vinte anos depois da publicação do livro *A Origem das Espécies*, de Darwin, sua crença na hereditariedade dos caracteres adquiridos. Sustentado, ou melhor, criado pelos dirigentes soviéticos, Lyssenko tornou-se presidente da Academia de Ciências da URSS. Expulsou os biólogos autênticos da instituição, quando não os mandava também deportar ou fuzilar. Todos os livros escolares, todas as enciclopédias, todos os cursos universitários foram expurgados em benefício do “lyssenkismo”. Isso teve consequências catastróficas para a agricultura soviética, que já ia mal após a coletivização stalinista das terras. A burocracia do partido impôs a todos os *Kolkhozes* a agrobiologia “lyssenkista”, proibindo o uso de adubos, adotando o “trigo bífido”* do tempo dos... faraós, o que fez cair à metade o rendimento. Foram proibidas as hibridizações, já que, pontificava Lyssenko, era notório que uma espécie se transformava em outra espontaneamente, não sendo portanto necessário fazer cruzamentos. Suas loucuras jogaram a última pá de cal sobre uma produção já esterilizada pelo absurdo do socialismo agrário. Tornaram irreversíveis a fome crônica, ou a “penúria controlada”(dizia Michel Heller), que acompanhou a União Soviética até o fim.

Entretanto, o mais importante a enfatizar a respeito do lyssenkismo é que a ideocracia se suicida se não subjugar toda atividade mental, inclusive a ciência, à política. Aragon, que não perdia uma oportunidade de se fazer desacreditar, dessa vez tomou partido a favor de Lyssenko, na *Les Lettres françaises*, e esbravejou: “Recuso-me a politizar os cromossomos!” Pois era exatamente o que ele estava fazendo. A distinção vital, “ontológica”, para os ideocratas comunistas, mesmo no campo científico, era uma distinção de classes; a famosa antítese entre a “ciência burguesa” e a “ciência proletária”.

* N. do T.: possível referência ao trigo cultivado pelas antigas civilizações mesopotâmicas, chamado de “emmer”, cujo nome científico é *Triticum dicoccum*, e que apresentava baixa produtividade.

O critério extracientífico da verdade científica para os nazistas decorre do mesmo esquema mental, com a única diferença de que, nesse caso, o critério é a raça e não a classe. Mas as duas orientações são intelectualmente idênticas, na medida em que elas negam a especificidade do conhecimento como tal em benefício da supremacia da ideologia.

Em *Hitler m'a dit*, livro lançado em 1939,⁶⁵ Hermann Rauschning relata, a esse respeito, as seguintes considerações do chanceler alemão:

Não existe Verdade, nem no campo da moral nem no da ciência.

A idéia de uma ciência desvinculada de toda idéia preconcebida só poderia ter nascido na época do liberalismo: ela é absurda.

A ciência é um fenômeno social...

A chamada "objetividade científica" é apenas um argumento inventado pelos nossos queridos professores...

Devemos observar, mais uma vez, a diferença, mais fenomenológica do que ontológica, entre o totalitarismo utópico e o direto. Enquanto os comunistas, também querendo submeter o conhecimento ao poder, o fazem em nome de uma pretensa verdadeira ciência cuja chave só eles teriam, o ditador nacional-socialista decreta sem adornos supérfluos que a Verdade não existe e que portanto cabe ao poder defini-la, ou pelo menos, subjugar-la. Ele prossegue:

O que se chama de crise do Saber é simplesmente o fato de que esses senhores começam a se dar conta de que sua "objetividade" e sua "independência" os levaram a um beco sem saída. A pergunta elementar que cabe antes de se empreender qualquer atividade científica mínima é: *quem* quer saber alguma coisa, quem quer se orientar no mundo que o cerca? A resposta é evidente: só pode existir ciência relacionada a um tipo humano determinado, a uma época determinada.

Existe claramente uma ciência nórdica e uma ciência nacional-socialista, e elas devem se opor à ciência judaico-liberal, que, aliás, não preenche mais suas funções e que está em vias de destruir-se.

65 Reedição Hachette-Pluriel, 1979.

É preciso lembrar, de passagem, que essa explicação da pretensa “verdade” científica, com base em suas origens sociais ou geográficas, e essa recusa em reconhecer a “objetividade”, que lhe é própria, correspondem exatamente à tese de vários filósofos chamados “pós-modernos” do final do século XX. Bruno Latour, por exemplo, escreveu acerca de Einstein: “A teoria da relatividade é social de ponta a ponta.” E ainda mais: a comprovação experimental das leis depende do sexo do experimentador, segundo Luce Irigaray em seu livro: *Le sujet de la science est-il sexué?*

O Estado totalitário, que pretendia ser o único e exclusivo produtor cultural, tem, portanto, um inimigo pessoal que seus porta-vozes não cansam de denunciar: o indivíduo. Em sua célebre conferência, *De la Liberté des Anciens comparée à celle des Modernes* [A Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos], Benjamin Constant acreditava poder saudar, em 1819, a entrada do animal político na era da independência privada e definir a cidadania moderna como sendo a garantia das liberdades individuais. Ora, no mesmo momento, a humanidade penetrava, bem ao contrário, em um ciclo de crescimento ininterrupto do Estado, inclusive nas democracias. Quanto aos regimes totalitários, cujos precursores intelectuais mais recentes estão escalonados ao longo de todo o século XIX, eles terão como sua primeira obsessão a completa destruição do indivíduo.

Desde 1840, Pierre-Joseph Proudhon, o líder do socialismo “libertário”, proclama que “fomentar o individualismo é preparar a dissolução da comunidade”.⁶⁶ Na obra *Qu'est-ce que la propriété?* [O que é a propriedade?] Proudhon assinala a interdependência da propriedade privada, do liberalismo e do individualismo, corretamente, por sinal, porém propondo destruí-los todos juntos. Curioso libertário... Benito Mussolini, formado, como se sabe, no socialismo, durante toda a primeira parte de sua vida política, e mesmo através da ala esquerda do Partido Socialista italiano, estabeleceu com lucidez a mesma conexão entre o liberalismo e o individualismo. Em *Le Fascisme*, de 1929, expressa-se sem rodeios sobre essa questão: “O princípio, segundo o qual a sociedade só existe para o bem-estar e a liberdade dos indivíduos que a compõem, não parece estar de acordo com os planos da natureza. Se o século XIX foi o século do indivíduo (liberalismo significa individualismo), podemos concluir que o século atual é o século coletivo.”

Ninguém ignora que Karl Marx, assim como seu discípulo Lenin, no século seguinte, preconizava a supressão do Estado como meio de emancipação do indi-

66 Citado por Alain Laurent, *Histoire de l'individualisme*, PUF 1993. Ver também, do mesmo autor, *L'Individu et ses ennemis*, Hachette-Pluriel, 1987.

víduo. Ninguém ignora, tampouco, e esta nuance já nos é familiar, que a característica típica do totalitarismo utópico, diferentemente do totalitarismo direto, é realizar o contrário de seu programa, em nome do mesmo, e principalmente de implantar a tirania em nome da liberdade. Se a sociedade liberal chegou a ser descrita como “o direito sem Estado” (Cohen-Tanugi, 1985), a sociedade socialista é o exemplo máximo do Estado sem o direito. Marx é portanto coerente com ele próprio quando no artigo *La Question juive* [A Questão Judaica], em 1843, fulmina os direitos do homem: “Nenhum dos pretensos direitos do homem vai além do interesse do homem egoísta, do homem como membro da sociedade burguesa, ou seja, um indivíduo isolado da comunidade, preocupado unicamente com seus interesses pessoais e obedecendo apenas à sua vontade particular.”

Não nos surpreendemos ao encontrar a mesma coerência filosófica em Adolf Hitler, contra quem é chocante a ingratidão dos pensadores socialistas atuais. Hitler confessa a Otto Wagener, no livro de entrevistas já citado: “Agora que terminou a era do individualismo, nossa tarefa é encontrar o caminho que leva do individualismo ao socialismo sem revolução.” Marx e Lenin, acrescenta o chanceler, enxergaram perfeitamente o objetivo, mas escolheram o caminho errado. Um eminente nacional-socialista, Ministro do Abastecimento e Íntimo do *Führer*, Richard Walther Darré, estende esse raciocínio insistindo na idéia de que a “teoria política judaica” sempre foi “orientada para o interesse individual, enquanto que o socialismo de Adolf Hitler está a serviço do conjunto da sociedade”.⁶⁷

Essa associação delirante entre judaísmo, individualismo e capitalismo é a motivação por trás das investidas anti-semitas de Karl Marx, em seu ensaio *Sobre a questão judaica* (1843). Ensaio muito pouco conhecido, mas que Hitler havia lido com atenção. Ele praticamente plagiou passagens de Marx nas quais este vomita contra os judeus invectivas furibundas, tais como esta: “Qual é a origem profana do judaísmo? A necessidade prática, a cupidez (*Eigennutz*). Qual é o culto profano do judeu? O comércio. Quem é seu deus? O dinheiro.” E Marx continua incitando a que se veja no comunismo “a organização da sociedade que faria desaparecer as condições para o comércio e tornaria o judeu inviável”. No gênero “incitação ao homicídio” é difícil ser mais convincente.

Judeu ou não, o indivíduo, para qualquer regime totalitário, deve ser aniquilado. O “novo homem” soviético deve ser idêntico a todos os outros homens soviéticos. Ele é uma peça na grande engrenagem socialista. O “homem-peça” tão valorizado

67 Citado por George Watson, *La Littérature oubliée du socialisme*, 1999, Nil Editora. Edição inglesa, 1998.

por Stalin merece um brinde, que o “paizinho dos pobres” não hesita em fazer: “Bebo”, exclama ele, “à saúde dessas pessoas simples, comuns, modestas, a essas *engrenagens* que mantêm em funcionamento nossa grande máquina do Estado.”⁶⁸ A “coisificação” e a uniformização do indivíduo, sua redução ao papel de ferramenta nas mãos do Partido, significam para ele, ao mesmo tempo, liberdade – de pensamento e de moral. “Em nossa sociedade, é moral tudo aquilo que serve aos interesses do comunismo”, anuncia Leonid Brejnev. Essa aniquilação do indivíduo é a própria aniquilação do ser humano, que nunca existiu de outra forma que não individualmente. Novamente nesse ponto, a semelhança entre comunismo e nazismo sempre surpreendeu a todos os visitantes, pelo menos àqueles que não haviam sido decerebrados pela propaganda ou treinados pelo Partido para mentir profissionalmente. Em 1936, visitando a União Soviética, da qual ele havia sido um admirador à distância, André Gide voltou desapontado. Em um livro que caiu como uma pedra sobre a cabeça da esquerda francesa, ele confessou sua desilusão: “Duvido que haja algum outro país atualmente, inclusive a *Alemanha de Hitler*, onde o espírito seja menos livre, mais subjugado, mais temeroso, aterrorizado [que na URSS].”⁶⁹ Gide foi terrivelmente injusto com Hitler que, nesse momento, só estava no poder há pouco mais de três anos e ainda não tinha tido tempo de aplicar adequadamente seu modelo, ao contrário dos comunistas, que já haviam tido quase vinte anos para aplicar o seu e assim destruir o homem normal, metamorfoseado por eles no *homo sovieticus*.

Daí a concepção de Estado comum a Lenin e a Hitler. Na obra *La Révolution prolétarienne et le renégat Kautzky*, Lenin escreveu: “O Estado está nas mãos da classe dominante, uma máquina destinada a esmagar a resistência de seus adversários de classe. Nesse aspecto, a ditadura do proletariado não se diferencia em nada, quanto aos fundamentos, da ditadura de qualquer outra classe.” E, mais adiante no mesmo livro: “A ditadura é um poder que se apóia diretamente sobre a violência e não está submetida a qualquer lei. A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência, que o proletariado exerce sobre a burguesia, poder esse que não está atrelado a nenhuma lei.” Se nos reportarmos ao segundo volume de *Mein Kampf*, veremos que, no capítulo consagrado ao Estado, Hitler se expressa a esse respeito em termos praticamente idênticos. A “ditadura do povo alemão” substitui a do proletariado. Mas se levarmos em

68 Citado em Michel Heller, *La Machine et les rouages, ou la formation de l'homme soviétique*, Calmann-Lévy, 1985. Traduzido do russo por Anne Coldefy-Faucard.

69 André Gide, *Retour d'URSS*, Gallimard, 1936. Grifado por mim.

consideração os vários discursos anticapitalistas do *Führer*, os dois conceitos não estão muito afastados. Todo sistema político totalitário estabelece, invariavelmente, um mecanismo repressivo visando à eliminação não apenas da dissidência política, mas de toda diferença entre os comportamentos individuais. A sociedade totalitária é sabidamente irreconciliável com a *variedade*.

A hostilidade contra o indivíduo, justificada por sua natural ligação ao liberalismo e ao capitalismo, continuará manifestando-se entre os socialistas muito depois da queda do comunismo soviético e do “adoçamento” do comunismo chinês. Como se sabe, aos olhos estrábicos da esquerda, a queda do comunismo só faz confirmar o desmoronamento do liberalismo. Assim, para o marxista argentino Miguel Benasayag, autor de um ensaio de título eloquente, *Le Mythe de l'individu* [O Mito do Indivíduo], esse mito está associado a outro, o “mito do capitalismo”. Talvez inspirado em um contra-senso sobre a filosofia de René Girard, nosso autor articula que “em uma sociedade sagrada” (a sociedade liberal?) “o princípio fundador não é explicado... O capitalismo não escapa a essa regra. E seu princípio indivisível e fundador será constituído por esse personagem bastante paradoxal que se chama o indivíduo”.⁷⁰

Esse filósofo argentino é demasiadamente pessimista: o indivíduo é perfeitamente divisível. A prova é que nazistas e comunistas cortaram dezenas de milhões de exemplares em uma infinidade de pedaços.

70 Tradução francesa, *La Découverte*, 1998.

8

A memória mutilada

A recusa sistemática de qualquer paralelo, até mesmo de qualquer comparação, entre nazismo e comunismo, apesar do parentesco entre as duas estruturas de governo e seus comportamentos repressivos, provém do fato de que a execração diária do nazismo serve de anteparo protetor contra um exame mais apurado do comunismo.

Relembrar, a cada dia, as atrocidades nazistas – prática tornada sagrada, desde então, sob a alcunha de “dever de memória” – mantém um ruído de fundo permanente que não deixa espaço para se dar atenção à memória das atrocidades comunistas. Nas palavras de Alain Besançon, a “*hipermnésia* do nazismo” desvia a atenção da “*amnésia* do comunismo”. Por isso é fácil entender por que toda análise, todo trabalho de historiadores minoritários, que ponha em foco a semelhança essencial entre os dois regimes, provoca tempestades que precedem uma fúria vingativa. Pode-se objetar, com razão, que nunca é demais recordar os crimes nazistas. Mas a insistência nessa lembrança torna-se suspeita quando serve para adiar indefinidamente uma outra recordação: a dos crimes comunistas. Que validade moral, educativa e, por conseguinte, preventiva pode ter a indispensável condenação dos crimes nazistas se ela se transformar em anteparo destinado a dissimular outros crimes?

O sucesso desse disfarce pode ser comprovado pelo sentido dado à expressão “dever de memória” que passou a designar, quase que exclusivamente, o dever de

lembrar sem descanso os crimes nazistas, e somente esses. Acrescentam-se ocasionalmente à lista alguns outros delitos comparáveis, desde que não pertençam ao campo de atuação dos grandes templos do comunismo nem tenham origem na concepção socialista do mundo.

A censura latente, que torna rarefeita a menção dos crimes da esquerda, recebeu o endosso da direita. Tal endosso foi concedido com a presteza disciplinada com a qual, como é de praxe, a direita cumpre as exigências culturais de seus adversários. Assim, em 16 de julho de 1999, o Presidente da República francesa, Jacques Chirac, dirige-se a Oradour-sur-Glane para inaugurar um “Centro Memorial” na cidade onde, em 10 de junho de 1944, os oficiais da SS nazista massacraram 642 habitantes, entre os quais 246 mulheres e 207 crianças, queimados vivos dentro da igreja. Nobres e elevados propósitos os do chefe de Estado. No discurso de inauguração, o presidente condena, além do holocausto (no sentido literal) de Oradour, *todos* os massacres e genocídios da História, começando, é lógico, pelo “Holocausto judeu”. Em seguida, ele evoca também a noite de São Bartolomeu, “as pequenas cidades da região de Vendée sob o regime do Terror” (citação corajosa, considerando o tabu “jacobino” que durante muito tempo impediu a recordação desse genocídio tão memorável). Foram também citados Guernica, Sabra e Chatila (uma pedra no jardim de Israel), os assassinatos em massa das guerras intertribais de Ruanda em 1994, os milhares de assassinatos ocorridos na Bósnia e onde seus cidadãos se encontrassem, entre 1992 e 1995, em nome da “purificação racial” e, finalmente, as mais recentes carnificinas em Kosovo. Em todos esses atos de extermínio, como em Oradour, “os carrascos não fizeram distinção entre homens, mulheres e crianças”, enfatizou Jacques Chirac, com veemência e indignação.

Deve-se notar, ou melhor, ninguém notou, que nesse quadro de “todos” os crimes, de “todos” os tempos e de “todos” os lugares não figura *nenhum* massacre comunista. Katyn nunca aconteceu. Tangidos pelo bordão de um chefe de Estado gaullista, Lenin, Stalin, Mao, Pol Pot, Mengistu, Kim Il Sung saíram discretamente do palco da memória dos genocídios e da história dos extermínios repressivos do século XX. Façamos tábua rasa do passado da esquerda! Mais do que isso: os despotismos comunistas, sempre ativos e criativos, ainda hoje, na arte de povoar os cemitérios progressistas e os campos de trabalhos forçados, passaram em branco. A China, onde a cada dia são praticadas impunemente, aos milhares, torturas as quais valeram, aliás, uma justa condenação a Pinochet, que não está mais no poder; o Vietnã, a Coreia do Norte, e, como não poderia deixar de ser, Fidel Castro,

com sua conhecida doçura angelical, tão grande que o transformou na Nossa Senhora de Lurdes de todos os peregrinos democráticos ou eclesiásticos.

A palavra “Memória”, que significa “*faculdade* de lembrar-se”, vem sendo empregada, há alguns anos, como sinônimo da palavra “lembrança”. Quanto à expressão “lembrança de” alguma coisa, depois que ela passou a revestir-se do significado de “memória de”, não se pode mais empregá-la a não ser no sentido de “lembrança” – ... perdão! – “memória” dos crimes nazistas e, particularmente, do Holocausto dos judeus. “Memória” e “crimes nazistas” são agora termos intercambiáveis. Daí resulta que o “dever de memória” ligado ao nazismo com exclusividade é, também, um dever de esquecimento de todo o resto.

No dia seguinte aos votos presidenciais em Oradour, o diário regional *Ouest-France* traz na primeira página: “Uma Memória contra a Barbárie”. Será que isso quer dizer que uma só memória, só a de um indivíduo se recorda dessa barbárie? Seria muito triste. É melhor traduzir: a lembrança sempre reavivada da selvageria nazista deve ensinar às novas gerações o dever de eliminar toda e qualquer forma de barbárie no futuro. Em contrapartida, como os regimes comunistas nunca praticaram nenhuma barbárie, o que é notório, eles não precisam do “dever de memória”. Os que ainda existem, torturam e perseguem, não são alvo de nenhum “dever de vigilância”. Nossa rejeição ao nazismo é mais feroz à medida que ele se distancia no passado. Assim é que o Ministério dos Ex-Combatentes, cada vez menos útil à proporção que há cada vez menos ex-combatentes, pensa em transformar-se em um “Ministério da Memória” e até mesmo em implementar um “turismo da memória”.⁷¹ É de se supor que esses agentes de viagens éticas não fornecerão passagens para os “destinos de memória” da Lubianka soviética, do *gulag* desativado, ou dos laboratórios de trabalhos práticos ainda em plena atividade nos *laogai* chineses. A constante e crescente vigilância em relação aos crimes do Terceiro *Reich* é um fruto saudável da consciência histórica. Mas o fato dessa vigilância ter-se tornado dez vezes maior depois que a queda do comunismo expôs a verdade sobre os seus crimes, ou pelo menos tornou mais difícil escondê-los, eis uma coincidência que nos faz duvidar, pelo menos quanto a um de seus fatores, de nossas motivações antinazistas.

No mesmo dia em que o presidente discursava em Oradour, nosso primeiro-ministro, Lionel Jospin, não querendo ficar para trás na ética hemiplégica, praticava “turismo de memória”, acompanhado de sua esposa, descendente de poloneses,

71 *Le Monde*, 18-19 de julho de 1999.

visitando Auschwitz. Quem não lhe ficaria agradecido? Nunca é demais lembrar a “singularidade” do Holocausto, para utilizar a expressão de Alain Besançon.⁷² Lamentamos, contudo, que nossos dois “turistas da memória” não tenham aproveitado, já que estavam na Polônia, para cumprir mais um “dever” e ir até Katyn. O dever de memória é universal, ou então ele não passa de partidarismo farisaico. É um insulto à memória das vítimas do nazismo servir-se delas para enterrar a lembrança das vítimas do comunismo.

Peço desculpas por resumir certos fatos, seguindo a tendência das novas gerações, para as quais o acidente geográfico “Katyn” não diz nada – como já pude constatar várias vezes – pela simples razão de que seus professores, jornais e outras mídias tomaram todas as precauções necessárias justamente para evitar que esse nome lhes dissesse alguma coisa. Em setembro de 1939, a Polônia foi derrotada, depois de ser invadida simultaneamente pelos nazistas, a oeste, e pelos aliados destes, os comunistas, a leste. Como recompensa a seus amigos soviéticos pela preciosa ajuda, Hitler lhes outorgou então uma zona de ocupação de duzentos mil quilômetros quadrados (entre outros territórios). A partir da derrota da Polônia, os soviéticos massacraram nessa zona, sob ordens escritas de Stalin, vários milhares de oficiais poloneses prisioneiros de guerra: mais de quatro mil em Katyn (perto de Smolensk), local onde foi descoberto, posteriormente, um dos mais famosos ossários, além de outros 21 mil em vários locais. Devem-se adicionar a essas vítimas cerca de 15 mil prisioneiros, soldados comuns, provavelmente mortos por afogamento no Mar Branco. Perpetrados em poucos dias segundo um plano preestabelecido, esses assassinatos em massa de poloneses vencidos, exterminados pelo simples fato de serem poloneses, constituem indiscutíveis crimes contra a humanidade, e não apenas crimes de guerra, já que a guerra, para a Polônia, havia terminado. Segundo a Convenção de Genebra, a execução de prisioneiros de um exército regular, que combateram uniformizados, constitui crime contra a humanidade, sobretudo depois que o conflito já terminou. A ordem de Moscou era para suprimir todas as elites polonesas: estudantes, juízes, proprietários de terras, funcionários públicos, engenheiros, professores, advogados e, certamente, oficiais.

Quando esses ossários poloneses foram descobertos, o Kremlin imputou os crimes aos nazistas. A esquerda ocidental naturalmente se apressou em obedecer aos ditames do mestre. Não posso dizer que *toda* a esquerda não-comunista tenha sido servil. Mas parte de que tinha dúvidas permaneceu muito discreta, em uma

72 *Le malheur du siècle. Sur le nazisme, le communisme et L'unicité de la Shoah*. Fayard, 1998.

atitude que era mais de lamento perplexo do que de agressividade categórica. Durante 45 anos, afirmar em voz alta que era possível que os soviéticos fossem culpados – pela simples razão de que os crimes haviam sido cometidos na zona de ocupação soviética e não alemã – classificaria o autor da afirmação imediatamente entre os obsessivos “viscerais” do anticomunismo “primário”. Eis que em 1990, graças a Gorbatchev e sua *glasnost*, o Kremlin reconhece sem rodeios atenuantes, em um comunicado da agência Tass, que “Katyn foi um grave crime do período stalinista”. Em 1992, em consequência de um princípio de inventário nos arquivos de Moscou, divulga-se um relatório secreto datado de 1959, de Chelepin, então chefe da KGB. Ele dá conta de “21.857 poloneses de elite, fuzilados em 1939 sob as ordens de Stalin”.

Estando a questão definida pelas próprias confissões soviéticas, esperava-se que os revisionistas ocidentais de esquerda, que durante quatro décadas haviam chamado de fascistas, ou quase isso, os que defendiam a culpa soviética, se retratassem. Ledo engano! Como também foi lamentável que, em 1999, o primeiro-ministro da França não tivesse feito um pequeno gesto “turístico” na Polônia, para demonstrar que finalmente a esquerda deixara de ser um mutilado da “memória”, da moral e da história.

Essa persistente discriminação provém da igualmente tenaz aberração segundo a qual o fascismo seria a antítese do comunismo. Conseqüentemente, as dezenas de milhões de vítimas do comunismo, embora fossem tantas, qualitativamente seriam menos “vítimas” do que as do fascismo. Temos vontade de interpelar os que negam essas vítimas gritando-lhes: “O que lhes dá o direito de calar-se?” Não é o fascismo que é inimigo do comunismo. É a democracia. A democracia é o seu adversário comum. A verdadeira linha divisória entre os regimes do século XX passa entre as democracias e os regimes totalitários, independentemente da diversidade de antagonismos aparentes entre as parafernálias ideológicas com que se enfeitam os exterminadores da liberdade.

Nunca haverá uma “memória” justa – portanto nunca haverá memória, pois ela voluntariamente mutilada é inexistente – enquanto esquerda e direita juntas insistirem em dar tratamento diferente aos criminosos vencedores e aos criminosos vencidos.

Certamente, uma das causas desse véu que cobre os crimes comunistas é a covardia, já que é mais fácil atacar os tiranos mortos do que os ditadores vivos.

Para melhor compreender o colossal servilismo que se manifestou em relação à União Soviética entre sua vitória militar em 1945 e seu desaparecimento em 1991, basta observar a deferência com que são tratados os regimes comunistas que subsistem, embora enfraquecidos. Atitude obrigatória no Ocidente entre os partidários ou simpatizantes, esse servilismo surpreende pela amplitude inesperada que adquire da parte dos adversários da ideologia. Em épocas passadas, essa atitude poderia ser justificada pela prática da *realpolitik*. Mas ela sobrevive ao fim do comunismo soviético e europeu, porque eles continuam sem coragem de desagradar à sua própria esquerda, que ainda reluta em reconhecer a derrocada universal e os crimes comprovados do socialismo real. Por um lado, o Terceiro *Reich* foi aniquilado politicamente há mais de meio século, enquanto que o comunismo ainda existe, embora sobre um território mais restrito; por outro lado, a ideologia nazista já não mais representa, há cinquenta anos, uma força cultural, exceto para alguns marginais sem poder de influência, mas cuja importância é cuidadosamente aumentada com o objetivo de manter o mito de um “perigo fascista” eternamente renovado. Ao contrário, a ideologia marxista-leninista, embora desacreditada pela realidade prática, ou pelo menos assim deveria ser, continua impregnada em nossos esquemas interpretativos e comportamentos culturais. Os procedimentos típicos dos regimes de Stalin e Lenin continuam em uso. A calúnia, a mentira, a desinformação, a deformação, o casuísmo, a injúria difamatória, o rótulo fascista, colaboracionista, ou mesmo anti-semita, aplicado a todos aqueles que os contradizem, enfim, a afronta imerecida e insidiosa, continuam sendo aceitas em nossos meios políticos e mesmo artísticos ou literários. A acusação mais trivial é tratar de nazista qualquer um que desaprove a seita, independentemente da natureza do debate, mesmo que nada tenha a ver com a política. É revelador que a lei francesa, a qual, desde 1990, pune a simples contestação dos crimes nazistas, autorizando, portanto, através da omissão a esse respeito, a contestação dos crimes comunistas... seja de autoria de um comunista. Eu quero mesmo que venham me exortar a execrar, sempre e cada vez mais, os antigos admiradores de Himmler, desde que essa homilia ameaçadora não me seja administrada por antigos admiradores de Beria.

Que a esquerda se abstenha de me rotular de “fascista” porque estabeleci esse paralelo entre o general da SS e o tchekista. O paralelo não é meu: ele é de Stalin, que chamava Beria de “nosso Himmler” e foi nesses termos que o apresen-

tou ao presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, que ficou estupefato com tanto cinismo.⁷³

* * *

O processo de sepultamento periódico das recordações sobre o comunismo por parte de seus antigos cúmplices é acompanhado de uma complacência em relação aos regimes comunistas remanescentes idêntica à que era dedicada, anteriormente, à União Soviética. Não apenas por parte da esquerda, o que não surpreende, mas também por parte da direita. É uma velha tradição: afinal de contas, foi um político que hoje seria classificado de centrista, o radical-socialista Édouard Herriot, que tendo viajado ou tendo sido levado à Ucrânia, no começo da década de 1930, declarou só ter visto naquele país indivíduos prósperos, felizes e bem-alimentados. Durante os anos 1933 e 1934, quando esse pomposo imbecil transmitia suas beatas impressões de viagem à imprensa francesa, 15 milhões de camponeses ucranianos, expulsos de suas terras, foram deportados para a Sibéria; um milhão deles foram executados sumariamente; seis milhões morreram em consequência da fome provocada conscientemente. Apesar desses desagradáveis antecedentes, a mesma cegueira afeta, trinta anos depois, os especialistas que viajaram à China, que nada perceberam das carnificinas da pseudo-revolução dita cultural. Na verdade, ela foi uma depuração sádica e sanguinolenta desencadeada por Mao. A Guarda Vermelha linchou e assassinou milhões de compatriotas. Demência bestial que o próprio Chou En-Lai definiu mais tarde como a maior catástrofe de toda a história da China.

Segundo Jean-Louis Margolin, seu mais recente historiador, o “Grande Salto para a Frente” (1959-1961) já havia sido “a maior epidemia de fome da história”,⁷⁴ fome deliberadamente suscitada por Mao Tsé-tung, graças à combinação singular de idiotia econômica, incompetência agrônômica (ele havia transplantado para a China as teorias de Lyssenko!) e do desprezo pelo povo que caracteriza o comunismo. “Fome de fundo político”, diz ainda Margolin. Ela fez aumentar a mortalidade de 15 por mil, índice dos tempos normais, para 68 por mil. Em 1994, documentos chineses, de uso interno do partido, vazaram para o Ocidente, provando que o total de mortes devidas ao Grande Salto para a Frente e à Revolução Cultural deveria ser revisado e aumentado em várias dezenas de milhões.⁷⁵ No

73 O curioso episódio é contado pelo filho de Beria em suas lembranças sobre seu pai. Sergo Beria, *Beria mon père*. Prefácio, tradução e notas de Françoise Thom, Plon/Critérion, 1999.

74 *Le Livre Noir du Communisme*, p. 530. Ver principalmente J.Becker, *Hungry Ghosts*, Londres, John Murray, 1996. Tradução francesa *La Grande famine de Mao*, Editora Dagorno.

75 “Revelations on Mao’s famine: the great leap into death”. *International Herald Tribune*, 18 de julho de 1994.

momento em que os papagaios ocidentais repetiam que “Mao talvez tivesse suprimido as liberdades, mas que pelo menos, graças a ele, os chineses tinham comida suficiente”, as baixas por aumento da mortalidade devido à penúria, entre 1959 e 1961, estavam próximas de quarenta milhões de vítimas! A partir de 1988, as autoridades chinesas admitiram vinte milhões. Ora, não apenas os visitantes e a imprensa ocidental silenciaram, durante anos, a respeito desse assassinato coletivo, mas ainda em 1997 o trabalho histórico de Margolin suscitou indignação na esquerda européia!

Durante as duas últimas décadas do século, estadistas e homens de negócios do Ocidente competiram entre si quanto aos favores prestados ao visitarem os dirigentes comunistas chineses ou vietnamitas. No entanto, a triste situação dos direitos, ou melhor, da ausência de direitos do homem na China no final de século XX está bem documentada, assim como a firme resolução do partido único de manter sua hegemonia na esfera política, senão também na econômica. Dez anos depois de ratificar um tratado internacional banindo a tortura, a China continua a praticá-la em todas as prisões, principalmente no Tibete. Em 1998 e 1999, as prisões de dissidentes e a repressão ideológica redobram de intensidade, traíndo as expectativas de certos observadores que haviam previsto que a relativa liberalização econômica levaria a uma progressiva liberalização política e cultural. Em dezembro de 1998, novas regras (não se pode chamá-las de leis) vieram restringir ainda mais, se é que é possível, a liberdade de expressão nos jornais, livros, cinema, televisão e videocassetes, a utilização da internet e de programas de informática. Toda infração dessa censura reforçada será considerada como uma “tentativa de subversão contra o Estado” e será punida com prisão perpétua.⁷⁶ Já mencionei o sistema de concentração chinês, os *laogai*, que compreende milhares de campos disseminados por todo o território. O número exato pode ser encontrado no *Laogai Handbook*, publicado na Califórnia e periodicamente atualizado pela *Laogai Research Foundation*.⁷⁷ A pena de morte, aplicada sumariamente, mesmo em caso de pequenos delitos ou de insubordinação de pequena monta, resulta em vários milhares de execuções, a cada ano, na China. A questão de saber se o comunismo é ou não intrinsecamente criminoso, no caso chinês assim como no caso russo, só poderá suscitar uma resposta negativa ou ambígua se houver uma obnubilação ideológica sem qualquer relação

76 Comunicado da Agência Reuters, emitido de Pequim, em 23 de dezembro de 1998. Ver também *International Herald Tribune*, 25 de dezembro de 1998.

77 PO Box 361375, Milpitas, CA 95036 EUA.

com os fatos. O mistério não está na criminalidade comunista, mas no fato dela ainda precisar ser discutida.

A direção do PC chinês não tem a mínima intenção de suavizar a dominação totalitária sobre o país. Bem ao contrário. Em dezembro de 1998, Jiang Zemin, dirigente máximo do Partido e ao mesmo tempo da Nação, excluiu “para sempre”, disse ele enfaticamente, a possibilidade de uma democracia à moda ocidental e prometeu manter inalterada “pelos próximos cem anos a linha fundamental do Partido Comunista”. Aí está um “homem de convicções firmes”, qualidade que os políticos ocidentais prezam acima de tudo. Vinte anos antes, Den Xiaoping havia bradado: “Liberem o pensamento!” Em 1998, Jiang ordena: “É preciso matar no nascedouro as atividades subversivas e separatistas.” Esse último adjetivo é uma evidente alusão ao Tibete.⁷⁸

Sabemos que aos olhos dos nossos democratas ocidentais, tanto de direita quanto de esquerda, as execuções sumárias, as prisões arbitrárias, os massacres, a tortura, os campos de concentração, as deportações em massa, as anexações e perseguições de povos indefesos, os julgamentos fraudados, todos representam atos humanitários quando são os comunistas que os praticam. Eles só viram crimes quando são realizados por Hitler ou Pinochet, o qual, aliás, se comparado à eficácia em escala industrial de Stalin ou de Mao, não passou de um modesto artesão. Nada disso é novidade. Mas nosso perdão benevolente concedido à China é uma imprudência ainda maior se considerarmos que essa potência continua sendo uma ameaça estratégica. Seu arsenal atômico é constantemente reforçado, graças à espionagem e ao roubo, táticas que lhe permitiram subtrair aos laboratórios nucleares norte-americanos informações com as quais a China construiu uma bomba atômica do tipo mais perfeito.⁷⁹ Além disso, a agressividade de Pequim em relação a Taiwan põe em risco permanente a paz no Extremo Oriente.

As democracias capitalistas “engolem todos esses sapos” sob pretextos econômicos. A China é, potencialmente, o primeiro mercado do mundo, e ninguém pode negligenciar esse fato, dizem-nos. Talvez. Mas ela é um cliente que compra nossos produtos sobretudo com o dinheiro que nós mesmos lhe emprestamos e que ela não nos devolve, ou pelo menos muito pouco. Era o mesmo processo que ocorria com a antiga URSS e que acontece com a Rússia atual. As dívidas da China não são pagas (quatro bilhões de dólares em moratória em janeiro de

78 Transcrição na íntegra desse discurso pode ser encontrada no jornal *Le Figaro* e no *International Herald Tribune*, dos dias 19 e 20 de dezembro de 1998.

79 Revelação do *Washington Post* de 1ª de janeiro de 1999.

1999) ou são “reescaloadas”, jargão pudico que significa que o pagamento foi mandado para as calendas gregas. Somente os Estados Unidos despejam, todos os anos, sessenta bilhões de dólares de empréstimos de risco ou irrecuperáveis no regime chinês.

Além disso, o crédulo Ocidente se deixa cair na armadilha das estatísticas chinesas vergonhosamente fraudadas e que exageram a importância da decolagem da China e, portanto, sua capacidade de compra e consumo. O economista e especialista em demografia Jean-Claude Chesnais, Diretor de Pesquisas no Instituto Nacional de Estudos Demográficos, revelou as razões pelas quais as estatísticas chinesas que embelezam a situação do país são pouco confiáveis.⁸⁰ Ao contrário da Índia, a China não tem qualquer tradição estatística moderna. Seu Departamento Central de Estatística só foi criado em 1952 e fechado doze anos depois, pela Revolução Cultural. As autoridades queriam evitar que fosse possível medir os desgastes econômicos e demográficos da chamada revolução, bem como os estragos do Grande Salto para a Frente que a precedera. Reaberto, em 1978, na época em que começou a transformação liberal, faltam especialistas competentes a esse organismo, que preenche os critérios exigidos internacionalmente. Suas publicações são muito pobres, sempre à mercê de abalos políticos e de incumbências ditadas pela propaganda governamental. Assim, elas acumulam dados oriundos de avaliações incoerentes e contraditórias, tanto no que diz respeito à expectativa de vida, mortalidade e dados populacionais, quanto nos aspectos que tocam o desenvolvimento. Embora o crescimento econômico da China a partir do começo da década de 1980 seja inegável, sua importância é inflacionada pelas invenções estatísticas, cuja preocupação essencial é difundir a idéia de que a China teria alcançado um nível de vida por habitante superior ao da Índia. O inverso é verdadeiro. Infelizmente, a falta de visão ou a complacência política dos especialistas internacionais os leva, muitas vezes, a sancionar as mentiras chinesas e assim induzir ao erro os agentes econômicos ocidentais. O Atlas do Banco Mundial de 1998 atribui à China um índice de crescimento da receita por habitante, entre 1990 e 1996, de 11% ao ano. Ora, contrapõe Chesnais, “essa ordem de grandeza não tem paralelo. Ela leva a pensar que se trate de uma estimativa grosseira e pouco provável, fornecida pelas autoridades chinesas”.

Não aprendemos nada. O coquetel preparado pelas democracias, durante 75 anos, para o regalo da URSS, é agora servido à China: um terço de indulgência

80 “Les comptes fantastiques de la Chine”, *Annales des Mines*, março de 1999.

pelas violações dos direitos do homem, um terço de indolência diante das ameaças estratégicas, um terço de complacência econômica, irrigando de créditos as terras estéreis do coletivismo, com uma prodigalidade que beira a idiotia.

A recusa da história e a amputação da memória inspiram a mesma “surpresa”, a mesma cólera por parte da esquerda, cada vez que ela é contrariada por mais uma obra que estabelece a lista dos crimes do comunismo contra o indivíduo e sua inépcia econômica. Essa ignorância voluntária e essa fuga, ante tudo o que a venha abalar, são agravadas, tanto à direita como à esquerda, por uma incapacidade de aproveitar as lições do passado para melhorar a política do presente. Como dizem Vladimir Boukovsky e o dissidente chinês Wei Jingsheng,⁸¹ “a história tem provas abundantes de que a estratégia da *détente* estava errada. No entanto, novamente, assim como há 25 anos, vêm nos assegurar, agora no caso da China, que o comércio com o Ocidente e alguns sorrisos a mais serão suficientes para transformar uma sociedade totalitária em democracia”.

Como os regimes comunistas sempre derivaram sua força da fraqueza que nós, democratas, exibimos, eles não hesitam em explorá-la. A China tem a pretensão de impor sua censura não apenas dentro de casa, o que é normal para uma ditadura, mas também no estrangeiro, censurando todas as produções e informações referentes à China, principalmente os filmes, e, sobretudo, aqueles que tratam da história recente do Tibete ou do budismo tibetano. A oligarquia chinesa freqüentemente consegue que seus caprichos sejam atendidos. Em 1996, Rupert Murdoch, o magnata internacional da imprensa e da mídia, obediente às ordens chinesas, suprime do *World Service* da BBC a transmissão de *Star TV* na Ásia, que está sob seu controle. Por quê? Porque a BBC ousou transmitir três programas classificados como “antichineses” por Pequim. Leia-se: que diziam a verdade. Um tratava dos orfanatos-mortuários da China contemporânea; o segundo, das usinas onde a mão-de-obra é composta de prisioneiros-escravos; o terceiro abordava as memórias do antigo médico de Mao, Dr. Li Zhisui, aposentado e vivendo nos Estados Unidos.⁸² No programa, o Dr. Li pintava Mao com as cores de um tirano impiedoso, paranóico e obcecado por sexo, cuja vida privada era dissoluta. Mostrava também que o “Grande Timoneiro” era espantosamente pobre de intelecto, como já se percebera há muito tempo a partir da simples leitura de suas obras.⁸³ Em 1998, Murdoch

81 “Les crimes impunis de la Chine”, *Libération*, 24-25 de abril de 1999.

82 *The Private Life of Chairman Mao*, Random House, 1994.

83 Ver o anexo I, no final do capítulo, que reproduz um artigo que consagrei a esse estranho engano, em 1968, na revista *L'Express*.

levou ainda mais longe a subserviência sinófila proibindo uma de suas editoras, a Harper-Collins, de publicar um livro de Christopher Patten, o ex-governador britânico (último) de Hong Kong, considerado por ele muito crítico em relação à China. Gesto estúpido, além de covarde, pois, evidentemente, o livro logo foi publicado por um outro editor e aproveitou toda a publicidade devida a essa escandalosa e abusiva quebra de contrato.⁸⁴ Patten demonstra, particularmente, que não há correlação racional entre o intercâmbio econômico com a China, que deveria ser realista, e as reverências frenéticas do Ocidente. Na verdade, diz ele, é o mundo ocidental, não a China, que se encontra em posição de superioridade econômica. Mas as gentilezas prevalecem em virtude da obsessão pelo “mercado” chinês, como se um mercado com tão pouca liquidez merecesse toda essa consideração. A cada ano desde o ato de repressão da Praça da Paz Celestial, em 1989, uma tímida resolução é apresentada à comissão *ad hoc* da ONU, por um ou outro país democrático, solicitando a condenação das práticas de violação dos direitos humanos na China: de 1989 a 1999, ela é sistematicamente recusada...

* * *

Nas sociedades comunistas do primeiro escalão, ou seja, aquelas que serviram de protótipo para as cópias menores ou de matriz para as filiais-satélites, observa-se sempre uma convergência de componentes cujos resultados cumulativos tendem à aniquilação do povo. O primeiro componente é representado pelos expurgos periódicos, as execuções em massa, práticas que podemos chamar de destruição direta. O segundo é uma destruição indireta ou diferida, através das deportações maciças, privações e maus-tratos conscientemente infligidos, prisão em campos de reeducação ou de trabalhos forçados, todos métodos que acabam levando a um aumento da mortalidade. O terceiro componente é essa estranha habilidade que têm todos os regimes comunistas de se lançar com implacável determinação em transformações econômicas, particularmente agrícolas, de uma estupidez tão criativa que não pode ser um mero acaso. Tais experiências fazem cair de 80 a 50% a produtividade das terras mais férteis, levando a surtos de fome que custam a vida de milhões de seres humanos. O quarto componente é a fúria destruidora de toda expressão cultural e a prevenção de toda criação que se afastem dos dogmas marxistas-leninistas. No caso do Tibete, os chineses, em número de um bilhão e duzentos ou trezentos milhões, não se contentam em esmagar uma pequena população de seis milhões de indivíduos, ocupar o país, subjugar-lo e roubar-lhe seus

84 Christopher Patten, *China, Power and the Future of Asia*, Times Books, 1998.

parcos recursos, basicamente florestais. Eles são doentiamente obcecados pela idéia fixa de destruir-lhes a civilização e a cultura.⁸⁵ Algumas sociedades comunistas se esmeram em uma das quatro especialidades totalitárias, outras brilham ora em uma, ora em outra, as melhores são exímias nas quatro modalidades de forma simultânea e constante. Mas nenhuma delas jamais negligencia qualquer desses componentes por completo. Parece, portanto, que a união desses quatro ingredientes de base dá origem aos fundamentos constitutivos, estruturais e funcionais de todo poder comunista, em toda parte e em todo contexto histórico.

Será que se pode chamar de “genocídio” o conjunto de conseqüências desse sistema? Considerando a amplitude quantitativa da destruição de vidas humanas, a pergunta é muito capciosa. Ainda mais se levarmos em conta que, além da destruição física do homem, esses regimes levam também à sua aniquilação cultural, um complemento obrigatório de todo regime totalitário. Adotar ou não o termo “genocídio” depende, portanto, de uma decisão de natureza qualitativa, cuja conclusão eminentemente conceitual não modifica em nada o destino das vítimas. Será que se decidirmos que não pereceram em virtude de um genocídio elas irão ressuscitar? Será que os ossários onde apodreceram aos milhões vão se transformar, somente por isso, em berçários?

Alguns traços característicos do totalitarismo comunista estão presentes igualmente no totalitarismo nazista, como, por exemplo, os extermínios programados, mas não a falência econômica deliberada. Os nazistas condenaram à fome os povos conquistados, confiscando toda a produção dos países vencidos para alimentar seu exército. Eles nunca submeteram sua própria população à fome, nem mataram seus próprios camponeses, nem devastaram sua própria agricultura, em tempos de paz, impondo-lhe decisões extravagantes. A penúria, na Alemanha nazista, provinha da guerra, não da vontade dos dirigentes.

Entre 1994 e 1999, segundo um relatório da Associação Budista *Good Friends* [Bons Amigos], três milhões de coreanos do norte teriam desaparecido, vítimas de uma epidemia de fome que só pode ser atribuída ao próprio comunismo, embora os dirigentes a tenham imputado às enchentes ocorridas em 1994. É um subterfúgio tão velho quanto o próprio comunismo o de atribuir seus próprios efeitos desastrosos às intempéries naturais. Mengistu fez o mesmo durante dez anos na Etiópia. A penúria coreana não impediu que Pyongyang tivesse o orçamento necessário

85 Essa idéia fixa produz estragos desde o início do período de ocupação, em 1950-51. Estragos que persistem, ou melhor, que atingem o auge, atualmente. Ver a reportagem de John Pomfret, “Tibetans Struggle for Identity”, *International Herald Tribune*, 22 de julho de 1999.

para desenvolver um arsenal nuclear de guerra, alegando que se tratava, na realidade, de uma indústria nuclear para a paz, indispensável para a produção de energia. Seguindo a costumeira atitude democrática de resignação diante desse tipo de ameaça, os Estados Unidos, em vez de explorar a posição de fraqueza, logo propuseram à Coreia do Norte fornecer-lhes, além de ajuda alimentar, reatores nucleares civis e petróleo gratuito, em troca do abandono dos planos para uma indústria nuclear militar. Também seguindo o velho costume comunista, a Coreia do Norte embolsou as doações – naturalmente utilizadas para conforto dos dirigentes e não para atender às necessidades do povo – e trabalhou com maior afincamento para desenvolver sua bomba atômica, sigilosamente, em laboratórios subterrâneos. Os coreanos recusaram todas as visitas de inspeção a menos que recebessem pagamento por elas. Cada vez mais exaltados à medida que a população tornava-se mais faminta, os dirigentes chegaram mesmo a ameaçar os Estados Unidos com a destruição e de apagar a América do mapa “de uma vez por todas”.⁸⁶ Nessa terra abençoada pelo comunismo dinástico, o “amado líder” Kim Jong Il, a exemplo de seu pai Kim Il Sung, segue fielmente a disciplina de Stalin e de Mao. O que mais entristece, porém, é que as democracias não reconhecem o passado quando ele se disfarça de presente.

Constata-se, então, que o benefício de não ser inventariado, concedido aos comunistas do passado e ao passado dos comunistas do presente, serve de suporte à indulgência que testemunhamos em relação aos seus correligionários que ainda estão no poder. Os dois disfarces se completam. Daí resultam as resistências a uma investigação mais detalhada da história e da atualidade. Se fosse imparcial, considerando a atual preponderância da filosofia dos “direitos do homem”, ela deveria conduzir-nos a harmonizar nossos critérios políticos com nossos princípios morais. Levar-nos-ia forçosamente à universalidade de condenação de crimes idênticos, o que queremos a todo custo evitar.

A cada publicação demonstrando que Lenin foi tão criminoso quanto Stalin, ou talvez até mais, a esquerda se mostra “estupefata”, simplesmente porque ela esquecera, rapidamente, a publicação anterior.

Os mais consagrados filósofos ficaram estarecidos com o *Lénine* de Hélène Carrère d'Encausse em 1998.⁸⁷ Então, o abalo sofrido pela publicação do *Livro*

86 *International Herald Tribune*, 4 de janeiro de 1999. Ver também *Life and Human Rights in North Korea*, verão de 1999, n. 12. Essa publicação trimestral é escrita em japonês, coreano e inglês e financiada por contribuições voluntárias de cidadãos japoneses e coreanos.

87 Fayard.

Negro, no ano anterior, já teria sido esquecido nesses poucos meses? Também não parecia haver restado nenhum vestígio do espanto causado em 1982 pela tese de Dominique Colas, *Le Léninisme*.⁸⁸ Como também não lhes restava nenhum estigma psíquico da violenta comoção causada, em 1975, pela obra *La Terreur sous Lénine* [O Terror na era Lenin] de Jacques Baynac,⁸⁹ onde o número de vítimas da benevolência leninista, entre 1918 e 1920, é calculado em torno de dois milhões e meio de mortos. Aliás, os intelectuais progressistas haviam recebido o choque original no exato momento em que esses crimes eram cometidos, pois eles tinham pleno conhecimento deles, em 1918, em Paris, por ocasião da reunião da Liga dos Direitos do Homem, como demonstra Christian Jelen em sua obra *L'Aveuglement* [A Cegueira].⁹⁰ Golpe do qual eles se recuperaram com animada rapidez. Esses amigos da humanidade e de Lenin foram sempre de surpresa em surpresa, sem que jamais se esgotasse sua capacidade de ficar petrificados de espanto diante de cada novo relato de acontecimentos, mais do que conhecidos. Para eles, quando se trata do comunismo, a memória é seletiva. Rechaçar assim a história com incansável tenacidade tem um duplo propósito: negar ou atenuar as responsabilidades, pelo menos intelectuais, de seus partidários ou cúmplices de outrora; fazer prevalecer a idéia de que o nazismo é a única forma intrinsecamente criminosa de totalitarismo. Há reciprocidade entre as duas faces da medalha. Ela pode ser lida nos dois sentidos. Por isso vemos perpetuar-se ou ressurgirem, nos veículos de mídia e nas instituições culturais do mundo democrático, as versões mentirosas da história, forjadas pelo comunismo acerca dele mesmo, no tempo em que tinha a maior extensão de poder.

Assim, em 1990, a UNESCO organizou uma celebração da “memória” de Ho Chi Minh, por ocasião do centenário de nascimento do ditador. Todos os eventos dessa comemoração reproduziam, sem qualquer exame, as mentiras da antiga propaganda comunista pró-Vietnã da década de 1960 e o mito de Ho Chi Minh que havia sido fabricado, naquela época, através de golpes de dissimulação e de invenções dos “organismos”. A sigla UNESCO significa “União das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura”. Se a UNESCO estivesse realmente a serviço da ciência, ela teria convidado historiadores autênticos que nada mais poderiam ter feito senão demolir a lenda forjada para transfigurar Ho Chi Minh. Se ela estivesse a serviço da educação, não teria se prestado a colaborar com essa lavagem cerebral totalitária.

88 PUF.

89 Le Sagittaire.

90 Flammarion, 1984.

Se estivesse a serviço da cultura, e não da censura, não teria isolado esse colóquio de forma a evitar que ele tivesse qualquer nota “visceral anticomunista”. Não convencido por esse “memorial” à moda da UNESCO, Olivier Todd, um dos maiores conhecedores da Guerra do Vietnã, onde foi correspondente especial durante muitos anos e, por um breve período, prisioneiro do Vietcong, consagrou ao “mito Ho Chi Minh”, antes desse evento, um estudo onde deplora “a extraordinária ingenuidade adúladora de inúmeros jornalistas e diplomatas, que comprova a manipulação política existente no seio da UNESCO. Essa organização internacional, derivada da ONU, se apressa em celebrar Ho Chi Minh como um “grande estadista”, um “homem culto”, um “ilustre libertador” de seu povo. A comunidade internacional é convidada a financiar a heroicização e a mitificação do “Tio” comunista, justamente no ano que sucede a passagem do comunismo mundial para a lixeira da História.”⁹¹

Essa piada da ONU fica ainda mais gostosa quando se pensa que o regime oriundo da filosofia de Ho Chi Minh, inicialmente no Vietnã do Norte e, depois da queda de Saigon, em 1975, em todo o país, teve tempo suficiente para mostrar seus traços fundamentais. E eles em nada se diferenciavam do stalinismo mais repressivo. Essa semelhança não havia passado despercebida nem mesmo a um admirador de Ho Chi Minh, o escritor e jornalista Jean Lacouture. Entrevistado pela revista *L'Histoire*⁹² ele ouve a seguinte pergunta: “Foi também por ignorância que o senhor se enganou em relação ao Vietnã do Norte?” E responde: “Não, a esse respeito eu estava bem-informado. O que falta em meus artigos daquela época é a menção clara do caráter stalinista do regime.” E não é possível que ele tivesse qualquer outro “caráter”, já que seu fundador, que apareceu para o público em 1945 sob o nome de Ho Chi Minh, fosse, cerca de trinta anos, um agente internacional do Comintern, de nome Nguyễn Ai Quốc. Sua carreira secreta e sua verdadeira missão na Indochina tornaram-se mais conhecidas depois da abertura dos arquivos soviéticos.⁹³ Indiferente a esses documentos encontrados, que renovam nossos conhecimentos de história, a UNESCO, sempre a serviço da “ciência” do seu jeito muito original, parece também ignorar que desde 1975 o regime comunista vietnamita havia cumprido, ao pé da letra, todas as previsões feitas desde o começo por

91 Olivier Todd, “Le mythe Ho Chi Minh”, em *Ho Chi Minh, l'homme et son héritage*. [Ho Chi Minh, o homem e seu legado]. Obra coletiva. Duong Moi, La Voie Nouvelle, Paris, 1990. Citado também em *Commentaire* n. 50, verão de 1999.

92 Novembro de 1989. Citado por Olivier Todd, *ibid*.

93 Sophia Quinn-Judge, *Ho Chi Minh: New Perspectives from the Comintern Files*. Citado no *Livre Noir du Communisme*. p. 685.

Soljenitsyn, em um memorável programa de televisão – *Apostrophes*. Sua lucidez havia despertado o sarcasmo da esquerda. Será que a UNESCO tinha o direito, de acordo com as regras da moral, de celebrar uma missa em louvor cego a Ho Chi Minh em 1990, quando já se sabia de tudo? Em 15 anos, o regime inspirado em seus ensinamentos havia aprendido toda a cartilha dos experimentos do “ogro filantrópico”, como dizia Octavio Paz: terror policialesco, execuções sumárias, condicionamento ideológico, campos de concentração onde a mortalidade era mais ou menos elevada, de acordo com a localização geográfica e o grau de severidade de “reeducação, torturas, privações, fuga em massa, nesse caso por mar (como ocorreu entre a China e Hong Kong durante a Revolução Cultural), suplício dos barqueiros, que morriam, em grande número, afogados ou assassinados por piratas. Um cálculo conservador estima em mais de um milhão de mortos as vítimas diretas ou indiretas do regime, a partir de abril de 1975.

Enquanto se realizava essa reconstituição do cenário *cult*, os ministros e outros políticos ocidentais se acotovelavam em Hanoi, com os franceses na primeira fila, cheios de si, para levar o dinheiro dos contribuintes capitalistas aos membros da *nomenklatura* local, os quais – como acontece em todos os regimes comunistas – se compraziam sem pudor na mais abjeta corrupção. Nossos ministros levavam o cinismo até o ponto de tratar de “reacionários” os franceses de origem vietnamita que ousavam se escandalizar com essa terrível subserviência a esse trono do despotismo asiático.

Pensamento unificado, comportamento unificado. Vejam. Jacques Toubon, no exercício da função de Ministro da Cultura e da Comunicação de um governo de direita, condecorando a escritora Duong Thu Hyong declarou:

Você conheceu desde sua primeira infância o invasor japonês e o colonialismo francês. Mas foi o *imperialismo americano* que a conduziu, aos 20 anos, a prestar seus serviços à luta pela *independência e reunificação de seu país* [os grifos são meus]... É natural que nossos dois países, que atuam juntos no cenário internacional, que são importantes membros da comunidade francófônica – aliás, Hanoi se propôs sediar em 1997 uma reunião de cúpula entre chefes de Estado e de governo tendo em comum a língua francesa – desenvolvam uma relação privilegiada no campo da literatura. Tenho o prazer de lhe entregar a medalha de Cavaleiro das Artes e das Letras.

Para os mais jovens, é preciso esclarecer: embora Jacques Toubon tenha adotado, nesse discurso memorável sobre a evolução do Sudeste asiático desde 1945, as fábulas comunistas (as do tempo de Brejnev, não de Gorbatchev), ele nunca pertenceu à Internacional. Agiu mais por conformismo do que por convicção. Porém, apesar de sua complacência nesse episódio, ele não foi poupado por Hanoi, que o vilipendiou porque Duong Thu Huong, menos dócil que as autoridades francesas que a condecoravam, e apesar de ter sido membro do Partido Comunista Vietnamita, ousara dizer, em seu discurso de agradecimento: “Ho Chi Minh é o ídolo do povo vietnamita, mas não é o meu ídolo.” A oligarquia do PCV por pouco não acusa nosso Ministro da Cultura de cumplicidade com uma operação de desestabilização do Estado vietnamita. Justa retribuição pelo bilhão de ajuda francesa.

Se nada do que aprendemos sobre o comunismo em vinte anos alcançou as mentes da UNESCO ou dos líderes políticos ocidentais, como esperar que os jornalistas estivessem mais bem-informados ou fossem mais honestos? Seu papel de “críticos”, conforme concebido pela própria mídia, consiste geralmente em reproduzir, sem mudar uma vírgula, as “críticas” consideradas anticonformistas na época de seus pais... ou quando eles tinham vinte anos. É o que eles chamam de “captar o sentido da história”. Assim, no dia 12 de fevereiro de 1995, às 20h40min, a cadeia de televisão franco-alemã *Arte* transmite um documentário longa-metragem, com mais de uma hora de duração, intitulado *Le Vietnam après l'enfer* [O Vietnã após o inferno]. Tratava-se de um filme de propaganda grosseira, até mesmo inábil, que poderia ter sido produzido pelos serviços de comunicação mais esclerosados dos burocratas de Hanoi. Pode-se criticar a política francesa na Indochina até os acordos de Genebra, em 1954. Pode-se criticar a política dos Estados Unidos no Vietnã após a intervenção, decorrente da violação desses mesmos acordos pelo Vietnã do Norte. Não nos abstivemos, na época, tanto na França quanto nos Estados Unidos, de fazer qualquer crítica. Mas a questão que se coloca, em 1995, ano do “documentário” da cadeia *Arte*, questão que se refere ao presente é: os regimes que se instalaram no Vietnã, no Camboja e no Laos após a derrota ocidental foram realmente regimes de libertação? Ou será que eles foram, ao contrário, de servidão e, principalmente no caso do Camboja, de genocídio? Será que é possível extrair o significado histórico e político do período 1945-75 abstraindo-se os acontecimentos resultantes, sobretudo o balanço do período 1975-95? Resposta: sim, a prova disso é o documentário da emissora *Arte*. Seu “ponto de vista histórico” equivale a

julgar o regime nazista abstraindo a Noite de Cristal,^{*} Oradour e Auschwitz. Que valor histórico e ético pode ter a constante evocação do genocídio nazista, a partir do momento em que serve para encobrir as vozes daqueles que evocam os genocídios comunistas? E a recíproca não é verdadeira: nenhum dos historiadores dos genocídios comunistas procura ocultar os genocídios hitleristas, com exceção dos seus aliados como os Le Pen e os Faurisson, que não representam muitos e são condenados por quase todos. Voltamos assim, apesar de todas as evidências em sentido contrário, à reintrodução sub-reptícia do postulado: os crimes “de esquerda” não são crimes. Somente os crimes nazistas e os de Pinochet.

Foi essa a tese que a Justiça francesa subscreveu oficialmente no caso Boudarel. Georges Boudarel, militante comunista durante a guerra da Indochina, havia exercido, em um campo de concentração do Vietminh, de 1952 a 1954, as funções de “reeducador” de seus próprios compatriotas, prisioneiros franceses.⁹⁴ Quando os acordos de Genebra levaram à redução de pessoal nesse tipo de função, Boudarel ficou desempregado e voltou a ser professor, terminando por lecionar História na Universidade de Paris VIII, onde alguns de seus colegas tiveram a coragem de dizer, à guisa de defesa, que ele era “muito bem-considerado como especialista... em assuntos do Vietnã”. Um dia, durante uma conversa, Boudarel foi reconhecido por ex-prisioneiros sobreviventes do campo 113, onde ele havia exercido seu talento (70% de mortos). Esses ex-prisioneiros abriram um processo contra ele, no dia 3 de abril de 1991, acusando-o de crimes contra a humanidade. A esquerda logo se mobilizou; artigos e petições surgiram de todos os lados a favor de Boudarel. A Justiça francesa – independente do poder do Estado mas não do poder ideológico – não ficou surda a essa campanha, ditada portão elevado sentido dos direitos do homem. Em 1º de abril de 1993, a Corte de Cassação rejeitou a petição dos antigos prisioneiros do campo 113. Declarou que a promotoria havia cometido um erro qualificando os atos atribuídos a Georges Boudarel como crimes contra a humanidade (e portanto imprescritíveis e não alcançados pela lei de anistia de 1966). Segundo a Corte, “os crimes contra a humanidade são aqueles cometidos durante a Segunda Guerra Mundial pelos países do Eixo”. Ora, isso não apenas é uma falsificação da história, mas um apelo ao assassinato. Se não são passíveis de punição os crimes contra a humanidade cometidos

* N. do T.: do alemão *Kristallnacht*, noite de 9 para 10 de novembro de 1938, quando os nazistas atacaram os judeus e suas lojas, por toda a Alemanha, deixando as ruas cobertas de cacos de vidro das vitrines destruídas.

94 Ver o relato de um deles, Claude Baylé, *Prisonnier au camp 113, le camp de Boudarel*, Perrin, 1991.

após a Segunda Guerra Mundial e por outros governos criminosos além dos países do Eixo, por que devemos nos incomodar? Temos a impunidade assegurada desde já por toda a eternidade para todos os demais assassinos. Mas então por que estamos perseguindo Pinochet ou Milosevic?

A honra da esquerda foi salva por um Lionel Jospin já em mutação, que era Ministro da Educação quando ocorreu essa incrível exibição de macacos amestrados. Solicitado a defender o inofensivo torturador, para muitos o único verdadeiro mártir, ele respondeu: “Creio que a escolha do anticolonialismo foi acertada. Mas cerrar fileiras ao lado daqueles que, afinal, são adversários do nosso país, independentemente de nossa opinião, no fundo, sobre a necessária evolução do império colonial, é uma decisão que eu prefiro não julgar. Mas ninguém é obrigado a tomá-la, mesmo sendo anticolonialista.” Vejam a conclusão – e como ela foi isolada! – do futuro primeiro-ministro, palavras que fizeram renascer em meu coração a esperança de ver um dia ressurgir na França uma esquerda à qual eu poderia voltar: “Mas sobretudo”, prossegue Jospin, “em minha opinião, nada justifica que um intelectual, um professor transforme-se em *kapo* em um campo de prisioneiros, em um campo de concentração no qual os cidadãos de seu próprio país morriam. Esse homem, a meu ver, não merece um comitê de apoio.” O emprego da palavra *kapo* quebra, por si só, o tabu que habitualmente proíbe a comparação.

Será que os magistrados da Corte de Cassação haviam lido essa profissão de fé quando redigiram seus considerandos? Quanto à falsificação, ou, na melhor das hipóteses, à incompetência histórica e jurídica comprovada nesses considerandos, sua amplitude pode ser medida simplesmente pela releitura do texto de abertura do tribunal de Nuremberg que define os “crimes contra a humanidade” como sendo “o assassinato, o extermínio, a redução ao regime de escravidão, a deportação e todo e qualquer ato desumano cometido contra qualquer população civil antes ou durante a guerra; ou ainda as perseguições políticas, raciais ou religiosas”. Os crimes cometidos contra prisioneiros de guerra enquadram-se na mesma definição.

Comentando esse texto, Michel Moracchini, que foi assistente de um membro francês do tribunal, Casamayor, em Nuremberg, acrescenta: “O Professor Donne-dieu de Vabres, membro francês dessa jurisdição, sempre assinalava, em seus comentários, o caráter universal, independente das circunstâncias de tempo e lugar, da noção de crimes contra a humanidade. Todos aqueles que escreveram a respeito ou trabalharam com esse conceito, inclusive a Comissão de Direito Internacional da ONU, concordavam com ele e se inspiravam em suas concepções.”⁹⁵

Restringir, portanto, a definição às potências do Eixo e ao período da guerra é contrário a toda a evolução do Direito que teve lugar a partir de Nuremberg e que levou, recentemente, à instalação de um Tribunal Penal Internacional.⁹⁶ Além disso, essa postura é tão absurda quanto seria, no direito comum, restringir o crime de homicídio doloso aos atos cometidos somente, digamos, entre 1º de janeiro de 1930 e 31 de dezembro de 1935, desde que esses atos tenham ocorrido nos departamentos de números 1 a 30, excluindo-se os demais.* Tamanha estupidez, vinda de tão eminentes magistrados, só pode ser explicada pelo postulado imperativo, subjacente, onipresente, que define que os crimes comunistas não devem *nunca* ser classificados na categoria dos crimes contra a humanidade, nem mesmo na categoria dos crimes que realmente aconteceram.

Pudemos verificar a força desse postulado quando do pedido de extradição de Pinochet por um juiz espanhol. Alegando esse precedente, refugiados vietnamitas tiveram a idéia, no último trimestre de 1998, de registrar queixa contra um certo número de dirigentes políticos de Hanoi. Foi-lhes respondido que os casos apresentados não poderiam ser acatados devido ao prazo de prescrição de dez anos dos atos, mesmo que fossem assassinatos, tortura e seqüestro, dos quais os pais dos queixosos haviam sido vítimas. Ora, os mesmos atos imputados a Pinochet também ocorreram há mais de dez anos. Conclusão: os mesmos crimes contra a humanidade são imprescritíveis quando devidos a um ditador considerado “fascista” e tornam-se de repente altamente prescritíveis quando seus autores são comunistas. A doutrina da “exceção comunista” é bem clara, mas ela viola ao mesmo tempo as leis internacionais em vigor e o novo código penal francês.⁹⁷

* * *

A atitude ambivalente dos dirigentes e da mídia democrática, em relação aos regimes totalitários, atinge o cúmulo do cinismo e do ridículo político quando se trata de Fidel Castro. Na verdade, praticamente nada se ignora, em nossas demo-

95 *Commentaire*, n. 64, inverno de 1993-1994. Agradeço a M. Moracchini pelos preciosos conhecimentos que ele, na qualidade de jurista, gentilmente me transmitiu sobre essa questão.

96 Criada por um tratado firmado em Roma por 120 países, em 28 de julho de 1998. Os tribunais internacionais já estão em atividade para julgar acusados de crimes contra a humanidade na ex-Iugoslávia e em Ruanda.

* N. do T.: desde 1790, a principal unidade geopolítica da França é o “departamento”. O país está dividido em 100 departamentos, sendo 96 na França metropolitana e 4 além-mar (Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa e Ilha de Reunião).

97 Ver, no anexo 2 a esse capítulo, os artigos do código que dizem respeito aos crimes contra a humanidade. Eles consistem em um prolongamento direto da doutrina de Nuremberg – a verdadeira, não a que foi idealizada para suprir as necessidades de Boudarel, pelos magistrados franceses da Corte de Cassação.

cracias, a respeito das violações dos direitos humanos praticadas pelo caudilho de Havana. A imprensa, mesmo de esquerda (com exceção dos jornais comunistas propriamente ditos e do periódico *Le Monde Diplomatique*), não esconde mais o caráter fortemente repressivo de seu regime policialesco. No entanto, Castro é convidado, recebido e festejado por toda parte. Os primeiros-ministros, os bispos e até mesmo o Papa fazem fila para ter a honra de serem recebidos pelo barbudo sanguinário. O grotesco exterminador os tapeia com promessas vazias, pelas quais os idiotas de plantão mostram-se ávidos. Os infelizes se despedem dando entrevistas coletivas nas quais comemoram as boas resoluções do ditador. Mal eles entram no avião de volta para casa e sua lamentável credulidade é ridicularizada por uma nova investida da polícia cubana. Há muito tempo, a esquerda protege Castro sem nutrir qualquer ilusão a seu respeito. Um excelente artigo do próprio *Monde* tem esse título: “Cuba: la fin d’une illusion [Cuba: o fim de uma ilusão]”.⁹⁸ É claro que se pode argumentar que esperar 1999 para perder as ilusões em relação a Cuba não é exatamente um sinal de precocidade excepcional. Mas estamos tão pouco habituados a ver alguém infringir o tabu que protege as ditaduras marxistas passadas ou presentes, que ficamos contentes de vê-lo assim vencido, de tempos em tempos. A repressão aumenta na ilha, nos informa o autor do artigo, Alain Abellard. Essa evolução, eu acrescentaria, vai na direção exatamente oposta à que nos anunciam os amigos de Cuba há quarenta anos. “Mesmo uma contestação moderada não é mais tolerada”, define Abellard. Uma nova regra pune com vinte anos de prisão “a colaboração direta ou através de terceiros com a mídia estrangeira”.

É claro! Alguns veículos se libertaram do dever de silêncio que proibia, no passado, qualquer menção às torturas e execuções constantes em Cuba. Em 8 de janeiro de 1999, a rede *Arte* exibiu⁹⁹ um documentário sobre o julgamento forjado através do qual, em 1989, Castro condenou à morte quatro de seus generais sob pretexto de tráfico de drogas – tráfico do qual o ditador era o próprio líder e principal beneficiário. Não é sem razão que a revista *Forbes*, na lista anual das maiores fortunas do mundo, avalia a dele em aproximadamente dois bilhões de dólares. Na verdade, os quatro generais foram sacrificados por terem ousado criticar o massacre da juventude cubana nas intervenções na Etiópia e em Angola, onde Cuba tomou parte com base em decisões soviéticas. O “stalinóide” do Caribe organiza então em Havana um julgamento, cópia fiel das encenações sanguinolentas de

98 Em 2 de março de 1999.

99 Às 22h15min, é verdade, e com dez anos de atraso.

outrora, em Moscou, Budapeste e Praga, uma reconstituição tropical do *L'Aveu* [A Confissão]. Depois de prometer o perdão ao General Arnaldo Ochoa e a seus companheiros caso eles “confessassem”, o que eles então fizeram confiantes, ele os mandou fuzilar. Como bom *aficionado*, ele assiste à execução dos pseudo-“traidores” por intermédio de um vídeo.

Ao contrário dos fuzilamentos do passado, na URSS, na Tchecoslováquia, na Bulgária ou na Hungria, que valeram a seus instigadores aclamações da Liga dos Direitos do Homem e perspicazes palavras de aprovação de uma gama de escritores e intelectuais célebres no Ocidente, a reprise macabra organizada por Castro não teve o mesmo sucesso, nem mesmo a discreta convivência que ele esperava. Até mesmo o mais esquerdista dos semanários de televisão da França, *Télérama*,¹⁰⁰ publicou, como prévia à transmissão da rede *Arte*, uma longa entrevista com a filha do General Antonio de la Guardia, também fuzilado em 13 de julho de 1989, juntamente com Arnaldo Ochoa. Com base no caso Pinochet, que ocupava amplamente a imprensa no final de 1998, Ileana de la Guardia anunciou sua intenção de abrir um processo contra Castro pelo assassinato de seu pai e pela prisão arbitrária de seu irmão, condenado a vinte anos... por não ter denunciado o pai. A obrigação de denunciar membros da própria família é mais um traço comum entre o sistema nazista e os sistemas comunistas.

Ao invocar a perseguição contra Pinochet, a filha de um dos quatro oficiais assassinados mostra que ela ainda não compreendeu o funcionamento moral e mental da esquerda internacional – nem da direita que, geralmente petrificada de medo, limita-se a seguir os passos da esquerda. Castro não pode ser mais acusado que Boudarel, e pelas mesmas razões. O peso impressionante da cortina de ferro jurídica que separa a criminalidade política de esquerda e de direita foi comprovado pelo acaso, ou melhor, pela coincidência acidental entre o mandado de prisão expedido contra Pinochet, quando ele estava internado em uma clínica, em Londres, e a Reunião Anual de Cúpula Ibero-americana, que se realizava, simultaneamente, na cidade do Porto. Fidel Castro desfilava sob os olhares afetuosos dos demais ministros e chefes de Estado hispânicos e lusitanos. Que tristeza ver um homem respeitável como o rei da Espanha, um campeão da democracia, saudar um dos piores inimigos da liberdade! Como é repugnante ver os abraços a ele dedicados, em outra ocasião, em Paris, pelo presidente da Assembléia Nacional Francesa. Quanto ao juiz espanhol que havia expedido o mandado contra Pinochet, nem lhe passou pela cabeça, como já se

100 Em 30 de dezembro de 1998.

sabe, a idéia de fazer o mesmo em relação a Castro, aproveitando a presença do ditador cubano na Europa para acelerar a operação. Toda essa pudica reserva transformou imediatamente a ação contra Pinochet em uma impostura, evidenciando uma vez mais que a culpabilidade dos políticos não depende da extensão dos crimes contra a humanidade que eles tenham efetivamente cometido, mas sim das cores da ideologia política em nome da qual foram cometidos.

Ora, ao contrário do que apregoam os cartões-postais que os idiotas aceitam de bom grado, Cuba não abriga uma ditadura bem-comportada, adoçada pelo clima tropical, mas uma réplica dos métodos stalinistas cuja severidade nunca foi relaxada. Desde 1959, 15 a 17 mil prisioneiros políticos foram fuzilados na ilha. Somente no verão de 1994, sete mil fugitivos cubanos morreram no mar, balseiros que “votam com seus remos” e que são metralhados, em suas frágeis embarcações, por helicópteros enviados por Castro. A título de comparação, aliás macabra, avaliam-se em 3.197 as execuções feitas pela Dina (polícia política chilena) durante todo o período da ditadura Pinochet. Com certeza a quantidade não é um critério moral. Um único assassinato é suficiente para caracterizar o crime contra a humanidade perpetrado por um regime ou um ditador. Mas o número maior ou menor de crimes permite medir o peso real do terror exercido por uma ditadura, e por isso deveria merecer mais atenção daqueles cuja profissão é informar. Lembrar que Castro já mandou fuzilar 17 mil pessoas em um país de 10 milhões de habitantes, enquanto houve 3.197 vítimas da repressão de Pinochet (com muito menos fuzilados) em um país de 15 milhões de habitantes permite comparar uma era de terror à outra, sem justificar nenhuma das duas. Em Cuba, encontram-se todos os tipos de prisões, mais ou menos atrozes, onde a tortura é empregada rotineiramente como meio de manutenção da ordem. Lá encontra-se também todo o espectro de campos, de concentração, de reeducação e de trabalhos forçados, cópias fiéis do modelo soviético da época “áurea”. Encontram-se, também, semelhante ao regime de Hitler, campos especialmente reservados para homossexuais, outros para pessoas com AIDS, como queria Le Pen na França em 1987, para total indignação da esquerda. Não insistirei nessa lúgubre contabilidade, cujos detalhes encontram em *O Livro Negro do Comunismo*.¹⁰¹ Em vez disso, insistirei sobre a originalidade das reações estrangeiras ao fenômeno cubano. A tática defensiva da esquerda, no caso dos outros comunismos, consistia em negar as evidências e ocultar os testemunhos. No caso de Cuba, com exceção de certas vozes marginais, a esquer-

101 Parte V, capítulo consagrado à América Latina, escrito por Pascal Fontaine.

da já nem tenta esconder. Ela admite tudo. Menos afortunada ou menos ameaçadora que a China, Cuba não conseguiu escapar, em 1998, a uma condenação pela Comissão dos Direitos do Homem da ONU: 21 votos contra 20 e 12 abstenções. Informação importante: a resolução fora apresentada pela Polônia e pela República Tcheca. Apesar disso, a esquerda francesa persiste na sua atitude protetora em relação ao stalinismo cubano. Ela se mantém atenta para garantir que Castro continue gozando de imunidade. Sinto-me tentado a dizer: antes, *pele menos*, ela mentia! Agora, reconhece que o regime castrista repousa inteiramente sobre violações extremas dos direitos humanos e, mesmo assim, não lhe nega o seu apoio. É quase pior. Nem todos os membros da esquerda subscrevem as palavras da Sra. Danielle Mitterrand: “Cuba representa a síntese do que o socialismo pode realizar”, frase que constitui a mais arrasadora condenação do socialismo jamais proferida. Mas todos – e também a direita – confirmam cada vez mais seu apego ao princípio (já respeitado nos casos dos antigos líderes do Khmer Vermelho e de Erich Honecker): mesmo quando conhecemos os erros de um carrasco totalitário “de esquerda”, ele deve ficar isento de punição e até mesmo de culpa por “dever de memória” em relação aos carrascos totalitários “de direita”.

* * *

A exceção cubana leva os amigos do caudilho a reivindicar a acusação em vez de rechaçá-la. “Sabemos que Castro é um assassino, mas ele é um dos nossos. Não se meta com meu amigo.” Essa confissão, entretanto, não se estende para o terreno no qual a esquerda – novamente seguida religiosamente pela direita – recusa-se terminantemente a constatar o desastre que é Cuba: a economia. Para os socialistas, na verdade, a miséria não pode, não deve ter outra causa que não seja o capitalismo e o mercado. Assim, encham os nossos ouvidos a respeito da pobreza no Marrocos, país onde com certeza ela existe, mas onde nunca faltaram gêneros de primeira necessidade, enquanto a penúria crônica se difunde, há três décadas, na Argélia, país potencialmente muito mais rico, e que o socialismo conseguiu tornar improdutivo. Para dissimular ou exorcizar o pesadelo permanente das economias estatizadas, os socialistas sempre embelezaram sua descrição ou forjaram explicações fantasiosas.

No aspecto embelezamento, devemos lembrar como eram enfeitadas as visões místicas da economia da Alemanha Oriental que percorriam as redações dos jornais antes da queda do Muro. No *Le Monde* de 18 e 19 de maio de 1976, Manuel Lucbert publica em dois números um artigo intitulado: “ARDA, quinta potência da

Europa.” Nesse artigo, lemos que o país “representa a forma mais completa de um socialismo certamente autoritário, mas desenvolvido” onde a “luva de pelica do consumo” torna aceitável a “mão-de-ferro” política.

Todos aqueles que visitaram a RDA durante os 15 últimos anos de sua existência aprenderam muito sobre o estado de descalabro do país: imóveis caindo aos pedaços, a ponto de ter isolamento de corda, na calçada, para impedir a passagem de pedestres, que poderiam receber um pedaço do prédio na cabeça; infra-estrutura deplorável; indústria inadaptada, trabalhando com máquinas da década de 1920, e cuspidando uma poluição escura e pegajosa do alto de suas chaminés. Logo após a reunificação alemã, a esquerda atribuiu esse cataclismo socialista à... instalação da economia de mercado! Não devemos esquecer que, entre 1990 e 1998, foram transferidos para o Leste 1.370 bilhões de marcos, ou seja, a cada ano, um terço do orçamento anual da França! Acrescentem-se a essas verbas públicas os investimentos privados. Apesar de todo esse fluxo de capitais, o Leste da Alemanha, embora tendo progredido consideravelmente, ainda não havia alcançado, em 1999, o nível de vida da ex-Alemanha Ocidental, provando como é difícil curar os males do socialismo.

Difícil também é curar os seus bajuladores. Michel Tournier, copiando na verdade um livro de Lothar de Maizière, último primeiro-ministro da ex-RDA, afirma placidamente que a Alemanha Oriental era uma “zona de prosperidade” e que Konrad Adenauer, tendo “lançado a República Federal em um processo de americanização sem limites, ficará registrado como um dos chefes políticos mais nefastos deste século.¹⁰² Essa notória “prosperidade” incitara M. Lucbert, em 1976, a concluir seu artigo do *Monde*, dizendo: “Frente a uma Alemanha Ocidental marcada pelo desemprego e pela violência, o modelo oposto do Leste reforçou sua credibilidade.” Em 1976, o desemprego na RFA era inferior a 5% da população ativa – quanto à violência, M. Lucbert certamente se refere à quadrilha de Baader, considerada Facção do Exército Vermelho, tão estimada por Jean Genet, Jean-Paul Sartre e por toda a *intelligentsia* parisiense. Hoje sabemos, pelos arquivos da Stasi, que essa organização terrorista era uma criação do serviço secreto da RDA e muitas vezes recebia ordens diretas do próprio Erich Honecker.

No caso de Cuba, o embelezamento não é aconselhável. Os inúmeros turistas que visitam a ilha são testemunhas da pobreza reinante. A encenação nesse caso

102 *Le Figaro*, 5-6 de novembro de 1995.

consiste em atribuir a miséria cubana a uma causa imaginária. Em geral, nos demais países onde imperou o socialismo real, essa causa costumava ser de natureza meteorológica. Foi essa a razão apontada, na Coreia do Norte, para explicar as dez mil crianças mortas de fome somente no ano de 1997: Pyongyang invocou uma combinação desconcertante de chuvas torrenciais e secas. Em Cuba, o clima não serviria como culpado. A chave do enigma é, portanto, relacionada à ação do homem. Mas cuidado: não se trata de uma ação socialista. Nenhum fracasso socialista é causado pelo socialismo! A origem está sempre em algo externo à economia estatizada. Na falta da meteorologia, a esquerda encontrou uma explicação para o marasmo cubano. Esta se resume a uma palavra, a palavra mágica: *bloqueio*. Mesmo em um artigo bastante crítico sobre Cuba, escrito por François Maspero e publicado no *Le Monde* (6 de julho de 1999), “Le bel hier et les ombres d’aujourd’hui [O belo passado e as sombras do presente]”, lê-se no subtítulo: “Lá se vão 38 anos. François Maspero esperava encontrar em Cuba um novo modo de viver. O *bloqueio* continua, Castro também.” (O grifo é meu.)

Não tenho intenção de recontar aqui a história de Cuba e de outros países comunistas. Ela é muito banal e bem conhecida. Apenas traço um quadro dos *mecanismos psicológicos* que conduzem tantos bons pensadores a absolver a fome, a tortura e o crime, *desde que* sua causa seja comunista. O trabalho de pesquisa me obriga à triste e árdua tarefa de voltar constantemente às mesmas verdades monótonas, e espero que o leitor me perdoe por toda essa repugnante banalidade repetitiva. Não fui eu o autor dessas realidades, sou apenas o escriba.

A fraude que visa a desculpar Castro consiste em lançar mão da confusão que existe entre as palavras “bloqueio” e “embargo”. Trata-se de fazer crer que Cuba, que apresentava em 1959 o terceiro melhor nível de vida de toda a América Latina, logo depois do Uruguai e do Chile, com a maior taxa de alfabetização e de médicos por mil habitantes, foi arruinada não pelo socialismo, mas pelo “bloqueio” norte-americano.

Vejamos o que diz o dicionário *Petit Larousse*. “Bloqueio: cerco a uma cidade, um porto, um país inteiro para impedir sua comunicação com o exterior e seu abastecimento. Bloqueio econômico: conjunto das medidas tomadas contra um país para privá-lo de *toda e qualquer* relação comercial.” (O grifo é meu.) É óbvio que Cuba nunca foi alvo de nenhum “bloqueio”. O país sofre, na verdade, um *embargo*, que diz respeito apenas às suas relações comerciais com os Estados Unidos. Um embargo, segundo o dicionário Larousse, é a “suspensão das exporta-

ções de um ou vários produtos de um país a título de sanção ou como meio de pressão”. Os Estados Unidos decidiram não vender nem comprar nada de Cuba. Eles nunca cercaram a ilha para impedi-la de qualquer relação possível com o exterior. Um país é livre para escolher seus clientes e fornecedores, tanto quanto o é um indivíduo. Por que então esse contra-senso sobre um *bloqueio* que reaparece regularmente, mesmo nos veículos mais sérios?

Até 1991, Cuba foi fartamente sustentada pela União Soviética, que lhe comprava açúcar acima do preço de mercado e lhe vendia petróleo abaixo do preço internacional; mas não foi só isso; a ilha sempre teve liberdade para manter o comércio com a América Latina, o Canadá e a Europa, principalmente a Espanha. Esses países fornecedores sempre manifestaram, em relação aos atrasos de pagamento, ou ao pagamento em si, ou à sua ausência, uma “compreensão” que beirava a ajuda econômica. Há numerosos investidores estrangeiros em Cuba. Ao inaugurar a XVI Feira Internacional em Havana, no ano de 1998, Fidel Castro mencionou orgulhoso a presença de mais de 1.400 empresas estrangeiras, sinal, segundo ele, do fracasso do “bloqueio norte-americano”.¹⁰³ Além disso, Cuba recebe do exterior uma ajuda propriamente dita – vários bilhões de dólares anuais – sob a forma de doações da ONU e de diversas organizações não governamentais, às quais se acrescenta o dinheiro (aproximadamente um bilhão de dólares por ano) enviado pelos exilados a seus familiares que permaneceram na ilha, contribuindo assim para que o nível de vida não caia ainda mais. O total desses aportes, considerando-se a população de pouco mais de dez milhões de habitantes, faz de Cuba um dos países mais ajudados do mundo. Se, apesar disso, a economia se arrasta há quarenta anos em um marasmo incurável, isso se deve à inviabilidade do sistema, e não a um “bloqueio” transformado em vilão quando nem sequer existe.

Mas podemos apostar, quando o naufrágio definitivo ocorrer, na era pós-Castro, quando Cuba for forçada, assim como outros países o foram, a voltar à economia de mercado, que a lentidão de sua cura e as enfermidades socialistas persistentes serão atribuídas... aos excessos do liberalismo.

Quando viajou a Varsóvia, em 16 de julho de 1999, Lionel Jospin incitou os poloneses a “desconfiarem da ideologia”. É claro que ele estava falando da “ideologia” liberal. Mais uma vez, o socialista mostra que não compreendeu que o liberalismo não é uma ideologia. Além de ser cômico ouvir um marxista ou ex-marxista prevenir as antigas vítimas do comunismo contra ideologias, seus conse-

103 Granma Internacional de 8 de novembro de 1998.

lhôs foram inoportunos na Polônia, pois sabem os observadores que, entre todos os países anteriormente pertencentes ao bloco soviético, a Polônia foi o que teve os melhores resultados com a economia de mercado, após seu retorno à liberdade. Portanto, nesse contexto, o “pragmatismo” que Jospin aconselhava aos poloneses só poderia significar o retorno a “um maior nível de estatização”. O pecado maior continua sendo o lucro. O jornalista da estação de rádio francesa, na qual eu ouvi essa informação, mostrava-se, aliás, francamente favorável ao nosso primeiro-ministro. Ele estigmatizava o “utilitarismo” e o “materialismo” atuais dos poloneses. O que leva a crer que os potentados, que erradicaram a economia de mercado, nos bons e velhos tempos, os Gomulka ou os Gerek, eram modelos de desprendimento, místicos, irradiando a mais elevada espiritualidade.

Ocorre que a nova economia polonesa atravessou e continuará atravessando crises. Os socialistas certamente lançarão seus brados denunciando nesse fenômeno o fracasso do liberalismo “selvagem” como fizeram na época da crise asiática, hoje superada. É verdade que a economia liberal nem sempre funciona bem. Mas que modelo é preferível? Uma economia que nem sempre funciona bem, como a liberal, ou uma economia que nunca funciona, como a socialista?

A memória socialista não é amputada apenas no campo da criminalidade totalitária. Ela também o é no campo econômico. Assim, o movimento de extrema esquerda francês, autodenominado “Direitos na frente”, enxerga, na liberdade de investimento e de circulação internacional dos capitais, processos inerentes à globalização, um exemplo “da barbárie liberal e de uma civilização fundada sobre a tirania do mercado”.¹⁰⁴ Deduz-se que, para o autor dessa frase, as economias coletivistas foram civilizações refinadas onde a substituição do livre mercado pela distribuição autoritária de recursos originou regimes políticos livres. Novamente, a amnésia chega às raias da provocação. Os inimigos da economia liberal esquecem-se de que seu modelo *foi testado*. Ele até continua em uso em alguns países fossilizados. Será que eles ignoram o resultado desse teste? É difícil acreditar. Será que eles sabem que a miséria, de muitos países subdesenvolvidos, embora nem todos oficialmente comunistas, deve-se ao fato de que seus dirigentes implantaram, em vez do capitalismo e do livre mercado, quase sempre o modelo estatizado e coletivista?

Quanto à “tirania” do mercado, ela é no máximo uma metáfora, ao passo que a tirania do totalitarismo, nas sociedades que suprimiram o livre mercado, é uma

104 Citado por Jean Guisnel, *Les Pires Amis du monde, les relations franco-américaines à la fin du XX^e siècle* [Os Piores Amigos do Mundo, as relações franco-americanas no final do século XX], Stock, 1999, p. 326.

realidade bem concreta e fartamente documentada. Ela vai além do simples despotismo político. Em mais um caso bizarro de omissão – mais um! – raramente se menciona que as sociedades comunistas são as únicas que, no período contemporâneo, restabeleceram a prática da escravidão contra seus próprios cidadãos, em países onde ela havia sido abolida ou havia desaparecido há muito tempo. Os nazistas restabeleceram a escravidão, durante a guerra, nos campos de trabalhos forçados onde os escravos eram os expatriados das nações vencidas. Os comunistas fizeram melhor: em toda parte, reduziram à escravidão uma parte importante de sua própria população, isso em tempos de paz, e a serviço de uma economia “normal” se assim podemos chamá-la. Esse aspecto, quase sempre ignorado, tende a provar que a tão improdutiva economia socialista *real* teria sido ainda mais improdutiva sem o recurso da mão-de-obra servil. Youri Orlov evidenciou muito bem o papel desse “socialismo escravocrata da época stalinista, quando os prisioneiros-escravos supriam cerca de um quarto da mão-de-obra industrial”.¹⁰⁵ A necessidade de apelar para uma significativa proporção de mão-de-obra prisioneira e não remunerada, mesmo que fosse para sobreviver, é um traço comum a quase todas as economias comunistas, pelos menos as mais representativas. Jacques Rossi, do alto de sua experiência de 19 anos no paraíso soviético dos campos de concentração, corrobora essa tese mostrando-nos, ao vivo e em cores, como o *gulag*, mas também suas cópias, os *laogai*, os campos cubanos, vietnamitas ou norte-coreanos, longe de serem perversões da sociedade comunista são uma parte indispensável e mesmo característica dessa sociedade. “O *gulag*”, ele escreveu, “não era uma aberração ou um desvio, era a própria essência do sistema.”¹⁰⁶ “Sendo o marxismo uma utopia”, acrescenta, “ele só pode ser realizado através da violência e do terror.”¹⁰⁷ Muitos autores já haviam previsto essas conseqüências da utopia antes que ela chegasse ao poder e confirmasse suas previsões. Podemos citar, entre outros, *L'Histoire du communisme* [A História do Comunismo], de Alfred Sudre (Paris, 1849), *Le Communisme jugé par l'Histoire* [O Comunismo julgado pela História], de Adolphe Franck (Paris, 1871), ou, ainda, *Où mène le socialisme?* [Aonde leva o socialismo?], de Eugene Richter, publicado na Alemanha em 1891 e cuja tradução para o francês, prefaciada por Paul Leroy-Beaulieu, surgiu em Paris em

105 Youri Orlov, *Un socialisme non totalitaire est-il possible?* [É possível um socialismo não totalitário?], 1975. Tradução francesa em *Les Cahiers du Samizdat*, Bruxelas, n. 37, julho-agosto de 1976. Retomei esse texto em meu livro *La Nouvelle Censure*, anexo III, Robert Laffont, 1977.

106 Jacques Rossi, *Manuel du gulag*, Le Cherche-Midi, 1997.

107 Entrevista ao *International Herald Tribune*, 30 de janeiro de 1995.

1895.¹⁰⁸ Karl Jaspers, em seu ensaio sobre Max Weber, relata o seguinte diálogo entre Max Weber e Joseph Schumpeter:

Os dois se encontraram em um café de Viena, na presença de Ludo Moritz Hartmann e de Felix Somary. Schumpeter assinalou quanta satisfação lhe dava a revolução socialista da Rússia. A partir de agora, o socialismo não seria mais um programa no papel, ele teria que provar sua viabilidade.

Ao que Weber respondeu, muito nervoso, que o comunismo nesse estágio do desenvolvimento da Rússia constituía virtualmente um crime, que a imposição dessa direção levaria a um estado de miséria humana sem paralelo e a uma terrível catástrofe.

“Será assim mesmo”, respondeu Schumpeter, “uma perfeita experiência de laboratório.” “Um laboratório onde milhares de cadáveres serão empilhados”, respondeu Weber com fervor angustiado. “O mesmo se pode dizer de qualquer aula de anatomia”, replicou Schumpeter.

Essa troca de idéias ocorreu logo no começo do regime bolchevista, já que Max Weber morreu em 1920. Assim, vemos que um dos maiores sociólogos e um dos maiores economistas do século XX estavam de acordo a respeito de não nutrirem qualquer ilusão sobre o comunismo e em expor sua tendência criminosa. Uma questão, no entanto, os distinguia: Schumpeter conservava ainda uma ilusão que Weber não tinha, a de que os fracassos e crimes do comunismo serviriam de lição para a humanidade. Exasperado, o pobre Weber não conseguiu se controlar. Jaspers continua:

Todas as tentativas de fazê-los mudar de assunto fracassaram. Weber falava cada vez mais alto e mais agressivamente. Schumpeter permanecia em silêncio e cada vez mais sarcástico. Os outros participantes aguardavam, ouvindo curiosos, até que Weber se levantou bruscamente, gritando “não quero ouvir mais nada”, e deixou o local, seguido de Hartmann que lhe levava o chapéu. Schumpeter deixou-se ficar e disse sorrindo: “Como é que um homem pode falar assim tão alto dentro de um café?”¹⁰⁹

108 Essas três obras, há muito impossíveis de serem encontradas, mereceriam uma reedição. Meus agradecimentos a Jacob Sher por ter-me proporcionado o conhecimento dos livros de Franck e de Richter, assim como seus admiráveis estudos sobre esses autores, infelizmente inéditos.

Como bom economista, Schumpeter achava que a falência do sistema levaria à sua rejeição. Como sociólogo, Weber sabia que nenhuma utopia jamais se sente rejeitada por sua própria falência. Se Max Weber fosse vivo, ele teria prazer em ver justificado seu pessimismo ao constatar o “retorno a Marx” que certos espíritos atilados anunciaram apenas oito anos depois da queda do Muro de Berlim. Assim foi que a capa da *Télérama*, de 15 de março de 1997, exibiu um grande retrato de Marx, com sua imensa barba branca e o título em letras grandes: “Marx de volta?” Essa “volta” é explicada pelos “estrágos do capitalismo”. Não nos surpreende esse diagnóstico vindo de um semanário cuja ideologia de esquerda nada tem de secreto ou de discreto. Mas como reagir quando um político como Francesco Cossiga, antigo presidente do Conselho e antigo Presidente da República, membro eminente da tradicional democracia cristã italiana, elogia, em janeiro de 1999, o *Manifesto Comunista* de Karl Marx, em um debate com Silvio Berlusconi na televisão (RAI 1, 18 de janeiro)?

É bem verdade que, tanto como chefe do governo quanto à frente da nação, Cossiga nos deixara na lembrança a impressão de que seu equilíbrio mental era em geral intermitente. Suas afirmativas inquietadoras se sucediam com frequência. Mesmo assim, ouvir um democrata-cristão, herdeiro da doutrina de Alcide de Gasperi, Robert Schuman e Konrad Adenauer proclamar, oito anos depois da derrocada da URSS, que no *Manifesto Comunista* de 1848 se encontram as verdadeiras soluções para o desemprego e outros males “causados pelo capitalismo”, todos esses sinais de uma insensibilidade ao passado tão profunda, vindos de todas as tendências políticas, nos levam a perguntar se não deveríamos abolir definitivamente o ensino de História. Perguntamo-nos se ela não é definitivamente, como temiam Tolstoi e Valéry, a mais inútil de todas as ciências. Ao menos em relação à história do comunismo, essa inutilidade parece ser um fato consumado.

109 Karl Jaspers, *Three Essays: Leonardo, Descartes, Max Weber*, Harcourt, Brace and World, Nova York, 1964, p. 222. O autor remete a Felix Somary, *Erinnerungen*, p. 171-172. Tradução para o francês feita em *Commentaire*, n. 55, outono de 1991.

Anexo 1 ao capítulo 8

O escritorzinho vermelho¹¹⁰

Em 1930, Mao Tsé-tung escreveu um panfleto intitulado *Contra o culto do livro*, que originou, atualmente, o mais radical culto do livro que jamais tomou conta de uma civilização desde o Alcorão.

Lido, comentado, exibido por milhões de chineses, utilizado como breviário incessantemente relido, o *Livro Vermelho* foi, além disso, este ano, um *best-seller* na França. As razões políticas desse sucesso são claras. Parece haver na França inúmeros leitores (e eleitores) que pensam que os Estados Unidos são os únicos beneficiados com a coexistência pacífica e que em todo lugar a transição ao socialismo não será possível sem revolução violenta.

No entanto, qual é o valor intelectual, qual é o conteúdo filosófico desse livro considerado “a versão chinesa” do marxismo-leninismo?

De fato, para saber se Mao tem uma filosofia original, aconselha-se a leitura do texto integral, e não do *Pequeno Livro Vermelho*. Esse último é um catecismo, fundamental como documento histórico, mas composto de citações vagamente agrupadas por assunto, porém fora de ordem cronológica e sem lógica. Ele não suscita a reflexão do leitor.

O teor é de um marxismo-leninismo extremamente resumido, pontilhado de conselhos morais ao estilo Proudhomme, do tipo “Progredimos quando somos

110 Editorial que escrevi para o *L'Express* em 28 de agosto de 1968.

modestos”, “O difícil é agir bem durante toda a vida”, ou redundâncias: “Um exército sem cultura é um exército ignorante”, “O exame unilateral é não saber olhar as questões sob todos os seus aspectos”.

Quanto ao exame multilateral do texto completo, revela que Mao não é um teórico, ou pelo menos não é um inventor. Os raros trechos teóricos, “Sobre a prática”, “Sobre a contradição”, limitam-se a vulgarizar e simplificar o *Materialismo e Empiriocriticismo* de Lenin. Como todos os seus textos, são obras circunstanciais, de combate, destinadas a veicular uma pressão política precisa sobre essa ou aquela tendência concreta no seio do PC chinês ou fora dele. Na verdade, a ideologia leninista-stalinista, adotada definitivamente, nunca foi repensada como ideologia por Mao. Quando ele parece estar fazendo ideologia, é, na verdade, pura tática.

Apenas ocorre que, como todos os comunistas, ele reveste qualquer mínimo detalhe de fraseologia abstrata. Como fazer, em 1929, para que o Exército Vermelho, ocioso, não fosse se divertir nas cidades, mas ficasse no campo, onde era mais útil? Mao escreve uma resolução: “Eliminando as concepções errôneas no Partido.” Entre essas concepções errôneas se encontra, entre o “subjetivismo” e “os resquícios de golpismo”, o “individualismo”, cujo principal componente é o “gosto pelos prazeres”, que se manifesta essencialmente pelo fenômeno que “leva nossas tropas a se dirigirem para as grandes cidades”.

A própria teoria das Cem Flores, por mais... florida que seja em sua formulação, não é uma verdadeira teoria. Ela se destinava, em 1957, a acalmar aqueles que exigiam maior liberdade de discussão dentro do Partido e invocavam principalmente os acontecimentos na Hungria para condenar o autoritarismo. Mao aprova a repressão do levante de Budapeste. Faz concessões retóricas aos descontentes. Mas, logo em seguida, os repreende, aplicando invariavelmente um mesmo raciocínio ortodoxo. No discurso onde ele fala das Cem Flores, intitulado “Da justa solução dos conflitos no seio do povo” (1957), como em textos anteriores – “Da ditadura democrática popular” (1949) ou “Contra o estilo estereotipado no Partido” (1942) –, esse raciocínio, sempre o mesmo, é o seguinte: a discussão no seio do Partido é livre; mas, na prática, as objeções contra o Partido provêm de duas fontes: dos adversários da Revolução, que não devem ter o direito de se expressar, e dos partidários sinceros da Revolução, que nunca estão realmente em desacordo com o Partido. Portanto, os métodos autoritários são um “centralismo democrático” absolutamente legítimo, e, para o povo, “a liberdade é correlata à disciplina”.

Mesmo esquema em filosofia. Pode-se criticar o marxismo? É claro, porque “o marxismo não teme a crítica”, “se ele pudesse ser derrubado pela crítica, ele não serviria para nada”. Portanto, discuti-lo será sempre em vão, já que ele é invulnerável. Por que então dar-se ao trabalho de discuti-lo?

Na arte e na literatura, também, as Cem Flores podem desabrochar intelectualmente, mas como é fundamental não deixar que se misturem “ervas daninhas” às “flores perfumosas”, Mao logo retorna a uma ditadura cultural semelhante à de Jdanov. A idéia do “exército cultural” de Mao é muito antiga. Mas também não é inovadora: a cultura é sempre o reflexo da realidade política e social. Uma vez concluída a revolução econômica, a cultura deve alinhar-se a ela. Essa visão é totalmente idêntica à do leninismo militante, sem qualquer variação ou toque pessoal.

Deixemos uma coisa bem clara: não estou fazendo nenhum julgamento político sobre a China, e talvez eu seja até mesmo “chinês”, quem sabe? Mas o estudo dos textos me obriga a dizer que, do ponto de vista filosófico, não existe nenhuma “versão chinesa” do marxismo, não existe maoísmo.¹¹¹

111 *O Pequeno Livro Vermelho*. Citações do Presidente Mao Tsé-tung. Seuil, 190 páginas. *Textos Escolhidos* em três volumes, de Mao Tsé-tung. Maspero, cada volume 190 páginas.

Anexo 2 ao capítulo 8

Disposições do novo Código Penal

Art. 211-1: Constitui genocídio o fato de, segundo um plano predeterminado, visando à destruição total ou parcial de um grupo de determinada nacionalidade, etnia, raça ou religião, ou de um grupo identificado a partir de qualquer outra característica arbitrária, cometer ou mandar cometer, contra os membros desse grupo, um dos seguintes atos:

- Atentado voluntário contra a vida.
- Atentado grave à integridade física ou psíquica.
- Submissão a condições de vida tais que levem à destruição total ou parcial do grupo.
- Medidas de redução da natalidade.
- Deportação de crianças.

O genocídio é punido com pena de prisão perpétua. As duas primeiras alíneas do artigo 132-23 referentes ao período de prescrição são aplicáveis ao crime previsto no presente artigo.

Art. 212-1: A deportação, a redução à escravidão ou a prática generalizada e sistemática de execuções sumárias, de seqüestro seguido de desaparecimento, de tortura ou atos desumanos, inspirados por motivos

políticos, filosóficos, raciais ou religiosos e executados segundo um plano predeterminado contra um grupo da população civil serão punidos com pena de prisão perpétua. As duas primeiras alíneas do artigo 132-23 referentes ao período de prescrição são aplicáveis aos crimes previstos no presente artigo.

Art. 212-2: Quando cometidos em tempo de guerra, conforme um plano predeterminado contra aqueles que combatem o sistema ideológico em nome do qual são perpetrados os crimes contra a humanidade, os atos mencionados no artigo 212-1 serão punidos com pena de prisão perpétua.

Art. 212-3: A participação em um grupo ou associação formado ou estabelecido com o intuito de planejar, conforme caracterizado por uma ou mais provas materiais, um dos crimes definidos nos artigos 211-1, 212-1 e 212-2, será punida com pena de prisão perpétua. As duas primeiras alíneas do artigo 132-23 referentes ao período de prescrição são aplicáveis ao crime previsto no presente artigo.

O Art. 213-1 prevê outras penas como a suspensão dos direitos civis etc.

Art 213-2: Expulsão do território francês de estrangeiros implicados.

Art 212-3: Os líderes morais podem ser declarados responsáveis penalmente por crimes contra a humanidade, nas condições previstas no artigo 121-2.

1) Penas mencionadas no artigo 131-139.

2) Confisco de bens.

Art. 213-4: O autor ou o cúmplice de um crime incluído na presente rubrica não pode ser exonerado de responsabilidade pelo fato de ter cometido um ato prescrito ou autorizado pelas disposições legais ou regulamentares, ou um ato determinado por autoridade legítima. Contudo, o tribunal levará em conta essas circunstâncias no momento de fixar a pena e sua extensão.

Art. 213-5: As ações públicas referentes aos crimes previstos nessa rubrica, bem como as penas determinadas, são imprescritíveis.

A cláusula do “totalitarismo preferido”

Hoje, em 2000,* podemos considerar que a operação “grande parada” teve sucesso. Apesar do grande número de livros que traçam o quadro do cataclismo comunista e da seriedade e repercussão dessas obras, uma parte importante da elite universitária, jornalística e política empenhou-se em contradizer ou atenuar os estragos produzidos pela verdade. Alguns diques se romperam, a linha fortificada** da ideologia nem sempre conseguiu se manter intacta, mas o essencial, ou seja, o princípio da desigualdade de tratamento entre o totalitarismo dito de esquerda e o dito de direita permaneceu. A década 1980-1990 foi marcada pelo reconhecido desmoronamento do comunismo e pela falência relativa e admitida do socialismo democrático. A década 1990-2000 foi marcada pelos esforços desenvolvidos, com grande sucesso, para obliterar os ensinamentos advindos dessas experiências históricas. Os elogios não foram para “aqueles que ousaram dizer não” ao comunismo, quando ele reinava soberano sobre tantos povos e embotava tantas mentes, mas para aqueles que, naquela época, se lançaram, embriagados de admiração, sob sua bandeira.

* N. do E.: Obra editada em 2000.

** N. do T.: No original, o autor utilizou o termo *limes* do francês arcaico, usado para designar a linha fortificada que demarcava fronteiras entre algumas partes do Império Romano. Para explicar a palavra, ele acrescentou o seguinte comentário: “Para uso das novas gerações, às quais o ministério proíbe o aprendizado das línguas antigas: ‘Limes (pronúncia *limesse*) – Sob o Império Romano, linha fortificada mais ou menos contínua que marcava algumas fronteiras’ (Larousse).”

Ter seguido o comunismo, ou mesmo servido a ele, no período de seus piores crimes, não é mais um demérito para ninguém. Tê-lo combatido, ou simplesmente criticado, relega o indivíduo, ainda hoje, ao plano dos cúmplices latentes ou patentes do fascismo, os nostálgicos de Vichy, ou até entre os culpados retroativos pelo holocausto. O fato de alguém como Cioran ter-se desviado do caminho, na juventude, para seguir o fascismo, cobriu de infâmia toda a obra posterior desse grande escritor, mesmo que ela tenha sido inteiramente dedicada a abjurar, de forma monumental e sublime, esse pecado inicial. Ao contrário, o fato de Aragon, durante toda a sua vida, e mesmo na velhice, ter apoiado ativamente um regime assassino que se tornava pior a cada dia, o fato de ele ter não apenas aprovado, repetidas vezes, esse regime, mas até mesmo recomendado os assassinatos costumeiros, essas atitudes em nada diminuíram sua glória póstuma. Podemos até dizer que sua ignomínia, a partir do momento em que ela tenda para o lado certo, só aumenta sua glória, já que o verdadeiro risco seria se alguém utilizasse como pretexto sua carreira de inquisidor stalinista para manchar com notas mesquinhas a homenagem imerecida que lhe é devida como escritor, homenagem, aliás, a qual lhe é sempre prestada.

Em uma resposta aos transe xamanísticos de 1998 (centenário do nascimento de Aragon), David Bosc escreveu em *Ombre portée* [Sombra projetada]:¹¹² “Agora sabemos que o crime realça com sua púrpura o brilho incerto do talento.” É melhor deixar claro: o crime comunista. Somente ele é dotado desse poder purificador. Com essa pequena ressalva, também estou convencido, como Bosc, de que o valor estético da obra pós-surrealista de Aragon (versos de realejo e romances “de estilo”, como existem móveis “de estilo” no *Faubourg Saint-Honoré*, em Paris) teria sido julgado, em 1998, com mais serenidade, se as mentes de seus aduladores, sobretudo os de direita, não estivessem assombradas pelo temor de que ele não fosse colocado no mais alto pedestal como escritor apenas por ter descido tão baixo como homem. Em suma, era preciso ofertar-lhe uma compensação, reparar uma injustiça!

Por outro lado, Mario Vargas Llosa goza de um prestígio literário necessariamente impuro, pois se afastou do marxismo. Um exemplo: em 1995, convidado a participar de um programa de rádio, “Pentimento”, apresentado por uma certa Paula Jacques, ele mantém com ela o seguinte diálogo, reproduzido palavra por palavra:

112 David Bosc, *Ombre portée. Notes sur Louis Aragon et ceux qui l'ont élu*. [Sombra projetada. Comentários sobre Louis Aragon e aqueles que o elegeram]. Edições Sulliver, 1999.

Paula Jacques: Como pode um jovem cheio de idéias revolucionárias, muitos anos mais tarde, apresentar-se como candidato à Presidência da República contra a esquerda, tornando-se, ou pelo menos posicionando-se sob o rótulo da direita?

Mario Vargas Llosa: A questão é que a esquerda, quando eu ingressei na universidade, representava justamente a resistência contra a ditadura militar, ela era a generosidade, a preocupação com o destino dos pobres, era uma atitude moral contra a injustiça. Vinte anos depois, a esquerda peruana passou a representar o stalinismo, a solidariedade com os regimes que criaram terríveis formas de injustiça, o regime do *gulag*, os milhões de pessoas sacrificadas à brutalidade arbitrária. A esquerda européia já era uma esquerda que tomava distância do socialismo autoritário, mas na América do Sul isso apenas começava, estava atrasado em relação à Europa, mas já havia uma profunda mudança que eu acompanhei pessoalmente.

Paula Jacques: Será que não é por que, com a idade, ficamos mais racionais, mais preocupados em conservar o que possuímos, no seu caso, por exemplo?

Mario Vargas Llosa: Não, a luta que empreendi no Peru foi uma luta arriscada. Em 1987, tínhamos o movimento *Sendero Luminoso* que fez mais de trinta mil mortos somente no Peru! Em meu livro *Peixe na Água*,¹¹³ relato que durante a campanha eleitoral cerca de cinquenta colaboradores meus foram assassinados por terroristas. Portanto, a defesa da democracia, do liberalismo e das reformas democráticas não é uma simples questão de tornar-se mais racional; nada disso, na verdade, ela exigia muita coragem.

Cética, a interlocutora do escritor não se mostra muito sensível a esses argumentos. Segundo ela, o terrorismo e o stalinismo, por mais condenáveis que sejam, não deveriam ser suficientes para levar alguém a “trair” a esquerda. Se Vargas Llosa o fez, não pode ter sido apenas por honestidade intelectual, análise lógica ou rigor moral. Não seria por que ele, autor de sucesso em todo o mundo, havia ganho muito dinheiro, virado burguês e desejoso de conservar suas vantagens de “homem abastado”? Em nome da moderação, deixemos a ela o benefício da dúvida.¹¹⁴

113 Livro de memórias de Vargas Llosa, editado no Brasil pela Companhia das Letras, 1994. Edição francesa Gallimard, 1995, sob o título *Le Poisson dans l'Eau*.

114 Agradeço a Xavier Zeegers por ter-me transmitido essa gravação.

Ao contrário, nenhuma dúvida poderia manchar, um mínimo sequer, a memória de um velho companheiro da Internacional Comunista, o jornalista australiano Wilfred Burchett. Esse nome, como é de se esperar, provavelmente não diz nada a 99% dos leitores atuais. Burchett foi o jornalista que inventou a mentira da guerra bacteriológica norte-americana, durante a Guerra da Coréia, desinformação calculada e orquestrada pela imprensa comunista do mundo inteiro, com destaque para a francesa. Pierre Daix relata como essa mentira foi elaborada, em seu livro de memórias *J'ai cru au matin* [Eu acreditei na manhã].¹¹⁵ Na época, ele era redator-chefe do diário comunista *Cesoir*, uma espécie de *Humanité* vespertino, há muito desaparecido. “Eu publicava com grande destaque”, escreve ele, “os telegramas de Burchett... Falsas notícias, incitação ao ódio, todo o arsenal da desonra para um jornalista aí estava representado.” Em 1949, Burchett vive ora na Bulgária, no ano em que Kostov foi enforcado, ora na Hungria, no ano em que Rajk foi executado. Em seus artigos destinados à imprensa ocidental, ele justifica, como já se pode imaginar, a condenação à morte desses dois “traidores”; era pago para fazer isso. Mais tarde, na década de 1960, passeia pelo mundo inteiro, ora com um passaporte cubano, ora com um passaporte vietnamita. Chega, já basta. Muitas outras evidências demonstram claramente que Wilfred Burchett foi, até a medula, aquilo que, aliás, tinha o direito de ser, por escolha própria: um agente. Em meu livro *La Tentation totalitaire*,¹¹⁶ fiz uma rápida alusão a esse incansável caixeiro-viajante do stalinismo. E por isso fui repreendido pela imprensa de esquerda, principalmente do *Monde Diplomatique*, no qual Claude Bourdet me acusou de ter buscado inspiração nos atos difamatórios anti-Burchett “da extrema direita australiana”. Confesso minha completa ignorância, hoje e naquela época, acerca do que poderia ter sido o discurso da chamada extrema direita australiana. Mesmo que ela não seja uma invenção de Claude Bourdet, classificando de “extrema” direita a direita liberal, segundo os bons hábitos da esquerda sectária, eu não precisei dela para me indagar acerca de algo intrigante. Como pôde Burchett, um eminente e notório colaborador dos serviços soviéticos, transformar-se, na década de 1970, em colaborador regular, em matéria de política internacional, do semanário do partido *socialista* francês, *L'Unité* [A Unidade]? Incompetência ou conivência?

No entanto, durante a década de 1970, esclareceu-se a proteção dispensada a esse burocrata medíocre, a esse laçao totalmente insignificante, pelas próprias

115 Paris, Robert Laffont, 1976, p. 289-290.

116 Robert Laffont, 1976. *Le Livre de Poche*, 1977 e coleção “Bouquins”, Robert Laffont, 1986.

democracias que ele tencionava destruir. A sagrada união da esquerda implicava certos compromissos e o anticomunismo era totalmente proibido. Vinte anos mais tarde, ele o deixou de ser, mas apenas em teoria, não na prática. Em favor do comunismo, continua sendo autorizada, e até mesmo recomendada, a mentira defensiva, que ainda consegue se impor. Assim, em 1995, a rede francesa de televisão a cabo *Planète* transmite um pretenso documentário que consiste em uma apologia do obscuro (para os telespectadores) Burchett. Vejam com que termos líricos o caderno de televisão do *Le Nouvel Observateur* (26 de agosto de 1995) anuncia o programa. Começando pelo título: “Por ter dito a verdade, esse australiano foi banido.” Como assim, banido? Não é o caso, já que Burchett não tinha mais nacionalidade australiana, tendo-se tornado ora cubano, ora búlgaro, ora norte-vietnamita. Além disso, afirmar que Burchett “disse a verdade” é o mesmo que afirmar que a guerra bacteriológica norte-americana na Coreia ocorreu, que Rajk e Slansky eram realmente “traidores”, como queria Stalin, e que, portanto, mereciam morrer. Nenhum partido comunista atualmente, nem mesmo na ex-União Soviética, nem em qualquer outro lugar, sustenta essas teses. É preciso assistir *Planète* e ler *Le Nouvel Observateur* para ver Burchett ser parabenizado por tê-las sustentado. É natural que essa inflexível fidelidade a serviço da “verdade” tenha valido ao “honesto” Burchett... o prêmio Stalin de 1951. O paizinho do povo sabia recompensar seus serviços.

“Infelizmente”, lê-se no corpo do artigo do *Nouvel Observateur*, “a integridade, quase sempre, não compensa. Aí está o infortúnio de Wilfred Burchett, testemunha privilegiada de quarenta anos de história contemporânea.” Por que “privilegiado”? Porque, “invariavelmente, Burchett se encontra nos locais de maior ebulição. Entretanto, na época do enfrentamento entre capitalismo e comunismo, imperialismo e nacionalismo, nem sempre se pode dizer a verdade, e por isso ele foi banido de seu país. Esse filme, realizado a partir de documentos inéditos, reconstitui a vida do grande jornalista australiano. Verdadeiro documentário político, ele representa, antes de mais nada, a perfeita antítese do politicamente correto”.¹¹⁷

É compreensível que, em 1975, a propaganda soviética, auxiliada por seus esbirros ocidentais, tenha se empenhado em pintar Burchett como um jornalista independente e escrupuloso, apesar da insignificância desse triste figurante. Porque, naquela época, ainda havia uma disputa política concreta. Havia dois lados

117 Artigo assinado por Catherine Marconnet. Uma completa biografia de Burchett pode ser encontrada em meu livro *La Nouvelle Censure* [A Nova Censura], Robert Laffont, 1977, p. 151-165.

no mundo. E os amigos do lado soviético trabalhavam para fazer prevalecer o seu lado. Mas, em 1995, após o desaparecimento do lado soviético, o problema Burchett, se é que ele jamais existiu, tornou-se um problema *puramente histórico*. Como se pode então, em um programa de televisão e em um semanário representativo do socialismo democrático, cujo alto nível intelectual é inegável, apresentar um falsificador profissional como “grande jornalista” pela simples razão de que foi não apenas comunista mas esteve a serviço dos “organismos” da Internacional? Quero crer que nenhuma escola de jornalismo apresentaria, como modelo para os estudantes, esse membro tão especial da profissão, exceto aquela fundada por Gabriel Garcia Marquez, em Bogotá. Isso diz muito sobre a reabilitação triunfal dos regimes totalitários de origem marxista.

A título de experiência, poderíamos tentar produzir e difundir no rádio um programa expressando admiração por um jornalista colaboracionista do tempo do nazismo todo-poderoso, erguendo-o sobre um pedestal como a verdadeira encarnação do ideal deontológico da profissão. Bem podemos imaginar o escândalo que seria desencadeado por essa repugnante iniciativa. Entretanto, honra a profissão aquele que se compraz em ver correr sangue pelas mãos de Stalin, Mao ou Castro.

O comunismo conserva sua superioridade moral. Os sintomas são às vezes anedóticos, quase pueris. Em janeiro de 1999, quando foi reeditado o primeiro volume de Hergé, esgotado há setenta anos, *Tintin no país dos Sovietes*, vários artigos o descreveram como uma caricatura exagerada e excessiva. Ora, na verdade trata-se de uma pintura espantosamente precisa, em sua essência, e que denota, já naquela época, a “prodigiosa intuição” do jovem autor, como assinala Emmanuel Le Roy Ladurie respondendo a uma série de perguntas no *Le Figaro*.¹¹⁸ Mas o mesmo jornal *Le Figaro* não parece concordar com o historiador, já que considera que a visão de Hergé “certamente sofre, com a volta no tempo, de maniqueísmo”. É isso mesmo: *com a volta no tempo*. O que significa que: o conhecimento adquirido desde 1929 e, mais particularmente, desde 1989 sobre o comunismo, como ele foi realmente, deve nos incitar a apreciá-lo de modo mais positivo do que nos seus primórdios, quando a ilusão podia ser desculpável, já que a ignorância era cuidadosamente mantida. Resumindo, se eu entendi bem, quanto mais informação estiver disponível sobre o comunismo, menos desfavorável deve ser a ótica sob a qual devemos vê-lo.

118 Em 6 de janeiro de 1999. Respondem também Alain Besançon, Pierre Daix, que vão na mesma direção, e Alain Krivine, secretário-geral da Liga Comunista Revolucionária (trotskista), que lamenta, do seu ponto de vista, que *L'Humanité* tenha sucumbido a “um *mea culpa* preocupante”.

Em um comentário sobre a mesma reedição, a estação de rádio *France-Info* (10 de janeiro de 1999) nos assegura que *Tintin no país dos Sovietes* era “uma caricatura ideológica *que hoje tem cheiro de velharia*” (o grifo é meu). Conclusão: a adulação do comunismo não é ideológica e sim o fato de ser refratário a ele. E além disso os acontecimentos aos quais assistimos, desde o Grande Terror da década de 1930 até a invasão do Afeganistão, passando pelo complô dos camisas brancas e pelos atos de repressão de Budapeste ou de Praga, pelo Grande Salto para a Frente, pela Revolução Cultural e pelo Khmer Vermelho, tudo isso nos incentivava claramente a deixar de lado, em relação ao comunismo, uma severidade que a história, por si mesma, descarta.

Não foram poucos os críticos que insinuaram que Hergé não era autoridade na matéria porque ele havia se “comportado mal” durante a ocupação. Mas então eu pergunto: alguém vai dizer que uma condenação ao nazismo exala um “cheiro envelhecido” quando sai da boca de um ex-stalinista? Não, porque a questão básica não é a trajetória política do juiz. A questão é saber se o nazismo foi ou não foi monstruoso. O stalinista que o disser tem, nesse ponto, razão, por mais stalinista que seja. Então, por que a proibição no sentido inverso? Porque, como eu já disse, o comunismo conserva uma superioridade moral. Ou, mais precisamente, porque muitos se empenham, à custa de mentiras e dissimulações, em manter a farsa dessa superioridade.

Diante dessa história escrita às avessas, devemos perdoar os jornalistas por se deixarem escorregar ladeira abaixo. Porque a falta de informação da qual eles são vítimas muitas vezes tem origem em historiadores desonestos. Muitos deles persistem, com imutável vigilância, em sua defesa da fortaleza da mentira comunista. O autor de um recente livro da coleção “*Que sais-je?*” [Que sei eu?] sobre *Le Goulag* [O Gulag]¹¹⁹ encontra um meio de poupar Lenin, dizendo que Stalin lhe havia “traído” o legado. Velho refrão mil vezes refutado, miragem falsamente salvadora, que a pesquisa realizada nos últimos anos dissipou sem deixar vestígios. No entanto, para o nosso humorista, Stalin seria na realidade o herdeiro... do czarismo, e não do leninismo!

Já está bem demonstrado que os campos de concentração soviéticos datam do período do próprio Lenin, e que os prisioneiros políticos do czarismo, por mais repressivo que tenha sido o regime imperial, não chegaram a uma ínfima parcela

119 Jean-Jacques Marie, *Le Goulag*, PUF, 1999. Ver, acerca desse livro, a resenha de Pierre Rigoulot publicada no n. 12 (verão de 1999) dos *Cahiers d'Histoire Sociale*.

do que viriam a ser as gigantescas massas dos campos de concentração comunistas. Tentando apresentar Stalin como único responsável pelo *gulag*, nosso autor derrama seu fel sobre Soljenitsyn, sobre Jacques Rossi (a quem devemos *Le Manuel du Goulag*, já citado) e sobre Nicolas Werth (autor da parte referente à URSS no *Livro Negro*), negando o testemunho dos dois primeiros e contestando a capacidade de historiador do terceiro.

A venerável coleção “*Que sais-je?*” é um dos estandartes da editora *Presses Universitaires de France (PUF)*. Os textos curtos são, em princípio, atualizações cuidadosas, baseadas nos conhecimentos mais recentes disponíveis. Muitas vezes eles constituem a única fonte de informação de que dispõe, sobre uma infinidade de assuntos, um vasto público, principalmente os estudantes. Agora vejam o que esse vasto público e esses estudantes vão ler sobre o *gulag* durante os próximos dez anos!

Vale perguntar se existe um piloto na cabine de comando da PUF. Ou seja, um diretor de coleção competente e que observe as regras deontológicas de sua função. “*Que sais-je?*”, afinal, não é uma coleção de panfletos, que poderia se definir por um colorido político. Ela se apresenta como uma série de sínteses imparciais, não de libelos tendenciosos. Nesse caso, há portanto um abuso da confiança intelectual e uma prática comercial enganosa em relação à mercadoria.

Porém, o mais instrutivo, nessa amostra de revisionismo, é a data de sua publicação: 1999. Vinte e cinco anos antes, a esquerda havia lançado uma ofensiva maciça com todos os seus batalhões para desonrar Soljenitsyn, deturpando toda e qualquer frase sua para lhe atribuir simpatias viciosas pelo nazismo ou por Pinochet; o objetivo era sujar a imagem do autor para desacreditar o inventário fatal da sua obra *O Arquipélago Gulag*. Em 1975, a Associação França-URSS chegou a publicar, em seu jornal *France-URSS Magazine*, um “relatório” sobre os campos de concentração soviéticos que concluía que, comparado ao conforto destes, o *Club Méditerranée* deveria ser relegado à classificação de colônia penal.¹²⁰ Alguns anos antes, o inigualável Wilfred Burchett, sempre lutando com a mesma coragem contra o “politicamente correto”, comparara os campos de prisioneiros da Coreia do Norte (um de seus países prediletos e do qual ele nunca foi “banido”) às “estações de férias da Suíça”. Variações segundo o gosto de cada época...

Essas calúnias e esses absurdos oscilam entre o cômico e o ignóbil. Embora não sejam desculpáveis, eram no entanto explicáveis, na França, pela necessidade aber-

120 Reproduzo esse interessante documento em minha obra *La Nouvelle Censure* (1977), p. 215-219.

rante da união sagrada das esquerdas e pelo medo que tinham os socialistas de desagradar aos comunistas. Mesmo nos países onde os partidos comunistas eram inexistentes ou muito fracos – Grã-Bretanha, Escandinávia, Alemanha Ocidental, Estados Unidos –, a esquerda democrática adotava, durante a guerra fria, uma atitude ambígua, que a levava a se abster de qualquer crítica mais acerba do sistema soviético. Essa submissão da inteligência e esse esmagamento da ética baseavam-se em um erro político, porém um erro relativo a dados existentes, mesmo que fossem analisados estupidamente. Atualmente, esses dados desapareceram. A defesa enérgica do comunismo não pode, portanto, derivar de algum projeto no campo da ação. Ela provém de uma necessidade psicológica de reabilitá-lo e, sobretudo, de impedir que seja comparado ao nazismo. Tracemos, então, mais uma vez, o paralelo: que editora ousaria publicar e que acolhida teria um opúsculo de aparência acadêmica que tecesse acerca dos campos de Hitler a fábula edificante que este nos apresenta sobre os campos comunistas? O revisionismo pró-comunista parece, portanto, ser de boa qualidade. O objetivo da operação “grande parada”, esboçado desde 1991, foi alcançado substancialmente. Apesar do mergulho econômico flagrante, definitivo e conclusivo do comunismo e apesar da clara exposição, terminada a festa, de sua tendência intrinsecamente criminoso, esse objetivo consistia em reconstruir, pela palavra e pela intimidação, o duplo mito da superioridade prática do comunismo sobre o capitalismo liberal e de sua moralidade intacta, transcendente a todos os delitos claramente provados que ele tenha cometido.

A sensibilidade internacional foi aceitando, pouco a pouco, que se alargasse o abismo, dividindo nossos julgamentos naqueles que dizem respeito aos crimes de um regime despótico dito de direita e naqueles que concernem aos crimes de um regime despótico dito de esquerda. Por precaução, emprego novamente a palavra “dito”. Porque distinguir entre regimes totalitários “de direita” e “de esquerda” não faz qualquer sentido. A distinção entre direita e esquerda pressupõe a democracia, com pluralismo de partidos, legalmente constituídos, e de opiniões, livremente expressas. Tal distinção é nula e inexistente no caso dos regimes totalitários, todos, por definição, baseados no princípio intangível do partido único e do pensamento unificado. Tão logo um regime de partido e pensamento únicos entreabre a porta ao pluralismo, como ocorreu com Gorbatchev, ele salta em cena. Castro e os chineses têm razão em desconfiar.

Para as sociedades aprisionadas nesse colete de ferro, a experiência é sempre a mesma. Direita e esquerda, nessas sociedades cativas, são apenas figuras de

retórica, espectros fantasmagóricos de ideólogos, um vazio cruel. E, surpreendentemente, esse vazio, através de manobras insistentes e hipócritas, acabou se impondo a ponto de alterar o julgamento histórico de nossas próprias democracias. O duplo critério moral se transmudou em regra de boas maneiras, o que significa dizer que não há mais critério moral.

Assim, uma onda de indignação percorreu a Europa quando um procurador espanhol, em 6 de agosto de 1999, pediu a anulação, por “vício de forma”, do mandado de prisão expedido no ano anterior contra Augusto Pinochet, detido em Londres e ameaçado de extradição para a Espanha. A imprensa da península, seja de direita seja de esquerda, se engajou contra o procurador, tratado, gratuitamente, de “fascistóide” pelo diário de esquerda *El País*. Ora vejam só! Eu não havia pensado nisso. Que prazer ver em ação pessoas tão imaginativas e tão criativas na escolha de epítetos! Legítima indignação, que compartilho, e da qual compartilharia ainda mais se não me viesse à mente a figura imponente de Mengistu Haïlé Mariam, o “négus* vermelho”, ditador comunista da Etiópia de 1974 a 1991, e muitas vezes mais eficaz como carrasco do que Pinochet.

A Etiópia do partido único preencheu todos os critérios do comunismo clássico mais puro. Que os hipócritas juramentados não saiam pela tangente, como de hábito, para choramingar que não se tratava do “verdadeiro” comunismo. A “revolução” da Etiópia gerou na África uma cópia autenticada do protótipo leninista-stalinista da URSS, que, aliás, recebeu o selo da matriz, merecendo créditos e tropas de proteção, representadas pelas tropas cubanas, reforçadas por agentes da polícia política da Alemanha Oriental, a incomparável Stasi. A junta de governo da Etiópia, o *Derg*, logo se proclamou herdeira da “Grande Revolução de Outubro”, e o comprovou mandando fuzilar, logo que subiu ao poder, todas as elites que não pertenciam aos seus quadros ou que não obedeciam às suas ordens, ainda que, como em todas as “revoluções”, a total subserviência não fosse tampouco uma garantia de vida. Em seguida, veio a procissão de reformas já bem conhecidas: coletivização das terras – em um país onde 87% da população eram camponeses –, nacionalização das indústrias, dos bancos e das companhias de seguro.

Como era previsto – ou previsível – e da mesma forma que na URSS, na China, em Cuba, na Coreia do Norte etc., seguiram-se os efeitos inevitáveis: queda da produção agrícola, fome, agravadas pelo deslocamento forçado da população, outro clássico da casa. O fracasso precoce obriga a encontrar culpados, sabotadores,

* N. do T.: négus ou negus – título dos antigos soberanos da Abissínia, hoje Etiópia e Eritreia.

traidores, já que não se poderia imaginar que o socialismo fosse mau e que seus dirigentes não fossem infalíveis. Como de hábito, o poder totalitário encontra os canalhas responsáveis pelo desastre entre os próprios famintos e não entre os que provocaram a fome, entre as vítimas e não entre os mandatários. É deprimente a monotonia dessa cena universal sobre a qual os advogados do socialismo insistem em apresentar cada novo exemplo como uma "exceção" – e o mesmo fazem, ainda hoje, diversos historiadores! Dez mil assassinatos políticos somente na capital, em 1978; massacre de judeus da Etiópia, os Falachas, em 1979. Mas não se trata de anti-semitismo, já que o Derg é de esquerda.

E as crianças! Em 1977, o sueco Secretário-Geral do *Save the Children Fund* emite um relatório onde ele conta ter sido testemunha da exposição das pequenas vítimas torturadas nas calçadas de Addis-Abeba. "Mil crianças foram massacradas em Addis-Abeba e seus corpos, largados nas ruas, servem de presa para hienas errantes. Ao sair de Addis-Abeba, nos acostamentos da estrada, podem-se ver as pilhas de corpos das crianças assassinadas, quase todas entre 11 e 13 anos de idade."¹²¹ Na leitura de um tal relatório, peço a Jean Daniel que não fique zangado comigo quando eu digo que ele não me convence quando escreve: "Um jovem que se inclina para o comunismo pelo menos está imbuído de um desejo de comunhão. Um fascista é fascinado pela dominação. Isso faz toda a diferença."¹²² Quem ainda pode levar a sério este refrão: o assassinato em massa santificado pelas intenções? Existe carrasco mais repugnante do que aquele que finge matar suas vítimas por "comunhão" com elas? Se as atrocidades dos regimes comunistas passados e presentes não têm qualquer repercussão sobre a pureza imaculada do ideal, por que então a esquerda, mesmo a não comunista, tem tanto empenho em negar, minimizar, desculpar, esquecer ou silenciar sobre essas atrocidades? Ela o faz porque sabe muito bem que a criminalidade onipresente do comunismo e sua capacidade de destruir a economia e a cultura colocam em xeque a própria essência do socialismo. Por que os socialistas ficariam tão enraivecidos a cada recordação dos fatos, se, supostamente, nada têm a ver com eles? E que não venham com esse outro refrão desgastado: o comunismo da Etiópia foi pelo menos um progresso em relação ao antigo regime imperial. Essa afirmativa é tão falsa nesse caso quanto no caso da Rússia ou de Cuba. A Etiópia dos neguses não era o paraíso. A falta de alimento era freqüente e a pobreza, terrível. Mas a fome não era provocada

121 Citado por Yves Santamaria no capítulo do *Livre Noir* consagrado aos comunismos africanos: Etiópia, Angola, Moçambique.

122 *Le Nouvel Observateur*, 5 de novembro de 1997.

deliberadamente, a população não era intencionalmente deportada, o assassinato em massa não era sistematicamente programado. E com mais essa surpresa, essa criação original, essa mesura do comunismo da Etiópia: a matança de crianças. Não: enquanto a esquerda não tiver feito uma boa limpeza em seu crânio cheio de trapos intelectuais, enquanto ela insistir em tergiversar diante do abominável, poderá até governar, Tateando, aqui e ali; mas não poderá ter a pretensão de fornecer a chave para a compreensão de nosso tempo nem para o planejamento de um futuro plausível. “Assim como na ex-URSS”, escreveu Yves Santamaria, “continuamos encontrando na Etiópia as valas comuns onde se amontoam numerosos desaparecidos, identificados pelos relatórios da Anistia Internacional. Assim como na China, as famílias foram convidadas a ressarcir o Estado pela execução das sentenças, segundo o princípio *paying for the bullet*.” Tradução: os pais deveriam “reembolsar” ao Estado a bala que servira para executar seu filho. Ou o filho deveria pagar a bala que matou seu pai, ou a irmã, a bala que matou seu irmão. Lembrete: o socialismo é a solidariedade. E tal cumplicidade com o genocídio voluntário premeditado não data da década de 1920, da geração que, admitamos, poderia ainda ter direito à “ilusão” segundo Furet: essa cumplicidade é recente, ela floresceu nos dias atuais, sob os nossos olhos, em nossa imprensa. Os “desaparecidos” são o opróbrio de um regime quando esse regime é o dos ditadores argentinos da década de 1970. Mas quando se trata dos ditadores do comunismo, eles desaparecem também da memória.

Todos os horrores do comunismo da Etiópia foram rapidamente conhecidos no exterior. Em 1986, André Glucksmann e Thierry Wolton consagraram ao tema um livro tragicamente demonstrativo, *Silence on tue*,¹²³ que não abalou nem um pouco os admiradores do négus vermelho, saudado, em certa ocasião, como “grande estadista” por M’Bow, Diretor Geral da UNESCO, organização sempre na vanguarda progressista. A indiferença aos crimes do comunismo da Etiópia confirma a regra da apatia moral que beneficiou todos os demais comunismos. Ela pode ser explicada pelo que Glucksmann e Wolton chamam, apropriadamente, de “imunidade revolucionária”.

Essa imunidade, no caso de Mengistu, ao contrário do que ocorreu com Pinochet, nunca foi questionada, mesmo depois que o assassino abissínio em série foi forçado a se retirar do poder. Em 1991, abandonado por seu protetor soviético, moribundo, Mengistu fugiu indo parar no Zimbábue, onde o presidente “progres-

123 Grasset.

sista” (e portanto inamovível) Robert Mugabe, herói de tantos colóquios humanitários e anti-*apartheid*, lhe concedeu asilo político imediato. Nunca ouvi dizer que houvesse qualquer movimento de opinião, no seio da esquerda internacional, para fazer Mengistu comparecer diante de algum tribunal penal internacional. Há oito anos, estou sempre procurando na minha caixa postal, mas associação alguma antígenocídio jamais me enviou qualquer petição nesse sentido para que eu a subscrevesse. Em 1994, a justiça da Etiópia iniciou esforços no sentido de fazer comparecer perante os tribunais alguns dos grandes benfeitores da pátria na era totalitária, de 1974 a 1991. Pediu então ao Zimbábue a extradição do mais importante deles. Mugabe, cada vez mais “progressista”, recusou. No entanto, extraditar Mengistu para o seu próprio país exigiria menos “quebra-cabeças” jurídicos do que a extradição de um chileno de um país estrangeiro, a Grã-Bretanha, para outro país estrangeiro, a Espanha. Nenhuma onda de indignação sacudiu a Europa no sentido de forçar o comparecimento do Coronel Mengistu Haïlé Mariam perante a justiça. Não seria escandaloso arrastar para um tribunal esse pacífico filantropo aposentado a quem, em 1988, a Federação Mundial dos Sindicatos de Linha Comunista, entre os quais a CGT francesa, havia concedido uma medalha de ouro como recompensa por “sua contribuição para a luta pela paz e a segurança dos povos”? Vá lá que a medalha tenha sido outorgada em 1988. Ela não valia mais do que aqueles que a outorgaram e do que aquele que a recebeu. Mas hoje? Agora que tanto sangue correu sob as pontes do socialismo, que valor, que apreço merece a moral dessa Santa Consciência universal tão escrupulosamente caolha?¹²⁴ Após ter cumprido nosso “dever de esquecimento” em relação aos “Khmers negros” da Etiópia, será que podemos, sem redundância, celebrar novamente a missa em homenagem aos Khmers vermelhos? Tudo já foi dito sobre os seus crimes, cuja aritmética gira em torno da ordem de grandeza dos períodos geológicos ou dos

124 Em 1984, ao participar de um debate em uma emissora de rádio, tive a ingenuidade de deixar transparecer minha tímida indignação com a notícia de que para celebrar o décimo aniversário da revolução, o Partido Comunista da Etiópia havia importado, por grandes somas e somente para seu uso próprio, milhares de caixas de uísque, champanha, e patê de *foie gras*, enquanto o povo era dizimado por uma dessas epidemias de fome que só o comunismo sabe fabricar. Logo no dia seguinte fui repreendido pelo *L'Humanité*, que me chamou de reacionário desqualificado, em nome da mais elementar decência e em resposta à minha afronta. Esse episódio do banquete dos chefes cercados de multidões famintas e de cadáveres ainda quentes lembra uma passagem célebre da *Fazenda Animal* de George Orwell, a que fala nos chefes comunistas que são “mais iguais que os outros”, ou seja, que se locupletam enquanto o povo morre de fome. O que é notável a respeito do comunismo é que, independente da latitude onde se instale, ou da base cultural onde se implante, todo regime comunista segue, invariavelmente, mais cedo ou mais tarde, as mesmas etapas do mesmo cenário a partir da mesma matriz. É a única prova experimental do materialismo histórico que se pode observar, essa que, na falta de melhor aplicação, ele pratica sobre si mesmo.

anos-luz. Mas será que tudo foi entendido? E será que tudo foi feito para punir os culpados? É justo dizer que não nos cansamos de admirar a inércia enérgica que toma conta da distraída (exceto no caso do dossiê Pinochet) comunidade internacional, em seus inaudíveis pedidos de extradição dos chefes do Khmer Vermelho. Temos os ouvidos bem atentos, mas até agora não ouvimos nada. É bem verdade que alguns dos nossos filósofos socialistas contestam a suposição de que Pol Pot e seus amigos tenham sido comunistas, atribuindo-lhes, de preferência, como já vimos, o rótulo de “nacional-socialismo de campos de arroz” (Jean Lacouture). Reconhecemos aqui a nossa velha conhecida: a farsa que consiste em descobrir que um regime comunista não era comunista a partir do momento em que seus crimes são revelados, e desde que, é lógico, ele não esteja mais no poder. Tudo bem. Admitamos que eles sejam nazistas. Então essa não é mais uma razão para exigir seu julgamento? Como? Vocês têm nas mãos uma raridade, nazistas ainda vivos, e, apesar dessa “sorte grande”, não se mexem? Isso prova que não estão convencidos de seus próprios argumentos e sabem perfeitamente, no seu íntimo, que seus pretensos nazistas são autênticos comunistas.

Hoje se contam em 1.700.000 ou 1.900.000 as vítimas do genocídio no Camboja, a partir de uma população inicial de 7.900.000, ou seja, mais de 20% dos habitantes, segundo um dos mais recentes especialistas nesse dossiê, Ben Kiernan.¹²⁵ No entanto, constata o autor, vinte anos depois que os vietnamitas derrubaram o Khmer Vermelho do poder, “o jogo das potências preservou Pol Pot e seus aliados de qualquer punição por seus crimes”. O “jogo das potências” ao qual se refere Kiernan é o fato de que as democracias ocidentais tremem de medo há vinte anos, só em pensar na idéia de desagradar à China. Ora, a China sempre deu apoio a Pol Pot e seu grupo, mesmo depois que o Khmer Vermelho havia entrado na clandestinidade. Por isso Jean-Claude Pomonti escreveu no *Le Monde*:¹²⁶ “Os crimes do Khmer Vermelho estão longe de serem julgados.” Ele explica: “Um processo como esse, iniciado por um tribunal internacional, mesmo na ausência de Pol Pot, exporia não apenas seus colaboradores imediatos ainda vivos – Khieu Samphan, Noun Chea, Ta Mok – mas também os países que apoiaram o Khmer Vermelho, principalmente na década de 1980. Cada um deles tentaria, na verdade, explorar as revela-

125 Ben Kiernan, *Race, Power and Genocide in Cambodia under the Khmers Rouges, 1975-1979* [Raça, Poder e Genocídio no Camboja sob o Khmer Vermelho, 1975-1979], Universidade de Yale, 1996. Tradução francesa de Marie-France de Paloméra, *Le Génocide au Cambodge*, Gallimard, 1998. No plano ideológico, Kiernan também procura exonerar o comunismo desse genocídio.

126 Em 24 de junho de 1997.

ções ou acusações surgidas nas sessões do tribunal em seu próprio favor. Muitos governos da região provavelmente não querem que isso aconteça.” Entre esses governos, o de Hanoi, porque, ao contrário da lenda alimentada pela solidariedade internacional pró-comunista, os governantes comandados por Hanoi que substituíram o Khmer Vermelho, em 1979, em Phnom Penh, não estão totalmente a salvo de comparecerem, eventualmente, diante de uma corte internacional.¹²⁷ Em 1998, quando dois antigos tenentes do saudoso Pol Pot, Khieu Samphan e Nuon Chea, reapareceram na capital, o chefe do governo de Phnom Penh, Primeiro-Ministro Hun Sen, apressou-se a declarar que eles “deveriam ser recebidos com buquês de flores e não com algemas”. De seu lado, Khieu Samphan concede uma comovente entrevista coletiva, garantindo estar “triste em pensar no sofrimento que ele causou ao povo do Camboja”; mas exorta seus compatriotas (os que restam) “a esquecerem o passado e prepararem o futuro”.¹²⁸ Seis meses mais tarde, uma reviravolta de Hun Sen: subitamente ele afirma nunca ter garantido a imunidade aos dois arrependidos e repreende a ONU por retardar o julgamento do Khmer Vermelho.¹²⁹ Calúnia evidente, já que, para que um julgamento seja retardado, é preciso que ele tenha sido decidido. Ora, quem poderia suspeitar que a ONU seria tão vil a ponto de tomar a iniciativa de acusar os autores de um genocídio de esquerda? A passividade da “comunidade internacional”, ou melhor, sua boa conduta, seguiu com perfeição os passos sabiamente ponderados das Nações Unidas. Há vinte anos eu espero, em vão, ver surgir na imprensa a lista vingadora das assinaturas de nossos grandes pregadores em favor das petições, no sentido de um amplo e esclarecedor julgamento dos autores do genocídio do Camboja.

* * *

A diferença de tratamento entre os dois tipos de regime totalitário do século revela-se também em uma multidão de pequenos detalhes. Assim é que a operação “mãos limpas” na Itália e o “basta ao dinheiro sujo dos partidos” na França conseguiram, como por milagre, contornar cuidadosamente os partidos comunistas, ou, ao menos, ocuparam-se deles com carinho e lentidão. Mas suas trapaças acabaram vindo a público, seja no caso das “cooperativas vermelhas” na Itália ou das “agências de estudo” fictícias, simples máquinas de lavagem de dinheiro roubado, do PCF. Acrescentem-se as empresas de fachada, oficialmente especializa-

127 Ver, no anexo deste capítulo, a resenha que escrevi em 1988 sobre o livro de uma testemunha desse período.

128 *International Herald Tribune*, 29 e 30 de dezembro de 1998.

129 *Le Monde*, 29 de julho de 1999. Jean-Claude Pomonti, de Phnom Penh.

das no comércio com a URSS, uma forma indireta de retribuição, por parte daquela, aos PCs do Ocidente. Sem falar nas somas enviadas diretamente por Moscou, de forma clandestina, até 1990, divisas não declaradas, ora em espécie, ora depositadas na Suíça (para o PCI) e que caracterizam, no mínimo, o crime de fraude fiscal, e talvez até o de sujeição venal a uma potência estrangeira. Cada vez que surgiam novos documentos confirmando a amplitude desse tráfico ilegal, documentos corroborados, após a queda da URSS, por indiscrições de personalidade soviéticas ou alemãs orientais, éramos surpreendidos pela sonolenta equanimidade dos veículos de imprensa e pela imobilidade conscienciosa da magistratura. Essas práticas de pilhagem das empresas já haviam sido descritas e comprovadas desde a década de 1970.¹³⁰ No entanto, foi somente em outubro de 1996 que um secretário nacional do PCF, no caso Robert Hue, foi investigado por “tráfico de influência passivo”. Os autos desapareceram nas profundezas de um esquecimento benevolente até 18 de agosto de 1999, data na qual se espalhou a notícia de que a Procuradoria de Paris havia decidido requerer o comparecimento de Hue e do tesoureiro do PC¹³¹ diante do tribunal correcional. Alarme falso. No mesmo dia, à tarde, saiu o desmentido da Procuradoria: “As requisições estão sendo redigidas. Desmentimos qualquer informação acerca dessas requisições. É muito cedo para afirmar o que vamos requerer. Essas requisições só serão examinadas na primeira semana de setembro.” Finalmente elas o foram no final de outubro.

Às vezes, a desigualdade do tratamento dispensado aos herdeiros distantes ou próximos de um e de outro regime totalitário suscita comportamentos tão ridículos que beiram o grotesco. Em 1994, a coalizão *Forza Italia*, Liga do Norte e Aliança Nacional, venceu as eleições na Itália. Silvio Berlusconi tornou-se presidente do Conselho e convidou para o posto de Ministro da Agricultura um dos dirigentes da Aliança Nacional que, como se sabe, nasceu da reformulação do antigo MSI neofascista, mas se metamorfoseou livrando-se do passado e renegando o mussolinismo. Vários antigos fascistas membros do MSI bateram em retirada. Apesar dessa transformação democrática, vários dirigentes europeus reunidos em Bruxelas recusam-se a cumprimentar o novo Ministro da Agricultura da Itália. Ora, os atuais dirigentes da Aliança Nacional não têm nem a intenção nem os meios para restaurar a ditadura fascista. Ao contrário, romperam com a herança de Mussolini e provocaram a saída dos nostálgicos do fascismo histórico. Eles sempre se man-

130 Ver sobretudo Jean Montaldo, *Les Finances du PCF*, Albin Michel, 1977.

131 *Le Parisien-Aujourd'hui*: “Robert Hue ameaçado de correcional”, 18 de agosto de 1999. Esse artigo foi maliciosamente publicado na página de “assuntos diversos” e não no caderno de política.

tiveram hermeticamente fechados tanto aos elementos da Frente Nacional francesa quanto aos *republikaners* alemães ou a Haider, da Áustria. Se o Partido Comunista Italiano pode ser novamente freqüentado e almejar o poder por que ele se rebatizou "Partido Democrático da Esquerda" e renegou o comunismo, por que não permitir o mesmo à Aliança Nacional, que também mudou de rótulo e renegou o fascismo? Enquanto perdurar essa assimetria nos tratamentos dispensados aos convertidos de esquerda e aos de direita, falar de justiça ou de moral e de progresso democrático não será mais do que uma impostura. A bandeira dos direitos do homem tremulará bem alto, no vazio. Em nossos dias, mais do que nunca, não foi a política que se moralizou, mas a moral que se politizou.

Outra manifestação da recusa em aceitar a semelhança entre os dois regimes totalitários reside na falta de curiosidade dos historiadores de esquerda em relação aos arquivos do Leste, abertos há cerca de dez anos. Seu torpor aumenta na razão direta da importância das fontes disponíveis. Vladimir Boukovsky fala com verve desse singular estupor intelectual de nossos avestruzes subvencionados, nos dois lados do Atlântico, em seu *Jugement à Moscou*.¹³² Furiosos ao verem que só eles voltam da caçada de mãos vazias (logo eles, que nunca vão à caça), eles negam essas descobertas até o ponto de anular sua existência. Em uma tribuna livre (e como!) do *Monde*,¹³³ um certo Alain Blum volta a acusar a obra *O Livro Negro do Comunismo*, decretando que ela é "a negação da história". Será que esse inquisidor se esqueceu de que François Furet, que sabia vagamente o que era história, deveria ter avalizado essa "negação" com um prefácio que sua morte súbita o impediu de escrever? Bem, é verdade que, na opinião do *Le Monde Diplomatique*, o próprio François Furet ignorava o que fosse história.

Ao despontar da menor verdade ameaçando profanar os ícones comunistas, os *pit bulls* da ortodoxia fazem em pedaços o portador da má notícia. É impressionante ver acadêmicos, cujo trabalho imparcial é muitas vezes de alto nível, perderem suas habilidades quando a polêmica envolve suas paixões. Nós os vemos se entregarem a práticas aviltantes, indignas de suas qualificações: falsas citações, textos amputados ou conscientemente deturpados, injúrias piores do que as lançadas pelos comunistas sobre Kravtchenko, o dissidente que cometeu o sacrilégio de escrever *J'ai choisi la liberté* [Escolhi a liberdade], meio século atrás. Uma antolo-

132 Vladimir Boukovsky, *Jugement à Moscou, un dissident dans les archives du Kremlin* [Julgamento em Moscou, um dissidente nos arquivos do Kremlin], traduzido do russo por Louis Martinez, Robert Laffont, 1995. Ver minha resenha sobre esse livro em *Fin du siècle des ombres*, Fayard, 1999, p. 535.

133 Em 18 de novembro de 1997.

gia desses casos da alta *intelligentsia* pode ser encontrada na obra *L'Histoire interdite* [A História Proibida] de Thierry Wolton,¹³⁴ à qual eu remeto.

“Deus me livre de desprezar qualquer sinceridade. Mas o espírito mais aberto não saberia acolher tudo”, escreveu Maurice Barrès em *Amori et dolori sacrum*. Essa frase, que em latim significa “consagrado ao amor e à dor”, está inscrita na fachada de igreja de Santa Maria da Paixão, em Milão. Em analogia a essa inscrição, há uma outra frase em latim, bem mais atual, com certeza, inscrita em um monumento de Pisa: *Somno et quieti sacrum*: “consagrado ao sono e à quietude”. Essa última frase parece servir melhor como lema da maioria dos historiadores ditos “contemporâneos”.

Nossa época “contemporânea” nos leva a entoar um cântico “memória! memória!” Ó sésamo sem tesouro, gruta que só se abre para revelar bijuterias baratas, será que ainda existe uma recordação de valor que possamos manter intacta, a salvo do abismo do esquecimento?

134 Jean-Claude Lattès, 1998.

Anexo ao capítulo 9

Camboja: a ocupação

Resenha sobre o livro *Mur de bambou, ou le Cambodge après Pol Pot* [Muro de Bambu, ou o Camboja depois de Pol Pot], de Esmeralda Luciulli, prefácio de François Ponchaud (Médecins sans frontières, Régine Deforges, 315 páginas). *Le Point*, 28 de novembro de 1988.

O clube mais numeroso do planeta é o dos inimigos dos genocídios passados. O único que tem o mesmo número de associados – quase sempre os mesmos – é o clube dos amigos dos genocídios atuais. Quando o Vietnã pró-soviético invadiu o Camboja pró-China, em 1979, para expulsar os membros do Khmer Vermelho, a imprensa ocidental deixou de se preocupar com o destino dos infelizes cambojanos. O país estava agora ocupado, o que era lamentável; mas, pelo menos, pensava-se, o invasor havia posto um fim aos massacres do terrível período 1975-79.

Sem dúvida, o Vietnã e o governo de colaboracionistas khmer que serve a ele não mataram diretamente dois milhões de cambojanos, ou seja, um quarto da população, como havia feito Pol Pot. Porém seus métodos indiretos de extermínio e de servidão não são menos terríveis, até porque são menos visíveis e mais insidiosos. A censura soviético-vietnamita conseguiu esconder seu Camboja atrás de uma muralha de silêncio. Enquanto se multiplicam atualmente os filmes e livros sobre o grande genocídio dos anos 1975-79, continuam raros os testemunhos em primeira mão sobre o Camboja depois da ocupação vietnamita.¹³⁵

135 Entre os mais chocantes eu cito o recente *Les pierres crieront, ou une enfance cambodgienne* [As Pedras Chorarão ou uma Infância no Camboja], de Molyda Szymusiak, *La Découverte*, prefácio de Jean-Marie Domenach.

Daí o interesse das revelações de Esmeralda Luciulli. Essa francesa de 34 anos, nascida nos Estados Unidos de pais italianos, foi um dos poucos médicos ocidentais admitidos no Camboja, como integrante de uma missão dos *Médicos sem Fronteiras*. Ela passou quinze meses no país, entre 1984 e 1986, observando a vida de perto: testemunho direto, original, relato vivo, enriquecido de coisas vistas e vividas. Além da vantagem excepcional de ter vivido no país, a autora possui ainda um atributo que aumenta muito o alcance de sua experiência: ela fala a língua khmer. No passado, ela se interessara por esse idioma, tendo-o aprendido na Escola de Línguas Orientais de Paris.

O novo regime se distingue tão pouco do anterior, pela ideologia, que a maioria dos quadros atuais do Partido são antigos membros do Khmer Vermelho. A estação de rádio oficial, aliás nunca os critica, em geral, mas volta-se apenas contra Pol Pot. Como todo regime comunista, os atuais detentores do poder querem construir um “novo homem” a golpes de “lições políticas”, que ocupam uma parte tão grande do tempo de trabalho que são uma das causas da produção insuficiente. A repressão contra os recalcitrantes, os indiferentes, os suspeitos, provoca, a cada ano, milhares de prisões, “desaparecimentos” (como na Argentina, mas bem menos comentados!), casos de tortura. A ajuda alimentar, o material de construção, os medicamentos fornecidos gratuitamente pelas organizações ou pelos governos ocidentais são desviados pela *nomenklatura*, indo primeiramente para seu próprio proveito e depois para a revenda, com lucro, no mercado negro, onde a população os compra a peso de ouro, e finalmente são exportados para o Vietnã ou para a URSS. A brilhante técnica do Ocidente, que consiste em “empanturrar os carrascos para alimentar as vítimas”, segundo a expressão de William Shawcross,¹³⁶ funciona aqui a todo vapor.

Mas há coisas piores. Em 1984, foi tomada uma trágica decisão em Hanoi (e não em Phnom Penh, o que evidencia claramente o *status* clássico de satélite do governo khmer): construir, ao longo da fronteira, entre o Camboja e a Tailândia, uma nova muralha da China, de oitocentos quilômetros. Essa obra é uma simples paliçada, um frágil “muro de bambu” (origem do título do livro), que não tem qualquer valor estratégico. Destina-se apenas a impedir que os cambojanos fujam para a Tailândia. Duas ou três vezes por ano, 100 a 120 mil homens, chamados “voluntários”, são obrigados a partir para a região a fim de realizar esses trabalhos forçados durante meses. Eles são dizimados primeiramente pelas minas, em se-

136 *Le Poids de la pitié* [O Peso da Compaixão] Balland, 1985.

guida pela malária e finalmente pela desnutrição. Porque o quinino e o alimento enviados pelo Ocidente para as autoridades jamais chegam até esses infelizes prisioneiros, vítimas daquilo que, no país, é conhecido como “desmatamento”.¹³⁷

Seria demonstrar um gosto perverso por futilidades ficarmos nos perguntando sobre a reação das organizações humanitárias quando lhes chegam essas informações sobre os horrores do Camboja. O capítulo, que Esmeralda Luciulli dedica à cumplicidade velada das agências das Nações Unidas, da própria Cruz Vermelha e de várias organizações não-governamentais, mereceria figurar em local de destaque nos anais da covardia humana. É preciso ler todos esses absurdos em detalhe para compreender o desespero do povo khmer quando ele constata que aqueles que supostamente vieram ajudá-los se aliaram àqueles que queriam exterminá-los. Depois disso tudo, continuemos a falar sobre direitos do homem! Realmente esse é um tema do qual nossos governantes devem se ocupar. Mas fazem mais do que isso: recomeçam a inundar o regime de Hanoi com nosso dinheiro, a fim de salvá-lo de seu próprio fracasso, às nossas custas.

137 Encontra-se aqui um dos traços característicos dos regimes comunistas: o restabelecimento da prática da escravidão (Nota de 2000).

O Comunismo no século XX: uma história sem significado?

Os crimes comunistas recebem, portanto, uma irrevogável absolvição, reconfirmada, cada vez que novos fatos vêm engrossar seu dossiê, não apenas pelos partidos comunistas, ou o que ainda resta deles, mas também, com generosidade, pela esquerda não comunista e muitas vezes até mesmo pela direita. “Está errado colocar essa questão” (a da comparação entre comunismo e nazismo), diz Pierre Mazeaud, um gaullista, político talentoso, membro do Conselho Constitucional. O pretexto citado para estabelecer esse “erro” não muda, é infelizmente o mesmo, tanto para Pierre Mazeaud quando para Robert Hue: “O comunismo foi deturpado.” Esse eminente constitucionalista poderia prestar um serviço à ciência política se nos explicasse que prodígio faz com que uma doutrina intrinsecamente boa tenha sempre, em todo lugar, infalivelmente, encarnado sua própria deturpação. Essa lamentável desculpa se transforma em acusação agressiva na boca dos socialistas. Comentando a publicação do *Livro Negro*, no outono de 1997, o Primeiro-Secretário do Partido Socialista, François Hollande, se pergunta sutilmente: “Não estariam os autores preparando o caminho para futuras alianças com a extrema direita, procurando legitimá-las antecipadamente?” Esperava-se, e poder-se-ia compreender, que o primeiro-secretário dissesse: esses horrores nada têm em comum com a nossa concepção do socialismo. Mas não. O inevitável refrão surge novamente: é preciso continuar a combater o anticomunismo e, portanto, a história

exata do passado, pois o inventário dos crimes comunistas, apresentado em nome de uma pretensa pesquisa científica, encobre, na realidade, segundo Hollande, um projeto de servir à extrema direita, de reanimar o fascismo, ameaça mais forte do que nunca, evidentemente, e de revigorar, na França, a apologia dos crimes do regime de Vichy. Intelectualmente, é difícil descer mais baixo. E mais: oitenta anos de sofrimento humano e de pesquisas históricas não serviram para nada. O comunismo é o progresso. Os historiadores que falam a verdade sobre ele são os inimigos do progresso. Será que Hollande se dá conta de que, ao acusá-los de falsificar a história a partir do momento em que ela é desconfortável para a legenda socialista, ele estaria se comportando como um herdeiro do modelo cultural soviético?

Quanto aos liberais e aos democratas, que se limitam a expressar seu desejo de que a verdade venha à tona, a esquerda em peso, vigilante, enxerga neles um fascismo implícito que só falta se declarar. Exigir a aplicação das leis é uma atitude que atrai o mesmo tipo de suspeita. Durante o governo Juppé, em 1996, quando imigrantes em situação ilegal ocuparam a Igreja de São Bernardo, em Paris, para exigir que seus papéis fossem regularizados, a extrema esquerda, aliada ao Partido Verde e a uma boa parte dos vermelhos ou dos “humanitários”, acusou o poder público de recorrer a métodos *nazistas* e de repetir a grande *blitz* do *Vel d'Hiv** porque viaturas da polícia haviam retirado os clandestinos do local. Como os que escreveram ou disseram essa insanidade não são todos imbecis, só podemos imaginar que eles agiram de má-fé. Porque na verdade as vítimas da *blitz* na Segunda Guerra Mundial não foram expulsas da Alemanha para seu país de origem ou de residência (eles teriam preferido assim!), mas ocorreu justamente o contrário. Além disso, os que foram expulsos da Igreja de São Bernardo não foram deportados para campos de concentração ou para a morte. Finalmente, que eu saiba, no momento em que ocorreu o episódio de São Bernardo, a França não estava ocupada por um exército estrangeiro. Seu Presidente, seu Parlamento, seu Governo haviam sido eleitos por sufrágio universal, segundo a livre expressão da vontade dos cidadãos. As instruções dadas à polícia seguiam leis votadas segundo uma Constituição que havia sido referendada pelo povo. Portanto isso, comparar as leis Pasqua-Debré sobre imigração com as “leis de Vichy”, ou seja, igualar uma democracia a uma ditadura (além do mais sob o domínio do inimigo), revela

* N. do T.: *Vel d'Hiv* ou *Vélodrome d'Hiver* [Estádio de Ciclismo de Inverno] em Paris. Durante a ocupação da França pela Alemanha, na Segunda Guerra Mundial, local para onde foram levados, em 16 e 17 de julho de 1942, milhares de judeus. Transportados para o estádio sem saber a razão, de lá eles foram deportados para campos de concentração nazistas.

uma grave incapacidade para a análise política ou uma desonestidade perigosa da parte daqueles que se utilizaram desse argumento. Perigosa porque era tingida de revisionismo antidemocrático. Instalar-se em um país estrangeiro, sobretudo um país que provê seus residentes com uma onerosa previdência social, pode ser uma decisão unilateral do emigrante, sem que as autoridades do país que o acolhe possam se manifestar? Os partidários dessa solução explosiva, a quem eu deixo a reflexão sobre as conseqüências que ela teria sobre a viabilidade da integração, já muito danificada desde 1980, só precisam tentar, se são democratas, fazer passar no Parlamento uma lei nesse sentido, desde que aceitem arcar com as conseqüências, caso ela seja aprovada. Mas não têm nenhum direito de rotular de fascismo, racismo e “vichyismo” a atitude dos cidadãos que temem as repercussões caóticas e nefastas de uma regularização automática de todos os imigrantes ilegais, ou seja, de uma supressão total de qualquer controle.

Além do mais, não podemos inverter as responsabilidades. Se um imigrante clandestino entrou na França de forma fraudulenta e, em seguida, trouxe, sempre de forma fraudulenta, sua ou suas esposas, e se eles tiveram então filhos, nascidos na França, portanto com direito à nacionalidade francesa, enquanto os pais não têm esse direito, quem é o responsável por esse *imbroglio* jurídico? Não é a República francesa, mas sim aqueles que burlaram suas leis. A necessidade de examinar essa situação absurda com todo sentimento humanitário possível pelos indivíduos não significa que a França tenha que assumir, para começar, a responsabilidade. Nascer na França dá à pessoa o direito de ser cidadão francês, mas não naturaliza, retroativamente, todos os seus ancestrais. Além disso, como pode o Estado impor o respeito às leis aos seus próprios cidadãos se ele autoriza os imigrantes a descumpri-las? Nunca houve civilização sem movimentos migratórios. Mas os movimentos migratórios anárquicos criam esse clima de guerra nas ruas e essas zonas sem lei que vão destruindo um país.

A defesa incondicional dos imigrantes ilegais é um dos inúmeros subterfúgios que tendem a relegar o democrata comum à categoria de vichyista, imputando-lhe, por qualquer motivo, uma reedição do genocídio anti-semita, quando esse cidadão quer apenas a aplicação das leis votadas. É também uma forma de engavetar o exame do comunismo e, em geral, do passado da esquerda, alegando que a prioridade é a urgência da “luta antifascista”.

Nessa perspectiva, a fronteira entre os regimes políticos é nítida: de um lado, a democracia liberal com o fascismo ou o nazismo; do outro, a esquerda, da qual o

comunismo sempre faz parte. Suas realizações não foram suficientes para expulsá-lo da comunidade democrática, aos olhos da esquerda que, por outro lado, relutou em aceitar no grupo a direita liberal, a todo momento e sem qualquer razão, tachada de vichyismo. Já que o dossiê do comunismo parece não ter comprovado, para a esquerda, sua incompatibilidade com a democracia, é preciso então parar de recriminar seu passado (e seu presente: Castro e *tutti quanti*), em nome do importante papel que lhe cabe nas futuras lutas. Podemos reconhecer aqui um velho estratagema: o marxismo só deve ser julgado em função de suas promessas, não da forma como as cumpre.

Pierre Vidal-Naquet registrou claramente esse lapso, em seu prefácio à tradução francesa, publicada em 1990, do livro *La Solution finale dans l'histoire* [A Solução Final na História], do historiador norte-americano (originário do Luxemburgo) Arno Mayer. O historiador francês escreve nesse prefácio: “O ‘judeocídio’, como o denomina Arno Mayer, atrai, por sua própria natureza, os perversos. O fato foi negado enquanto ocorria, foi negado desde então, negado por interesse ou por ideologia. Porém, enquanto era negado por uns, era santificado por outros, a ponto de tornar-se objeto de rituais, celebrações e de toda uma orquestração religiosa.”

Se o “judeocídio” deve ser ou não “santificado” e “orquestrado”, na minha opinião é um dever moral e uma obrigação educativa pelo menos lembrá-lo escrupulosa e constantemente. Por outro lado, causa-me repugnância pensar que ele possa servir de escudo destinado a impedir a lembrança de outros genocídios. Apontar, em todo relato dos crimes comunistas, uma tentativa insidiosa de justificar os crimes do nazismo, não é apenas, na imensa maioria dos casos, uma calúnia tão evidente quando abjeta, mas um insulto à memória das vítimas do Holocausto. Elas merecem melhor destino póstumo do que serem arregimentadas a serviço de um revisionismo mais difundido, que aquele que contesta o Holocausto, e tão “interesseiro”, “ideológico” e “perverso” quanto aquele.

Com o objetivo de demonstrar que não existiram outros crimes contra a humanidade, no século XX, senão os do nazismo, a conduta dos franceses durante a Ocupação é pintada com cores ainda mais negras do que a realidade.

Cada vez que um acontecimento, como o processo Papon, nos mergulha nas lembranças da Ocupação, ouvimos dizer que os franceses, graças a essa evocação, terão que olhar de frente “pela primeira vez” o período do regime de Vichy. A julgar por esse *slogan* repetitivo, após a Libertação, nós teríamos mergulhado no mito euforizante de que todos os franceses haviam pertencido à Resistência. E nos

esquecemos de punir os colaboracionistas. Ora, se alguns míseros vichyistas escaparam do castigo, a apuração dos fatos não deixou de ser um caso de grandes proporções em nível nacional. Entre 1944 e 1951, houve dezenas de milhares de julgamentos, cerca de sete mil condenações à morte, a maioria, é verdade, por contumácia, muitos dos acusados sendo fugitivos. Devemos ainda acrescentar as cerca de cinco mil execuções sumárias que ocorreram antes e durante a Libertação, quase 14 mil condenações a trabalhos forçados, 25 mil à prisão ou à reclusão, sem contar as 50 mil condenações à perda dos direitos de cidadania, que expulsaram muita gente da atividade profissional. Será que isso pode ser chamado de “passar uma esponja”? Não. Portanto, o julgamento de Papon foi importante porque levantou a questão de se saber até que ponto, sob um regime tirânico, a obediência às ordens constitui ou não uma desculpa para um funcionário público, ou mesmo para um militar, mas ele não foi importante por suas revelações. (Esses números foram registrados por dois dos mais confiáveis especialistas naquele período: Henri Amouroux e o historiador norte-americano Herbert Lottman.)

É falsa a afirmação de que a maioria dos franceses foi favorável a Vichy. Frequentemente se diz que, sozinha, uma minoria conduziu ativamente a resistência, o que é verdade. Mas usar isso como pretexto para inferir que todos aqueles que não participaram da resistência ativa eram obrigatoriamente colaboracionistas ativos implica uma espantosa ignorância em relação à vida real. Desde 1941, muitos franceses, embora não participando da resistência ativa, eram hostis ao regime de Vichy e aos alemães. Não devemos tampouco esquecer que a população francesa revelou-se, durante a Ocupação, uma das menos anti-semitas da Europa, como revelaram, entre outros, Marek Halter em seu filme *Les Justes* [Os Justos] e Emmanuel Todd em seu livro *Le Destin des immigrés* [O Destino dos Imigrantes]. Considerando-se os 15 países, exceto a Alemanha ou a Áustria, sobre os quais existem dados precisos acerca dos genocídios, a França, juntamente com a Itália e a Bulgária, compõe o grupo de três países onde houve o menor número de vítimas em relação à população judaica total. Será que isso teria sido possível se os cidadãos, em conjunto, não tivessem ajudado, escondido, muitas vezes fornecido papéis falsos ou falsas certidões de batismo, aos judeus franceses ou residentes?

Outra calúnia destinada a sustentar o libelo acusatório: “você foram todos pró-nazistas; então deixem em paz o comunismo” foi a invenção de que os museus da França teriam deixado de divulgar a lista de obras de arte roubadas dos judeus, durante a guerra, pelo invasor, e recuperadas na Alemanha após 1945. Simples

depositária dessas obras, a Direção dos Museus da França teria tentado apropriar-se delas calando-se a respeito dos fatos. Assim, nossa alta administração, nossos mais ilustres curadores teriam sido transformados, de certa forma, em herdeiros de Hitler. Quando se desce a um nível tão baixo de degradação, como ainda ter a audácia de mencionar outras injustiças ou pretensas injustiças? Em 1997, jornais de várias tendências políticas e a rede de televisão *Arte* desencadearam uma campanha, com base em um relatório mal-interpretado do Tribunal de Contas a respeito das seqüelas dessas extorsões ou vendas. Prefiro dar a palavra a Philippe Meyer, que resume e rechaça com exatidão o contra-senso cometido, voluntariamente ou não, nesse caso:¹³⁸

Na verdade, foi uma investigação de rotina do Tribunal que reavivou a questão das duas mil (em 61 mil) obras de arte ainda não restituídas a seus proprietários não identificados. Ao final da investigação, o próprio Tribunal inocentou os museus da acusação de terem feito corpo mole na pesquisa desses proprietários (pesquisa que foi encomendada, em 1949, a um departamento do Ministério do Exterior) e reconheceu os recentes esforços dos curadores no sentido de dar a conhecer essas obras. A exposição parcial desses quadros e objetos de arte (e sua exaustiva divulgação na Internet) serviu para mostrar que quase todos eram de pequeno valor artístico, que muitos não haviam sido roubados, e sim comprados (por *marchands* que, obviamente, não tinham nenhum interesse em se gabar de suas relações com o invasor) e que muitos deles não provinham de coleções pertencentes a judeus espoliados: de 38 quadros expostos no Beaubourg,* somente um cai neste caso. Finalmente, ficou estabelecido que os museus nunca se apresentaram como proprietários daquilo que lhes foi simplesmente confiado à guarda, e cuja origem eles sempre tiveram o cuidado de assinalar.

Pois bem, mas ainda assim não seria conveniente provar que as democracias liberais, sob a máscara angelical, escondem em suas profundezas um demônio totalitário e um incurável anti-semitismo? O momento em que essa verdade vem à tona não seria um tanto inoportuno para abrir contra a esquerda, em geral, e o

138 *Le Point*, n. 1283.

* N. do T.: nome de uma rua de Paris, onde se encontra o Centro Cultural Georges Pompidou, construído na década de 1970, com estrutura moderna e arrojada, onde se realizam inúmeras exposições de arte e eventos culturais. O centro é comumente chamado pelo nome da rua que o abriga.

comunismo, em particular, um processo obsoleto acerca de erros lamentáveis, sem dúvida, mas já ultrapassados? Diante do perigo, não seria melhor retomar a consciência dessa verdadeira máxima da saúde pública, de que somente a esquerda, auxiliada por um comunismo renovado, permanece como baluarte de uma autêntica democracia?

Enigma do nosso tempo: a esquerda pós-comunismo é mais zelosa em limpar o passado comunista do que o foram os próprios dirigentes soviéticos. Fica bem claro, nas memórias de Sergo Beria, *Beria mon père*,¹³⁹ que os dirigentes, antes mesmo das revelações do relatório Khrushchev, tinham todos eles “a consciência de participar de um regime criminoso e de estar cometendo infâmias” (Françoise Thom, prefácio). Cada um guardava um dossiê dos crimes dos outros, para poder utilizar em seu próprio benefício, caso viessem a ser acusados – Lavrenti Beria sendo o primeiro da lista, logicamente, já que ele comandava o NKVD, mais tarde KGB, desde 1938. Será que François Hollande vai acusá-lo de ter “tentado preparar futuras alianças com a extrema direita”? Quanto a isso ele pode ficar tranquilo: essas alianças foram precocemente estabelecidas. Muitos anos antes do pacto Hitler-Stalin, a URSS já havia começado a entregar à Gestapo os comunistas alemães, agentes do Comintern, que se encontravam em seu território. Isso também é história – não exatamente a censurada que F. Hollande ameaça nos impor.

* * *

Tendo assim desembaraçado o comunismo de seus crimes, ou pelo menos, tendo-o vestido e ornamentado com uma camada superficial de inocência, pode-se então iniciar a segunda fase da operação “grande parada”: a reabilitação *democrática* do comunismo, que passa por sua reabilitação econômica, conforme o exige qualquer argumentação marxista que se preze.

O comunismo conserva sua superioridade econômica porque combate o capitalismo, o mercado, o neoliberalismo e sua consequência: a globalização, ou seja, a livre circulação de mercadorias, capitais, pessoas, técnicas e idéias por todo o planeta. A esquerda certamente desistiu de sustentar a tese de que as economias socialistas tiveram mais sucesso do que as capitalistas, tese popular em outros tempos e defendida, na década de 1950, até mesmo por eminentes economistas “burgueses”. A esquerda já não aborda esse tema. Limita-se a constatar que as coisas não vão bem no mundo atual. Há pobreza, desigualdade, crises, desonestidade, países que não progridem ou que até mesmo se afundam

139 Op. cit.

cada vez mais no subdesenvolvimento. Ora, a quem atribuir esses fracassos? Só pode ser ao capitalismo, já que ele tomou conta de tudo, desde que o socialismo real foi declarado ausente. Esse raciocínio já nos é familiar: os comunistas prometeram uma sociedade perfeita, mas não a construíram; decretam então que o capitalismo é o mal absoluto porque ele também não permitiu que esse fantasma ideológico tomasse forma. Daí, concluem que os liberais são, na realidade, os verdadeiros totalitários, prontos a empregar todos os meios bárbaros de um “stalinismo de direita” (Jean-François Kahn) para impor seu pretenso “pensamento unificado”, quando ele nada tem de unificado, já que, ao contrário das sociedades comunistas, as sociedades liberais admitem a contradição e acarretam, por sua própria natureza, a multiplicidade de opiniões. Entretanto, para a esquerda e para a extrema esquerda, um regime é totalitário quando elas não são as únicas que podem se expressar.

Atribuir a pobreza apenas ao liberalismo é um conceito que se baseia, além disso, na hipótese ingênua de que o mundo inteiro seria liberal. Logo, ela vem do liberalismo. Ora, a maioria dos países pobres foram, e muitos deles continuam sendo, economias controladas pelo poder dominante. Muitos se arruinaram por terem copiado o modelo soviético: estatização, coletivismo rural, indústrias deficitárias, corrupção na classe dominante, já que a concentração do poder econômico nas mãos do poder político permite o furto institucionalizado. As causas da miséria freqüentemente são políticas, mais particularmente na África, onde, além do mais, as constantes guerras civis ou entre Estados, os genocídios intertribais, os massacres devidos ao fanatismo, terminaram por tornar inútil uma ajuda internacional, mais volumosa do que em qualquer outra parte do mundo, mas quase toda desviada pelos governantes. Embora seja fato que, a partir de 1990, grosso modo, o fracasso do protecionismo estatal e o advento da globalização levaram as economias, pouco a pouco, a se abrirem e a se privatizarem, essa recente e tímida evolução para a economia de livre mercado não avançou muito e o liberalismo “totalitário” está longe de reinar soberano.

Não obstante, a denúncia do “liberalismo totalitário” estende-se muito além dos quadros da esquerda arcaica, porque na Europa, e sobretudo na França, a ilusão do controle estatal da economia está também impregnada na direita e, apesar de muitas negativas, na socialdemocracia. Já mencionei a profissão de fé antiliberal do gaullista Philippe Séguin, feita em Bruxelas, em janeiro de 1997. No mesmo mês, o Conselho Geral da Internacional Socialista abriu fogo contra “o

fundamentalismo neoliberal que visa à hegemonia do mundo, como um totalitarismo moderno".¹⁴⁰ Uma mulher respeitável, como Geneviève Anthonioz-de Gaulle, que preside a associação *Aide à toute détresse – Quart monde* [Ajuda a todos os que sofrem – Quarto mundo], declarou, por exemplo:¹⁴¹ "A sociedade está ameaçada pelo totalitarismo do dinheiro." Outrora prisioneira de campos nazistas, ela define: "Conheci dois totalitarismos em minha vida." Não pensem que o outro seria o comunismo. Não. É o dinheiro, apresentado como equivalente do nazismo, e até pior. Porque, conclui G. Anthonioz-de Gaulle, "o totalitarismo do dinheiro não é o menos perigoso". Ela vê prova disso no elevado número de excluídos sociais, sem se perguntar, evidentemente, por que esse número se multiplicou, na França, por três ou quatro em 15 anos, se foi por causa de um excesso de liberalismo ou se não teria sido justamente pelo contrário. A questão é sistematicamente evitada, porque o simples fato de colocá-la seria equivalente a fazer um elogio indireto ao demônio norte-americano.

A facção da esquerda que permaneceu fiel ao marxismo recebe, portanto, reforços de todos os lados. Ela não mais sustenta que o comunismo econômico era bom por si só, como um conceito absoluto, nem que ele seja ainda um ideal a alcançar. A qualidade do comunismo é, de certa forma, relativa à do execrável capitalismo, seu velho adversário contra o qual ele luta e lutará por toda a eternidade. Assim, ele conquistou a vantagem definitiva de não precisar mais existir para ser verdadeiro.

Dáí sai uma consequência, que é o outro lado da moeda dessa demonstração situada inteiramente no plano imaginário: o comunismo não está apenas correto no terreno econômico, mas representa, atualmente, a única força realmente democrática. Novamente, o comunismo é a democracia, não em si próprio, mas por contraste, por sua oposição ao caráter essencialmente antidemocrático do liberalismo, do capitalismo e do mercado. Em 30 de abril de 1996, o PCF e o Partido Verde publicaram uma declaração conjunta onde eles afirmaram "a necessidade de colocar à prova a lógica econômica e financeira em nome da qual as gerações presentes e futuras são *impiedosamente sacrificadas*... Trata-se da *sobrevivência da humanidade*" (nada mais, nada menos!). Esse arroubo termina com um apelo em favor da "decolagem da democracia",¹⁴² o que sugere que ela ainda não come-

140 *Le Monde*, 25 de janeiro de 1997.

141 Entrevista concedida à agência *France-Presse*, 13 de abril de 1997. Proposta retomada alguns dias mais tarde, na Assembléia Nacional, onde G. Anthonioz-de Gaulle falou na qualidade de membro do Conselho Econômico e Social.

142 Grifado por mim. Esse texto é citado por Stéphane Courtois, "PCF: l'impossible redressement" [PCF: a reconstrução impossível], *Les Cahiers d'Histoire Sociale*, n. 8, primavera-verão de 1997.

çou em lugar algum, ou então que está ameaçada de morte pelo liberalismo. Como disse um excelente historiador do comunismo, Marc Lazar, “o comunismo supostamente deveria instaurar um modelo superior de democracia, principalmente porque ela seria dissociada do mercado”.¹⁴³ Tal “suposição” é professada não apenas na França pelo PCF, a extrema esquerda e os “verdes” (que se revelam assim como um movimento mais ideológico do que ecológico), mas também pela *Rifondazione Comunista* na Itália (facção dos comunistas que não quis seguir o PDS [Partido Democrático da Esquerda, denominação virginal do PCI “demarxizado”]), pelos comunistas da Alemanha Oriental e pela maioria dos partidos comunistas mortos ou moribundos (escandinavos, belga, português etc.) na Europa. Todos apontam um dedo mais acusador do que nunca para a “ditadura do capitalismo” e para o “totalitarismo do mercado”.¹⁴⁴

A maior parte desses partidos é minúscula e seu eleitorado não pára de encolher. Mas sua ideologia vai para bem longe da Europa. O discurso que impera e espalha terror nos *campi* universitários norte-americanos faz parecer tolerante, por comparação, o ameno secretário nacional do PCF, Robert Hue. É preciso conhecer a extrema esquerda – o que faremos em um próximo capítulo – para descobrir, na França, na pessoa de Pierre Bourdieu e seus acólitos, os equivalentes franceses desse sectarismo exterminador. O exemplo dos *campi*, de alguns jornais ou canais de televisão norte-americanos, é interessante para nos lembrar que a mentalidade totalitária marxista pode se desenvolver e se abater pesadamente sobre a opinião pública, mesmo nos países onde o comunismo nunca conseguiu formar um partido significativo no plano eleitoral ou sindical. O comunismo pode ser um ator no plano ideológico mesmo onde ele jamais teve qualquer papel político.

Em face dos crimes comunistas, no entanto, a consciência norte-americana difere fundamentalmente da consciência européia. Nos Estados Unidos, nunca se viu, em relação aos crimes de Stalin ou de Mao, a cumplicidade ativa e a maciça aprovação que lhes foi concedida na Europa. O erro norte-americano, onde ele existe atualmente, é portanto teórico e de certa maneira abstrato, exceto no caso de uma minoria, sobretudo intelectual, de “liberais” (no sentido norte-americano da palavra). Enquanto que, do nosso lado do Atlântico, como diz ainda Marc Lazar na conclusão de seu artigo, podemos “nos perguntar se a opinião pública européia é capaz de refletir sobre suas tragédias do passado”. A tragédia nazista, sim; mas,

143 “L’idéologie communiste n’est pas morte” [A ideologia comunista não está morta], na revista *Esprit*, março-abril de 1997.

144 Idem.

infelizmente, apenas porque, em grande parte, ela desce uma cortina de gás lacrimogêneo que nos impede de ver a tragédia comunista.

Com certeza os revisionistas da história do comunismo, no fundo, não ignoram as realidades que negam ou que apresentam como acidentes não representativos. Como escreveu Sartre, bom conhecedor do assunto, “há uma fé da má-fé”. Entre a mentira pura e simples e a crença cega há uma bruma de consciência híbrida que tem um pouco de cada, sem se limitar a uma ou outra. Quando os comunistas ou seus amigos afirmam ignorar que os julgamentos de Praga eram uma farsa, eles mentem. Mas, ao mesmo tempo, reconhecem que os julgamentos eram uma farsa, o que se recusaram a fazer por muito tempo. Da mesma forma, hoje admitem a existência do *gulag*, embora tenham tentado desacreditar Soljenitsyn, em 1973, quando *O Arquipélago* foi publicado. Ninguém mais exalta a saúde perfeita das populações, alvo da admiração de certos viajantes complacentes, quando eram vítimas do genocídio pela fome conscientemente provocada, na Ucrânia ou na China do Grande Salto para a Frente. Mas não se pode passar de um certo limite: o significado desses fatos não pode levar a uma condenação radical do comunismo em si mesmo, nem tampouco, e principalmente, servir para promover a superioridade do capitalismo democrático, nem como civilização nem como sistema econômico. Quando o editor Jean-Claude Lattès anunciou, em meados da década de 1970, sua intenção de republicar *Sans patrie ni frontières* [Sem Pátria nem Fronteiras], de Jean Valtin, autobiografia de um comunista alemão que perdeu todas as ilusões após ter vivido na URSS, o diretor de um grande jornal vespertino lhe disse: “Você vai servir à causa dos *poderosos*.” Tudo menos o elogio da propriedade privada, que rapidamente conduz da direita à extrema direita. No programa de televisão “A Marcha do Século”, o secretário nacional do PCF, Robert Hue, depois de protestar que o comunismo não tinha qualquer vínculo com as “monstruosidades”, infelizmente bem reais, narradas no *Livro Negro* e no livro *Le Manuel du Gulag* (todos os seus antecessores haviam negado a existência desses fatos), tira do bolso subitamente e agita sob o nosso nariz – meu, de Stéphane Courtois e de Jacques Rossi – o jornal da Frente Nacional. Admitamos, insinuava ele com esse gesto, que vocês estejam dizendo a verdade. Nem por isso deixam de estar a serviço do fascismo. Já mencionei esse rasgo teatral; volto a citá-lo porque ele ilustra bem a confusão entre vago reconhecimento dos fatos e recusa em tirar deles as devidas conclusões, o que constitui má-fé. Todo anticomunista (e o mais neutro dos historiadores cairá nessa

categoria pelo simples fato de contar o que ocorreu) está a serviço “objetivamente” da extrema direita, ou, o que vale mais a pena, da direita.

No presente, o socialismo real continua reivindicando a não-representatividade de suas falhas. E seu pedido é atendido tanto pela direita quanto pela esquerda. Enquanto os ditadores classificados como fascistas (coronéis gregos de 1968 a 1974, Augusto Pinochet, generais argentinos do período anterior a 1982 etc.) são tratados, o que é justo, como réprobos, os assassinatos judiciais em Havana, os campos de concentração vietnamitas ou chineses, a fome provocada na Coreia do Norte, para mencionar apenas alguns experimentos recentes ou atuais, não tornam malvistas os ditadores que perpetraram esses crimes. Eles recebem vários convites e visitas de cortesia. A Cooperativa Autônoma dos Transportes de Paris chegou a outorgar a Castro presentes régios, pagos, sem o saber, pelos contribuintes franceses. De fato, pudemos ler no *L'Humanité* de 26 de dezembro de 1995 a deliciosa nota:

Um lindo presente de Natal para Cuba. Amanhã, 25 ônibus novos em folha partirão do porto de Havre, a bordo de um cargueiro, com destino a Havana. Esse ato de solidariedade com o país das Antilhas, vítima do bloqueio (*sic*) imposto pelos Estados Unidos, só foi possível graças ao esforço conjunto da RATP* – que oferece os veículos – e da associação Cuba Coopération, liderada principalmente por Roger Grevoul, primeiro vice-presidente do Conselho Geral do Val-de-Marne. Os ônibus irão acompanhados de suas peças de reposição e de um conjunto básico de ferramentas que garanta sua manutenção. O governo cubano garante o transporte do porto de Havre até Havana, e a associação Cuba Coopération se encarrega das tarifas portuárias.

A associação francesa de estímulo aos assassinos de esquerda não descuidou, portanto, de seu zelo, apesar dos devastadores progressos do conhecimento histórico. De passagem, devemos assinalar o engodo habitual acerca do “bloqueio”. Ora, a melhor prova de que ele não existe... é que os ônibus chegaram. Inconscientemente, o jornal *L'Humanité* fornece, no mesmo artigo, a mentira e o desmentido.

* N. do T.: *Régie Autonome des Transports Parisiens* [Cooperativa Autônoma dos Transportes de Paris, cf. citado acima].

A indulgência em relação aos comunistas em atividade estende-se até mesmo a um tabu como o anti-semitismo. Em 1998, Gennadi Zyuganov, chefe do Partido Comunista Russo, à frente do maior grupo parlamentar da Duma, publica uma carta aberta onde ele acusa o sionismo de “conspiração para tomar o poder na Rússia” e o “capital sionista” de ter provocado a catástrofe econômica russa, agravada ao extremo desde a quebra das bolsas de 17 de agosto de 1998. Zyuganov compara o sionismo ao nazismo: ambos, diz ele, buscam “dominar o mundo”. A única diferença é que Hitler anunciava esse objetivo abertamente, enquanto que os sionistas agem “por baixo do pano”. Essa carta reproduz, ao pé da letra, a mensagem contida no célebre documento falsamente anti-semita, o *Protocolo dos Sábios de Sion*, redigido por um russo mais tarde identificado como leninista. Logicamente, Zyuganov toca uma corda já gasta, herdada das eras de Stalin e de Brejnev: ele jura atacar apenas o sionismo, não os judeus, o que, por outro lado, seu camarada de partido e colega na Duma, Albert Makashov, não se acanha em fazer por ser um anti-semita que dispensa o uso do “tapa-sexo” anti-sionista.¹⁴⁵

Imaginemos agora que Gianfranco Fini, líder da Aliança Nacional italiana, oriunda da “desfascistização” do ex-MSI, apresentasse propostas como essas. Os jornais de esquerda já vivem chamando a Aliança Nacional de “partido neofascista”, mesmo ela tendo sido fundada como um gesto de ruptura com os últimos fiéis remanescentes do culto a Mussolini, sob os auspícios de um neoliberalismo de centro-direita. Então imaginem que tempestades de indignação, que avalanche de processos, mesmo, não teriam caído sobre a cabeça de Fini se ele apresentasse propostas semelhantes!

Podemos então concluir que a esquerda aceita um reconhecimento ao menos parcial da verdadeira história do comunismo, ao mesmo tempo, amputando-lhe o significado. Os fatos são encarados cada um como um caso isolado, não como partes de um todo, cujo significado poderia então ser deduzido desde que se tivesse a visão global. Por isso a defesa do comunismo foge de qualquer generalização, de qualquer reintegração dos fracassos e dos crimes nas séries às quais eles pertencem e cuja lógica profunda só poderia ser reconstituída por uma análise sinóptica. Isso explica o ódio manifesto contra o *Livro Negro* que, através do efeito cumulativo da montanha de informações que apresenta, impede a fragmentação

145 Ver o *International Herald Tribune* de 26 de dezembro de 1998 e de 23 de setembro de 1999. O autor do *Protocolo* é um certo Mathieu Golovinski. Ver o artigo de Victor Loupan no *Le Figaro Magazine* de 7 de agosto de 1999. Golovinski foi nomeado comissário do povo em 1917, por Lenin, que o conservou a seu lado até morrer.

da história do comunismo em fenômenos isolados justapostos uns aos outros e sem qualquer vínculo com sua fonte comum.

As variações na acolhida da obra de Soljenitsyn pela esquerda ocidental já haviam ilustrado o funcionamento desse princípio: aceitação das críticas, se elas se referem a fatos “lamentáveis” que podem ser apresentados como “disfunções” do sistema; recusa, se elas levam à concluir que o próprio socialismo é intrinsecamente destruidor do homem. Em 1962, Pierre Daix, então redator-chefe do semanário literário do PCF, *Les Lettres françaises*, dedica talento e energia no elogio da obra *Une journée d'Ivan Denissovitch* [Um dia na vida de Ivan Denissovitch], ao mesmo tempo como documento histórico e como obra de arte. É verdade que Nikita Khrushchev havia autorizado sua publicação na URSS, já que o relato de Soljenitsyn corroborava seu relatório “secreto” de 1956, contra os crimes de Stalin. Foi o próprio embaixador soviético em Paris quem, seguindo instruções do mestre, pressionou o PCF para se empenhar na publicação de *Ivan Denissovitch* o mais rápido possível. A esquerda não-comunista se sentiu então autorizada a enaltecer o autor. O tom mudou quando, no governo Brejnev, a partir de 1964, Soljenitsyn voltou a ser objeto de ataques e censuras na URSS, sem perder, na França, o apoio de Pierre Daix, que por isso mesmo perdeu gradativamente o apoio do PCF, que acabou abandonando, após o fechamento do jornal *Les Lettres françaises*, em 1972. Soljenitsyn acabou se transformando em um completo pestilento, aos olhos da esquerda, após a publicação de *O Arquipélago Gulag*, em 1973. Na verdade, os dissabores de Ivan Denissovitch podiam ser classificados na categoria de “erros” do regime. *O Arquipélago*, no entanto, mostrava que o próprio regime era o erro. Soljenitsyn tornou-se então o inimigo. Entre *Ivan Denissovitch* e *O Arquipélago Gulag*, o autor passa de um erro, que poderia ser qualificado como anomalia, a um sistema político no qual o universo de campos de concentração surge como uma condição de sua existência. Essa é a conclusão geral que a esquerda não podia suportar e continua rechaçando mesmo após a queda do comunismo.

Portanto, inicialmente, é preciso desmembrar as sínteses. Uma vez adotada essa precaução, os arrependimentos, ou pelo menos as manifestações de pesar, puderam tornar-se menos escassas do que no passado. O jornal *Le Monde* constata:¹⁴⁶ “O Partido Comunista Francês se assemelha às puritanas de Molière, que adotam a virtude quando já não podem mais pecar. Desde a chegada de Robert

146 Editorial de 21 de novembro de 1998: “Les placards du PCF” [Os letreiros do PCF].

Hue à direção do partido, já perdemos a conta dos atos de contrição, das manifestações públicas de arrependimento, senão de remorsos, por todos aqueles que foram expulsos de maneira ignominiosa das fileiras comunistas pela simples razão de que não obedeceram à 'linha' determinada, segundo o modelo stalinista de tomada de decisão imposto por Moscou na década de 1920.”

O Partido ainda resiste, contudo, em reconhecer sua completa ausência de autonomia em relação a Moscou durante toda a sua história. Essa dependência absoluta, negada veementemente pelos comunistas e espontaneamente “relativizada” pela esquerda não-comunista, ou mesmo pela direita, foi definitivamente estabelecida graças à abertura dos arquivos soviéticos.¹⁴⁷ Seu conteúdo destrói o sistema de defesa do PCF que, conforme se pretende, não teria sido nem informado nem cúmplice das atrocidades de Lenin, Stalin e seus sucessores. Novamente, trata-se do esconde-esconde da meia-confissão: o PC reconhece, afinal, a existência dos crimes, mas não o apoio que teria dado aos criminosos ao colocar-se a serviço de sua propaganda mentirosa nos países ocidentais, enquanto nada ignorava da verdade.

O mesmo acontece no plano econômico, onde o reconhecimento do fracasso é consentido à boca pequena, mas permanece ambíguo e obscuro. Se houve fracasso, de qualquer forma ele não expressa de modo algum uma incapacidade intrínseca do comunismo em matéria de economia. “A catástrofe econômica”, escreve Marc Lazar, “certos partidos – o espanhol, o grego ou o português – sugerem que ela tenha muito a ver com a assimilação dos valores do capitalismo por Gorbachev e por vários outros responsáveis pelos países do Leste: ou seja, a queda dos regimes comunistas não foi tanto causada pelo fato de serem comunistas, mas ao fato de que renunciaram a essa condição para ouvir o canto de sereia do capitalismo, que passou a ser o responsável por sua queda.”¹⁴⁸

Devíamos ter pensado nisto: a falência do comunismo comprova a do capitalismo. Os céticos que torceriam o nariz diante desse engenhoso argumento devem, de qualquer modo, ser impedidos de explorar os dissabores das economias coletivizadas com o objetivo maldoso de defender a superioridade, ou, no mínimo, a menor nocividade do liberalismo. Aliás, eles não têm autoridade na matéria, pois

147 Ver, particularmente, Annie Kriegel e Stéphane Courtois, *Engen Fried, le Grand secret du PCF* [Eugen Fried, o Grande Segredo do PCF], Seuil, 1997. Nascido na Eslováquia, e credenciado por Stalin, Fried foi o patrono oculto do PCF durante as décadas de 1930 e 1940. Philippe Robrieux já havia descrito esse personagem e seu papel na biografia de Maurice Thorez, em 1974. Os arquivos tornam o dossiê inatacável de uma vez por todas.

148 Artigo citado.

a esquerda reivindica para ela *também* o mérito de ter sido a primeira a criticar o comunismo. Segundo o princípio de que não se pode criticá-la de forma válida senão “de dentro” (E por quê? O mesmo se aplica, por acaso, à direita, à máfia, à Gestapo? Estranho privilégio!), ela finge esquecer aqueles que a criticaram de fora e que se empenhou em desonrar, na época em que criticar não era um ato totalmente desprovido de riscos. Ela deveria lhes dar razão, retrospectivamente, e admitir seu erro, também retrospectivamente. Em vez disso, hoje em dia, ela prefere calá-los.

No entanto, eu me recordo que esses observadores externos eram às vezes solicitados, em segredo, a influenciar a opinião pública dando um “empurrãozinho” nesta ou naquela corrente comunista. Nada ilustrava melhor os absurdos humanos do que o ar importante e o tom compenetrado desses comunistas que haviam passado da fé revolucionária e do combate ao capitalismo para as insinuações veladas, condenando os sectários de seu próprio partido. Como Althusser, às vezes eles me pediam apoio sob a forma de uma discreta propaganda jornalística em favor de sua resistência heróica, acreditando que eu pudesse me apaixonar por essa luta fechada em si mesma e não mais destinada a salvar a humanidade da opressão burguesa graças ao comunismo, mas a salvar o comunismo, graças à humanidade da imprensa burguesa.

Independentemente dessas escaramuças internas, ridículas, que continuam a remodelar as divisões e os reagrupamentos, e independentemente do passado, que a esquerda admite não ter sido sempre digno da legenda, o comunismo deve se perpetuar, pois ele continua sendo uma plataforma de protesto contra as injustiças sociais, a invasão ultraliberal, antidemocrática. Com seus novos aliados de extrema esquerda – incluídos agora os trotskistas! –, ele se conserva como a locomotiva da “resistência” ao liberalismo. As idéias anticapitalistas, já o constatamos, estendem-se por territórios muito mais vastos do que aqueles controlados pelos marxistas declarados e serão, portanto, acreditam eles, as idéias diretrizes do futuro.

Eles acreditam nisso, mas será que podem acreditar? Será que estão convencidos de sua crença? Eles estão vendo o mundo evoluir na direção oposta à que preconizam. A cada dia, constatam que sua insistência ideológica, mesmo lhes trazendo clientela e público, não pode modificar o sentido geral em que se tomam as decisões e para o qual se orientam as ações. Na prática, o mundo inteiro exige liberdade de empresa e de trocas, liberdade de mercado, privatizações. As únicas fontes de resistência a essas tendências são os privilégios alimentados com di-

nheiro público, os “direitos adquiridos” que Mendès France dizia serem, na verdade, privilégios.

A própria Europa, controladora por tradição, acaba de redescobrir um axioma, uma verdade para a qual os analistas que previram as conseqüências nefastas das nacionalizações maciças tentam, em vão, alertar, há meio século. Essa verdade é que serviço público e gestão pública não são sinônimos. A escolha não recai, pelo menos não em todos os casos, entre serviços públicos calcados no modelo administrativo e empresas privadas submetidas apenas às leis de mercado. Pode haver, e sempre houve, empresas privadas que têm obrigação de prestar uma série de serviços públicos, conciliando eficiência econômica e missões de interesse geral. Ora, apesar de todas as crises nervosas antiliberais, foi nesse sentido da liberalização que evoluíram os serviços públicos na Europa, durante a última década do século, em vista das catástrofes do passado. Ao lado dos serviços públicos de gestão pública, assistimos novamente ao desenvolvimento de uma parte dos serviços públicos que têm gestão privada, ou, se quisemos chamar assim, à liberalização dos serviços públicos comerciais, no setor dos transportes, principalmente aéreos, das telecomunicações, correios, energia. Essa forte tendência prevalece também nos outros continentes. Diante desse fenômeno, a esquerda não pode fazer muito mais do que lutar para retardar o processo. Os avanços do neobolchevismo, que marcha sobre as ruínas do neoliberalismo, só existem na imaginação da extrema esquerda. A economia socialista, quer ela siga a primeira ou a terceira via, pode fazer e ainda faz muito mal. Ela continua e continuará cobrando um alto preço dos contribuintes. Mas ela continua a ser eliminada, implacavelmente, em toda parte, por suas próprias deficiências.

No entanto, é certo que a recusa das lições da história se acompanha de uma cegueira diante das realidades do presente. As mentes caminham mais lentamente do que os fatos. Um dos passes de mágica, empregados na arte de iludir a realidade, consiste, como já vimos várias vezes e veremos novamente, em atribuir ao liberalismo os estragos da economia estatizada. E esse recurso não é usado somente pela esquerda, pois ela conseguiu semear sua ideologia muito além de suas próprias fileiras. Assim, o jornal *Le Figaro*⁴⁹ dá o seguinte título a uma reportagem sobre a Mongólia: “O tiro pela culatra do liberalismo”. Esse país, cuja economia é por si só bastante primitiva, baseada quase exclusivamente na pecuária, sofreu, além de tudo, com 68 anos de comunismo soviético de efeito esterilizante, como sempre. O

149 Em 22 de julho de 1999.

jornalista constata que dez anos após o seu fim, a Mongólia vegeta na pobreza. Ele atribui totalmente essa triste situação à chegada do liberalismo. Ora, como é que dez anos de “democracia” e “liberalização”, das mais teóricas, aliás, poderiam ser capazes de implantar na Mongólia um milagre capitalista moderno? Como é possível que esse país, onde não se encontram nenhuma das precondições culturais ou das estruturas econômicas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, de economia primitiva há milênios e onde o comunismo consumou a enfermidade, poderia improvisar, em uma década, um complexo conjunto de métodos e de conhecimentos que o Ocidente levou sete séculos para construir, partindo de um nível prévio bem mais elevado?

Não é mais o sentido, é o contra-senso da história que parece se impor a tantas mentes enlouquecidas, como uma grade de interpretação e uma bóia salva-vidas intelectual.

Um frêmito de alegria percorreu as massas pensantes antiliberais durante a crise asiática de 1997, na qual acreditaram ver o primeiro espasmo da agonia do capitalismo e o prenúncio de seu fim próximo, que Marx e Engels haviam previsto, no *Manifesto Comunista* de 1848, que ocorreria em janeiro de 1849 ou fevereiro no mais tardar. Que nada! No verão de 1999, esse maldito capitalismo já havia se levantado, uma vez mais, do leito de morte. E a recuperação chegava à Europa, que emergia de seu torpor econômico, apesar do Tratado de Maastricht e da moeda única, apesar da tendência viciosa que manifestavam, há alguns anos, certos partidos socialistas europeus pelo neoliberalismo!

Mesmo no campo ideológico, por mais distante que ele esteja dos fatos, a posição dos antiliberais é menos sólida do que faz parecer a publicidade. Extraindo as lições de uma série de sondagens feitas na França durante a primeira metade do ano 1999 pelo Centro de Estudos e de Conhecimentos sobre a Opinião Pública (CECOP), seu diretor, Jérôme Jaffré, observa que a globalização, freqüentemente condenada como o “grande Satã” nos debates ideológicos e na mídia, é na verdade considerada como uma coisa boa por 53% dos franceses, contra 35% que pensam o contrário. E mais, para raiva e desespero de alguns, por 57% do eleitorado de esquerda e por 54% do eleitorado da direita moderada.¹⁵⁰ Quem conhece o caráter pesado e emperrado do estatismo de direita na França desde 1945 não se surpreende com esses resultados. Pior ainda: entre 1995 e 1998, a idéia de nacionalização entre o *eleitorado de esquerda* baixou de 57% de opiniões favoráveis para 44%;

150 *Le Monde*, 15-16 de agosto de 1999.

a idéia de privatização, embora ainda minoritária, subiu de 32% para 39% de aprovação, sempre falando da esquerda.

Se o Partido Comunista, acompanhado pela extrema esquerda, da qual ele se aproximou, e por todos os adversários do livre mercado, se coloca, como já vimos, no pedestal do futuro, muito poucos compartilham do seu otimismo acerca de si próprio. No *L'État de l'opinion 1997* [Censo da Opinião Pública 1997],¹⁵¹ síntese das pesquisas realizadas durante todo o ano 1996, pode-se ler:

Em todos os grupos estudados, a palavra “comunismo” é um termo que causa medo, porque é relacionado sistematicamente às experiências dos países ditos “socialistas”: as pessoas falam então de massacres, perda de liberdade, tirania, miséria social, castas privilegiadas etc. Ou seja, opera-se uma total inversão de imagem... A ausência de esclarecimentos suficientes sobre a relação desse partido com o stalinismo contribui, assim, para fazer do voto comunista um voto cujo custo ideológico representa um freio poderoso à mobilização eleitoral.

Um dos autores convidados a comentar esse conjunto de pesquisas, o futuro Ministro da Educação Nacional, Claude Allègre, chama atenção para uma divergência que compromete uma das razões das esperanças da esquerda revolucionária: “O marxismo evoca algo de positivo para 7% dos entrevistados e negativo para 76%; o comunismo é algo positivo para 20% e negativo para 66%.” O marxismo ainda se encontra mais desacreditado que o comunismo! Sendo assim, defender um “retorno a Marx”, tentar atribuir os crimes e desastres comunistas a uma pretensa traição do marxismo autêntico são medidas que não convencem o júri popular que, ao contrário dos intelectuais, inflige a Marx uma pena ainda mais severa que a Stalin. Mas esses números não desencorajam nossos revolucionários pós-comunistas. Como eles nunca extraíram suas convicções das lições da história, nem suas conclusões do estudo das sociedades, esses números só os tornam ainda mais convencidos de que eles são os únicos capazes de restaurar, melhor dizendo, de instaurar a democracia e a justiça.¹⁵²

151 Olivier Duhamel, Jérôme Jaffré, Sofres, *L'État de l'Opinion*, Seuil, 1997.

152 No estudo já mencionado, “*La culture politique des socialistes*” [A cultura política dos socialistas], op. cit., Michel Winock escreveu, em 1999: “O caráter esquizóide da cultura socialista (Revolução/república; marxismo/reformismo) era vivenciado com desconforto pelos militantes sinceros, principalmente porque as instâncias do PS (Partido Socialista) não conseguiam, como tencionara, no passado, na Alemanha, Edouard Bernstein, colocar a teoria de acordo com a prática... O congresso extraordinário do Grande Arco, em dezembro de 1991 constituiu mais um passo em direção ao revisionismo, mas como que em segredo, sem fazer ruído, quase envergonhado.”

O Comunismo, estágio supremo da Democracia?

Já vimos a fragilidade, para não dizer a desonestidade, da absolvição pela nobreza das intenções ou pelos antecedentes da ilusão. Podemos nos resignar a crer nessa desculpa em relação aos primeiros anos do regime bolchevista, quando as informações sobre seu verdadeiro caráter ainda não haviam chegado a todos os admiradores estrangeiros da URSS, embora esse período de inocência tenha sido muito curto, pelo menos para o proletariado, já que os políticos profissionais e os intelectuais comunistas já sabiam de tudo desde o começo. Logo depois, no entanto, a partir da metade da década de 1920, grosso modo, não era mais possível haver um engano de boa-fé, mesmo para o cidadão comum. Os ocidentais que persistiram no comunismo ou que aderiram a ele escolheram, com pleno conhecimento de causa, a mentira em detrimento da verdade e a tirania contra a democracia.

Entretanto, alguns intérpretes vão além do argumento da pureza de intenções e da inverossímil história fantasiosa de um comunismo que, de Lenin a Kim Jong Il, teria ininterruptamente “traído” seus próprios ideais democráticos. Para eles, que nem mesmo são ou foram, pessoalmente, militantes ou simpatizantes, o comunismo pertence à família das democracias, não apenas como utopia, o que não chega a ser um problema, mas também na realidade. Ao me escrever acerca de meu livro *Le Regain démocratique*, em 1992, um amigo por

quem tenho muito apreço, historiador de grande renome, me apresentou a seguinte objeção:

Você sabe melhor do que eu que o comunismo, pelo menos em sua forma antifascista, que lhe serviu de poderoso alimento e justificativa, ao menos no Ocidente, é historicamente uma versão da democracia, sua forma radical. Isto é o que o diferencia do nazismo, mesmo que seus efeitos tenham sido, na realidade, bem piores, impondo, retrospectivamente, uma aproximação entre ambos. Se não fosse assim, não poderíamos compreender porque tantas pessoas acreditaram nele. Creio ter sido o antifascismo a verdadeira chave do sucesso do comunismo na Europa.

Tenho várias contestações a essa objeção. Inicialmente, as ditaduras também se digladiam, sem por isso deixarem de ser ditaduras. Só porque Saddam Hussein declara guerra, em 1980, à República islâmica dos aiatolás, isso não basta para fazer do Iraque uma democracia, nem tampouco o Irã se transforma em uma porque foi atacado pelo ditador iraquiano. Os stalinistas antifascistas eram tão democratas quanto os fascistas anti-stalinistas. Em seguida, é preciso lembrar que a frente unida da esquerda antifascista só foi formada verdadeiramente a partir de 1934, após a subida de Hitler ao poder. Nessa época, a mentira a respeito da URSS já reinara durante 16 anos e todas as tentativas de transmitir informações sobre a realidade do comunismo foram neutralizadas através de procedimentos que já conhecemos bem. Além disso, o antifascismo soviético foi, no mínimo, ambíguo e instável. Stalin, depois de ajudar Hitler a ganhar as eleições de 1933, dando ordens ao PC alemão de esmagar prioritariamente os socialdemocratas – os verdadeiros “fascistas” em sua opinião –, continuou, como sabemos hoje, a manter com o *Führer*, às escondidas, laços de colaboração que culminaram com a revelação do pacto nazi-soviético de 1939.¹⁵³ Da mesma forma, durante a guerra civil da Espanha, o empenho comunista em liquidar, no lado republicano, antes de mais nada os socialistas e os anarquistas foi um dos importantes fatores determinantes da vitória de Franco. Estranha maneira de combater o fascismo. Para terminar, a União Soviética foi arrastada para a Segunda

153 Mesmo após a guerra, Stalin contratou técnicos nazistas especializados em câmaras de gás. Ver o artigo de Pierre de Villemarest: “Les spécialistes nazis du génocide ont aussi travaillé pour Staline” [Especialistas nazistas em genocídio trabalharam também para Stalin], *Le Quotidien de Paris*, 13 de julho de 1993.

Guerra Mundial contra sua vontade. Não foi ela que atacou o Terceiro *Reich*, mas, para sua enorme surpresa, o inverso ocorreu. Não devemos confundir os fatos históricos, hoje bem estabelecidos ou restabelecidos, com a credulidade da esquerda não-comunista, que se deixou domesticar pelos PC, engolindo o *slogan* intimidador segundo o qual toda crítica do comunismo revelaria uma cumplicidade com o fascismo. Além de tudo, o curto período de 1934 a 1939, durante o qual Moscou decidiu-se pela política de uma frente unida contra o fascismo, não poderia servir de explicação para toda a subserviência da esquerda – e muitas vezes da direita! Que perigo fascista explica ou desculpa o culto a Mao nas décadas de 1960 e 1970, ou o escudo protetor de mentiras que cercava, nessa época, a realidade dos países comunistas, embora ela fosse perfeitamente conhecida ou acessível ao conhecimento, ou ainda o favorecimento dos partidos comunistas ocidentais em assuntos de política interna?

* * *

É uma tradição da esquerda colocar na mesma categoria política o fascismo e o nazismo. A “frente antifascista” do pré-guerra incluía na noção de antifascismo a luta contra Hitler da mesma forma, ou até mais, do que a luta contra Mussolini ou Franco. Assim se criou o hábito de empregar a palavra “fascismo” como sinônimo de nazismo e para designar todos os regimes totalitários ou autoritários de direita.¹⁵⁴ Esse fisiologismo imposto pela esquerda tinha a função de alinhar, de um lado, a Alemanha, a Itália e a Espanha de Franco, e do outro a União Soviética, em companhia das democracias e disfarçada, ela própria, de democracia, através desse toque de mágica ideológica. É dessa época a formação do reflexo condicionado que inibia qualquer denúncia do totalitarismo comunista. Condená-lo ou simplesmente descrevê-lo significava, e ainda significa, ver-se rotulado de “fascista”, o que equivale a ser acusado de simpatizante do nazismo.

Felizmente, a história, a análise política e também o vocabulário em uso fizeram, desde então, algum progresso. Trabalhos recentes mostram um parentesco bem mais estreito entre o nazismo e o comunismo do que entre o nazismo e o fascismo histórico – e não o metafórico –, ou seja, o regime vigente na Itália de 1922 a 1945. Embora o termo “totalitário” tenha sido forjado no contexto italiano, a ditadura de Mussolini, muito longe de ser uma democracia, é claro, não foi exa-

154 Eu também me deixei levar por esse engano em meu artigo publicado em *Commentaire* (n. 91, primavera de 1998), intitulado “L’essentielle identité du fascisme rouge et du fascisme noir” [A essência da identidade do fascismo vermelho e do fascismo negro]. Nem o nazismo nem o comunismo são formas de fascismo no sentido exato definido pela história. Eles são muito mais avançados na prática do mal.

tamente um sistema totalitário, no sentido preciso em que o foram a URSS ou a China de Mao e seus diversos rebentos.

“O regime de Mussolini”, escreveu Raymond Aron, “nunca foi totalitário: as universidades, os intelectuais nunca foram enquadrados, apesar de terem sofrido restrições à sua liberdade de expressão.”¹⁵⁵ No domínio cultural, na verdade, o Estado totalitário nazista ou comunista não se limitou a exercer uma censura puramente política sobre as obras intelectuais. Ele procurou moldar, ditar a inspiração, o estilo e as idéias da literatura, das artes, da filosofia e até mesmo da ciência. Vimos ocorrer esse processo na Alemanha, na Rússia, na China. Mas não no mesmo grau na Itália. Os escritores fascistas – Malaparte, Pirandello, Ungaretti – produziram suas obras como queriam, sem ter que seguir as diretrizes de uma pretensa estética do Governo. O primeiro, aliás, fora comunista antes de converter-se ao fascismo e o terceiro tornou-se comunista após a queda de Mussolini, trajetória seguida por muitos outros intelectuais italianos após 1945. O *Duce* bem que tentou incentivar um estilo arquitetônico chamado “*Novecento*” (por analogia ao *Quattrocento*, *Cinquecento** etc.). Mas felizmente não lhe devemos senão alguns raros prédios pomposos e ele não conseguiu impedir que uma arquitetura moderna muito elegante se desenvolvesse livremente no país. Os pintores futuristas, fascistas ardorosos, também continuaram a pintar conforme seu gosto estético, sem receber encomendas.

Mas o que diferencia, acima de tudo, o Estado fascista dos estados totalitários clássicos, é o fato de ele nunca ter praticado execuções em massa. Diferentemente do nazismo e do comunismo, não via o extermínio de seu próprio povo como uma necessidade inerente à sua natureza. O fascismo italiano cometeu crimes políticos dos quais foram vítimas alguns adversários do regime. Ele não “liquidou” milhões de cidadãos inofensivos que não representavam qualquer perigo para o regime. Aprisionou os oponentes declarados ou confinou-os em ilhas ou montanhas longínquas. Mas nunca construiu um sistema de campos de concentração nem jogou em campos de trabalhos forçados, ou seja, de escravidão, grandes massas de sua população.¹⁵⁶

155 *Commentaire*, outono de 1979.

* N. do T.: Expressões comumente utilizadas em referência, respectivamente, aos séculos XV e XVI no tocante à produção artística e literária na Itália.

156 No entanto, alguns comentaristas, com o espírito sem dúvida muito abalado pelo progresso das informações sobre o comunismo, compararam o Khmer Vermelho do Camboja ao fascismo italiano! Ver a coluna independente de Alain Blum, diretor de pesquisas do INED, no *Le Monde* de 18 de novembro de 1997.

Assim como Raymond Aron, Pierre Milza¹⁵⁷ assinala que em 1929 um grupo de intelectuais antifascistas, liderados pelo glorioso dissidente Benedetto Croce, conseguiu publicar na imprensa uma resposta a um “Manifesto dos Intelectuais Fascistas”. Eles mostravam sua indignação por esse “engajamento” de seus companheiros e os acusavam em termos que Julien Benda, autor da obra *La Trahison des clercs* [A Traição dos Clérigos] não teria desaprovado. A publicação de um contramanifesto como esse teria sido, bem o sabemos, inconcebível e impossível na União Soviética e na Alemanha nazista. Da mesma forma, a censura fascista ao cinema nunca foi muito vigilante.

E assim como Renzo de Felice,¹⁵⁸ Milza observa que Mussolini, como discípulo de Georges Sorel, mais do que de Karl Marx, concebeu o fascismo como um movimento revolucionário, hostil ao capitalismo financeiro, ao parlamentarismo e ao socialismo reformista tanto quanto ao liberalismo. A criação de um órgão destinado a nacionalizar as empresas, o Instituto para a Reconstrução Industrial (IRI), foi uma catástrofe econômica à qual nada ficaria a dever qualquer país socialista e cujo ônus ainda não foi totalmente apagado.

Na verdade, foi somente a partir de 1936 que o Estado fascista evoluiu para um totalitarismo radical. Mesmo assim, a política de discriminação anti-semita, adotada a partir de 1938, sem dúvida tem mais a ver com o desejo de agradar ao novo aliado, Hitler, do que com os preconceitos do próprio Mussolini. Anteriormente, o *Duce* havia mantido boas relações com seus compatriotas judeus e havia até mesmo, exteriormente, sustentado o sionismo. Mas esse perverso endurecimento nunca chegou aos extremos totalitários alcançados, no mesmo período, em termos de crimes contra a humanidade, pelo hitlerismo e pelo stalinismo.

Sem ignorar, portanto, o viés totalitário do fascismo após 1936, De Felice continuou insistindo na impossibilidade de se incorporar o fascismo ao nazismo, mesmo nos últimos anos que precederam a guerra. Indro Montanelli formula o mesmo diagnóstico em sua grande *Storia d'Italia*.¹⁵⁹ Ditadura, sim; totalitarismo no sentido literal, não. Várias instituições, as universidades, a Igreja, muitas empresas, sobretudo as artesanais e as comerciais, que formam na Itália uma rede particularmente rica e variada, os empreendimentos agrícolas, conservaram uma indepen-

157 Pierre Milza, *Mussolini*, Fayard, 1999.

158 Renzo De Felice, já falecido, é o autor de um *Mussolini*, em quatro volumes, e de diversas outras obras publicadas sucessivamente de 1965 a 1997, que contribuíram para renovar os conhecimentos históricos e a interpretação do fascismo.

159 Rizzoli Editora. Ver principalmente os volumes *L'Italia in camicia nera*, *L'Avento del fascismo* e *Il fascismo si consolida* (esse volume em colaboração com Mario Cervi).

dência relativa mas real. O esquema constitucional da monarquia parlamentar continuou de pé, em teoria, é verdade, mas pronto a ser reativado: foi o Rei Victor Emanuel quem comunicou a Mussolini, em 1943, seu afastamento e o depôs de seu cargo como chefe do governo. Quem poderia ter ocupado tal posição constitucional, que lhe permitisse, em nome da lei, fazer o mesmo com Hitler, no momento em que se delineou a derrota militar da Alemanha?

Quanto às leis contra os judeus, datadas de 1938, vários historiadores italianos contestaram, recentemente, a posição de atribuí-las apenas a um oportunismo ligado à aliança com Hitler. Eles pesquisaram causas enraizadas no passado da Itália. Sem dúvida elas existem, mas Pierre Milza, estudando as fontes, pôde constatar que, se algumas poucas teorias anti-semitas foram esboçadas na Itália no final do século XIX ou no início do século XX, elas foram inspiradas principalmente... na literatura anti-semita francesa, exuberante naquela época. Na prática, o povo italiano é um dos menos anti-semitas do mundo e as leis raciais de Mussolini não provocaram nenhum ato de extermínio em massa. Apesar dessas leis, na realidade, a Itália foi o país da Europa que teve o menor percentual de judeus mortos.¹⁶⁰ Novamente, em matéria de homicídios, um abismo separa o fascismo de Mussolini da alta produtividade do nazismo e do comunismo. Esses dois últimos regimes pertencem à mesma galáxia criminal. O fascismo pertence a uma outra, que certamente não é a democrática, mas que também não é a totalitária. Se as verdadeiras linhas divisórias entre todos esses regimes ainda não foram restabelecidas, isto se deve ao fato de que, após 1945, houve um processo de desnazificação, mas não houve “descomunização” após 1989.

Em suma, no campo da ação, que, convenhamos, não é secundário em política, o fascismo de Mussolini não praticou nem extermínios em massa, nem êxodo forçado de grupos humanos, nem seu confinamento em campos de concentração, nem expurgos sanguinários, que constituem traços comuns aos dois outros sistemas e permitem definir que tanto um quanto os outros são baseados no terror permanente. Apesar dos esforços de dissimulação e escamoteio empreendidos pelos contorcionistas das sutilezas pró-comunistas, a grande ameaça inédita que pesou sobre a humanidade no século XX veio do comunismo e do nazismo, sucessiva ou simultaneamente. Somente esses dois regimes, e por motivos idênticos,

160 Ver L. S. Dawidowicz, *The War against the Jews 1933-1945* [A Guerra contra os Judeus 1933-1945]. Harmondsworth, Penguin Books, 1987, p. 480. Citado por Emmanuel Todd, *Les Destin des Immigrés* [O Destino dos Imigrantes], 1994, Seuil, p. 273. Ver também Renzo De Felice, *Storia degli ebrei italiani sotto il fascismo* [História dos Judeus Italianos sob o Fascismo], Einaudi, 1961, reeditado em 1972.

merecem ser classificados como “totalitários”. O termo “fascismo” é portanto impróprio para designar qualquer outra coisa que não a ditadura de Mussolini e suas réplicas, latino-americanas, por exemplo.

Em compensação, no campo teórico, as analogias e os intercâmbios entre os três regimes são abundantes. Os três se dizem revolucionários, os três são hostis ao espírito “burguês” e à democracia parlamentar. São anticapitalistas. Pouco antes de sua queda, e pressentindo-a como inevitável, Adolf Hitler pôs-se a lamentar por não ter imitado Stalin, nacionalizando, como este, toda a economia. Ao contrário do que dizia a velha e batida tese dos marxistas, que, como de costume no caso deles, nunca foi confrontada aos fatos reais, o “grande capital” não financiou a subida ao poder nem de Mussolini nem de Hitler.¹⁶¹ A “revolução” nazista, por outro lado, ao mesmo tempo em que rompia com o parlamentarismo burguês, voltava-se mais para o passado, pregando o retorno às bases da raça germânica pura, tal como existia antes da corrupção da raça “ariana” pela mistura com as raças “inferiores”. Ao contrário, a formação intelectual de Mussolini, assim como a dos bolchevistas, deve mais à herança da Revolução Francesa e, particularmente, o que muito surpreende, a Gracchus Babeuf. A exemplo desse último e dos comunistas, o *Duce* crê na possibilidade de construir, através da educação, um “novo homem”. E os comunistas, assim como os fascistas, buscam ou parecem buscar o progresso.

Segundo eles, no século XIX o homem cometeu o erro de tentar alcançar o progresso através da democracia, que só levou a cisões e corrupção. Para escapar desses riscos, é preciso recorrer a um Estado que concentre o poder nas mãos de um só. “Quando o poder está nas mãos de um único homem, escreveu Luigi Pirandello em *Feu Mathias Pascal* [O falecido Mathias Pascal], esse homem sabe que está só e que precisa satisfazer a muitos; porém, quando eles são mui-

161 Ver principalmente: Renzo De Felice, *Intervista sul fascismo, a cura di Michael Ledeen*, Laterza, p. 49. A historiografia contemporânea seria demonstrar o caráter supersticioso de certos mitos. Ver “*Le Grand Capital et la montée de Hitler au pouvoir*” [O Grande capital e a subida de Hitler ao poder], de H. A. Turner Jr., em David Schoenbaum, *La Révolution Brune* [A Revolução Marron], tradução para o francês publicada por Robert Laffont. Turner escreveu, nomeadamente: “A grande maioria dos industriais alemães não havia nem desejado uma vitória nazista [nas eleições] nem contribuído materialmente para garanti-la.” Ao contrário, “Hitler recebeu uma ajuda considerável das pequenas e médias empresas” (p. 352). Sabe-se hoje que o livro sensacionalista atribuído a Thyssen, *J’ai payé Hitler* [Eu financiei Hitler], é uma fraude, fabricada após a morte de Thyssen. Refugiado na França, o industrial foi entregue aos nazistas em 1940. Com relação ao fascismo, ver, entre outros, Piero Melograni, *Gli Industriali e Mussolini* (1972). Nessa obra aprendemos como a classe patronal italiana defendeu as comissões de operários eleitas contra as “corporações” fascistas que o governo tentava impor nas fábricas, e como a crescente intervenção do poder público na economia se materializou, sob o comando de Mussolini, na criação do Instituto para a Reconstrução Industrial (IRI).

tos a governar, eles só buscam sua própria satisfação, levando-nos então à mais idiota e detestável forma de tirania: a tirania sob a máscara da liberdade.”¹⁶² Entretanto, o poder de um só não se justifica a não ser que ele tenha o apoio de todo o povo, segundo Mussolini, grande especialista em mobilização de massas. De certa maneira, esta é a versão fascista da ditadura do proletariado. Os fascistas, além disso, estavam conscientes de certos pontos comuns entre eles e os bolchevistas. Giuseppe Ungaretti escreveu, em 16 de julho de 1919, em *Il Popolo d'Italia*, jornal dirigido por Mussolini depois de ter deixado a direção do *L'Avanti*: “Na organização federativa dos soviets, muito próxima, em suma, de nosso federalismo, por sua concepção da autoridade e do Estado, há um programa que vale a pena seguir.”

Em sua obra pró-fascista *Histoire du Mouvement Fasciste* [História do Movimento Fascista], publicada em 1939, um eminente historiador, Gioacchino Volpe, explica a emergência do fascismo pela necessidade de resolver o problema da decadência e da fragmentação do Estado liberal, dividido e minado por interesses particulares ligados às divisões entre os partidos políticos. O livro de Paolo Simoncelli, *Cantimori, Gentile e la normale di Pisa*,¹⁶³ mostra muito bem que um grupo de intelectuais, discípulos de Giovanni Gentile, gravitava em torno desse que era o mais célebre filósofo fascista do pré-guerra, no berço da cultura italiana que é a Escola Normal de Pisa. A maioria desses intelectuais, após a queda de Mussolini, passara do fascismo ao comunismo e de Giovanni Gentile a Antonio Gramsci, sempre servindo aos seus ideais antiliberais. Esse fato nos ajuda a compreender melhor o apelo lançado em 1944, por Palmiro Togliatti, Secretário-Geral do PCI, aos jovens fascistas, incitando-os a ingressar no Partido Comunista, “a fim de realizarem seus ideais”. Deixo aos historiadores a tarefa de responder por que, na qualidade de regime político e sistema de poder, o fascismo italiano não evoluiu para as carnificinas maciças dos verdadeiros regimes totalitários, já que ele instaurou uma ditadura que se tornou cada vez mais rígida ao longo dos anos. Mas no campo das idéias, há um núcleo central, comum ao fascismo, ao nazismo e ao comunismo: o ódio ao liberalismo.

* * *

Atribuir portanto uma essência democrática ao comunismo por causa do antifascismo é abusar dos fatos, tanto do ponto de vista cronológico quanto político. Pois não é fato que o comunismo já era totalitário e exterminador antes do apare-

162 Citado por Michel Ostenc, *Intellectuels italiens et fascisme (1915-1929)* [Intelectuais italianos e o fascismo (1915-1929)], Payot, 1983.

163 Franco Angeli, 1994.

cimento do fascismo e continuou sendo assim após o desaparecimento daquele? Não é essa uma constante, ao longo do tempo e em vários países diferentes? E não seria essa constante do comunismo que os historiadores e cientistas políticos deveriam levar em consideração para defini-lo e qualificá-lo?

No entanto, o próprio François Furet oscila entre a fórmula que iguala o nazismo ao comunismo e aquela que aproxima o comunismo, apesar de tudo, da tradição democrática. Em sua obra *Le Passé d'une illusion* [O Passado de uma Ilusão], ele subscreve a tese subjacente à obra-prima de Vassili Grossman, *Vie et Destin* [Vida e Destino],¹⁶⁴ ou seja, a da “convivência secreta que liga o nazismo e o comunismo, até mesmo através da guerra”. Sobre o questão sensível do caráter único do Holocausto, Furet, sempre comentando e aprovando Grossman, chega a escrever: “Se o massacre dos judeus tem particularidades, elas não suprimem os pontos em comum encontrados tanto na filosofia do poder quanto na negação da liberdade nos dois regimes.” Mas em outros trechos, sobre os quais se surpreende Claude Lefort, em seu ensaio aguçado, *La Complication* [A Complicação],¹⁶⁵ Furet acreditava poder traçar uma linha de parentesco entre o comunismo e a democracia. De forma clássica, ele argumenta que, segundo Marx e Lenin, a revolução “prepara o cumprimento de uma *promessa* democrática pela emancipação dos trabalhadores explorados” (grifado por mim). É espantosa, em uma mente tão aguçada, essa recaída na confusão entre a promessa e as ações! Como se toda a corrente do comunismo não girasse, exatamente, em torno a utopia, ou seja, do alegado direito de fazer passar por ação a intenção. E por falar em “emancipação dos trabalhadores explorados”, falemos um pouco sobre essa conquista “democrática” do comunismo.

A arte de “pensar como socialista” consiste em perceber na realidade o contrário daquilo que demonstram os fatos mais concretos e evidentes. É assim que nos repetem sem cessar que o comunismo, apesar de todos os seus defeitos, pelo menos obteve ganhos nos direitos da classe operária. O que equivale a negar o fato que, como já disse e repito, é uma falsidade evidente. Assim, vejamos, primeiro: os principais direitos dos trabalhadores, direito de associação, de coalizão, de greve, de formar sindicatos etc. foram introduzidos entre 1850 e 1914, pelas próprias sociedades liberais; segundo: esses mesmos direitos foram *suprimidos* nos próprios países *socialistas*. Não há nenhuma exceção. A greve foi proibida em todos eles. Quanto aos sindicatos, tornaram-se o sindicato único, instrumento não

164 Tradução para o francês de 1980, Lausanne, *L'Age d'Homme*.

165 Claude Lefort, *La Complication, retour sur le communisme* [A Complicação, a volta ao comunismo], 1999, Fayard.

dos trabalhadores unidos para defender seus interesses mas do Estado, que o transformou em um monopólio destinado a arregimentar, fiscalizar e controlar a classe operária. As prisões e execuções de grevistas coincidem, assim como as execuções em massa e os campos de concentração, com os primórdios da Revolução Bolchevista. Quando houve a greve das fábricas de armas de Tula, em junho de 1920, os grevistas, entre os quais estavam muitos operários, forçados a trabalhar até mesmo aos domingos, foram aprisionados em campos de concentração. Para serem liberados e readmitidos, os trabalhadores tinham de assinar a seguinte declaração: “Eu, abaixo assinado, cão desprezível e criminoso, declaro meu arrependimento diante do Tribunal Revolucionário e do Exército Vermelho, confesso meus pecados e prometo trabalhar conscienciosamente.”¹⁶⁶ Duvido que mesmo o mais infame dos patrões capitalistas tenha alguma vez manifestado tamanho desprezo pelo ser humano a ponto de obrigar operários grevistas a assinarem um texto desse nível. E se o fizesse, ele teria que enfrentar os rigores da lei – dessa lei “burguesa” que, ela sim, tenta proteger a dignidade humana. Limitando-nos à estrita constatação dos fatos históricos, podemos definir o socialismo como o regime que destruiu todos os direitos dos trabalhadores.

Freqüentemente essa afirmativa é respondida com a objeção de que os partidos comunistas foram pelo menos, nos países capitalistas, as forças reivindicatórias que através da “luta” obrigaram os governos burgueses a estender os direitos dos trabalhadores. Também isso é mentira. Vamos deixar claro desde já: os direitos mais fundamentais, relativos ao sindicalismo e à greve, foram instaurados nas nações industrializadas *antes da guerra de 1914* e antes do nascimento dos partidos comunistas. Quanto à proteção social – saúde, família, aposentadoria, seguro de desemprego, férias remuneradas etc. –, ela foi instituída mais ou menos na mesma época, seja entre as duas guerras, seja após 1945, nos países onde os partidos comunistas eram inexistentes ou insignificantes (Suécia, Grã-Bretanha, Países Baixos, Alemanha) e naqueles onde eles eram fortes (França ou Itália). Foi implementada tanto por governos conservadores quanto por governos socialdemocratas. Nos Estados Unidos, foi um democrata reformista, Franklin Roosevelt, quem criou o sistema de aposentadorias e o *Welfare*, prodigiosamente ampliado, trinta anos depois, por Kennedy e Johnson. Na Grã-Bretanha, foi um liberal, Lorde Beveridge, quem elaborou, durante a Segunda Guerra Mundial, todo o futuro sistema britânico de pro-

166 Citado por Nicolas Werth na obra *O Livro Negro do Comunismo*, primeira parte: “Um Estado contra seu povo”, capítulo 4.

teção social, que os trabalhistas aceitaram a contragosto, temendo que ele entorpecesse o ardor revolucionário do proletariado.¹⁶⁷ Na França, a politização da central sindical CGT, transformada em mero apêndice do PCF em 1947, reduziu dramaticamente o índice de sindicalização dos assalariados e a eficácia do sindicalismo.

É claro que, conhecendo a inteligência e a competência científica de François Furet, eu não considero plausível a hipótese de que ele tenha se misturado ao bando de tolos e farsantes, ou que ele tenha se rebaixado a pregar a equivalência da intenção e da ação, essa brincadeira de “passa anel” onde a teoria é passada no lugar da prática. Não obstante – por ter a herança do passado de suas próprias ilusões ou por estar sendo puxado pelas últimas e tênues amarras à esquerda – ele se agarra de modo intermitente a essa barca da Medusa: o comunismo democrático!

Quando alguém foi um dos doutores da “história quantitativa”, como não atestar que os pensadores e mestres do comunismo realizaram exatamente aquilo que almejavam? Eles tinham poder absoluto e mesmo assim levaram o masoquismo a ponto de se auto-infligirem, durante um século, realizações contrárias àquilo que seus lacaios acreditassem que fossem suas convicções? Por que mergulhar em tão cruel sofrimento?

A causa das variações paradoxais de Furet, acerca do domínio ao qual pertencia originalmente o comunismo – totalitarismo ou democracia –, deve-se, com certeza, em parte, à sua opção de tratar o comunismo essencialmente e apenas como uma “idéia” que foi, segundo ele, uma “ilusão”. Mas será que podemos pensar no marxismo-leninismo, que moldou o destino e transformou inteiramente a vida real de milhões de seres humanos durante tanto tempo, como se fosse o cartesianismo, ou o utilitarismo, ou o existencialismo, em suma, uma teoria filosófica entre tantas outras, objeto de uma adesão puramente intelectual e individual, que não faz mal a ninguém, resultando eventualmente em desilusão que só afeta o intelecto do discípulo decepcionado? Já mencionei o quanto esse conceito de ilusão me parece limitante, como se o comunismo não tivesse passado de uma crença abstrata, como se pudéssemos examinar o hitlerismo apenas sob o ângulo do caráter científico verdadeiro ou falso da tese em favor da desigualdade das raças humanas, quando tanto um quanto outro foram, antes de tudo, sistemas de poder, e de um poder sem precedentes na história e sem antecedentes ideológicos. Claude Lefort tece uma crítica ainda mais profunda que a minha até aqui (li seu livro enquanto

167 Desde 1911, já no governo de Churchill, Beveridge havia implantado as primeiras medidas no sentido do pagamento de um seguro-desemprego.

escrevia o meu) acerca dessa limitação do fenômeno comunista na esfera das miragens enganosas.

Grandes intelectuais sustentaram a tese de que o comunismo estaria ligado, pelo menos na raiz, se não tanto pelos frutos, à corrente democrática, mesmo que seus resultados tenham sido tão maus ou piores que os do nazismo e, pelo menos do ponto de vista quantitativo, ainda mais destruidores de vidas humanas. Isso explicaria, segundo Simon Leys,¹⁶⁸ por que “nossa memória histórica trata de modo diferente o comunismo e o nazismo”. E Leys assinala essa “prova intrigante”: “Os amigos de *Commentaire*, diz ele [que são também os meus amigos], naturalmente incluem alguns comunistas arrependidos – o que me alegra – mas duvido que eles jamais tenham incluído muitos ex-nazistas.” Pierre Nora, por sua vez, durante o programa de televisão *Caractères*, em uma noite¹⁶⁹ em que a discussão era com Francis Fukuyama, afirmou que o comunismo foi uma luta pela democracia, deixando o autor de *La Fin de l'Histoire* [O Fim da História] em um estado de estupor desconcertado.

Não é possível atribuir nem a Leys nem a Nora a ingenuidade que consiste em cair na algibeira da confusão entre intenções e ações, e muito menos a desonestidade de tentar fazer com que outros caiam nessa cilada. Aparentemente, uma razão para essa controvérsia ou esse contra-senso sobre a inspiração fundamental do comunismo é que, nas sociedades liberais, os partidos comunistas se situam, por definição, na oposição de esquerda, apresentando programas considerados como de aperfeiçoamento da democracia e ampliação da justiça social. A opção pelo comunismo nesse caso pode, portanto, obedecer a motivações respeitáveis no plano teórico. Mas ele se baseia no postulado de que para reforçar a democracia é preciso aniquilar o capitalismo. Os adeptos do materialismo histórico, cuja cultura repousa paradoxalmente sobre uma suprema indiferença à história, recusam-se a levar em consideração esse fato tão simples de que as *únicas* sociedades democráticas que jamais existiram são as sociedades capitalistas, ou pelo menos aquelas que comportam a propriedade privada, a liberdade de mercado e a cultural. Para eles, o argumento decisivo é a afirmação gratuita de que o comunismo, nas sociedades liberais, situa-se “à esquerda” pois deseja abolir o capitalismo e luta, portanto, por mais democracia. Esse é mais um postulado desmentido pelos fatos, mas que permite dizer que a esquerda quer

168 *Commentaire* n. 81, primavera de 1998.

169 Em 14 de fevereiro de 1992.

mais democracia que os liberais. Mas como esse é o preconceito oficial, concordemos que ele fala a favor da sinceridade da opção democrática de muitos neófitos do comunismo de oposição.

Infelizmente, se não quisermos nos perder para sempre na confusão entre o que existe e o inexistente, tornando impossível o conhecimento histórico e reduzindo a um arremedo a própria profissão de historiador, somos obrigados a decidir a questão da vocação democrática ou antidemocrática do comunismo não em função do que *diz* o comunismo-oposição, mas em função do que *faz* o comunismo-governo. Ora, mais uma vez, as evidências maciças e indiscutíveis mostram que todo partido comunista que chegou ao poder, onde quer que seja, começou por eliminar todas as liberdades. Não há exceção. Portanto, a dimensão pretensamente democrática do comunismo origina-se da história das sensibilibidades, em certos meios políticos dos países capitalistas, e não da história dos regimes comunistas reais. Na verdade, a noção de “ilusão” de Furet – ilusão de aperfeiçoar a democracia – somente se aplica aos comunistas de oposição, os que atuavam sob a proteção do Estado de direito burguês. Ela não se coaduna com os comunismos governantes, que certamente não tinham nada de ilusório aos olhos dos povos que eles reduziram à escravidão.

Quer dizer então que devemos nos abster de duvidar da autenticidade da inspiração democrática dos comunistas de oposição? Isto seria factível se a avalanche de informações, que se despejavam sobre eles desde o começo, não tornasse inverossímil a probidade de sua persistência no erro. É certo que devemos evitar colocar no mesmo cesto os trapaceiros e suas vítimas, os cúmplices conscientes dos crimes e a multidão de cegos voluntários. Estes não fizeram mais do que deixar que se manifestasse plenamente a capacidade ilimitada que tem todo ser humano de dissimular uma verdade incômoda. Os primeiros, ao contrário, eram os arquitetos conscientes de um sistema cuja natureza intrinsecamente tirânica e criminoso eles conheciam de bem perto. Maurice Thorez, e principalmente seu mentor nomeado pelo *Comintern*, Eugen Fried, habituados às idas e vindas entre Paris e Moscou durante a década de 1930, ou seja, no período da fome provocada e dos grandes expurgos, evidentemente nada ignoravam do caráter antidemocrático radical, congênito e irremediável do regime ao qual eles prestavam obediência na URSS e que trabalhavam para instaurar na França. Da mesma forma Togliatti, que na mesma época vivia na União Soviética, sob a alcunha de Ercoli (cujo falso testemunho no caso Boukharin, que havia sido seu amigo, contribuiu para empur-

rá-lo para a execução), tinha uma visão bem clara do regime que se esforçaria para instalar na Itália após a queda de Mussolini. Ele teria achado graça se alguém lhe tivesse elogiado a inspiração “democrática” dessa visão, cópia fiel, segundo seus próprios desígnios, do protótipo stalinista.

Vejamos por um momento o sistema de raciocínio dos dirigentes da Internacional Comunista. Segundo eles, ou pelo menos segundo os argumentos que utilizavam no Ocidente, o totalitarismo soviético representava o estágio supremo da verdadeira democracia. Era o triunfo do proletariado encarnado por Stalin e o destino do processo histórico, conduzido pelos PCUS. Mas então, se os historiadores subscrevem dessa maneira os *slogans* dos líderes comunistas, devem também subscrever os dos nazistas e dos fascistas. Hitler e Mussolini também se gabavam de personificar as aspirações da imensa maioria de seus respectivos povos. Concentrando todo o poder em suas mãos, eles tinham a convicção de estar instaurando uma forma de democracia, bem superior à dos regimes parlamentares, minados pela instabilidade das maiorias, pelas rivalidades entre partidos, pelos acordos escusos e pelas alianças efêmeras. Além disso, sua convicção era bem menos infundada que as pretensões dos bolchevistas, porque os fascistas e nazistas chegaram ao poder por meio do sufrágio universal, diferentemente dos comunistas soviéticos. Se escrever a história é tomar ao pé da letra os discursos que fazem os déspotas para se justificarem a seus próprios olhos e para impor seu absolutismo às suas vítimas, então, sim, o comunismo foi uma luta pela democracia.

Mesmo a multidão de militantes, eleitores e simpatizantes, alheia aos segredos do *Comintern*, não poderia permanecer para sempre isolados de toda e qualquer informação. Com o passar do tempo, eles não podiam mais evitar a concepção de uma imagem bem precisa da lógica totalitária dos regimes comunistas, até porque eles presenciavam a aplicação dessa lógica no funcionamento interno dos partidos ocidentais. Os autênticos democratas compreenderam seu erro e se retiraram. Os que ficaram – do mais rude proletário ao mais sofisticado intelectual – o fizeram exatamente porque, no fundo, seu ideal de sociedade não era a democracia, mas o Estado totalitário. Afinal, não era através desse regime que o comunismo se manifestava em todos os países onde ele se impunha?

A longo prazo, era mesmo difícil não perceber, até para os mais desinformados. A mesma matriz se transmite de Stalin a Mao, a Kim Il Sung, a Ho Chi Minh, a Pol Pot, a Ceausescu, a Castro e a Mengistu, acompanhada de ajuda material e militar, para realizar o mesmo modelo de sociedade através dos mesmos meios: subjugar, imbe-

cilizar, reduzir à fome, prender, exterminar. Como sustentar a idéia de que os líderes comunistas sempre quiseram o contrário daquilo que os partidos comunistas no poder levaram a cabo, de forma idêntica, em toda parte, até o último detalhe, com a mesma implacável determinação? Como imaginar que os partidários ocidentais do comunismo tenham ignorado durante quase um século que o único verdadeiro comunismo era esse modelo? E como poderíamos evitar concluir que era exatamente esse o modelo que eles queriam implementar em seus países, fosse qual fosse seu discurso “democrático”? Se buscássemos uma representação ideal daquilo que Marx chamava de superestrutura ideológica, não poderíamos ter exemplo mais demonstrativo que a fábula da essência “democrática” do comunismo.

Podemos dizer que a intenção dos comunistas é ilustrar até o absurdo essa contradição entre sua teoria e sua prática. De fato, como observa Claude Lefort, a Constituição stalinista de 1936, que concede, no papel, todo tipo de garantias democráticas ao povo soviético, coincide com o início dos grandes expurgos! Como essa constituição estava destinada a ser para sempre letra morta, pois caso ela fosse aplicada o regime seria conduzido à auto-destruição, só podemos considerá-la como uma brincadeira cruel e uma forma inédita de sadismo: o sadismo jurídico. Ler para um prisioneiro durante uma sessão de tortura os artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem que proíbem a tortura revela uma excepcional genialidade totalitária. Porém, para uma testemunha, tomar essa leitura como prova de alinhamento do torturador à democracia demonstra a ilimitada capacidade do espírito humano de gravitar à vontade dentro dos elásticos limites da confusão.

O próprio comportamento dos comunistas nas sociedades democráticas, embora contido pelas leis burguesas, não era menos totalitário. O “julgamento” imposto a Maurice Merleau-Ponty, na sala da Associação dos Mutualistas de Paris, em 1955, tendo por “júri” um leque espetacular de filósofos do Partido, terminou, é claro, com um “veredicto” condenando seu livro *Les Aventures de la dialectique* [As Aventuras da Dialética], onde ele critica o marxismo. O contexto capitalista impedia que eles fossem mais longe sem inconvenientes: por exemplo, não poderiam chegar à eliminação física do autor.

Charles Tillon também descreveu muito bem, em um livro clássico sobre sua própria condenação, esse mecanismo de “julgamentos de Moscou em Paris”, denúncias vazias, em suma. Ainda na obra *La Complication* [A Complicação], Claude Lefort relembra um episódio de violência stalinista totalmente “democrática”. Foi logo nos primeiros momentos da Quarta República. Durante uma reunião eleitoral

da qual ele participava apoiando um candidato trotskista, um bando de capangas do PCF stalinista irrompeu no recinto. Lefort relata a cena:

Mal eu havia terminado meu rápido discurso, diante de um auditório lotado, para nossa surpresa e satisfação, cadeiras começaram a voar sobre o palco e o tumulto se instalou. O incidente não era de todo imprevisto. Por outro lado, eu me vi envolvido em uma cena, que, mais tarde, depois de tudo acabado, me deixou perplexo. Vendo uma jovem ser maltratada por um grupo irado, corri para socorrê-la. Eles a agarravam, gritando-lhe na cara: “Hitlerista – trotskista!” Ela repetia até perder o fôlego: “Eu estava em Ravensbrück.” “Mentirosa, prostituta”, eles continuavam a berrar. Quando consegui alcançá-la, ela sacudia nas mãos uma carta: “A prova, a prova!” gritava. “Minha carta de deportação.” A carta lhe foi arrancada das mãos, rasgada e os pedaços atirados em seu rosto antes que eu pudesse arrastá-la para fora do grupo histérico.¹⁷⁰

Embora eu não seja historiador, creio que o fascismo e o nazismo desapareceram em 1946. Portanto, nessa noite, o alvo da violência física dos “tchekistas” do PC foram cidadãos pacíficos que, em uma democracia, limitavam-se a utilizar a liberdade de expressão que lhes garantia a Constituição para expor seu programa em uma campanha eleitoral. Se os métodos fascistas e nazistas ainda sobreviviam entre nós, nessa época, eles emanavam do PC e somente dele.

Concordo com Claude Lefort quando ele diz que não podemos “concluir, como Furet, que as ilusões comunistas provêm de uma base de ideais democráticos.”¹⁷¹ Essa interpretação repousa sobre o desconhecimento do fato de que muitos seres humanos apresentam o que eu chamei, anteriormente, de desejo de totalitarismo ou tentação totalitária. O homem totalitário, o homem “novo” dos regimes comunistas, é moldado por uma organização que aniquila toda a autonomia da sociedade civil, organização na qual ele é apenas uma engrenagem, quase sempre contra sua própria vontade, às vezes voluntariamente, pelo menos no início.

Essa organização totalitária se define através de critérios simples e concretos, que Yuri Orlov descreveu com clareza: monopólio global da iniciativa econômica, da política e da cultural pelo partido único que detém o poder. Esse monopólio é

* N. do T: Campo de concentração nazista para mulheres, cerca de oitenta quilômetros ao norte de Berlim.

170 Claude Lefort, op. cit., p. 129

171 Idem, p. 136.

acompanhado, naturalmente, pela criação de um aparato de repressão policial e ideológica total e pelo mito do Estado único.

Esses critérios estão presentes em todos os regimes comunistas. Eles se reproduzem com tal exatidão e assiduidade que não há por que teimar em questionar se correspondem ou não aos desejos de seus criadores. A questão é supérflua, exceto se a ciência histórica consistir em ver o que não existe e não ver o que existe. Convém acrescentar aos critérios de Orlov que a repressão comunista sempre atingiu não somente os adversários declarados do regime mas também milhões de seres humanos inofensivos que nem pensavam em atacá-lo ou mesmo criticá-lo. São inúmeras as instruções, desde 1918, dos líderes da Tcheka e do próprio Lenin, ordenando que não se buscassem provas de “culpabilidade” deste ou daquele grupo étnico ou social mas que se procedesse a sua liquidação como grupo. Digamos que, para subsistir, o comunismo precise de uma certa *quantidade* de execuções, periodicamente. O extermínio coletivo de inocentes, não pelo que eles fazem, mas pelo que são, culmina com uma espécie de aversão física, semelhante à dos nazistas pelos judeus. “O ódio de classes”, escreve Maximo Gorki, “deve ser cultivado através de uma *repulsa orgânica* pelo inimigo, como um ser *inferior*, um *degenerado do ponto de vista físico*, mas também moral.” (os grifos são meus)

Somente o desejo de totalitarismo explica por que a geração de 1968, à qual se atribui um idealismo libertário, mas que, na prática, ao longo dos dez anos subsequentes, cultivou o ódio à democracia liberal e à indulgência por regimes ou programas marxistas, se convenceu, na Alemanha, de que o modelo supremo era a RDA! “Esses jovens”, escreveu Ernst Nolte, “foram claramente guiados pela convicção de que a RDA, um Estado socialista, encarnava, apesar de algumas ‘distorções’, as melhores potencialidades da Alemanha, e que, em um futuro distante, ela viria a ser a base para a edificação de uma Alemanha socialista unida, no seio de uma Europa socialista.”¹⁷²

O historiador alemão observa que foi a partir desse momento, na Alemanha, que as atenções se voltaram quase exclusivamente para os crimes nazistas e que passou a ser proibido empregar o termo totalitarismo para se referir ao Leste Europeu. Lembro-me muito bem de um jantar em Berlim Ocidental, no outono de 1975, com Willy Brandt e Marion, condessa Dönhoff, fundadora do *Die Zeit*, excelente semanário da esquerda intelectual favorável à extensão da *détente* com a URSS. A condessa me perguntou se eu estava escrevendo algum livro e eu lhe respondi que

172 François Furet, Ernst Nolte, *Fascisme et Communisme, correspondance*, Commentaire-Plon, 1998.

estava prestes a publicar um, intitulado *La Tentation totalitaire*. Ela teve um sobressalto e me retorquiu enfaticamente: “Como o senhor pode abordar um conceito tão ultrapassado como o totalitarismo?”, enquanto Brandt, que após sua queda provocada pela espionagem da Alemanha Oriental não tinha mais ilusões a perder, sorria com uma divertida serenidade.

Esse curioso culto à RDA, elaborado durante as décadas de 1970 e 1980, explica o contra-senso espantoso de certas manifestações que ocorreram na Alemanha Ocidental, quando da queda do Muro em 1989, protestando contra a “anexação imperialista” da RDA sob o jugo capitalista de RFA.

Também na França, a corrente de pensamento de 1968, que, em sua origem, apresentava traços anticomunistas, ou melhor dizendo, anti-PCF, logo se livrou deles e na verdade implementou, durante toda a década seguinte, uma virulenta restauração do sectarismo arqueomarxista. O culto degradante a Mao, a união das esquerdas, com um programa “comum” de inspiração principalmente comunista, a militância pró-marxista do ensino público, o suporte aos terroristas da gangue de Baader* e das Brigadas Vermelhas, também oriundas do movimento de 1968, as calúnias contra Soljenitsyn, para mencionar apenas alguns sintomas, assinalaram o retorno à tendência pró-totalitária. Toda a esquerda considerava que os comunismos soviético e francês não eram suficientemente totalitários, eram “reacionários”, se comparados com o comunismo chinês. Não havia nessa época nenhuma necessidade de se construir uma frente antifascista, já que os últimos regimes europeus de tendência fascista haviam dado lugar a democracias, como na Grécia, em Portugal e na Espanha. Portanto, não foi em reação a nenhum perigo, mas sim em apoio ao próprio ideal totalitário, que as democracias ocidentais viram instalar-se, durante esse período, um irrespirável clima de intolerância.

Às vezes nos perguntamos se, no fundo, muitos intelectuais não teriam um gosto pela escravidão. Isso explicaria sua tendência e habilidade para reconstituir, no seio de civilizações livres, uma espécie de *totalitarismo informal*. Na ausência de qualquer regime político ditatorial externo, eles reproduzem em laboratório, *in vitro*, nas suas relações, os *efeitos* de uma ditadura fantasma, com a qual sonham, com suas condenações, exclusões, excomunhões, difamações, convergindo para o

* N. do T: Também chamado Baader-Meinhof ou Facção do Exército Vermelho: grupo radical de esquerda da Alemanha Ocidental, fundado em 1968 por Andreas Baader e Ulricke Meinhof, que cometeu vários atos terroristas durante a década de 1970. Após a queda do governo comunista da Alemanha Oriental, em 1989-90, descobriu-se a ligação entre o grupo e a polícia política comunista, a Stasi.

velho estilo de julgamento por bruxaria, ou seja, por “fascismo”, de todo indivíduo que se recuse a adotar os mesmos objetos de veneração e de execração impostos por eles. Logicamente, em cada tentativa de abafar a liberdade intelectual, a tirania é recíproca. Cada um – fazendo uma releitura de Hegel – torna-se sucessiva ou simultaneamente feitor e escravo. O mais surpreendente é que esses campos de reeducação invisíveis se tenham incrustado no próprio seio das sociedades livres, por obra dos intelectuais, e para seu próprio uso, enquanto os demais membros dessas mesmas sociedades, em sua maioria, recusam-se a aceitar esse tipo de prisão.

Como nenhum historiador, em minha opinião, conseguiu elucidar de forma convincente o mistério do pró-comunismo paradoxal das décadas de 1970 e 1980, estamos mal equipados para compreender as razões da resistência ao reconhecimento do comunismo pelo que ele realmente foi, observada na década de 1990. Podemos considerar a hipótese de que essa recusa em conhecer e reconhecer seja ditada, antes de mais nada, pelo medo de ter que se dobrar diante das provas substanciais de parentesco entre o comunismo e o nazismo. Não é agradável ter que confessar que sustentamos, durante quase um século, um tipo de regime político que era, no fundo, idêntico àquele que combatíamos como a suprema encarnação do mal. A dor dessa confissão causa temor a toda a esquerda, muito além dos círculos dos partidos comunistas propriamente ditos, e também à direita, na multidão de complacentes ou de tolos. O prefácio da edição francesa da obra do “gênio dos Cárpatos”, o “comandante” Ceausescu, brutal tirano como nenhum outro, foi escrito por Alain Poher, político democrata-cristão, de centro, moderado, presidente do Senado e duas vezes Presidente da República interino. E várias universidades do mundo ocidental concederam o título de Doutor *honoris causa* à esposa do referido tirano, Elena, que se fazia passar por cientista de alto nível, quando na verdade era notoriamente iletrada. Por que tamanha subserviência? É certo que nossos intelectuais progressistas recebiam uma série de benesses dos governos do Leste (viagens, colóquios, banquetes, temporadas de férias em balneários etc.) Mas esses “benefícios” secundários à servidão ideológica não podem explicá-la integralmente.

A comunidade político-intelectual tem reações de um esfolado vivo quando se esboça uma aproximação, mesmo que claramente comprovada por fatos, entre nazismo e comunismo. Tal suscetibilidade está sempre pronta a aflorar não apenas quando se evoca o parentesco criminal entre os dois regimes, mas também quando se menciona seu parentesco cultural. Durante o verão de 1999, o Museu de

Weimar organizou duas exposições paralelas, uma composta dos quadros da coleção pessoal de Adolf Hitler, outra de uma seleção de obras representativas da “arte” comunista da Alemanha Oriental. Ressaltava, de modo gritante, que o traço comum à nazista e à comunista é seu caráter pomposo dos mais vulgares e ridículos, como sabem os que têm familiaridade com o “realismo socialista”. O socialismo é igualmente reacionário, assim como o nazismo, em arte e literatura, pois todo regime totalitário, para conservar o controle absoluto sobre a criação, só permite a expressão de uma arte oficial “bem comportada”, tão insípida quanto empática.

A justaposição das duas séries de entulhos, evidenciando sua identidade essencial de motivação político-cultural na estupidez das telas e de estilo *kitsch* na sua feiúra, desencadeou a indignação dos ex-comunistas. A exasperação foi ainda maior porque o curador do Museu de Weimar resolveu expor, ao lado dos quadros que exaltavam a felicidade permanente na qual o povo era sabidamente mergulhado pelo comunismo, fotografias feitas por ocidentais mostrando a vida da Alemanha Oriental tal como ela era, no tempo do comunismo: um cotidiano duro e lúgubre. Um antigo Ministro da Cultura de RDA, um certo Klaus Hopcke, declarou sem rodeios: “Achim Press (o curador do museu) é um idiota incompetente.”¹⁷³ Típico do pensamento socialista: os “idiotas” não são os autores e promotores do lixo, mas aqueles que o expõem, anos mais tarde! Como Press era originário da parte ocidental da Alemanha, ele foi ainda acusado de ecoar o desprezo “colonialista” do Ocidente pelo Leste ex-comunista. Como sempre, nas discussões com a esquerda, não se trata de encarar os fatos pura e simplesmente, nem de saber, sim ou não, se nesse caso as obras apresentadas demonstravam uma identidade de intenção e de estilo entre as produções culturais dos dois regimes totalitários. O escândalo, na visão dos marxistas, é que tenha sido organizada uma exposição que permitia constatar essa identidade. O problema não é que a convergência *exista*. É que alguém *mostre* que ela existe. O estilo *kitsch* totalitário é universal. É com tristeza que somos obrigados a recordar que, durante quarenta anos, estimulamos a fabricação de uma montanha de nulidades, sob o rótulo de arte. Podemos constatar, a partir desse exemplo, entre outros, que os ex-comunistas, em vez de tentarem compreender a razão e o porquê de seus erros, só pensam em dissimulá-los e em proibir que se fale deles. E podemos avaliar até que ponto, mesmo nesse campo, e mesmo tardiamente, o espírito democrático, que implica liberdade de julgamento ou ao menos de documentação, é estranho ao pós-comunismo.

173 *International Herald Tribune*, 19 de agosto de 1999.

Será que ele é estranho ao próprio Karl Marx? Alguns dos mais severos críticos do comunismo recusam-se a atribuir ao pensamento de Marx a realidade totalitária de todos os regimes comunistas que existiram ou que existem. Se Marx a desejou explicitamente ou não, se ele a previu ou não, o fato é que a morte da liberdade foi a consequência infalível de seu sistema econômico onde quer que ele tenha sido aplicado. Se Marx não tinha consciência da lógica antidemocrática de seu programa, esse é um deslize que depõe contra um homem cuja filosofia tende, toda ela, a captar os elos históricos de interdependência entre as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. Além disso, a sensibilidade democrática de Karl Marx não parece ter sido particularmente desenvolvida, como comprovam alguns textos já citados. Acrescento este, que evidencia como o método leninista de eliminação tem suas raízes em Marx: “O bem é o mal, em um certo sentido. É o que deve ser eliminado. É o que se opõe ao progresso das relações inter-humanas. O “mal” é o bem, pois ele produz o movimento que faz a história, dando continuidade à luta.”¹⁷⁴ Esclarecendo, essa passagem significa que o respeito aos direitos do homem é um mal se ele detém a marcha da “revolução”. A fim de perseguir a luta revolucionária, é permitido cometer o que se chama erroneamente de “mal”, no vocabulário corrente. O mesmo argumento foi retomado e brilhantemente desenvolvido por Leon Trotski em seu livro *Leur morale e la nôtre* [A Moral deles e a Nossa].

Esta é a própria essência do argumento que, através da inversão da moral, serviu de justificativa tanto para o Terror de Robespierre quanto para os grandes expurgos de Stalin. A verdade e a justiça podem e devem ser sacrificadas às necessidades da luta revolucionária, conforme a visão do próprio Marx. Em 1864, após a adoção, pela Associação Internacional dos Trabalhadores, da moção redigida por Marx, ele confessa a Engels: “Tive de aceitar a inclusão no preâmbulo dos estatutos de duas frases falando de *duty* [deveres] e de *right* [direitos], assim como de *truth, morality and justice* [verdade, moral e justiça]. Eu as inseri de tal forma que elas não produzam muitos estragos.”¹⁷⁵

Já foi muitas vezes constatado, inclusive por Souvarine, que Marx foi o pai do conceito de ditadura do proletariado. As poucas linhas onde ele aborda rapidamente esse tema, diz Souvarine, não podem ser consideradas uma teoria elaborada ou uma recomendação explícita. Mas é isso que se encontra claramente desen-

174 Karl Marx, *Misère de la philosophie, Oeuvres Complètes*, Edição La Pléiade, tomo I, p. 89.

175 Idem, tomo I, p. 1623. Esses dois trechos estão assinalados em Yannakakis e Rigoulot, op. cit.

volvido na segunda parte do Manifesto Comunista, “Proletários e comunistas”. Essa questão, é bem verdade, só tem interesse acadêmico, já que a ditadura do proletariado nunca foi aplicada. O que sempre prevaleceu nos regimes comunistas foi a ditadura de uma oligarquia. O fato de essa oligarquia se auto-proclamar como legitimada “por todo o povo” foi apenas um artifício comum a todos os déspotas. A melhor definição para o comunismo, na prática, é, segundo a expressão usada por Nicolas Werth, “um Estado contra seu povo”.

Medo do Liberalismo

Na sexta-feira 1º de outubro de 1999, a rede de televisão Arte exibiu no horário noturno um longa metragem policial onde o herói é um detetive particular espanhol, chamado Pepe Carvalho, que vive em Barcelona. A história começa com um assassinato na cidade e continua em Paris, onde nosso detetive vai descobrir a origem de uma série de crimes ligados ao primeiro. Sem entrar nos detalhes insípidos de uma história monótona e insignificante, tentarei resumir os principais ensinamentos mencionando apenas que: 1º, o herói é um antigo esquerdista ou comunista que continuou sendo “de esquerda”, fato que ele relembra durante todo o folhetim; 2º, no final, revela-se que os culpados dos assassinatos pertencem a uma empresa que vende armas, clandestinamente, ao Iraque. Esse tráfico desagrada muito ao nosso detetive esquerdista ou comunista; 3º, a tal organização é neonazista e uma mulher, comprovada como autora dos assassinatos, grita, antes de morrer alvejada por um ex-cúmplice, desmascarado pelo detetive: “Por que você fez isso, justo no momento em que estávamos vencendo nossa luta em favor do liberalismo mundial?” Em suma, um magnífico exemplar de “realismo socialista”!

Foi assim que uma rede de televisão que se diz “cultural” impôs ao público, em horário nobre, um folhetim que, além de sua indizível mediocridade, constitui um testemunho de pura propaganda política, baseada, além de tudo, em dois erros factuais dos mais grosseiros. Vejamos: 1º, no momento em que ocorreu a Guerra do

Golfo de 1990-91 e, nos anos seguintes, os esquerdistas, juntamente com a extrema direita, deram apoio a Saddam Hussein, em virtude de sua aversão aos Estados Unidos, preferindo o carrasco de Bagdá à democracia norte-americana e às Nações Unidas; 2º, os verdadeiros nazistas eram antiliberais, pelos menos tanto quanto os marxistas, como se verifica à leitura mesmo superficial dos textos de Hitler. Mas, para os roteiristas dessa “chanchada”,¹⁷⁶ o que importava era, antes de mais nada, enfiar, na cabeça dos telespectadores, a equação imaginária entre neoliberalismo e nazismo.

Divulgar esse tipo de propaganda em uma emissora de televisão financiada com dinheiro público franco-alemão, sob a roupagem de um folhetim que não tem nenhum álbi estético a desculpá-lo, diz mais sobre as obsessões da esquerda pós-comunista, sobre seus procedimentos e sua propaganda, destinados a salvar seu passado, do que muitas querelas ideológicas de alto nível entre intelectuais ou controvérsias de interpretação entre historiadores.

Certas reações irracionais, coletivas e cotidianas são mais reveladoras da mentalidade geral do que os debates entre economistas. Assim, na manhã de 5 de outubro de 1999, em uma colisão de dois trens, em Paddington, subúrbio de Londres, cerca de trinta passageiros morrem e várias centenas ficam feridos. Logo começam a surgir na França, em todos os noticiários, durante todo o dia, os mesmos comentários: desde a privatização da rede ferroviária britânica, os novos proprietários ou concessionários, movidos apenas pela busca do lucro, economizam nas medidas de segurança, principalmente nos investimentos em infra-estrutura e sinalização. Conclusão óbvia: as vítimas do acidente foram assassinadas pelo liberalismo.

Se isso é verdade, então as 122 pessoas mortas no acidente ferroviário de Harrow, em 1952, foram assassinadas pelo socialismo, já que a *British Railways* era, àquela época, nacionalizada. Na França, em plena estação de Lyon, em 27 de junho de 1988, um trem choca-se contra um comboio estacionado: 56 mortos e 32 feridos, vítimas evidentes, portanto, da nacionalização das estradas de ferro francesas em 1937 e, portanto, assassinados pela Frente Popular. Em 16 de junho de 1972, o teto do túnel de Vierz, na região do Aisne, desaba sobre dois trens: 108 mortos. Parece que a manutenção da estrutura nesse caso também não foi das mais perfeitas, por mais estatizada que fosse a empresa responsável.

176 Extraído do romance policial de Manuel Vazquez Montalban que, ao que parece, é melhor do que sua degradação televisiva.

Após algumas horas de investigação em Paddington, ficou provado que o maquinista de um dos trens havia desconsiderado dois sinais amarelos que recomendavam a redução da velocidade e ultrapassado um sinal vermelho onde ele deveria ter parado. Erro humano, ao que parece, e não ganância de lucros, era a causa do drama. Que nada! Logo replicaram os antiliberais, o problema é que o trem que causou o acidente não estava equipado com sistema de freio automático que se acionaria caso o condutor avançasse inadvertidamente um sinal vermelho. Sem dúvida, mas no acidente da estação de Lyon esse sistema, se existia, não parece ter sido de muita utilidade para minimizar o impacto do erro do maquinista francês. Nem tampouco, em 2 de abril de 1990, na estação de Austerlitz, em Paris, quando um trem destruiu um muro de proteção, atravessou a plataforma e foi mergulhar na lanchonete. Em matéria de infra-estrutura, o desgaste das passagens de nível francesas, malsinalizadas e providas de cancelas frágeis que só descem no último segundo, provoca entre cinquenta e cem mortes a cada ano, os números estando mais próximos de oitenta, na verdade. A infalibilidade do “serviço público à francesa” não é exatamente de encher os olhos. Todos esses são fatos e comparações que, naturalmente, nem ocorreram aos antiliberais.

Some-se a essas poucas referências o fato de que as estradas de ferro britânicas sempre foram famosas na Europa por seu funcionamento medíocre, mesmo quando pertenciam ao Estado. E, afinal, sua privatização só terminou em 1997! Como seria possível que o desgaste da infra-estrutura e do material dos trens se produzisse de forma tão súbita e rápida em menos de dois anos? Na verdade, a *British Railways* entregou às empresas privadas uma rede de vias e composições profundamente degradadas, que colocavam os passageiros em risco há muitas décadas. A acusação do liberalismo como responsável por essa tragédia resulta mais de uma idéia fixa do que de um argumento racional.

Por favor, me entendam. Já disse várias vezes ao longo dessas páginas: não se pode considerar o liberalismo como o inverso do socialismo, isto é, como uma receita mirabolante que garantiria soluções perfeitas para tudo, embora por meios opostos àqueles dos socialistas. Na sociedade onde existe a empresa privada, os clientes podem realmente ser submetidos a risco pela busca do lucro. É papel do Estado impedir que isso aconteça, e essa vigilância faz parte de seu verdadeiro papel, no qual, aliás, ele costuma falhar. Mas a negligência, a imperícia, a incompetência e a corrupção são também causas de risco para os usuários dos transportes nacionalizados. É preciso levar a obsessão antiliberal até os extremos da

cegueira para fingir ou deixar subentender que só há acidentes nos transportes privados... Os trinta mortos na colisão entre dois trens da Companhia Nacional da Noruega, em 4 de janeiro de 2000, teriam sido vítimas do liberalismo?

O mesmo ocorre com os automóveis. Os carros da Renault, no período em que essa empresa tinha o Estado como seu único acionista, não eram nem mais nem menos seguros do que os carros da Peugeot, da Citroën, da Fiat ou da Mercedes, fabricados por empresas privadas. Eram até menos seguros, às vezes, já que o Renault “Dauphine”, por exemplo, logo se tornou célebre por sua facilidade em capotar. Considerando que a Renault nacionalizada era uma empresa permanentemente deficitária, os carros saídos de suas fábricas, já que não davam nenhum lucro, deveriam então, segundo a lógica antiliberal, jamais sofrer qualquer acidente por falha mecânica ou aerodinâmica.

Acabo de citar dois exemplos que ilustram a onipresença de um pano de fundo quase inconsciente de cultura antiliberal, que brota como um sentimento espontâneo em qualquer circunstância e que é ainda mais surpreendente por persistir a despeito de toda a experiência histórica do século XX e, até mesmo, da prática atual na quase totalidade dos países. A prática diverge da teoria e da sensibilidade. O instinto, mais do que a inteligência, leva em conta os ensinamentos do passado. O antiliberal é um mago que se proclama capaz de andar sobre as águas mas que tem o cuidado de garantir um barco antes de se lançar ao mar. Como explicar esse mistério?

A primeira causa é esta inércia do pensamento que eu chamei de “remanescência ideológica”.¹⁷⁷ Uma ideologia pode sobreviver muito tempo às realidades políticas e sociais com as quais conviveu. Na França, ao final da década de 1930, 150 anos após a Revolução, ainda se encontrava uma corrente monarquista remanescente, com vários partidários da monarquia absoluta e de forma alguma constitucional. Mesmo sem tomar parte diretamente na vida política no Parlamento ou no governo, essa corrente exercia uma notável influência sobre a sociedade francesa, tanto através da imprensa que lhe era favorável quanto por meio de autores talentosos que propagavam suas idéias hostis à República. Apesar da falta de realismo de seu programa de restauração monárquica, essa corrente de pensamento desempenhava um papel no debate público e na vida cultural que nada tinha de marginal. Mesmo após a cisão histórica de 1989, o socialismo ainda perdurará por muito tempo, embora o mundo evolua em direção oposta. Em 1960, após a publicação da

177 Ver *La Connaissance inutile* [O Conhecimento Inútil] (1988) e *Le Regain démocratique* (1992).

obra *Fin de l'idéologie* [O Fim da Ideologia],¹⁷⁸ Daniel Bell foi tratado com escárnio. Durante os vinte anos que se seguiram, não havia um colóquio onde algum participante não lhe perguntasse ironicamente onde estava o seu fim das ideologias se agora, entre 1960 e 1980, elas se desenvolviam como nunca. Era verdade, mas com que finalidade? O culto a Mao e a Che Guevara na Europa e na América tinha origem em tendências fantasmagóricas. Nunca foi tão falsa a célebre frase de Marx: “O homem só cria para si os problemas que pode resolver.” Se a história do século XX ilustra alguma verdade, é que o homem passa todo o tempo a criar para si problemas que não pode resolver, porque são falsos problemas que, na essência, não comportam qualquer solução, enquanto ao mesmo tempo não resolve inúmeros problemas reais cuja solução está totalmente ao seu alcance. Há duas maneiras pelas quais uma ideologia pode terminar: nos fatos e nas mentes. Ela pode muito bem terminar nos fatos mas permanecer nas mentes, não ter mais qualquer efeito na ação – senão o efeito de frená-la – mas ocupar um enorme espaço nas palavras. Ela cumpre, então, a suprema missão das ideologias: jamais confessar o engano, principalmente se esse engano causou mortes.

Quando as ideologias rechaçadas e desonradas pelo próprio comportamento de seus adeptos continuam a emitir radiações, isto ocorre principalmente no jogo de espelhos da “comunicação”. Já citei vários exemplos da televisão, meio dominante, em nossa época, da arte de “comunicar”, que inclui enganar a opinião pública.

É preciso tempo para que estas imposturas desapareçam. Elas durarão enquanto tiverem lugar de destaque em nossa vida intelectual e em nossa “comunicação” os antigos avalistas do horror. Sua recusa da verdade é facilmente compreendida. Obedece a impulsos elementares de auto-proteção e de fuga diante do dever de assumir o passado, o famoso “dever de memória”, reservado por enquanto ao passado nazista. Daí vem a atitude defensiva de contra-atacar o liberalismo, que também é uma forma de distração destinada a eludir a verdade sobre o comunismo e, de modo mais amplo, sobre o socialismo. “Aqueles que querem fazer feliz a humanidade, jamais fazem a felicidade dos homens”, diz Claude Imbert. “Aqueles que sonham com um sistema ideal de igualdade começam como pedreiros e terminam como *nomenklaturistas*.”¹⁷⁹ Poder-se-ia acrescentar: eles retornam em uma terceira carreira promissora como autores e apresentadores de programas sobre história na televisão.

178 Tradução para o francês a cargo de Presses Universitaires de France, 1997.

179 Editorial apresentado em Europa 1 no dia 17 de setembro de 1991. Reproduzido em *Commentaire*, n. 56.

Martelar imprecações a todo instante contra “os estragos do liberalismo” é uma forma sub-reptícia de insinuar: “Vejam, o comunismo não era tão ruim, exceto por alguns ‘desvios’ contrários à sua própria natureza.” Entretanto, o antiliberalismo tem outras funções além da justificativa de um passado injustificável, funções mais concretas: conjurar dois temores presentes em cada um de nós, o medo da concorrência e o medo da responsabilidade. Esses sentimentos não são meras apreensões. São temores, por assim dizer, poderosos. Eles têm, de fato, um lado positivo: a proteção contra os rivais, enriquecida pela contribuição da ajuda oficial, garantindo “direitos adquiridos” independentes de nossa rentabilidade. Não é pouca vantagem, bem ou mal obtida, pertencer a uma economia que se ocupa mais da redistribuição do que da produção e, na qual, por conseguinte, a pressão sobre o indivíduo e sua capacidade é reduzida. Daí vem a sensação de conforto pela irresponsabilidade que acompanha o fato de pertencer a todo grande aparato estatal ou para-estatal.

* * *

Em 20 de abril de 1890, Émile Zola recebia, em seu novo apartamento da *Rue Bruxelles*, em Paris, um jornalista do *New York Herald Tribune* (hoje *International Herald Tribune*) e lhe apresentava as seguintes proposições: “Estou trabalhando em um romance, *L'Argent* [O Dinheiro], que tratará de questões referentes ao capital, trabalho etc., nesse momento em fase de ebulição entre as classes descontentes na Europa. Minha posição será de que a especulação é uma coisa boa, sem a qual as grandes indústrias do mundo seriam extintas, assim como a população seria extinta se não houvesse a atração sexual. Atualmente, os rosnados e grunhidos que emanam dos núcleos socialistas são o prenúncio de uma erupção que modificará mais ou menos as condições sociais existentes. Mas será que podemos dizer que o mundo ficou melhor por obra da nossa grande Revolução? Por acaso os homens são agora, por pouco que seja, realmente mais iguais do que há cem anos? Será possível dar a um homem a garantia de que sua mulher jamais irá enganá-lo? Será que podemos fazer com que todos os homens sejam igualmente felizes ou igualmente sábios? Não! Então vamos parar de falar em igualdade! Liberdade, sim; fraternidade, sim; mas igualdade, jamais!”¹⁸⁰

Homem de esquerda, e ele o comprovou pagando um preço alto, ídolo venerado pelos socialistas franceses no século XX, Zola era, entretanto, suficientemente inteligente para compreender que toda sociedade é desigual. Mas suas desigual-

¹⁸⁰ Citado pelo *International Herald Tribune* de 21 de abril de 1990, na coluna “Há cem anos”.

dades podem originar-se de diferenças entre os indivíduos em termos de desempenho, ou de disparidades entre as vantagens oferecidas pelo Estado, ou ainda, simplesmente, da muralha que separa aqueles que recebem um ou vários privilégios do Estado e aqueles que não recebem nenhum. Emprego aqui a palavra privilégio no seu sentido literal: “Vantagem concedida a um ou a vários, e usufruída excluindo-se outros, contrariando o direito comum” (Litttré). Faço essa ressalva porque na linguagem do dia-a-dia, politicamente correta, mas gramaticalmente incorreta, a palavra “privilegiado” tornou-se sinônimo de “rico”, sendo os pobres os “desfavorecidos”. Ora, um indivíduo pode ser rico sem nunca ter obtido o menor privilégio ou ter apenas uma modesta renda, porém composta por vantagens exorbitantes em relação ao direito comum. O *nomenklaturista* torna-se rico porque suas relações políticas lhe garantem a presidência de um grande monopólio estatal, ou porque ele pode vegetar dentro de um órgão administrativo, ou uma cooperativa, graças a um emprego fictício que não deixa de ser um privilégio. Bill Gates tornou-se o homem mais rico do mundo por seu espírito inventivo, sem jamais ter gozado do menor privilégio, no sentido estrito e literal.

As desigualdades liberais das sociedades produtivas são agitadas por uma constante miscigenação e modificam-se a todo instante. Nas sociedades de redistribuição estatal, as desigualdades são, ao contrário, imutáveis e estruturais: qualquer que seja o esforço e o talento desenvolvidos por um profissional atuante no setor privado francês, ele jamais terá as vantagens “adquiridas” (vale dizer, ao mesmo tempo, outorgadas e intocáveis) de um representante da Companhia Francesa de Eletricidade. Nem as de um empregado da Sociedade Nacional das Estradas de Ferro Francesas, à qual foi concedido o título de “campeã mundial de horas, dias e quilômetros de paradas de trabalho”.¹⁸¹ (Tradução para o idioma socialista: “serviço público à francesa.”) Nesse tipo de sociedade, bem representada pela França, é o Estado quem cria as concessões geradoras de desigualdades, começando pelas que são auto-outorgadas pelos parlamentares. Após apenas vinte anos de trabalho, eles recebem aposentadoria integral, da qual 70% são pagos pelos contribuintes e não pelo sacrossanto “fundo” socialista, que certamente não seria suficiente, e cuja menção, neste caso e no caso de qualquer funcionário público, constitui uma fraude tanto intelectual quanto material. A França tem nada menos que 532 regimes de aposentadoria especial, que são privilégios concedidos. Comovente reabilitação do Antigo Regime, nos atos, senão nas palavras! Tais

181 Pierre-Jean Martineau na revista *L'Histoire*, edição especial sobre as greves de 1995-96.

privilégios só acontecem no serviço público. Na França, a superprodução de frutas e legumes de má qualidade, de rabanetes que não ardem na boca, de alfaces que parecem mata-borrão, de tomates sem gosto e de pêssegos tão duros que poderiam eventualmente servir para jogar bocha, mas nunca como alimento, é simplesmente o resultado do acúmulo de subvenções nacionais e européias, que tornam essa produção vantajosa, e do fato de que os agricultores sabem, por experiência, que seus atos de vandalismo, incêndios, bloqueios de rodovias e ferrovias, invasões de prédios públicos, serão recompensados, não com os rigores da lei, mas com presentes financeiros suplementares. O fato de várias categorias específicas de cidadãos serem dispensadas dessa maneira de respeitar as leis e liberadas para violá-las impunemente é o que eu chamo, no sentido mais tecnicamente etimológico da palavra, privilégios. Desses privilégios, ao mesmo tempo pecuniários e jurídicos, os agricultores gozam há muito tempo. Já em 1963, de Gaulle se decepçionava com a passividade, para não dizer a covardia, de seus ministros diante das violências dos camponeses. Ainda no contexto da superprodução na área da criação de gado bovino, o General se queixou a Alain Peyrefitte: “Os policiais parecem bezerros, os prefeitos parecem bezerros, os ministros parecem bezerros, o Estado é servido por bezerros.”¹⁸² Em 1999, o clima piorou ainda mais. O lance genial dos agricultores, naquele ano, foi o de rotular como bode expiatório da superprodução, na verdade consequência do “modelo social agrícola europeu”, os Estados Unidos. Eles atacaram alguns restaurantes da rede MacDonald’s, uma prova de inteligência, já que esses restaurantes comprem localmente quase todos os seus gêneros básicos e empregam milhares de franceses. Os agricultores destruíram esses restaurantes, sob aclamação da estupidez nacional, em nome da luta contra a “má alimentação” e pela defesa da “terra”, logo eles que, há quarenta anos, nos fornecem frutas insípidas e frangos tão cheios de hormônios que cheiram a peixe! Sua real motivação era a recusa da concorrência. Por que os MacDonald’s têm tantos clientes? Essa é uma pergunta que um francês nunca se faz. Será que os preços que eles cobram não têm alguma influência? Silêncio. Finalmente, como eles servem principalmente bifés de carne moída, batatas fritas e salada, não vejo como esse cardápio pode ser considerado tão distante da refeição habitual francesa e tão representativo do imperialismo norte-americano. Os agricultores franceses, aliás, todos os anos ateiam fogo a caminhões repletos de frutas e legumes provenientes não dos Estados Unidos mas da Espanha, país membro da União

182 Alain Peyrefitte, *C’était de Gaulle* [Esse era de Gaulle], tomo II, Edição Fallois-Fayard, 1997.

Européia. A demagogia antiamericana serve, portanto, de máscara para uma reivindicação protecionista de cunho mais geral. Essa reivindicação baseia-se no combate à globalização. Ela visa a perpetuar um modelo de agricultura construído com o dinheiro do contribuinte, com ajuda, cada vez maior, à exportação e garantias contra as importações. O governo francês segue fielmente os passos dos agricultores e perpetua esse absurdo econômico. Aproveitando o ódio pelos Estados Unidos, ele se dá o trabalho de invocar todos os pretextos possíveis para recusar os produtos importados, mesmo os europeus ou latino-americanos, como ficou demonstrado na reunião de cúpula do Rio de Janeiro, em junho de 1999. No terreno da vida intelectual, no outono de 1999, quase todos os prêmios Nobel científicos foram obtidos por norte-americanos ou (o que deveria nos preocupar ainda mais) por pesquisadores de origem européia trabalhando nos Estados Unidos. E nós? A bem da verdade, o que tínhamos nós? O herói nacional do pensamento francês foi, nessa mesma época, um certo José Bové, demolidor de restaurantes MacDonald's e difamador da globalização.¹⁸³

Na cultura francesa, o “modelo Bové” vem a ser, há vários anos, sob o rótulo de “exceção cultural”, o ideal, a ardente exigência do governo francês e de nossos artistas do cinema e da televisão. Embora a eliminação da concorrência seja, em economia pura, um erro de cálculo que só conduz à perda de qualidade e aumento dos preços, é fácil compreender que, à primeira vista e a curto prazo, ela pareça uma atitude lucrativa. Por outro lado, quando artistas e literatos reclamam a proteção do Estado contra obras produzidas no exterior, eles estão apenas confessando, vergonhosamente, sua própria falta de talento. “Poupe-nos da humilhação das comparações!” (A expressão é de Baudelaire.) Ordenam esses “criadores” a seus governantes. O inimigo, para eles assim como para os agricultores, é principalmente a América do Norte, em seguida a Organização Mundial do Comércio (OMC), logo o mundo inteiro. Seu maior desejo (em todos os sentidos da palavra) é que o público tenha o mínimo de conhecimento possível sobre as obras de seus concorrentes, que ele seja privado da escolha entre as diversas produções intelectuais e que, além de tudo, o Estado subvencione os espetáculos desses “criadores”, caso seus compatriotas insistam em rejeitá-los. Em outras palavras, o Estado deve

183 Os valorosos cavaleiros dessa cruzada esquecem, se é que eles jamais o souberam, que os Estados Unidos importam mais do que exportam (daí o déficit crônico de sua balança comercial) enquanto a União Européia exporta mais do que importa. Ver os números em *Les Échos*, de 12 de outubro de 1999. Particularmente, a França é o primeiro exportador mundial de produtos agrícolas, logo à frente dos Estados Unidos. Portanto, combater a liberdade de comércio internacional é, no nosso caso, um erro suicida.

extorquir os não-espectadores para compensar a ausência de espectadores, e entregar aos autores o produto do roubo. Eis um tipo de desigualdade que, como toda desigualdade estrutural, vem disfarçada de resistência à “ditadura do mercado” e à “globalização ultraliberal”. O mais bonito é que essa cruzada em favor da uniformidade e do isolamento da cultura francesa seja empreendida em nome do “reconhecimento da diversidade cultural do mundo”, segundo a proposta do Ministro do Exterior da França.¹⁸⁴ Será que devemos lamentar que nossos ancestrais europeus não tenham degolado o insuportável domínio da pintura italiana nos séculos XV e XVI ou o da avassaladora literatura francesa do século XVIII, sob o pretexto de preservar a “diversidade” cultural da Europa, ou seja, o provincialismo?

Em uma sociedade onde as desigualdades não resultam da competição e do mercado, mas de decisões do Estado ou de agressões corporativistas endossadas pelo Estado, a grande arte econômica consiste em obter do poder público que ele saqueie meu vizinho em meu próprio benefício, se possível sem que ele fique sabendo para quem vai o dinheiro que lhe foi roubado. Por isso existem sociedades, entre as quais a França é um exemplo importante, onde cerca de metade da população vive, no todo ou em parte, do dinheiro público, por vias diretas ou através de intermediários, enquanto a outra metade sozinha paga os impostos mais pesados. É claro que boa parte desses ganhos de origem estatal constituem a justa recompensa pelo trabalho, mas uma parte não menos importante remunera privilégios e financia o clientelismo. Em suma, a classe política troca votos por dinheiro.

Dezenas de livros e milhares de artigos abordaram o tema da pilhagem do dinheiro público na França. Mas o Estado recusa-se a tentar recuperá-lo, agravando assim progressivamente seu déficit e, conseqüentemente, aumentando a carga tributária. Entre os beneficiários dessa dilapidação, às vezes muito próxima de um desvio criminoso, estão inúmeras associações que gozam das vantagens de uma lei elástica que lhes permite tudo sem qualquer controle e cujo funcionamento foi bem dissecado por Pierre-Patrick Kaltenbach em seu clássico *Associations lucratives sans but* [Sociedades lucrativas sem finalidades]. “Quando você não tem mais fé para convencer nem coragem para comandar”, diz ele na revista *Le Débat*, “só lhe resta corromper”. E acrescenta: “Com o déficit e a dívida que permitiram financiar o *status quo* e os direitos adquiridos sociais, as sociedades ditas sem fins lucrativos foram o principal expediente da nossa época.” O aumento do déficit, do endividamento e da carga tributária só podem ter a apro-

184 Citado por *Les Échos*, em 12 de outubro de 1999.

vação daqueles cujos privilégios eles financiam, em um país onde o prato do imposto sobre a renda é tão pequeno que somente a metade das famílias, como eu já disse, pagam esse imposto, sendo que 20% delas pagam 80% do volume total. Pode-se replicar que esses são os mais ricos. Não: os verdadeiros ricos já transferiram suas fortunas, há muito tempo, para o exterior. Os que pagam o imposto direto hiperprogressivo são os trabalhadores que recebem salários mais altos, ou seja, a camada superior da classe média, e que, em geral, alcançaram essa posição por sua própria capacidade. Para eles, a sonegação fiscal é impossível e a expatriação cada vez mais tentadora.¹⁸⁵

Pode-se alegar também que o aumento contínuo dos encargos sociais, do déficit e do endividamento justifica-se através de uma política social de ajuda aos mais carentes, aos desempregados e aos “excluídos”. Seria um bom argumento se, de um lado, a política econômica dos diversos governos franceses e vários outros governos europeus não tivesse feito de tudo, desde 1980, para aumentar o número de desempregados e de excluídos; e de outro lado, se as verbas geradas pelos recolhimentos compulsórios servissem, realmente, para socorrê-los com eficácia e honestidade. Acontece que não é o caso. *Le Point*, por exemplo, publicou um levantamento minucioso sob o título “Os aproveitadores do subúrbio”.¹⁸⁶ Mostra que os bilhões distribuídos aos bairros de periferia e às “zonas francas” (as empresas que se instalam nessas periferias caóticas recebem gordas subvenções) são, em grande parte, desviados por associações-fantasma, até mesmo mafiosas, por agências de urbanização cheias de mesas e cadeiras ocupadas por ninguém, e que recebem honorários em troca de projetos que nunca sairão do papel. Novamente, é o Estado fazendo tudo menos seu trabalho que deveria ser o de controlar e sancionar, depois de ter arrecadado e distribuído. Mas, nesse caso, ele perderia sua clientela.

Uma verdadeira política social tem como foco diminuir o número de desempregados e não arrecadar e pilhar cada vez mais para poder sustentar um número cada vez maior de desempregados. Acontece que um relatório do Conselho Econômico e Social¹⁸⁷ lembra que, de 22 milhões de trabalhadores efetivos ou potenciais em 1973, a população ativa elevou-se para 26 milhões em 1994, ou seja, um aumento de 4 milhões de trabalhadores em atividade ou disponíveis para o trabalho. Ora, dois terços desses 4 milhões tornaram-se desempregados recebendo seguro-de-

185 Sobre a pilhagem danosa, ver também Louis Bériot, *Abus de bien public* [Abuso da Coisa Pública], Plon, 1998, e *Le Débat* n. 71.

186 *Le Point*, 4 de junho de 1999.

187 Michèle de Mourgue, *Projet d'avis du Conseil économique et social sur la conjoncture* [Projeto de Parecer do Conselho Econômico e Social sobre a Conjuntura], 19 de junho de 1997.

semprego ou beneficiários de empregos artificiais “mantidos” com dinheiro público. Portanto, o número de trabalhadores reais no mercado, aqueles que recebem um salário economicamente justificado, baixou em 900 mil em 21 anos. Assim, o velho engodo do “Pacto europeu para o emprego” foi retomado, uma vez mais, na reunião de cúpula europeia de Colônia, em junho de 1999. Esse “pacto”, no entanto, nada mais é do que uma seqüência de lugares-comuns e, ao mesmo tempo, uma confissão de fracasso e de impotência. Porque se existe um pacto para o emprego é porque existe desemprego! Ora, os países “cor-de-rosa” consideram-se moralmente e socialmente superiores aos países liberais porque têm um pacto para o emprego. É como se um inválido, com uma perna engessada, se considerasse superior, em termos esportivos, a um corredor que tem as duas pernas em bom estado porque ele, o inválido, pelo menos tem um projeto de caminhar no futuro. Quando se tem, como a Europa em 1999, um índice médio de desemprego de 10% e dez milhões de trabalhadores na informalidade, é natural que se prefira discursar sobre os planos para o futuro a contabilizar seus feitos atuais. E, para passar o tempo, sempre se pode debochar dos “biscates” (leia-se: empregos reais) norte-americanos. No final de 1999, embora o índice de desemprego na França tenha sido certamente reduzido, ele ainda representava duas vezes e meia o índice norte-americano.

Uma visão administrativa do trabalho traduz-se, na Europa, e principalmente, na França, pelo hábito de contabilizar o nível de emprego em *cada empresa considerada isoladamente*, como se ela fosse um departamento ministerial, e não no conjunto do país. Isso explica a reivindicação feita pelos comunistas e pela extrema esquerda na manifestação de 16 de outubro de 1999, em Paris, no sentido de serem proibidos os “planos de demissão voluntária” e a idéia socialista de condicionar a autorização para esses planos de redução do número de empregados à adoção pela empresa da semana de trabalho de 35 horas.

Élie Halévy, em seu necrológio de Georges Sorel, publicado na *Revista de Metafísica e Moral* de outubro-dezembro de 1922, lembra que Charles Maurras (que o incoerente Sorel chegou a aprovar, em uma certa época) foi “o teórico da paz social sob a proteção do Estado”.¹⁸⁸ A esquerda, nesse debate, comprova novamente sua defesa inconsciente das teses de direita. Ela quer garantir um emprego permanente a *todo* trabalhador em *toda* empresa, condenando, assim, toda a economia à imobilidade e alimentando um elevado índice de desemprego global. Ela não quer enxergar que, no país vizinho, *tomado em conjunto*, tem-se ao mesmo tempo

188 *Commentaire* (n. 58, verão de 1992) reproduziu esse texto de Élie Halévy.

flexibilidade e pleno emprego. Ela preconiza sem o saber a política protecionista e protetora seguida por Franco até 1959, ano em que a falência da economia espanhola o obrigou a recorrer ao Fundo Monetário Internacional e aos economistas liberais do Opus Dei. Na França, ainda é um sacrilégio dizer que a flexibilidade faz crescer o índice de emprego na população ativa considerada em conjunto. Ao contrário, o antigo comunista e recentemente presidente do Conselho, Massimo D'Alema, consagrou todo um discurso, em setembro de 1999, ao "fim do mito do emprego vitalício" e aos benefícios da "flexibilidade" sem suscitar a ira dos italianos.

Na França, protecionismo comercial, proteção aos direitos especiais e direito de pilhagem dos fundos públicos são práticas que caminham juntas. Por isso as greves do inverno de 1995-96, destinadas a preservar as vantagens dos estatutos particulares das funções públicas e dos serviços públicos, foram ovacionadas pela extrema esquerda e aprovadas por grandes camadas de assalariados do setor privado, embora excluídos dessas vantagens. A esquerda condena o ganho econômico quando ele é obtido no contexto de mercado e, portanto, constantemente exposto ao risco e à concorrência. Ela o admite, e até o admira, quando ele é estatutário, e não resulta nem do esforço, nem da criatividade nem da capacidade do beneficiado. Por isso ela fica tão apreensiva com a "globalização ultraliberal". Eu disse a esquerda; eu deveria dizer a França em geral.

O debate de 23 de junho de 1999, na Assembléia Nacional,¹⁸⁹ a respeito da Organização Mundial de Comércio, como preâmbulo à Conferência de Seattle, marcada para novembro, mostrou que o antiliberalismo e o antiamericanismo dos deputados de direita durante essa discussão eram tão marcantes, senão mais, que os do ministro e dos deputados comunistas ou ecologistas!

Juntamente com o medo da concorrência, o medo da responsabilidade é outro motivo para se aferrarem a uma sociedade estatizada. Esses dois temores exerceram poderosa influência sobre os sentimentos daqueles que se recusam a reconhecer o fracasso das sociedades comunistas, nas quais tanto a concorrência quanto a responsabilidade desapareceram.

Todo coletivo é, por natureza, irresponsável e considerado como tal, mesmo nas sociedades só parcialmente coletivizadas. Segundo a mentalidade estatizante, uma companhia nacional não precisa prestar contas sobre seus erros. Nem seus empregados. Em 1986, o governo francês esboçou um projeto de política salarial para os transportes públicos, parcialmente baseado em mérito. Era um governo de

189 Primeira sessão. Resumo analítico, "Declaração do Governo sobre a Organização Mundial do Comércio".

direita, mas a idéia havia sido gerada no governo anterior, socialista. A imediata revolta dos 21 mil condutores da SNCF e dos 3.249 maquinistas da RATP (Transportes Parisienses)* determinou sem demora uma heróica retirada do governo, que se mostrou compreensivo já que ele também gozava do privilégio da irresponsabilidade. É a grandiosa tradição francesa do Estado “forte”, principalmente na hora de correr, e “cuja celeridade leva à celebridade” como dizia o Pai Ubu** montado em seu cavalo pronto para disparar.

As vantagens concedidas através de opções (*stock options*) aos dirigentes de empresas capitalistas ou o montante dos bônus que lhes são pagos quando deixam as empresas fazem corar de indignação as massas e as elites de esquerda. Por mais criticáveis que sejam essas somas, já que revelam um capitalismo *nomenklaturista* à francesa, elas nem chegam aos pés dos 150 bilhões que desapareceram nas profundezas do banco “nacional” *Crédit Lyonnais*, perdidos pela combinação de incompetência e desonestidade da elite estatal. No setor privado, pelo menos os prêmios são regulamentados pelos acionistas, que ninguém obriga a investir nessa ou naquela empresa. Quanto ao “ralo” das perdas “nacionais”, ele foi tapado pelos contribuintes; o governo, principal culpado pelas perdas, extorquiu-lhes o montante necessário, praticamente sem que eles o percebessem.

Quando os funcionários do Ministério da Fazenda, alarmados pelos desmandos que sangravam o banco nacionalizado *Crédit Lyonnais*, enviaram ao ministro, então Pierre Bérégovoy, uma nota a esse respeito, ele respondeu com um comentário seco, na margem: *Laissez faire M. Haberer**** (o então Presidente e Diretor Geral do banco saqueado pelos amigos do Presidente da República e do PS). Nesse caso o *laissez faire* é uma excelente coisa para a esquerda. Quando *laissez faire* se aplica a um empreendedor que cria e dirige uma empresa geradora de riqueza, a esquerda o considera como uma execrável exploração do proletariado.

O mais interessante é que quando o Estado resolve corrigir – leia-se: escamotear – seus erros econômicos, ele acaba por agravá-los. Ele pode ser comparado a uma ambulância que, chamada para atender um acidente na estrada, passasse direto a toda velocidade, matando os últimos sobreviventes. Para mascarar, como se fosse possível, o rombo criado no *Lyonnais* por sua estupidez e

* N. do T.: SNCF e RATP são siglas que correspondem, respectivamente, à Rede Ferroviária Nacional da França e à cooperativa que administra os trens de Paris, incluindo o metrô.

** N. do T.: Pai Ubu – personagem principal da comédia burlesca *Ubu Rei*, de Alfred Jarry, escritor francês do século XIX, que satirizava a burguesia.

*** N. do T.: “Deixem Haberer cuidar disso”. O autor novamente faz um jogo de palavras com a expressão *laissez faire* na frase seguinte (ver notas do Capítulo 4).

canalhice, o governo cria, em 1995, um comitê batizado de “Consórcio de Execução”, encarregado de “executar”, o melhor possível, os créditos duvidosos do banco. Proeza: o tal consórcio aumentou as perdas em pelo menos cem bilhões!¹⁹⁰ Foi a direita, agora no poder, e sempre se desdobrando para apagar os erros e as trapaças da esquerda, quem inventou essa ridícula “pompa das *phynanças*”. O custo desse milagre estatal elevou-se a três mil francos por cidadão, em média, tendo sido bem mais alto, na realidade, para a pequena parte dos cidadãos que, sozinha, paga a maior parte do imposto sobre a renda. Mas ao menos eles tiveram a satisfação de dizer que, nesse caso, escaparam ao risco neoliberal.

E isso não foi tudo. Em 1999, o *Lyonnaise*, agora privatizado, precisou gastar quatro milhões de dólares para livrar-se da perseguição da justiça norte-americana, devido ao papel que o Banco havia desempenhado ao sustentar com nosso dinheiro o escroque italiano Giancarlo Parretti quando ele comprou a *Metro Goldwyn Mayer*, apenas para levá-la, rapidamente, a uma falência fraudulenta. O *Lyonnaise* havia emprestado a Parretti dois bilhões de dólares, totalmente perdidos para o banco e portanto para nós. Seus diretores alegaram ter sido vítimas de um “abuso de confiança”. “Quando estudamos em detalhe o dossiê de certas transações”, declarou a respeito o ministro adjunto da Justiça norte-americana encarregado do caso, essa explicação não se sustenta.”¹⁹¹ O Banco não foi vítima, e sim cúmplice, sem dúvida por decisão política: não é sabido que Giancarlo Parretti tinha um escritório na Rua Solferino, em Paris, na sede do Partido Socialista Francês, junto ao qual ele representava o PS italiano?

Esse golpe de mestre não é uma exceção, e sim um exemplo do modo de agir estatal. Há várias décadas, cálculos conservadores e convergentes estimam em 400 bilhões de francos por ano (valores de 1999) o montante do dinheiro público dilapidado pelo Estado e pelas coletividades territoriais. Tão espetaculares quanto essas pilhagens, que são também roubos, parecem ser os esforços de nossos dirigentes para mantê-las nesse nível. Nem as radiografias impiedosas feitas pelo Tribunal de Contas do Estado e pelos Tribunais de Contas Regionais, nem os livros, artigos, números especiais de jornais e revistas, estudos de economistas que devem ter chegado, há muito tempo, até a mesa de nossos presidentes, ministros ou representantes eleitos regionais, não os levou a esboçar um gesto sequer para diminuir um pouco o fluxo dessa hemorragia clientelista, que nada tem a ver com

190 Ver os detalhes no periódico mensal *Capital*, n. 94, julho de 1999.

191 *International Herald Tribune*, 14 de outubro de 1999.

a verdadeira solidariedade ou com a “Europa social”. O aumento escorchantemente da carga tributária, na França, não serve nem para criar empregos nem para aliviar os problemas daqueles que não o têm, não serve nem à causa da produtividade nem à da solidariedade. Ele serve, antes de tudo, para tapar os buracos cavados pelas pilhagens e pela incompetência de um governo que se recusa a efetuar reformas em sua gestão, assim como recusam as coletividades locais, também caracterizadas pelos gastos desenfreados e pelo desprezo aos contribuintes. A volta do crescimento ajudará a França a suportar suas doenças por alguns anos mais. Mas será que ela poderá curá-la? Se puder, não será graças ao Conselho Tributário, onde a ideologia substituiu a especialização, e onde os membros, que falam mais como políticos do que como técnicos, parecem ter aprendido economia com Alain Krivine ou Arlette Laguiller.* O público poderia estar se perguntando se a proporção anormalmente elevada de “excluídos” na sociedade francesa não seria fruto dessa sangria debilitante, mais que do “horror ultraliberal”. Mas a opinião pública, coitada, é muito ingênua e muito bem instruída para se fazer essa pergunta, pois, constantemente, lhe é inculcada a idéia de que todo mal vem do liberalismo. Acho que a França é um caso ligeiramente teratológico. Por isso mesmo é um caso interessante e significativo. Para muitos de nós, o governo não é responsável pelas consequências de sua gestão. Só podem constituir falhas, roubos, infrações, injustiças ou tragédias os atos cometidos no setor privado.

O sonho de uma sociedade irresponsável, na qual o poder dos governantes e os ganhos dos governados não têm qualquer relação direta com a capacidade de uns e o desempenho dos outros, continua sendo uma tentação que persiste no coração de cada um de nós. Ela explica a nostalgia do comunismo ou a esperança de que surja um absurdo e impossível equivalente pós-comunista do comunismo. Daí vem esse paradoxo, observado em alguns “ex-países do Leste”: às vezes, eles têm mais dificuldade de se livrarem mentalmente da lava pós-comunista do que tiveram para escapar fisicamente da prisão comunista.

Yuri Orlov¹⁹² apresentou a descrição mais concisa e, ao mesmo tempo, mais esclarecedora daquilo que poderíamos chamar, utilizando uma expressão da psicanálise, o ganho secundário do comunismo. No socialismo totalitário, “o cidadão”, diz ele, “é liberado de grande parte da responsabilidade pelo resultado do seu

* N. do T.: Autores comunistas franceses. Arlette Laguiller foi candidata ao governo da França, em 1995, pela ala trotskista, tendo obtido 5,3% dos votos, nas eleições que Lionel Jospin saiu vitorioso.

192 Op. cit.

trabalho". Porém, "para que sua parte de irresponsabilidade no campo profissional lhe seja perdoada, a lealdade ideológica é mandatória". Aliás, já de saída, essa lealdade ideológica lhe dá direito a um emprego. Todo indivíduo que aceita se aniquilar perante o Partido ganha em troca um emprego garantido. É claro que o pagamento é muito medíocre (equivalente a dez dólares por mês, em média, no caso de Cuba, em 1999, por exemplo); e, por isso, em contrapartida, bem pouco trabalho lhe é exigido. O emprego quase sem trabalho e quase sem salário é vitalício. Foi daí que surgiu a brincadeira, mil vezes ouvida pelos visitantes da URSS de outrora: "Eles fingem que nos pagam, nós fingimos trabalhar." Orlov, ele mesmo um pesquisador científico, cita casos em que colegas cientistas ficaram vários meses ausentes dos laboratórios ou forneceram resultados fraudulentos, sem que fossem objeto de qualquer sanção. Na verdade, as promoções resultam da fidelidade ideológica, mais do que da competência profissional. "A alocação de trabalhadores em postos que não correspondem às suas qualificações, mas que dão direito a uma remuneração superior, o exagero na descrição dos trabalhos executados para fins de cálculo dos prêmios" são gratificações comuns, mas concedidas apenas aos cidadãos leais. Tal subserviência política, sem restrições, implica o sacrifício da liberdade e da dignidade daquele que se curva. Mas sua existência não é desprovida de conforto material. É fácil entender que uma população acostumada, há várias gerações, a essa mediocridade melosa e dócil, não possa suportar muito bem ser jogada, subitamente, nas águas turbulentas do regime da livre concorrência e da responsabilidade.

Quando ouvimos certos ecos das sociedades anteriormente comunistas da Europa Central, percebemos que elas esperavam que a democratização e a liberalização de seus países mantivessem o direito ao emprego e à ineficiência, garantindo-lhes, ao mesmo tempo, o nível de vida da Califórnia ou da Suíça. Não lhes passa pela cabeça que, a partir do momento em que existe a escolha entre um automóvel de má qualidade *Trabant*, fabricado na Alemanha Oriental, e um carro melhor fabricado no Ocidente, pelo mesmo preço, os clientes, começando pelos próprios alemães orientais, comprarão o segundo. Assim, muito em breve as fábricas da *Trabant* terão que fechar – o que de fato ocorreu.

O descontentamento dos alemães orientais e de Berlim traduziu-se, em 1999, pela subida eleitoral do partido ex-comunista rebatizado Partido Socialista da Alemanha (SDP), em detrimento do SPD de Gerhard Schröder. Ao contrário, na parte Ocidental, o SPD também recuou, mas em benefício da direita democrata cristã, a

CDU. A hostilidade ao socialismo rosa pálido de Schröder e verde-maçã dos ecologistas gerou, na parte Ocidental, um apelo por mais liberalismo, e na parte Oriental, uma aspiração por maior controle estatal.

No entanto, nenhuma outra população saída do regime comunista recebeu, ou poderia sonhar em receber, a ajuda que receberam os habitantes da ex-RDA. No momento da reunificação, em 1990, a decisão (tomada por Helmut Kohl por razões políticas e psicológicas, contra a recomendação do *Bundesbank*) de adotar a taxa de câmbio de um marco oriental contra um marco ocidental foi um presente magnífico. Imaginemos que todos os franceses possam trocar suas economias em francos pela mesma quantia em dólares ou em francos suíços! Em seguida, de 1989 a 1999, a Alemanha Ocidental investiu na recuperação econômica da parte oriental o equivalente a cinco trilhões de francos, ou seja, cerca de 765 bilhões de euros.* Nada mal para uma população de 15 milhões de habitantes. No entanto, os *ossis* continuam a acusar seus benfeitores alemães ocidentais, os *wessis*,** de mesquinhez! Investimentos não impedem ressentimentos. Porque, para dar frutos, os investimentos pressupõem a aceitação e a prática de um regime de concorrência e de responsabilidade. Todo nível de vida elevado tem esse preço.

* * *

Quando Lionel Jospin, Primeiro-Ministro da esquerda dita plural, pronunciou sua frase de bom senso: “Não é com a lei ou com regras escritas que podemos regular a economia”, durante um pronunciamento na televisão, em 13 de setembro de 1999, os comunistas, os “verdes”, boa parte dos socialistas e, é claro, a extrema esquerda, logo se insurgiram contra essa verdade, que os escandalizava. Ela parecia sinalizar a confissão de uma transição ao liberalismo. Nas semanas seguintes, o primeiro-ministro dá marcha a ré e os socialistas mais próximos a ele se esforçam para corrigir sua proposta imprudente, ou mesmo despuerada, e atenuar seus efeitos desastrosos. “Não, nós não somos liberais!” brada o Ministro da Fazenda, Dominique Strauss-Kahn, no *Le Nouvel Observateur*.¹⁹³ “Os socialistas franceses querem ser modernos, mas não liberais”, publica *Les Échos* em um artigo que resume os diversos pronunciamentos dos cruzados da economia burocratizada.¹⁹⁴ “O PS afirma que o governo não sofreu uma viragem liberal”, anunciava, alguns

* N. do T.: Aproximadamente 1,8 trilhão de reais, em valores de junho de 2002.

** N. do T.: Espécie de apelido dado às pessoas do lado oriental (*öst* em alemão) e do lado ocidental (*west* em alemão).

193 Em 7 de outubro de 1999. Considerando a “evisceração” tributária a que ele nos submeteu, essa afirmativa é questionável.

194 Em 6 de outubro de 1999.

dias antes o mesmo jornal, afirmação que só reflete meia realidade.¹⁹⁵ Chovem discursos nesse tom na imprensa escrita e falada, como se fosse preciso reconsecrar urgentemente uma igreja profanada.

A explicação mais freqüente para essa rejeição ao liberalismo na França, inclusive pela própria direita, ou quase toda a direita, alega o que seria, aparentemente, uma velha tradição estatizante ancorada em nossa mentalidade desde os nossos ancestrais. Repete-se que a França sempre foi um país de governo dominante, que é essa sua vocação milenar, sua natureza íntima, sua identidade cultural. Essa qualidade a distingue e a protege, felizmente, da anarquia liberal e da barbárie “anglo-saxônica”. De Colbert a de Gaulle, de Robespierre a Mitterrand, do jacobinismo ao bonapartismo, do *planismo* ao socialismo, tanto à direita quanto à esquerda, adoramos o Estado e clamamos por uma economia regulamentada.

Pena que essa versão da história seja uma fábula de criação recente. Forjada durante a segunda metade do século XX, ela serve para dar ares de nobreza retrospectiva ao apetite e à megalomania dos poderes públicos desde 1945. A França de Colbert seria inimiga da economia de mercado? Ouçamos o que dizia o próprio Colbert: “Uma empresa sustentada pelo Estado, se não produz lucros em cinco anos deve ser abandonada.” Será que nosso Estado contemporâneo abandonou no tempo certo a SNCF, a *Air France*, o *Crédit Lyonnais* e outros escoadouros da riqueza nacional? Não. Então deixemos Colbert em paz.

Colbert não foi o único a ser traído pelos comentaristas tendenciosos. Por isso devemos receber como uma obra em prol da salubridade intelectual e da justiça histórica o livro *Aux sources du modèle libéral français* [Origens do Modelo Liberal Francês], obra coletiva publicada sob a direção de Alain Madelin e que reúne contribuições de 31 autores, todos eminentes economistas, historiadores e filósofos.¹⁹⁶

Dessa coletânea rica e detalhada podemos extrair principalmente três lições. A primeira é que os grandes precursores do liberalismo, no século XVIII, encontram-se na França ao mesmo tempo, ou até anteriormente ao seu surgimento na Escócia ou na América. Com certeza, a origem básica do liberalismo moderno continua sendo o *Tratado sobre o Governo Civil* de John Locke (1690). Mas foi o pensamento econômico francês, a começar por Turgot, que influenciou o autor da obra *Riqueza das Nações* (1776), o escocês Adam Smith, e não o inverso; esse

195 Em 21 de setembro de 1999.

196 Perrin, 1997.

mesmo pensamento influenciou Thomas Jefferson, não o inverso. Foram os fisiocratas, em um célebre artigo da *Encyclopédia*,* que, pela primeira vez, defenderam a liberdade de comércio.

A segunda lição é que, contrariando os defensores da versão “bolchevique” da Revolução Francesa, que consiste em privilegiar 13 meses de ditadura jacobina em detrimento de dez anos de mudanças, a história não maquiada nos ensina que a Revolução foi, em seus princípios filosóficos e em suas reformas legais, fundamentalmente liberal. Ela foi hostil à propriedade coletiva, intransigente com relação aos direitos de propriedade individuais. Ela construiu um arcabouço legislativo que varreu todos os entraves corporativistas e regulatórios do Antigo Regime, estabelecendo sem equívocos e sem restrições a liberdade de empresa, a liberdade de trabalho, a liberdade de circulação de mercadorias e a liberdade bancária. O período de governo centralizador camponês – com seu controle de preços, confisco de colheitas, frouxidão monetária – foi apenas um parêntese que terminou em penúria e falência.

Finalmente, a terceira lição original: como já mencionei,¹⁹⁷ foram os liberais do século XIX os primeiros a levantarem o que se chamava na época “questão social” e a responderem a ela através da criação de diversas leis que originaram o moderno direito social. Além disso, os países liberais são os que têm o sindicalismo mais forte.

A esse respeito, podemos reler dois artigos de Armand Laferrère, publicados em *Commentaire* (primavera e verão de 1998, nº 81 e 82), intitulados respectivamente “Direito trabalhista, justiça classista” e “O argumento da justiça social”.

Para Armand Laferrère, a opção francesa de “igualdade mais que liberdade” é uma hipocrisia. Há menos liberdade, mas não menos desigualdades na França que nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha. Nossas desigualdades são diferentes das deles. Elas resultam de vantagens distribuídas pelo governo central ou pelas administrações locais. Os franceses só condenam as desigualdades de renda e de patrimônio *pessoal*. Eles admitem e até respeitam as desigualdades que resultam de privilégios concedidos à classe político-administrativa-associativa-sindical e por ela: automóveis e moradia, transportes, correio e telefone gratuitos, regimes

* N. do T.: Obra coletiva monumental do século XVIII, dirigida por d'Alembert e Diderot, e para a qual contribuíram inúmeros filósofos, escritores e cientistas franceses, que passaram a ser chamados de “enciclopedistas”. A obra tinha por objetivo fazer um balanço do progresso humano em todas as áreas do conhecimento, até aquela época.

197 Ver Capítulo III.

especiais de aposentadoria, muitas vezes concedidos a funcionários realmente úteis, mas também a uma multidão de parasitas domesticados, que o poder público presenteia com seus favores, às custas dos contribuintes ditos “privilegiados”, ou seja, justamente aqueles que não gozam de nenhum privilégio e que ganham seu dinheiro por seu próprio esforço.

A resistência francesa ao liberalismo provém, de um lado, como bem assinalou Tocqueville na obra *L'Ancien Régime et la Révolution*, do fato que os franceses colocam a igualdade acima da liberdade; por outro lado, deriva do fato, que ele não enxergou tão bem, de que eles aceitam as desigualdades quando elas são causadas pelo governo e não pela concorrência entre diferentes desempenhos. Isto pode ser comprovado, principalmente, talvez, no campo da cultura, onde nossos artistas e intelectuais lutam, incansavelmente, para obter financiamentos oficiais e para defender a “preferência nacional” tão estimada por Le Pen, escondendo-se, como o dizem os de esquerda, atrás do tapa-sexo da “exceção cultural”.

Por exemplo, se um autor e um diretor de teatro montam uma peça com capital privado e ela é um sucesso de público, e se eles ganham, digamos, alguns milhões no período de um ano, eles correm um sério risco de serem desprezados por terem feito concessões à prática abjeta de comercializar o teatro. Por outro lado, se um autor dramático e um diretor, desta vez com uma subvenção oficial do mesmo valor, montam uma peça de teatro tão boa ou tão má quanto a primeira, que será apresentada duas vezes para uma platéia convidada e depois sairá de cartaz, eles serão considerados como grandes homens que se sacrificam a uma concepção “exigente” (e como!) de sua arte. Os primeiros deram vida a uma *troupe*, empregaram técnicos, decoradores, garçons, bilheteiros, contadores e recepcionistas, durante 12 meses, pagaram aluguel e impostos, mas nada mais são do que comerciantes. Os outros esvaziaram o bolsos dos contribuintes aproveitando para seu próprio lucro os favores de um ministro: esses são elogiados pela crítica e convidados para o *garden party* no Palácio do Eliseu, no 14 de julho.

O que os franceses detestam não são as desigualdades, e sim as desigualdades não concedidas pelo governo. A melhor prova disso foi a popularidade que ganharam as greves de serviços públicos do inverno 1995-96. A finalidade dessas greves era de impedir a revisão das vantagens exorbitantes em relação ao direito comum – privilégios no sentido estrito da palavra – de que gozam, na França, os assalariados do setor público em relação aos do setor privado. Ora, os grevistas foram aplaudidos até mesmo pelos funcionários do setor privado, vítimas e finan-

ciadores desse sistema desigual, e pelos sociólogos da extrema esquerda, teoricamente os paladinos da igualdade, na prática eles mesmos privilegiados, invulneráveis, subvencionados de forma vitalícia, em troca de muito pouco trabalho, pela sociedade que eles parecem querer destruir.

Esta crença profundamente arraigada na cultura francesa – as desigualdades criadas pelo poder e pelas instituições públicas são boas, aquelas resultantes das diferenças de eficiência entre os indivíduos são más – explica o permanente fracasso do liberalismo na França, mas contraria a doutrina dos clássicos do liberalismo francês, e não apenas dos “anglo-saxões”.

No capítulo de sua obra *Souvenirs* [Recordações], onde ele relata os trabalhos da Comissão Constituinte, em 1848, Tocqueville observa que um conservador como Vivien é tão estatizante-centralizador quanto Marrast, que “pertencia à raça ordinária dos revolucionários franceses que sempre entenderam liberdade do povo como sinônimo de despotismo exercido em nome do povo”. Tendo assinado, então, que esta súbita concordância entre um homem de direita e um homem de extrema esquerda em relação à idolatria do Estado não o surpreendia, Tocqueville acrescentou:

... Eu já havia notado, há muito tempo, que o único meio de levar um conservador e um radical a falarem a mesma língua era atacar, não na aplicação, mas no princípio, o poder do governo central. Basta isso para vê-los se atirarem um nos braços do outro. Portanto, quando pensamos que não existe nada entre nós que esteja a salvo das revoluções, eu digo que nos enganamos, pois existe a centralização. Na França, só há uma coisa que não se pode fazer: um governo livre, e só há uma instituição que não se pode destruir: a centralização. Como ela poderia morrer? Os inimigos dos governos a amam e os governos a prezam. Estes percebem, é verdade, de tempos em tempos, que ela os expõe a desastres repentinos e irremediáveis, mas isso não lhes causa nenhum desgosto. O prazer que ela lhes proporciona, de se meterem em tudo e de ter todos em suas mãos, os ajuda a suportar os riscos.

O que nos ensina Tocqueville nessas páginas continua válido atualmente. De fato, a maioria dos franceses ama o Estado mais que a liberdade. Tocqueville insiste muitas vezes nesse gosto francês pela centralização estatal e, em certos aspectos, concorda com aqueles que alegam suas origens remotas no passado.

Mas também tem origem bem antiga o pensamento liberal francês, mesmo se nós o colocamos em prática muito menos do que os ingleses ou os norte-americanos. Vale ressaltar que a economia regulamentada propriamente dita adquiriu seu atual papel preponderante, na França, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. A esquerda unida dos socialistas aliados aos comunistas, desde sua subida ao poder em 1981, engordou ainda mais esse modelo, provocando, ao mesmo tempo, seu afundamento.¹⁹⁸

Mas, como já cansamos de constatar, o socialismo nunca tem relação com seus próprios fracassos. As “políticas de emprego” que resultam em recordes de desemprego não perturbam nenhuma alma “voluntarista”, nem quando o desemprego cai devido ao progresso da liberalização. Segundo os jornais e autores de esquerda, o liberalismo é responsável pelos fracassos socialistas, as democracias são responsáveis pelo caos deixado pelo comunismo atrás de si mesmo, as Nações Unidas são responsáveis pelo racismo que leva as etnias africanas a se massacrarem e o Banco Mundial, com a ajuda do Fundo Monetário Internacional, é responsável pelo desvio da ajuda internacional pelos ditadores dos países pobres, assim como a Organização Mundial do Comércio é responsável pela recusa dos países subdesenvolvidos, particularmente a China, em aceitarem as cláusulas trabalhistas que ela gostaria que eles adotassem.

* * *

As imprecações rotineiras contra o liberalismo são ainda mais surpreendentes se considerarmos que, depois da extinção do socialismo, todos os governos do mundo caminham a passos largos nessa direção. Os governos que exprimem as críticas mais acerbadas ao liberalismo, fazem na prática o contrário daquilo que professam na teoria. Alguns o fazem de má vontade, como os governos franceses de esquerda – sempre condenados a arrastar os grilhões impostos por seus aliados comunistas e por outros grupelhos tão “plurais” quanto desprovidos – ou o fazem tardiamente, extraindo assim menos benefícios do que os governos que mais prontamente captaram e seguiram o sentido da evolução mundial. Mas nenhum deles pode opor uma resistência real e duradoura a essa evolução. As declarações de reconhecimento se disseminam por todos os países. “No Brasil, um retorno ao passado é impossível”, declara Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central

198 A esse respeito, ver Jacques Lesourne, *Le Modèle français, grandeur et décadence* [O Modelo Francês, Grandeza e Decadência], Odile Jacob, 1998. Ver também Richard Kuisel, *Le Capitalisme de l'État en France, modernisation et dirigisme au XX^e siècle* [O Capitalismo Estatal na França, Modernização e Centralização no Século XX], Gallimard, 1984.

daquele país, que foi um dos mais centralizadores e protecionistas. A política econômica liberal, explica Franco, permitiu que o Brasil alcançasse estabilização, abertura econômica, privatizações proveitosas e o retorno do investimento estrangeiro.¹⁹⁹ Pode-se descrever nos mesmos termos e pelas mesmas razões a estabilização da Argentina durante os dez anos da presidência Menem, de 1989 a 1999. Ao final desse período, uma recessão surgiu, mas em nada comparável ao caos encontrado por Menem quando chegou ao poder. Seu sucessor, Fernando de la Rúa, eleito em outubro de 1999, pretendeu seguir os passos de... Tony Blair. É interessante notar que a mídia enfatizou, sobretudo, a relativa recessão que se instalou durante o último ano do governo Menem. Tradução: vejam aonde nos leva o liberalismo! Significa esquecer, propositadamente, que a Argentina deve a Menem a estabilização econômica e a consolidação democrática. Em 1989, a inflação era de 5.000% ao ano. Nas vitrines das lojas de Buenos Aires eram afixados, de hora em hora, cartazes com a cotação do dólar e o novo preço das mercadorias. Em 1999, a inflação foi de 2%. Em dez anos, o produto interno bruto aumentou 40%. Enfim, a Argentina, desonrada por muitos anos de ditadura, voltou a ser um país respeitado pela comunidade internacional. Com certeza persistem o desemprego e a pobreza, mas eles recuaram.* Quando se diz que Menem “sacrificou a dimensão social do peronismo”, deve-se lembrar que Juan Perón, durante os nove anos de sua ditadura (1946-1955), transformou o país, que em 1939 tinha a mesma renda per capita da Grã-Bretanha, em um país subdesenvolvido. Elogiar esse experimento que atingiu principalmente as classes pobres revela uma estranha concepção do que seja uma política social.

Um dos países africanos que, sem ter sido propriamente um satélite da URSS, copiou servilmente as receitas econômicas soviéticas, a Argélia, também diz: “Adeus ao socialismo!”²⁰⁰ A liberalização econômica vem se acelerando nesse país desde 1998, e modificando os hábitos. “Em todos os meios”, diz *Jeune Afrique*, “inclusive os mais modestos e, sobretudo, entre os mais jovens, a abertura para o mundo exterior é mais que um desejo: é uma paixão”. Desde a década de 1980, dois partidos trabalhistas do hemisfério sul, um na Austrália e outro na Nova Zelândia, já haviam constatado a falência do *Old Labour* e inventado o “blairismo” dez anos

199 *Le Figaro Économie*, 12 de outubro de 1999.

* N. do T.: A publicação do original de J. F. Revel foi no ano 2000, anterior, portanto, a todos os acontecimentos de que, hoje, temos conhecimento a respeito da Argentina. Alguns dos dados mencionados pelo autor, entretanto, continuam válidos.

200 Esse é o título de um artigo de Paul-Marie de la Gorce no periódico *Jeune Afrique*, em 31 de agosto de 1999.

antes de Tony Blair na Grã-Bretanha. O governo trabalhista de Robert Hawke, na Austrália, reduz impostos, as diferenças salariais e desregulamenta a economia, paralelamente ao que faz o “conservador” Ronald Reagan nos Estados Unidos. Esta é a condição necessária para uma real política de emprego e de ajuda aos mais pobres, sustenta o primeiro-ministro *New Labour* desde o início: “É preciso ser idiota ou estar cego pelos preconceitos”, ele comenta, “para não entender que devemos ter um setor privado vigoroso e em expansão se quisermos nos dedicar de modo eficaz a melhorar o destino do maior número possível de pessoas.”²⁰¹ A liberalização da Nova Zelândia também foi conduzida por um trabalhista, David Lange, primeiro-ministro de 1984 a 1989. Ele privatizou a maioria das empresas estatais, inclusive as companhias aéreas, as minas, a exploração de petróleo, dos recursos florestais e da eletricidade. “Os socialdemocratas”, chegou a dizer Lange, “devem aceitar as desigualdades econômicas pois elas são o motor da economia em seu conjunto.”²⁰² Teria sido para punir tanta insolência que François Mitterrand ordenou a explosão do *Rainbow Warrior*, barco do *Greenpeace*, em 1985, no porto neozelandês de Auckland? Esse atentado perpetrado pelo Estado, que resultou em duas mortes, a de um fotógrafo português e a da honra da França, não conseguiu deter a ascensão econômica da Nova Zelândia, que brilhava no momento em que a França, com sua indomável energia “progressista” se afundava no desemprego, na exclusão, na recessão e no desmantelamento monetário.²⁰³

O erro da esquerda arcaica está em desconhecer que o liberalismo não obriga ao abandono dos programas sociais. Ele obriga, é verdade, a um melhor gerenciamento desses programas. Para os socialistas franceses, o critério de uma boa política social é o montante de despesas, não a inteligência com que as despesas são efetuadas. O resultado é secundário. Assim, existem, na França, mil e cem “bairros” marginalizados, um recorde sem precedentes nos demais países da União Européia. Mas nós nos consideramos mais “sociais” do que eles porque “desbloequeamos” grandes somas de dinheiro para as “periferias”. Para que serve esse dinheiro? De que forma ele é utilizado? A quem ele serve? Existem roubos? Desvios? Por que esse abismo entre a grandeza dos créditos e a pobreza dos melhoramentos? Fazer perguntas como essas seria o mesmo que se inserir em

201 Citado por Seymour Maring Lipset, “The Death of the Third Way”, *The National Interest*, verão de 1990.

202 Idem.

203 Em 26 de fevereiro de 1985, o dólar alcançou a taxa recorde de 10,61 francos. Em 1981, a taxa de câmbio era de 5,50 francos. Mas, naturalmente, se o franco caiu à metade, a culpa é... dos norte-americanos.

uma “lógica liberal”, em uma sórdida mentalidade do ganho. O principal é que os “ricos” paguem, mesmo se os pobres não recebem nada.

A Holanda e a Suécia (que estava quase falida em 1994) conseguiram liberalizar suas economias de forma semelhante à Nova Zelândia, sem que por isso precisassem renunciar ao seu orçamento social, mas gerindo melhor esse orçamento. E, sobretudo, liberalizando fortemente a produção. A Suécia se lançou no regime de livre concorrência e de livre empresa. Ela também privatizou as indústrias, as telecomunicações, a energia, os bancos e os transportes. Seu novo surto de crescimento deve-se a empresas que, na maioria, não existiam em 1990, principalmente criadas no campo da alta tecnologia. A Holanda reconquistou um estado de pleno emprego, a tal ponto que lhe falta mão-de-obra, que ela precisa importar da Grã-Bretanha, da Irlanda e da Polônia. Esses processos de retomada de crescimento não são apenas fruto das privatizações, eles provêm igualmente de uma redução no déficit público, de um controle mais atento e rígido dos gastos sociais, a fim de eliminar os falsos desempregados ou outros tipos de abuso e de declarar guerra à assistência social como meio de vida.²⁰⁴

Fecham-se as cortinas, na Europa e em outras partes do mundo, não apenas sobre o socialismo clássico, mas, também, sobre a “terceira via”, retomando o título do artigo de Seymour Martin Lipset.²⁰⁵ Aliás, que cemitérios de terceiras vias foi o século XX – ou das chamadas “economias mistas”. Os socialistas franceses que, em 1981, queriam uma “ruptura com o capitalismo” tornaram-se social-democratas. Os que eram social-democratas viraram liberais, mesmo que tenham sido rebatizados de “social”-liberais. A vida continua. Os antigos comunistas italianos, com seu novo partido “democrático de esquerda” tornaram-se, durante a última década do século, mais liberais que a esquerda e que a direita francesas. O resultado foi que a “Europa cor-de-rosa”, tão celebrada a partir do momento em que Prodi, Blair e Schröder subiram ao poder em seus respectivos países, logo revelou-se contraditória, incoerente e mítica. Juntamente com os processos de liberalização sueco, holandês e dinamarquês, as idéias de Blair e de Schröder mostraram que os socialistas talvez fossem maioria na Europa, mas estavam desunidos.

Sua discordância veio a público quando, em junho de 1999, Blair e Schröder divulgaram um Manifesto intitulado *O caminho para os social-democratas europeus*. Nesse documento, eles preconizavam a disciplina financeira, o controle dos

204 Para uma revisão sobre esses dois países, ver o *International Herald Tribune*, dos dias 9 de outubro e 18 de outubro de 1999, respectivamente.

205 Op. cit.

gastos públicos, a redução do excesso de carga tributária para as empresas e pessoas físicas, a flexibilidade das leis trabalhistas, a ruptura com o modelo assistencial e o retorno à sociedade do trabalho, a redução da burocracia pública, a redefinição do papel de um Estado realmente atuante. Em suma, Blair e Schröder recomendavam exatamente o oposto de tudo aquilo que fazia, naquele exato momento, o governo francês.

De modo compreensível, nosso governo recebeu esse Manifesto como uma crítica agressiva dirigida a ele. “Blair-Jospin, o duelo das esquerdas”, foi a manchete do *Le Nouvel Observateur*,²⁰⁶ que publicou também as opiniões do Ministro de Assuntos Europeus, Pierre Moscovici, “aliado” de Lionel Jospin, em uma entrevista intitulada: “Não a Tony Blair!” É bem verdade que o primeiro-ministro britânico nunca esteve nas boas graças da esquerda francesa, que sempre desprezou o que ela chama de “esquerda americana” – à qual ela considera que pertencem, por exemplo, Mario Soares e Michel Rocard. Blair havia levado muito longe o espírito de *dupla* colaboração – com sua classe e com os Estados Unidos – a ponto de propor ao conjunto dos partidos socialistas europeus uma união com o Partido Democrata norte-americano para criar uma confederação mundial de centro-esquerda, que substituiria a Internacional Socialista. Em outras palavras, ele estava derrubando as velhas tradições sob o pretexto de modernizar a esquerda. Quando Tony Blair foi convidado a discursar na Assembléia Nacional Francesa, ouviam-se vários deputados socialistas exclamar “lamentável!” em tom suficientemente alto para ser percebido até mesmo pelo público nas tribunas. Por acaso o “blairismo” é outra coisa senão um “thatcherismo humanizado”? perguntava, em um excelente artigo de *Temps Modernes*, Philippe Marlière, que nos conta, entre outras, a seguinte anedota edificante:

Por ocasião da cúpula franco-britânica de novembro de 1997, em Londres, Tony Blair conversa com Jacques Chirac. O primeiro-ministro britânico aponta ao presidente francês os méritos de uma economia “desregulamentada” e “flexível”. Chirac ouve, perplexo, e à guisa de resposta, traça o quadro de uma economia na qual surge um Estado cada vez mais intervencionista. Diante da insistência de seu anfitrião, Jacques Chirac admite, em tom jocoso, que ele não esperava precisar defender um modelo social-democrata moderado perante um primeiro-ministro trabalhista.²⁰⁷

206 Em 24 de junho de 1999.

207 *Les Temps Modernes*, outubro-novembro de 1998.

O que seria da esquerda, na França, sem a direita?

Revoltados com o manifesto Blair-Schröder, os socialistas franceses sentiram-se portanto vingados e mais seguros quando, durante o verão e o outono de 1999, o chanceler alemão começou a escorregar ladeira abaixo, em uma sucessão de catástrofes eleitorais, nas quais o SPD perdeu até mesmo alguns de seus mais antigos redutos políticos. A imprensa francesa de esquerda e a mídia em geral viram nesses fatos a prova da rejeição pelo eleitorado alemão das concessões do “novo SPD” ao neoliberalismo. Negligenciaram, assim, esse pequeno detalhe de que, exceto pelo caso muito particular, já analisado anteriormente, da evolução do partido ex-comunista no lado oriental, em todas as demais zonas eleitorais, Schröder havia sido derrotado não pela esquerda, ou seja, os seguidores do velho marxista Oskar Lafontaine (ministro da Fazenda demissionário em março de 1999) ou ainda pelos “verdes” (que perderam ainda mais que o SPD) mas sim pela direita, pelos liberais da CDU, o partido democrata-cristão. Os votos não exprimiam, portanto, nenhum desejo de retorno ao arqueo-socialismo. Eles apenas tornavam ainda mais evidentes as contradições da Europa cor-de-rosa, e particularmente da França cor-de-rosa, levadas pela correnteza liberal mas tentando se agarrar, em meio à enxurrada, aos galhos quebrados das ideologias passadas.

A “viragem liberal” havia ocorrido há anos com os partidos de esquerda do Sul da Europa, com exceção do Pasok grego, mais do que com os partidos do Oeste ou do Leste. Desde o início da transição democrática espanhola, o PSOE de Felipe González eliminou de seu programa de governo as nacionalizações, assim como fizeram os socialistas portugueses quando voltaram ao poder após os dez anos liberais de Cavaco Silva, de 1985 a 1995. Mas foi na Itália que os teóricos da Europa cor-de-rosa cometeram os mais divertidos contra-sensos. Recordemos as eleições gerais de 21 de abril de 1996. Ao contrário do que se disse a respeito, enfaticamente, na França, elas não representaram um retorno histórico, a primeira vitória da esquerda desde a guerra. Os mais votados foram os elementos de centro-esquerda, e seus governantes estão mais para o centro do que para a esquerda. Ora, a história política italiana está repleta de governos de centro-esquerda, desde a década de 1960, ou seja, desde que o Partido Socialista começou a fazer alianças com a Democracia Cristã. Apenas como um dos exemplos lembramos que, em 1965, Pietro Nenni, líder histórico do PSI, foi vice-presidente do conselho no gabinete Aldo Moro, líder democrata-cristão assassinado, em 1978, pelas Brigadas Vermelhas. De 1983 a 1986, foi um

socialista, Bettino Craxi, quem comandou o governo de maior duração na história da Primeira República.

Será que se deve ver como reviravolta histórica a participação dos comunistas em um governo dirigido pelo centrista Romano Prodi? Não, pois eles não são mais comunistas. Em 1991, repetindo o que os franceses parecem não querer reconhecer, o Partido Comunista Italiano embarcou na economia de mercado, adotando o nome de Partido Democrático de Esquerda, PDS, que se tornou membro da Internacional... Socialista. Os ministros oriundos do PDS, tão logo ingressaram no governo Prodi, passaram para a centro-esquerda, já tendo se passado cinco anos desde que isso ocorreu.

Por outro lado, e esse é um segundo erro que precisa ser corrigido, essa centro-esquerda não conseguiu uma vitória esmagadora em 1996. Não houve um maremoto de esquerda. Bem ao contrário, a chamada coalizão “da Oliveira” obteve, em todo o país, menos votos que o total dos partidos de direita, mais precisamente 428.894 votos a menos. No entanto, se “a Oliveira” obteve legitimamente nas duas câmaras mais assentos do que seus adversários, foi porque três quartos dos parlamentares são eleitos pelo voto majoritário único em primeiro turno. Ora, a esquerda soube manter-se unida, apresentando um só candidato em cada circunscrição. A direita, ao contrário, dividida, apresentou quase sempre vários candidatos rivais, um erro que as urnas não perdoam nesse tipo de escrutínio.

Finalmente, o programa de Romano Prodi não era diferente do programa de redução do déficit e de defesa da moeda que prevalece em toda a Europa desde o Tratado de Maastricht. Ele se baseou expressamente na política adotada pelo Chanceler Kohl na Alemanha, tendo como objetivo a entrada da lira no sistema monetário europeu e o atendimento aos critérios de Maastricht com vistas à moeda única. Prodi também implementou privatizações, começando pela das telecomunicações, executada imediatamente.

Os dois únicos partidos italianos que se opuseram a essa política liberal europeia foram, à direita, a Aliança Nacional (ex-fascista) e, à esquerda, a Refundação Comunista, minoria do PCI que recusara a social-democratização de 1991 continuando fiel ao marxismo.

No final de 1998, D'Alema sucedeu a Prodi no governo. O fato do presidente do PDS ter-se tornado presidente do Conselho motivou pulos de alegria nos arqueosocialistas europeus. Imaginem! um comunista à frente do governo italiano! Somos levados a crer que a cegueira quanto aos fatos históricos é uma consequência

inelutável das convicções marxistas. Em seu prefácio de um livro de Dominique Lecourt sobre Lyssenko,²⁰⁸ Louis Althusser escreveu: “Marx dotou os partidos comunistas, pela primeira vez, de meios científicos para compreenderem a História.” Pobre Louis! Como eu lamento que você não esteja mais aqui para compartilhar boas risadas comigo, se eu lesse, em voz alta, para você essa frase que você certamente escreveu para agradar aos aiatolás que o cercavam.

Enxergar qualquer mínimo ponto comum entre o PCI de 1948 e o PDS de 1998 não é exatamente fazer uso dos incomparáveis “meios científicos para compreender a História”, legados à esquerda pelo marxismo. O PDS entregou ao capital privado, para citar apenas um caso “emblemático”, um terço do capital da ENEL, equivalente à nossa EDF.* Além de adotar a economia de mercado, e de aceitar a OTAN (onde a Itália foi o membro europeu mais “atuante” e mais empenhado durante a intervenção no Kosovo), Massimo D’Alema apresentou propostas favoráveis à flexibilidade trabalhista que nem os líderes da direita na França ousariam sustentar. “A era do emprego vitalício chegou ao fim”, repetiu D’Alema em um discurso na Exposição do Levante, em Bari,²⁰⁹ retomando seu refrão. “Quanto mais flexibilidade, mais trabalho”, ele já havia declarado na Bolsa de Milão.²¹⁰ Aliás, a experiência italiana mostrou que ele tinha razão. Se o desemprego médio na Itália é, basicamente, o mesmo da França, em torno de 11% em 1999, sua distribuição geográfica é muito diferente. As províncias do Norte – Friuli, Vêneto, Lombardia, Piemonte, Emilia-Romanha e, em menor grau, a Úmbria e a Macerata – têm índices de desemprego “norte-americanos”, entre 3% e 5% ou 6%. Não foi à toa que o município de Bolonha, que parecia ser um inexpugnável bastião comunista desde a época da guerra, passou para a direita em 1999. Afinal de contas, se o liberalismo estava dando certo, por que não eleger um verdadeiro liberal em vez de um comunista arrependido? O que eleva o índice médio de desemprego na Itália é a situação nas províncias situadas ao sul do Lácio. O que nos leva à velha “exceção” do *Mezzogiorno* cuja “cultura” social e a mentalidade reinante têm mais influência no índice de emprego que os fatores econômicos.

Quando o governo socialista francês se arvora no direito de dar lições aos outros países da União Européia criticando-os por não adotarem seu mirífico “pacto pelo emprego”, ele beira o ridículo, pois a maioria desses países já conseguiram elimi-

208 Maspero, 1976.

* N. do T.: EDF – sigla de *Électricité de France*, empresa responsável pela geração e distribuição de energia na França.

209 *Corriere della Sera*, 12 de setembro de 1999.

210 *Corriere della Sera*, 27 de janeiro de 1999.

nar uma parte significativa de seu desemprego. No *ranking* dos Quinze, em matéria de índices de emprego, a França está entre os três últimos, junto com a Finlândia e a Espanha, apesar dos progressos alcançados em 1998 e 1999. Assim como o nosso, o desemprego espanhol também parece estar diminuindo, felizmente, mas o mínimo que se pode dizer é que, se continuarmos nos agarrando ao regime do Estado benfeitor social, nós nunca estaremos entre os primeiros a sair dessa situação.

Além disso, a redução do desemprego da qual se vangloria o governo de Lionel Jospin só parece existir em estatísticas muito questionáveis. *Le Point*²¹¹ chega mesmo a empregar com severidade a expressão “números distorcidos” em um longo artigo, solidamente referenciado, de Marc Nexon. O jornalista conclui:

Por trás dos belos números anunciados a cada mês pelo governo esconde-se uma acomodação que cheira a mentira. A única categoria considerada é aquela em que a redução foi significativa. Mas há outras onde ocorreu exatamente o contrário. Os nomes que desaparecem sem mais nem menos, os desempregados há longo tempo, em final de benefício, e os milhares de novos empregos criados são outros dados que embelezam os números que têm pouca relação com uma realidade nada agradável.

Mesmo sem essas “acomodações”, o desempenho oficial não chega a causar admiração, já que o índice médio de desemprego dos países do G-7 no final de 1999 é de 6,2% enquanto o da França é de 10,8%, quase o dobro da média de países com economia comparável. Não é de surpreender que a “receita francesa” quase não tenha seguidores.

A adesão da esquerda italiana ao liberalismo, ou, mais precisamente, sua nova percepção do liberalismo, não como o contrário, mas sim como condição para uma política de esquerda, contrasta com as divagações obsoletas da esquerda francesa, que estão várias etapas atrasadas em relação à evolução do resto da Europa. Da mesma forma, a crítica ao comunismo é mais radical entre os ex-comunistas italianos que entre os socialistas “plurais” franceses.

Como prova, citarei um dos mais recentes exemplos dessa defasagem: o artigo de Walter Veltroni, secretário do PDS, publicado por *La Stampa*, em 16 de outubro de 1999.

211 N. 1.418, de 19 de novembro de 1999. Ver também “Le chômage en France: le trucage des chiffres” [O Desemprego na França: a maquiagem dos números], em *Société Civile*, publicação do IFRAP (sigla do Instituto Francês de Pesquisa sobre a Administração Pública), novembro de 1999.

Nesse artigo, Veltroni recorda, primeiramente que, no documento que ele preparou para o próximo congresso de seu partido, ele define o século XX “como o século do sangue, no qual os homens foram capazes de imaginar e concretizar o genocídio dos judeus, o século de Auschwitz, das vítimas da perseguição nazista, e também o século da tragédia do comunismo, de Ian Palach,²¹² do *gulag*, dos horrores do stalinismo”. Àqueles que haviam condenado o PDS pela timidez de sua autocrítica, Veltroni respondeu: “Colocamos o stalinismo no mesmo patamar que o nazismo, o gulag no mesmo nível de Auschwitz, definimos o comunismo como tragédia do século. Que mais podemos dizer de mais óbvio e mais claro?” A semelhança entre os dois grandes regimes totalitários, ainda um sacrilégio na França, mesmo à direita, é oficializada na Itália sob a pena de um grande líder do PDS, que continua: “Justiça e liberdade são dois valores inseparáveis... Comunismo e liberdade revelaram-se incompatíveis, essa foi a grande tragédia européia da era pós-Auschwitz.” Àqueles que retrucam exigindo que o PDS “quebre todos os laços com a política passada do PCI”, o secretário responde: “Fizemos melhor do que isso. *Dissolvemos* o PCI. E o fizemos há dez anos.” O presidente do PDS em pessoa, Massimo D'Alema, já havia declarado, em fevereiro de 1998, no congresso do partido, ao pronunciar o discurso de encerramento: “O comunismo se transformou em uma força de opressão, um totalitarismo culpado de crimes gigantescos.”

Essa honestidade contrasta com a insistência astuciosa de um Robert Hue, que declara recusar-se a renunciar pelo partido à denominação “comunista”. Interpelado devido a um possível financiamento fraudulento do PCF, ele denuncia um “complotô político”: “Nesse país existe uma intensa luta de classes, declara o visionário. Estamos em uma situação onde há um PC e forças *liberais* que exercem forte pressão.”²¹³ Entre os dois secretários nacionais, o italiano e o francês, a defasagem é de um século, no mínimo.

Não há dúvida de que o artigo de Veltroni não agradou a todos. Suscitou brados de alegria e vociferações polêmicas. Mas estas foram de nível completamente diferente dos contra-ataques franceses. A edição italiana do *Livro Negro* já havia, dois anos antes, provocado um intenso debate, no qual, ao lado das trapaças grosseiras e dos lugares-comuns de sempre, prevaleceu um sentimento de responsabilidade histórica que raramente se vê na França. Sandro Viola escreveu, por exemplo, no jornal *La Repubblica*, periódico de centro-esquerda comparável ao *Monde*:

212 Estudante tcheco que se imolou queimando-se vivo na praça Wenceslas em protesto contra a repressão da Primavera de Praga pelo Exército Vermelho em 1968.

213 Programa levado ao ar pela RMC-*Le Figaro*, em 24 de outubro de 1999.

“Que esse livro sirva para não esquecermos que, em nossa juventude, flertamos com um ideal infame, admiramos homens repugnantes e viramos o rosto para não ver que esse ideal estava produzindo inúmeros crimes.”²¹⁴

O que Walter Veltroni teve a lealdade de admitir, além de tudo, em seu artigo já famoso em *La Stampa*, é que, ao longo de todo o século, existiu um anticomunismo *democrático*. Ele refutou, portanto, a mentira ultrapassada que os comunistas franceses e seus amigos tentam reavivar, ou seja, que todo anticomunista é necessariamente de extrema direita, melhor dizendo, fascista, e portanto um “cão”, como dizia Jean-Paul Sartre.

O fato dessa tomada de posição ter sido expressa pelos dois principais responsáveis por um partido que é ao mesmo tempo herdeiro e demolidor do PCI contribui para demonstrar que a “Europa cor-de-rosa” está longe de ser homogênea.

De resto, ela está cada vez menos cor-de-rosa, já que ela se volta para a economia de mercado através da liberalização inerente à lógica da União Européia e através da globalização, da qual essa mesma União Européia precisa fazer parte se quiser ser capaz de tornar-se a contrapartida do poderio econômico norte-americano como ela almeja. O socialismo se perpetua entre nós sob a forma de medidas chamadas “voluntaristas”, que geralmente têm efeito contrário ao resultado almejado, ou sob a forma de subvenções clientelistas disfarçadas sob o rótulo de políticas de solidariedade. No futuro, ambas serão, cada vez menos, compatíveis com a economia de mercado. Na reunião de líderes da esquerda democrática européia, à qual compareceram também os presidentes dos Estados Unidos e do Brasil, para debater, em Florença, no dia 21 de novembro de 1999, o “progressismo no século XXI”, Lionel Jospin estabeleceu uma distinção entre “economia de mercado” e “sociedade de mercado”, dizendo aceitar a primeira mas recusar a segunda. Aceitar a economia de mercado já é um sinal de repúdio ao socialismo, palavra que não quer dizer nada se não conservar seu significado original de supressão da propriedade privada dos meios de produção e de troca. Recusar a “sociedade de mercado” não leva a grande coisa, pois tal realidade nunca existiu nem pode existir. Em toda sociedade, desde a origem dos tempos, existem atividades, valores, instituições que, por sua natureza, escapam às regras de mercado. O importante é deixar que o mercado regule aquilo que lhe pertence, mas nem tudo lhe pertence. O socialismo pretende submeter ao Estado aquilo que é inerente ao mercado e regulamentar

214 Pode-se encontrar um balanço detalhado desse debate no artigo de Philippe Baillet, “A recepção italiana a O Livro Negro do Comunismo”, *Les Cahiers d'Histoire Sociale*, n. 12, verão de 1999, Albin Michel.

aquilo que diz respeito à liberdade individual. O liberalismo não pretende de forma alguma submeter ao mercado o que não pertence ao mercado. Pretender prolongar a vida frágil do socialismo com a ajuda de um Estado “regulador” do mercado não passa de um consolo verbal. Por que o Estado francês não “regulou” o *Crédit Lyonnais* ou a *Elf-Aquitaine* quando ele era o proprietário dessas empresas, em vez de deixá-las apodrecer por conta de maus resultados e corrupção, para em seguida assaltar o bolso dos contribuintes, que foram obrigados a pagar a conta? Por que ele não “regula”, para começar, ele próprio, o Estado, e as administrações regionais, a Cooperativa Nacional dos Estudantes da França, o Fundo de Pensão dos Funcionários Públicos, enfim, os grandes parasitas nacionais, como o Comitê de Empreendimento da EDF ou nossas dez mil sociedades subvencionadas, “lucrativas sem finalidade”?²¹⁵ Quanto ao “socialismo de mercado”, trata-se de uma contradição da terminologia e um mau trocadilho. A fórmula nos lembra a definição de sua política econômica, dada em 1970 pelo General Velasco Alvarado, ditador socialista do Peru: “O governo revolucionário das Forças Armadas não é nem capitalista nem comunista, mas exatamente o contrário.”

215 Pierre P. Kaltenbach, *Associations lucratives sans but*, Denoël, 1995.

Extrema esquerda e antiamericanismo

“Vândalos fazem Genebra estremecer”, é a manchete do jornal suíço *Info-Dimanche* de 17 de maio de 1998. Efetivamente, cinco milhões de manifestantes haviam invadido a cidade, no sábado dia 16, para protestar, não contra a presença de Fidel Castro, já que os assassinos comunistas são geralmente bem-vindos nas democracias, mas contra a globalização, a liberalização das trocas e a reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Genebra, prevista para a segunda-feira seguinte. Vitruvianas quebradas, veículos incendiados, lojas saqueadas: neste mês, maio de 1998, a ideologia de extrema esquerda traduz-se em ataque ao capitalismo, justamente em uma de suas fortalezas, por assim dizer.

No México, desde 1994, o exército chamado “zapatista” (do nome de Emiliano Zapata, herói camponês da Revolução Mexicana de 1911) parece estar ressuscitando, ao sul, na região de Chiapas, os métodos mais primitivos de revolta das massas rurais. Que contraste com o restante do país, que se moderniza, liberaliza-se e até se democratiza como nunca antes! Em outubro de 1997, a esquerda em todo o mundo, pelo menos no meio universitário, celebrou com fervor o trigésimo aniversário da morte de Ernesto Che Guevara, símbolo infeliz do malogro político das estratégias de guerrilha. Mas não é verdade que para a extrema esquerda o malogro é um modelo?

Na Alemanha, durante seu Congresso, em março de 1998, os “verdes” reivindicam a supressão de toda a indústria de energia nuclear, a dissolução da OTAN e o

aumento do preço da gasolina de 1,70 DM para 5 DM. Percebendo que esta última exigência é um meio infalível de afugentar eleitores, eles desistem dela, três meses depois. Na Itália, a sorte do Governo Prodi esteve, desde a sua instalação, suspensa – assim que a sua nova e heterogênea maioria foi eleita em 1996 – do pequeno grupo de 34 deputados da *Rifondazione Comunista*, marxistas-leninistas arcaicos que se haviam recusado, após o desmoronamento da União Soviética, a seguir a maioria do Partido Comunista Italiano em seu processo de modernização, que o levou a transformar-se em Partido Democrático de Esquerda (PDS). Esse pequeno grupo de “refundadores”²¹⁶ criou entraves, durante meses, à ampliação da OTAN em favor da entrada da Polônia, da Hungria e da República Tcheca, como pleiteava o Presidente do Conselho, Prodi, um legítimo europeu. A recusa de uma parte dos deputados “refundadores” em votar o orçamento do Estado terminou levando à queda do governo Prodi, no outono de 1998.

Na França, a chamada “esquerda vermelha” ou “esquerda da esquerda” constitui um caso paradoxal de elitismo que poderia ser classificado como populismo. Na verdade, os principais inspiradores dessa corrente pertencem à elite intelectual e, inclusive, à alta nobreza acadêmica universitária: Colégio de França, Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais, Centro Nacional de Pesquisa Científica. Privilegiados, invulneráveis, recebem, da própria sociedade que eles desejam destruir, subvenções vitalícias, em troca de muito pouco trabalho. Mas, em vez de permanecerem no anonimato, seus livros alcançam grande sucesso de público. *Sur la télévision* [Sobre a Televisão] e *Contre-Feux* [Aceiros] de Pierre Bourdieu, o mestre-escola, ou os *Nouveaux Chiens de Garde* [Os Novos Cães de Guarda] de Serge Halimi (em referência a *Chiens de garde*, panfleto contra os filósofos “burgueses” publicado por Paul Nizan em 1932), permaneceram durante meses na lista dos mais vendidos. Foram publicados por sua própria editora, *Liber-Raisons d'Agir*. Esses autores influenciam a opinião pública de outras maneiras além dos livros: seu apoio às greves do inverno (1995-96), às reivindicações dos imigrantes clandestinos, os “sem-documentos”, aos desempregados em final de benefício, antes e depois do Natal de 1997, emprestaram a essas manifestações um caráter doutrinário e uma repercussão na mídia que foi embaraçosa para os governos de direita e de esquerda, até mesmo e principalmente para o governo socialista de Lionel Jospin. O semanário *L'Événement du jeudi* (25 de junho de 1998), em uma pesqui-

216 Não confundir esse grupo com os refundadores ou “reconstrutores” franceses, que almejam, ao contrário, um comunismo modernizado e mais democrático.

sa sobre a “rede Bourdieu”, concede a este o título de “mais influente intelectual francês”.

O pensamento de extrema esquerda traduz-se, portanto, em conseqüências políticas, a ponto de revigorar o sangue eleitoral dos trotskistas e dos esquerdistas, que voltam a ficar agressivos, infiltrando-se nos sindicatos e ameaçando o Partido Comunista, que começa a se esvaziar pela esquerda. Após as eleições regionais da primavera de 1998, foi muito comentado o resultado da extrema direita, que na realidade havia apenas estagnado em torno dos 15% que havia alcançado há dez anos. Foi menos enfatizada a novidade de uma sensível arrancada da extrema esquerda, que triplicou suas cadeiras em relação às eleições regionais anteriores, de 1993, enquanto o Partido Comunista parecia irremediavelmente congelado, com menos de 10% dos votos válidos. Será que ele vai cair ainda mais? Seu secretário nacional, Robert Hue, desnortado, resolve cobrir o lance. Ele concorre com a extrema esquerda, proclamando em altos brados, com um vocabulário de outras eras, que “os patrões têm de pagar mais impostos”, declarando-se extasiado, retrospectivamente, com o marxismo, “um sopro de ar fresco”, como ele declara ao periódico *Libération* (15 de maio de 1998). Para ver no marxismo, em 1998, um sopro de ar fresco, é preciso realmente estar com calor.

Pode-se argumentar que, afinal, em 1998, 12 ou 13 governos da União Européia e muitos de outros continentes têm orientação de esquerda e que, portanto, a extrema esquerda está caminhando “no sentido da história”. Esta seria uma visão superficial. Já vimos que a maioria das esquerdas que estão no poder pouco têm a ver com o que se entendia por esquerda há duas ou três décadas. Portugal e Holanda são governados por socialistas, mas o fosso que os separa dos socialistas franceses – que também estão evoluindo para o “pragmatismo” – é mais profundo do que as nuances que os distinguem do governo espanhol de José Maria Aznar, classificado como de direita. Não voltarei a comentar os governos italiano e britânico, que não se ligam mais à esquerda senão por um fio bem tênue e mais pelo discurso. A derrocada do sovietismo, a acentuação liberal de vários antigos partidos social-democratas, como o SPD de Gerhard Schröder na Alemanha, como o Partido Socialista Sueco ou o Partido Peronista de um velho regime centralizador como o da Argentina, ou ainda o Partido Revolucionário Institucional do México, a conversão da China a um capitalismo cada vez menos controlado, tudo isso mostra que os rótulos e o vocabulário políticos do século XX se desmantelaram. O Partido dito “revolucionário” dominicano também é, na

realidade, um pacífico partido socialdemocrata tão cuidadosamente reformista quanto os seus congêneres europeus ou sul-americanos. Na política, assim como em outras situações na vida, não basta ler o rótulo para saber que gosto tem o conteúdo de um produto. A verdadeira fratura encontra-se entre a esquerda liberalizada e a extrema esquerda radicalizada.

A extrema esquerda torna-se mais visível precisamente devido ao seu isolamento. Ela deixou de ser uma corrente mesclada à esquerda que ocupa o poder, já que esta professa idéias reformistas que pertenciam à direita de há vinte anos. A extrema esquerda se beneficia da ilusão de ótica que amplia o tamanho das ilhotas, na maré baixa, quando o mar recua. Com certeza ela conseguiu reunir os nostálgicos de um pensamento arcaico, aqueles que perderam toda a esperança de influenciar, de dentro, as práticas dos partidos da ex-esquerda clássica. O simplismo de suas idéias é ainda mais surpreendente por emanar de intelectuais que dispõem de todos os meios de informação acerca da história e das sociedades do século XX: é preciso fazer com que os ricos paguem tudo, ou seja, impedi-los de ganhar dinheiro; os jornalistas são, sem exceção, lacaios do capital e do poder político; a derrocada do comunismo internacional não prova que era um mau sistema.

A extrema esquerda permanece, na realidade, restrita ao mundo intelectual. Na França, a vibração das eleições regionais de 1998 foi seguida de um enfraquecimento nas eleições européias de 1999. Eleições essas que indicaram também uma queda adicional do Partido Comunista, que chegou abaixo do resultado já muito deprimente (8,6%) que havia obtido nas eleições presidenciais de 1995. Assim, apesar de ter conservado um inegável talento para organizar manifestações, sobretudo de apoio aos combates de retaguarda corporativistas, a extrema esquerda, incluindo os comunistas, deixou de ser um movimento popular.²¹⁷ Sem força eleitoral, seu poder de fogo ou o que resta dele provém, quase exclusivamente, de uma fortaleza protegida no seio da classe intelectual e dos jornais que a defendem.

Portanto, uma vez mais nesse final de século XX, depois de tanto instigarem a humanidade a se desviar do caminho, um número significativo de intelectuais falharam, pela última vez, no cumprimento de sua missão. Em vez de ajudar o público a entender o que está acontecendo, eles se agarram a seus preconceitos calamitosos sob pretexto de estarem ajudando aos mais fracos. Ora, na verdade, eles contribuem para multiplicá-los oferecendo-lhes os piores conselhos, princi-

217 O sucesso do movimento ecologista (9,8%) liderado por Cohn-Bendit, partidário da União Européia e por isso às vezes acusado de liberalismo, não pode ser classificado como de extrema esquerda. Alguns, como Emmanuel Todd, chegam a classificar Cohn-Bendit totalmente à direita.

palmente o de recusar, em bloco, o mundo moderno. Um dos livros de Pierre Bourdieu, *Contre-Feux*, tem como subtítulo: “Proposta para apoiar a *resistência* (sic) contra a invasão (sic) neoliberal.” O escritor mexicano Carlos Fuentes lança-se sobre Chiapas incitando os infelizes camponeses a empreender ações violentas que não têm saída e, sobretudo, extraindo disso uma glória pessoal de intelectual “revolucionário”. O arcaísmo não faria pior. Frequentemente se observa que uma ideologia torna-se mais virulenta quando está prestes a desaparecer. A extrema esquerda não é exceção. Sua crescente marginalização nas urnas, em contraste com o sucesso comercial de certos livros de seus pensadores, mostra que a sua audiência não são as “massas” e sim as elites, no sentido amplo do termo: as camadas culturais que, de alto a baixo na escala de intelectualidade, conduzem ou acompanham com fervor os debates ideológicos. Obviamente, os autores e as organizações da extrema esquerda oferecem a uma importante parcela dessas camadas culturais, senão à maioria, aquilo que elas querem ouvir.

E que mensagem é esta? Mesmo lendo com atenção os textos que a veiculam, não conseguiremos encontrar aí uma renovação da reflexão. Só encontramos a mais antiquada lógica marxista, em versão ainda mais indigente que a do passado. Em poucas palavras: é preciso destruir o capitalismo; a imprensa e a mídia em geral estão vendidas ao “pensamento unificado” neoliberal; uma conspiração, herança do antigo “complô anticomunista”, amordaça a extrema esquerda ou a faz cair na armadilha de pretensos debates que só servem para tirar-lhe o direito à palavra constantemente.

Esse era um dos refrões de Georges Marchais, que passava dezenas de horas na televisão, a cada ano, apenas queixando-se de nunca ser convidado para ir à televisão. Mas ele estava lá. Pierre Bourdieu faz melhor ainda: recusa os convites sob alegação de que ninguém o convida! Ou, mais precisamente, porque, segundo ele, ninguém o deixaria expressar-se. Entenda-se: porque haveria o risco de alguém lhe fazer algumas objeções, como em qualquer debate. Comparado a essa falta de receptividade proposital de Bourdieu, o diálogo-monólogo do saudoso Georges Marchais, com quem eu tive muitas vezes o prazer de dividir o palco, pode ser visto, retrospectivamente, como um exemplo de tolerância, fineza e espírito aberto.

Falando em experiência, Daniel Schneidermann, em seu ensaio intitulado *Du journalisme après Bourdieu* [O Jornalismo após Bourdieu],²¹⁸ dissecou muito bem o funcionamento dessa idéia fixa que cria, ela mesma, as provas daquilo que denun-

218 Fayard, 1999.

cia, voltando a decretar: recuso as discussões porque aqueles que as propõem só querem discordar de mim, em vez de se limitarem a me ouvir. Isso prova que eles me censuram.

Esse recurso à *self fulfilling prophecy*,* aliás, é uma das estratégias favoritas da extrema esquerda. Quando o capitalismo não produz estragos suficientes, eles tentam aperfeiçoar a demonstração de sua iniquidade, agindo em seu lugar. Foi o que ocorreu no campo da educação, tendo conseqüências bem mais trágicas do que aquelas que nos privam da alegria de ouvir Bourdieu na televisão com mais freqüência.

Os ideólogos da extrema esquerda já haviam constatado, desde o começo da década de 1970, que a teoria de Bourdieu sobre a escola, exposta em seu livro *La Reproduction* [A Reprodução], era falsa, que a escola do tipo Jules Ferry** sempre havia sido e continuava sendo um meio de ascensão social para as crianças de origem modesta. Assim, eles fizeram com que ela acabasse. Para isso, bastava reorganizar o ensino público de tal maneira que essas crianças, ou melhor, que *todas* as crianças ficassem impossibilitadas de alcançar bons resultados no estudo, por mais que se esforçassem. A melhor forma de chegar a esse resultado era destruir o ensino. Assim, há trinta anos os militantes defensores do pensamento de Bourdieu, através de suas funções no Ministério da Educação, apoderaram-se de todas as alavancas de comando do *pedagogismo* – que é uma ideologia e não deve ser confundido com a pedagogia, que é uma arte – e conseguiram seu intento: *tornaram a escola conforme à teoria de Bourdieu*. A aplicação dos métodos inspirados em Bourdieu comprovou as teses deste. Tornou realidade os males até então imaginários denunciados por Bourdieu. De fato, como agora não se ensina mais nada na escola, ela não pode mais servir como meio de “ascensão social”. Ela fabrica o “fracasso escolar” às toneladas, gerando analfabetos não-empregáveis e desempregados. Para culminar, os ideólogos da corrente “bourdiviana” dão-se ao luxo de apontar, nesses resultados desastrosos, os efeitos maléficos do neoliberalismo, quando eles resultam de seu próprio “pedagogismo” totalitário.

É impressionante ver o quanto o domínio conceitual de Bourdieu se justapõe ao dos intelectuais comunistas da década de 1970. Em 1980, quatro intelectuais comunistas publicaram, através das Edições Sociais (editora do PCF), um texto

* N. do T.: Expressão em inglês que significa, ao pé da letra, uma “profecia que se autocumpre”, ou seja, algo que é previsto e ao mesmo tempo transformado em realidade, direta ou indiretamente, pela própria pessoa que fez a previsão.

** N. do T.: Eminent político francês do século XIX, conhecido por suas idéias no campo educacional. Foi pioneiro em estabelecer, através de uma lei de 1882, o ensino gratuito, obrigatório e leigo, ou seja, desvinculado do clero, que até então dominava essa atividade na França.

sobre a cultura.²¹⁹ Depois de se vangloriarem de que “a ação cultural das prefeituras comunistas contribuiu significativamente para aumentar a necessidade de cultura”, os autores acusam o governo de ter “feito da cultura uma *mercadoria*”. Que original! Parece que estamos ouvindo um ministro socialista de 1999 repreendendo a OMC. O que tende a comprovar que o comunismo retardatário de 1980 influencia muito mais o socialismo francês do final do século que o liberalismo. “A atuação do governo nesse setor visa a ‘dissocializar’ ao máximo a vida cultural, encorajando o olhar para dentro de si e o individualismo.” Novamente, encontramos a fobia anti-individualista de todos os regimes totalitários, de todos os reacionários, para quem a autonomia individual deve ser erradicada, em benefício de um engajamento coletivo. O que é preciso fazer para degolar “a contra-ofensiva ideológica empreendida na França pelas forças do grande capital”? É preciso eliminar “as mercadorias fabricadas pela indústria da cultura: rádios, aparelhos de som, televisores, gravadores, câmeras de vídeo, máquinas fotográficas, videocassetes, discos, livros de bolso etc”. Em suma, para salvar a cultura, precisamos suprimir a música, o cinema, a fotografia, a literatura, a informação, o teatro televisionado, os programas sobre arte. É espantosa a semelhança entre essas excomunhões reacionárias e as imprecações de Bourdieu e seus discípulos, vinte anos depois, contra a televisão, as editoras, o jornalismo, a cultura. Elas têm tanta visão quanto a filosofia de um secretário de célula do partido em 1950.

De onde vem a idéia de que a televisão ou, mais genericamente, os meios de comunicação audiovisual são assassinos da cultura? E mesmo da liberdade: Régis Debray, por exemplo, estabeleceu, em sua obra *Le Pouvoir Intellectuel en France* [O Poder Intelectual na França] (1979), um paralelo entre a repressão policial na Europa Oriental e o “gigantesco arsenal simbólico dos países capitalistas”, ou seja, o batalhão onipresente das antenas de televisão. Dois poderes totalitários paralelos: no Leste, Iuri Andropov e seus manicômios especiais; no Ocidente, Bernard Pivot e seus “Apostrophes”.

Em 1996, em um ensaio deliciosamente irônico, *Les Belles Âmes de la culture* [As Belas Almas da Cultura] (Seuil), Pierre Boncenne examina e avalia o libelo

219 Jean-Paul Jouary, Guy Pélachaud, Arnaud Spire, Barnard Vasseur, *Giscard et les idées, essai sur la guerre idéologique* [Giscard e as idéias, ensaio sobre a guerra ideológica].

* N. do T.: Bernard Pivot apresentou, durante 25 anos (de 1975 a 2000), um programa cultural sobre literatura na TV francesa. Inicialmente denominado “Apostrophes” [Apóstrofes] e mais tarde “Bouillon de Culture” [Caldo de Cultura], o programa promovia interessantes debates sobre temas variados entre escritores de renome, citando livros que tratassem do assunto. O programa tinha elevados níveis de audiência e contribuiu de forma significativa para estimular o hábito da leitura na França.

acusatório. O autor, um colaborador de Bernard Pivot, inicialmente no programa “Apostrophes” e depois em “Bouillon de culture”, foi também redator chefe da revista *Lire* e diretor-fundador da revista *Écrivain*, o que parece indicar que o mesmo indivíduo pode servir à causa da literatura ao mesmo tempo na “telinha” e no papel. Acontece que uma tal co-habitação infringe as leis da *charia** “revolucionária”, a julgar pelo que dizem as “belas almas” cujos temores pudicos o culpado nos descreve com muito humor.

O problema é que, muitas vezes, os argumentos dessas belas almas repousam sobre uma flagrante ignorância dos fatos. Por exemplo, Pierre Bourdieu declara: “Nunca o moralismo e o conformismo se impuseram com tamanha violência e constância através da televisão, sendo sintomático que os prêmios literários sejam concedidos, cada vez mais, a jornalistas, confirmando-se assim seu papel de mestres do pensamento do pobre.” O que é sintomático é ver um professor do Colégio de França, diretor de pesquisas na Escola de Estudos Superiores de Ciências Sociais, cometer um erro tão grosseiro que um redator-chefe não toleraria em um estagiário inexperiente. Se é dessa maneira que os sociólogos verificam suas fontes, a sociologia não merece nem uma hora de leitura. Se gastasse cinco minutos consultando a lista dos laureados desde 1970 (com exceção do prêmio *Interallié*, instituído oficialmente para ser concedido de preferência a um jornalista), Bourdieu teria percebido que sua tese não se sustenta, como Boncenne tem o prazer de demonstrar em apenas dez linhas. Além disso, desde o início do século XIX, existe o fenômeno de escritores que escrevem para jornais, de Chateaubriand a Zola, de Maupassant à Montherland, chegando até Nourissier ou Rinaldi, Buzzati e Vargas Llosa.

Pierre Bourdieu não é um sociólogo científico, mas um ideólogo fanático. Suas deduções são baseadas em “fatos” que freqüentemente decorrem de uma cascata de erros elementares que poderia evitar com um modesto trabalho de pesquisa da informação. Ele ou, mais precisamente, as “equipes” que ele “dirige” e cujo ponto forte não parece ser nem o esforço nem o escrúpulo na coleta dos fatos. Mais uma vez, só podemos lamentar tamanho desperdício do dinheiro público usado para financiar as “pesquisas” de pretensos “pesquisadores” pouco preocupados em verificar até mesmo uma informação banal no *Petit Larousse* ou no *Quid*.

É nosso direito esperar um pouco mais de sutileza na reabilitação do marxismo e nas acusações contra o capitalismo. Principalmente porque, em setenta anos de existência, o comunismo revelou-se como o mais poderoso agente destruidor, en-

* N. do T.: Lei canônica islâmica.

tre outras coisas, da cultura. Ao contrário, durante o mesmo período, as culturas “capitalistas” da Europa e das duas Américas não parecem ter sido totalmente estéreis. A proeza de Bourdieu e de seus discípulos consiste em reafirmar de modo abstrato um princípio *a priori*. Eles agem como se a história jamais tivesse existido. Essa eliminação radical do passado lhes poupa o esforço de se lançarem nas elaboradas argumentações dos defensores mais tímidos do comunismo, que levam em conta as realidades, embora invocando circunstâncias atenuantes.

Em nome de sua “ciência” sobre-humana, Bourdieu e seus seguidores afastam com desprezo os *conhecimentos* humanos. Eles utilizam afirmações, nunca argumentos. Na revista *Esprit*,²²⁰ Olivier Mongin e Joël Roman, respectivamente diretor e redator-chefe da revista, que não podem ser classificados como sendo de direita, acusam Bourdieu de “prática deliberada da mentira e da falsificação” que “destrói as regras mais elementares da deontologia intelectual (...) além de curiosos exageros que revelam muito mais uma mentalidade policial do que escrúpulos de sociólogo”. Bourdieu, acrescentam, “encarna o tipo mais obsoleto de engajamento”; ele invoca “o puro argumento da autoridade”, ele parte do seguinte postulado: “Eu sou a ciência, porque eu assim o digo, porque sou professor do Colégio de França, onde reina o espírito científico.” Esse raciocínio, do qual o pretendo intelectual extrai a prova da veracidade daquilo que diz, pelo simples fato de ser ele a dizê-lo, encontra-se, naturalmente potencializado, nos discípulos de Bourdieu. Por exemplo, Serge Halimi escreve para o *Monde Diplomatique*. Em seu libelo *Les Nouveaux Chiens de garde*, decreta que *Le Passé d'une illusion* de François Furet é “história de má qualidade”. Que prova ele oferece para sustentar essa condenação? Ela se baseia por completo no fato de que o livro de Furet foi “definitivamente refutado”, segundo ele, por um artigo do *Monde Diplomatique*,²²¹ “publicação que tem, inclusive, entre seus colaboradores, Halimi”, assinala Daniel Schneidermann. Esta coincidência torna ridículo o discurso agressivo de Halimi contra os “editorialistas de mercado”. Não que seja proibido a um autor citar em seu livro um artigo publicado em um jornal para o qual ele escreve. Mas se ele o fizer, deverá ser no intuito de retomar os argumentos e não para eximir-se de ter que apresentá-los ou de ter que mostrar provas para suas afirmações. Se Furet foi “definitivamente refutado” pelo *Monde Diplomatique*, que ninguém é obrigado a conhecer de cor, gostaríamos de saber em que se baseou essa rejeição definitiva. Mais catastrófico do que um “editorialista de mercado”, se é que existe tal

220 Julho de 1998.

221 Dezembro de 1996.

coisa, é um editorialista que escreve o que lhe é imposto – e portanto submetido a uma ditadura. E uma ditadura parece ser o único sistema político no qual uma escola intelectual como a de Bourdieu poderia respirar livremente, pois seria o único a lhe conceder o que ele deseja com todas as forças de seu “pensamento unificado”: o monopólio da palavra, a redução dos seus adversários ao silêncio. Quando um grupelho de intelectuais serve de exemplo, sua intolerância acaba por impregnar o que poderíamos chamar de baixo clero da intelectualidade. Em 1997, uma arquivista do Liceu Edmond-Rostand, em Saint-Ouen-l’Aumône, apoiada por um “grupo de professores”, o que é alarmante, promove um expurgo na biblioteca do liceu. Retira as obras de autores que ela considera “de extrema direita”, fascistas, inclusive as obras de dois eminentes escritores e historiadores, Marc Fumaroli e Jean Tulard. Pior: o tribunal de Pontoise rejeitou o pleito dos autores censurados, que haviam entrado com uma queixa de danos morais. O tribunal alegou “que não se pode considerar que a Sra. Chaïkhaoui tenha cometido um erro ao estabelecer uma lista de títulos que ela julgava perigosos”.²²² Em que medida *Rhétorique et dramaturgie cornéliennes* [Retórica e dramaturgia de Cornélio] de Fumaroli, ou o *Napoléon* de Tulard são perigosos, sob que ponto de vista e para quem? Que legitimidade, que mandato e que competência qualificam a Sra. Chaïkhaoui para pronunciar-se a respeito do “perigo” de uma obra intelectual e para censurá-la? Voltamos ao tempo da Inquisição? Trata-se de um ato injustificável e desonroso. Será que, ao absolvê-la, os juízes se deram conta do tipo de sociedade para a qual eles estão abrindo caminho? Mas a justiça não ousaria desautorizar um “grupo de professores”, portanto uma censura de esquerda, mesmo que ela fosse contrária a todas as leis da República. Por outro lado, quando o prefeito de Orange, membro do Partido da Frente Nacional decidiu, em 1995, restabelecer o “equilíbrio ideológico” na biblioteca municipal, que possuía, segundo ele, um excesso de livros de esquerda, quase toda a imprensa comparou esse ato de sectarismo aos autos-de-fé de livros da era Hitler. Mas quando o auto-de-fé vem da esquerda, ele recebe as bênçãos do Ministério da Educação e do Poder Judiciário, mesmo quando está calcado em uma falta de cultura crassa e em uma flagrante ignorância em relação aos autores censurados.

Vivemos em um país onde um funcionário qualquer pode expurgar uma biblioteca, bastando para tanto imputar aos expurgados, contra todas as evidências, simpatias fascistas ou racistas – e por que não? – a responsabilidade pelo holo-

222 Ver a respeito meu artigo “L’index au XX^e. siècle” em minha coletânea *Findu siècle des ombres*, Fayard, 1999, p. 585.

causto. Nossas elites reprovam a censura e a calúnia quando elas provêm da Frente Nacional, raramente quando elas emanam de outra origem ideológica. O ideólogo, por sua vez, só percebe o totalitarismo em seus adversários, nunca nele próprio, já que ele é o dono da Verdade absoluta e tem o monopólio do Bem. Intelectuais policialescos e caluniadores proliferaram nos últimos anos, à esquerda, mais ainda do que à direita. Ora, quando elas atingem o estágio do sectarismo persecutório, a direita e a esquerda deixam de ser diferentes para fundirem-se no seio de uma mesma realidade, o totalitarismo intelectual. Os princípios que cada uma defende já não têm qualquer interesse. Eles se apagam diante da identidade de comportamento, que as torna indistinguíveis.

Já defini a extrema esquerda como um “populismo elitista”. Em um artigo escrito para o *Monde*, Claude Lanzmann e Robert Redeker²²³ contestam que a noção de populismo seja adequada à nova extrema esquerda. Eles dizem:

Nada nos permite supor que Bourdieu seja populista. Ele produz, sob uma aparência científica, as vulgaridades que constituem a essência das conversas da pequena burguesia estatal. Vulgaridades sobre o ensino, o jornalismo, a televisão, a economia e, agora, sobre as relações entre homens e mulheres. Bourdieu fabrica o “prêt-à-penser”* dessa pequena burguesia. É ela (e não a plebe – senão poderíamos realmente chamá-lo populista) que lê os livros da coleção *Liber*. É ela que pensa que todos a enganam, menos Bourdieu.

Concordo com essa descrição e acrescento que alguém pode ser populista pelos procedimentos empregados e elitista pelo público ao qual se dirige. O populismo consiste nas idéias sumárias, nas afirmativas gratuitas, nos fatos deturpados ou grosseiramente caricaturados, na condenação de todos os que contradizem essas idéias, na arte de alimentar seus seguidores com o delírio segundo o qual o populista é vítima de uma conspiração dos “senhores do mundo”, os judeus, no caso de Hitler, ou os capitalistas, no caso dos marxistas, ou os jornalistas, ou a televisão, ou os agentes da “globalização”, segundo o caso, a

223 Em 18 de setembro de 1998. R. Redecker faz parte da equipe de redação de *Temps Modernes*, onde, como se sabe, Claude Lanzmann é diretor.

* N. do T.: O autor faz uma analogia com “prêt-à-porter”, que significa vestuário informal, fabricado em série, para uso diário, em oposição à alta costura. O autor utiliza “prêt-à-penser” para expressar uma filosofia superficial, “barata”, pouco elaborada.

época, o credo.²²⁴ O populista nunca tem interlocutores. Ele só tem partidários fanáticos ou inimigos conspiradores. Estes só merecem ser insultados, desconsiderados, censurados, caricaturados, se não puderem, infelizmente, ser “liquidados”: esta seria uma forma de encerrar a discussão que traria alguns inconvenientes judiciais em uma democracia. Se existem “novos cães de guarda” são precisamente aqueles que cuidam da segurança pessoal da extrema esquerda em geral e de Bourdieu em particular. Eles implementaram um dispositivo de uma eficácia feroz para desacreditar e sepultar, por exemplo, o livro de Jeannine Verdès-Leroux, *Le Savant et la politique, essai sur le terrorisme sociologique de Pierre Bourdieu* [O Sábio e a Política, ensaio sobre o terrorismo sociológico de Pierre Bourdieu].²²⁵ Bastou um punhado de injúrias para torcer o pescoço dessa obra. A operação fracassada contra o *Livro Negro*, uma obra muito volumosa que conseguira perfurar a parede da desinformação, conseguiu ter sucesso contra o livro sobre Bourdieu, tema cuja “magreza” requer, sem dúvida, muito menos esforço. Outro livro inoportuno, embora em campo completamente diferente, também foi embalsamado clandestinamente: o de Bertrand de la Grange e Maïté Rico: *Sous-commandant Marcos, la géniale imposture* [Sub-comandante Marcos, o genial impostor]. É proibido desmistificar Chiapas!²²⁶ Em suma, há muitas formas de pensar, de falar e de agir que são populistas, mesmo quando o público que sucumbe ao seu vácuo obsessivo e repetitivo não é a “plebe”. Em 1940, depois de ler um discurso de Hitler, Jean Guéhenno observou: “O pensamento é confuso mas brutal, incrivelmente adaptado ao público. Poderia bem ser um discurso de Thaelmann ou de Thorez. Toda idéia clara se perde nessa “salada” de palavras. O comunismo e o nacional-socialismo aí se encontram associados pelo que têm de mais baixo.”²²⁷

224 “Questions aux vrais maîtres du monde” é o título de um discurso pronunciado por Pierre Bourdieu em 11 de outubro de 1999, em Paris, perante o Conselho Internacional para a Televisão e o Rádio.

225 Grasset, 1998.

226 Plon/Ifrane, 1998. Os autores sendo, respectivamente, um jornalista do *Monde* e um do *El País*, não podem ser suspeitos de simpatias “fascistas”. Mas eles tinham um grande problema: conheciam verdadeiramente o México e haviam observado por muito tempo a realidade do Chiapas, tempo suficiente para não se deixarem iludir, como os vários intelectuais e senhoras beneficentes que dedicaram ao assunto alguns instantes... ou o tempo suficiente para desenvolver uma engenhosa teoria. Ver a análise desse livro feita por Mario Vargas Llosa, “L’autre visage de l’utopie” [A Outra Face da Utopia], *Le Point*, n. 1344, 20 de junho de 1998. Artigo originalmente publicado no jornal *El País*.

227 Jean Guéhenno, *Journal des années noires (1940-1944)* [Diário dos Anos Negros (1940-1944)], Gallimard, 1947. Ernst Thaelmann foi o candidato comunista nas eleições presidenciais da Alemanha em 1932. Ele ficou em terceiro lugar, atrás de Hindenburg (eleito) e Hitler. N. do T.: Maurice Thorez, militante comunista ativo desde os 19 anos, foi Secretário-Geral do Partido Comunista Francês de 1930 até sua morte em 1964. Viveu exilado na União Soviética no final da Segunda Guerra Mundial. De volta à França, ocupou cargos de destaque na Quarta República, durante o governo de Gaulle. Era de tendência fortemente stalinista, tendo mantido sua admiração por Stalin mesmo após as denúncias contra ele pelo próprio Khrushchev, em 1956.

Esse nivelamento por baixo não requer, para sua prática, as multidões de Nuremberg ou da Praça Vermelha. Ele pode fazer maravilhas em círculos restritos, desde que exerça o efeito catalisador da massa, tão bem descrito por Gustave Le Bon, efeito que pode se exercer sobre uma elite e sem que a audiência subjugada esteja fisicamente presente e reunida em um mesmo local. Entretanto, acho que Lanzmann e Redeker não são muito generosos quando limitam as elites de extrema esquerda à “pequena burguesia estatal”. Elas vão além disso. O texto citado acima, “Questions aux maîtres du monde” de Pierre Bourdieu foi publicado simultaneamente pelos jornais *Le Monde*, *L’Humanité* e *Libération* – apenas.

Não devemos esquecer que esse populismo, que se resume à afirmação incessantemente reiterada daquilo que sua “elite” desesperada deseja ouvir, tende para o mesmo fim eterno e primordial: restabelecer a crença segundo a qual o marxismo continua sendo justo e o comunismo não foi mau, ou pelo menos foi menos mau do que o capitalismo. Isso explica o empenho do jornal *Le Monde diplomatique*²²⁸ em garantir a divulgação em francês da obra do marxista inglês Eric Hobsbawm, *L’Âge des extrêmes (1914-1941)* [A Era dos Extremos (1914-1941)], impávido revisionista como nenhum outro, que chega ao ponto de recusar-se a admitir, ainda hoje, que foram os soviéticos os autores do massacre de Katyn, embora o próprio Mikhail Gorbatchev o tenha reconhecido em 1990, e diversos documentos oriundos dos arquivos de Moscou o tenham confirmado desde então. Como várias editoras francesas recusaram a proposta de publicar em francês a mixórdia de Hobsbawm, elas logo foram acusadas de estar atendendo a uma palavra de ordem dos capitalistas. Ora, se as editoras francesas que recusaram Hobsbawm por fidelidade a uma lógica de honestidade intelectual e de seriedade profissional estivessem, ao contrário, interessadas apenas no lucro, elas teriam prontamente aceitado publicar o livro. Pois esse manual de mágica da mais pura propaganda ideológica só poderia trazer lucro, o que de fato ocorreu.²²⁹ Mais uma vez, ficou provado que existe na França um público bem grande e determinado que, sempre que possível, quer se consolar pela queda do comunismo, que deseja ouvir repetir, diariamente, que o socialismo real não fracassou e que o capitalismo é o único demônio a ser exorcizado. Esse é o objetivo da cruzada destinada a expulsar dos lugares santos o neoliberalismo. Esse é um filão editorial e jornalístico extre-

228 Ver o resumo do “caso Hobsbawm” no *Le Monde* de 28 de outubro de 1999.

229 *L’Âge des extrêmes* foi publicado pela Editora Complexe, no final de outubro de 1999. Em 12 de novembro ele já estava na lista dos mais vendidos do jornal *Le Point*.

mamente rentável, como se pode constatar com regularidade desde o desaparecimento da União Soviética.

Uma visão da história assim tão pobre de conhecimento e tão limitada por um estreito delírio de perseguição não conseguiria exercer qualquer influência sem o vazio e a esclerose que afetam, por outro lado, o pensamento político. Refiro-me ao pensamento político dos políticos e dos comentaristas especializados que a eles se dedicam por profissão. Mesmo quando estes são muito pouco complacentes em suas perguntas aos políticos e em suas críticas a eles, ainda assim essas questões e essas críticas giram em torno da mesma problemática, das mesmas idéias preconcebidas, e percebemos que nenhuma nova leitura veio perturbar sua imutável rotina. No entanto, a reflexão sobre a história, a economia, a política, as sociedades, foi enriquecida nesse último quarto de século, em vários países, por uma notável produção de autores originais e de obras profundas, entre as quais algumas têm, além disso, um sedutor mérito literário. Porém essas obras, que contribuem para transformar ou ampliar o conhecimento e a interpretação das sociedades, não produzem efeito algum sobre os políticos ou sobre os profissionais da comunicação política. Será que eles as lêem, ou, pelo menos, um resumo delas? Se o fazem, então se apressam em esquecer o que leram, a julgar pela enfadonha repetição de duas ou três máximas que lhes servem de teoria e que sempre se referem a situações pontuais e cálculos de curto prazo. Quando digo duas ou três estou sendo generoso. Desde o fim do Império Soviético, somente uma subsiste: a do antiamericanismo. Tomemos como exemplo a França, país ao qual me refiro com frequência por ser o paradigma do experimento de resistência aos ensinamentos da catástrofe comunista. Se retirarmos o antiamericanismo, tanto à direita quanto à esquerda, não sobrar nada do pensamento político francês. Está bem, não sejamos mesquinhos, sobram talvez 3% ou 4%, nos meios que ocupam a liderança do efêmero.

A globalização, por exemplo, raramente é analisada como tal, assim como as funções da Organização Mundial do Comércio. Ambas causam medo. Por quê? Porque tornaram-se sinônimos da superpotência norte-americana.²³⁰ Se alguém replica que a globalização dos intercâmbios não é benéfica apenas aos Estados Unidos, unilateralmente, já que esse país compra mais do que vende no exterior e, por isso, sua balança comercial é cronicamente deficitária; se alguém argumenta

230 Ver a pesquisa publicada em *Les Échos* de 2 de novembro de 1999.

que a OMC não é essencialmente nefasta aos europeus ou aos asiáticos, do contrário, tantos países que ainda não fazem parte dela (a China, por exemplo, cujo ingresso foi finalmente decidido em novembro de 1999) não fariam de tudo para serem admitidos, esse alguém estará falando para surdos. Porque essa pessoa estará falando em termos racionais para uma audiência que se situa no campo das idéias fixas obsessivas. De nada adiantará mostrar-lhes os elementos reais de reflexão, isso só servirá para que a pessoa seja rotulada como lacaio dos norteamericanos. No entanto, a OMC decidiu favoravelmente à União Européia em mais da metade dos conflitos com os Estados Unidos, e já os condenou várias vezes por subsídios disfarçados. Longe de ser a feira livre do *laissez-passer*, a OMC foi criada precisamente para garantir a concorrência leal nas trocas mundiais.

O ódio aos Estados Unidos é alimentado por duas fontes distintas, muitas vezes convergentes: os Estados Unidos são a única superpotência, desde o fim da guerra fria; os Estados Unidos são o principal campo de atuação e centro de expansão do demônio liberal. Os dois motivos de execração se conjugam, pois é precisamente devido ao seu caráter de “superpotência” que os Estados Unidos da América espalham a peste liberal sobre todo o planeta. Daí resulta o cataclismo vituperado sob o nome de globalização.

Se essa acusação for tomada ao pé da letra, devemos concluir que o remédio para os males denunciados seria a instalação ou a restauração, em cada país, da economia estatizada, e um total fechamento às trocas internacionais, inclusive e sobretudo, na área cultural. Chegamos assim a uma versão pós-marxista da autarquia econômica e cultural desejada por Adolf Hitler.

Em termos de política internacional, desde o final da Guerra Fria, os Estados Unidos são mais detestados e criticados, mesmo por seus próprios aliados, do que eles o foram durante aquele período pelos partidários confessos ou enrustidos do comunismo. A ponto de despertarem uma onda de reprovação das mais agressivas mesmo quando tomam iniciativas de interesse dos seus aliados, assim como deles próprios, e que somente eles podem tomar. Durante o inverno de 1997-98, quando Bill Clinton anunciou uma eventual intervenção militar no Iraque, para forçar Saddam Hussein a respeitar seus compromissos de 1991, surgiram diversas reações de hostilidade contra os Estados Unidos. Somente o governo britânico assumiu posição favorável a eles.

No entanto, o problema era claro. Há vários anos, Saddam recusava-se a destruir seu arsenal de armas de destruição maciça, impedindo os inspetores das

Nações Unidas de controlá-los, violando assim uma das principais condições aceitas por ele próprio no acordo de paz que se seguiu à sua derrota em 1991. Considerando tudo de que esse personagem é capaz, não se podia negar a ameaça para a segurança internacional representada pelo acúmulo de armas químicas e biológicas em suas mãos. Entretanto, o principal escândalo que uma boa parte da opinião internacional denunciava era o embargo imposto ao Iraque. Como se o verdadeiro culpado das privações sofridas pelo povo iraquiano não fosse o próprio Saddam, que arruinara seu país lançando-se em uma guerra contra o Irã em 1981, depois contra o Kuwait em 1990 e, finalmente, criando entraves à execução das resoluções da ONU sobre o seu armamento. Por ódio aos Estados Unidos, esse ditador sanguinário recebia o apoio dos críticos do embargo, apoio esse que vinha tanto da extrema direita quando da extrema esquerda (Frente Nacional e Partido Comunista na França) ou dos socialistas de esquerda (o semanário *The New Statesman*, na Grã-Bretanha ou Jean-Pierre Chevènement, então Ministro do Interior na França), e da Rússia, bem como de uma parte da União Européia. Tratava-se portanto de um denominador comum antiamericano e não de uma escolha ideológica ou estratégica coerente.

Muitos países, inclusive a França, não negavam a ameaça representada pelos armamentos iraquianos, mas declaravam preferir uma “solução diplomática” à intervenção militar. Ora, exatamente a solução diplomática era rejeitada há sete anos por Saddam, que muitas vezes havia expulsado os representantes da ONU! Quanto à Rússia, ela alegava que o uso da força contra Saddam colocaria em risco seus próprios “interesses vitais”. Não se sabe de que forma isso ocorreria. A verdade é que a Rússia não perde nenhuma oportunidade de manifestar seu rancor por não ser mais a segunda superpotência mundial, como ela era, ou acreditava ser, no tempo da União Soviética. Mas a União Soviética morreu por seus próprios vícios e a Rússia continua sofrendo as consequências.*

No passado, houve impérios e potências de escala internacional, antes dos Estados Unidos desse final de século XX. Mas nunca houve nenhum que atingisse tal preponderância sobre todo o planeta. É o que assinala Zbigniew Brzezinski, o antigo Assessor de Segurança do Presidente Jimmy Carter, em seu livro *Le Grand Échiquier* [O Grande Tabuleiro de Xadrez].²³¹ Para merecer o título de superpotên-

* N. do T.: Desde a publicação original deste livro, na França, em 2000, houve várias mudanças nas relações entre Estados Unidos e Rússia, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos. É importante situar as afirmativas do autor no contexto da política externa e interna russas do ano 2000.

231 Tradução para o francês, Bayard Editora, 1997.

cia mundial, um país deve ocupar o primeiro lugar em quatro esferas: econômica, tecnológica, militar e cultural. Os Estados Unidos da América são atualmente o único país – e o primeiro na história – a preencher essas quatro condições simultaneamente. Do ponto de vista econômico, após a morte do comunismo, e sobretudo depois da crise asiática e das dificuldades da Alemanha, eles se destacam por apresentarem crescimento, pleno emprego, equilíbrio orçamentário (pela primeira vez depois de trinta anos) e ausência de inflação. Em tecnologia, principalmente a partir do espetacular desenvolvimento que os Estados Unidos imprimiram aos instrumentos de comunicação de ponta, eles detêm praticamente o monopólio do setor. Do ponto de vista militar, o país é a única potência capaz de intervir a qualquer momento em qualquer parte do mundo.

Quanto à superioridade cultural, ela é mais discutível e variável segundo a área analisada. É esmagadora, sem dúvida, na ciência e na tecnologia, bem como na área do ensino universitário. Em outros aspectos, a avaliação depende de sabermos se a “cultura” é considerada no sentido restrito ou no sentido mais amplo. No primeiro, isto é, no sentido das grandes manifestações criativas, no campo da literatura, da pintura, da música e da arquitetura, a civilização norte-americana é certamente brilhante, mas não é a única, e nem sempre é a melhor. Nesse nível de grande prestígio não se pode comparar sua produção com o que ocorreu na Grécia antiga, em Roma, na China e na Itália do Renascimento. Poder-se-ia mesmo dizer que a cultura artística e literária norte-americanas tendem a se regionalizar, na medida em que, devido à dominância do inglês, cada vez menos norte-americanos, mesmo os mais cultos, são capazes de entender qualquer língua estrangeira. Quando os acadêmicos ou os críticos norte-americanos se abrem para uma escola de pensamento estrangeira, em geral o fazem seguindo alguma tendência da moda, e não devido a um impulso original.

Por outro lado, Brzezinski tem razão quando se trata de cultura no sentido mais amplo, de cultura de massa. A imprensa e a mídia norte-americana em geral atingem o mundo todo. O estilo de vida norte-americano – roupas, música popular, alimentação, diversões – seduzem a juventude em toda parte. Mas isso é resultado de um esforço consciente do país nesse sentido. Dezenas, centenas de vezes ouvi, no estrangeiro, as queixas de estudantes, de intelectuais amadores ou de livreiros a respeito dos livros, revistas e jornais franceses que haviam encomendado e nunca haviam recebido! Quando somos incapazes, fica muito fácil jogar a culpa no imperialismo cultural dos outros. O cinema e os seriados da televisão norte-ame-

ricana atraem milhões de espectadores em todos os continentes. O inglês se impõe, *de facto*, como o idioma dominante na internet e há muito tempo é a principal língua utilizada nas comunicações científicas em nível internacional. Boa parte das elites políticas, tecnológicas e científicas das mais diversas nações são formadas nas universidades norte-americanas.

Mais decisiva ainda, queiram ou não os socialistas do passado e do presente, foi a vitória global do modelo liberal, após o desmoronamento do comunismo. Da mesma forma, a democracia federalista norte-americana tende a ser imitada em outras partes do mundo, a começar pela União Européia. Ela serve como princípio organizador para vários sistemas de alianças, como por exemplo a OTAN e a ONU. Não é o caso de negarmos os defeitos do sistema norte-americano, suas hipocrisias e seus desvios. Mas a questão é que nem a Ásia, nem a África, nem a América Latina podem dar muitas lições de democracia. Quanto à Europa, foi ela que inventou as grandes ideologias criminosas do século. Foi exatamente por isso que os Estados Unidos tiveram que intervir em nosso continente por duas vezes, em duas guerras mundiais. Foram precisamente as falhas européias que levaram os Estados Unidos à sua atual condição de superpotência.

Pois a dominância norte-americana nasceu, sem dúvida, de seus próprios méritos, mas também das faltas cometidas por outros países, particularmente pela Europa. Recentemente a França repreendeu os Estados Unidos por tentarem usurpar sua autoridade sobre a África. Ora, a França tem uma terrível parcela de responsabilidade na origem do genocídio de Ruanda, em 1994, e na decomposição do Zaire que se seguiu. Portanto, ela perdeu sua credibilidade sozinha, e foi esse descrédito que cavou o fosso preenchido, na seqüência, pela crescente presença norte-americana. A própria União Européia caminha muito lentamente no sentido da criação de um centro unificado de decisões diplomáticas e militares. É um coro onde cada elemento se considera um solista. Sem união, como ela pode contrabalançar a eficácia da política externa norte-americana, se para esboçar qualquer ação mínima ela precisa obter a unanimidade prévia de seus 15 países membros? O que acontecerá quando estes forem vinte e ainda mais díspares do que são hoje os membros da União?

O caráter de superpotência dos Estados Unidos resulta, de um lado, da vontade e da criatividade dos norte-americanos. De outro, ele é devido às falhas sucessivas cometidas pelo resto do mundo: o fracasso do comunismo, o suicídio da África debilitada pelas guerras, ditaduras e corrupção, as divisões na

Europa, o retardo na implantação das democracias na América Latina e sobretudo na Ásia.

Na época da intervenção da OTAN no Kosovo, o ódio antiamericano aumentou ainda mais. Na Guerra do Golfo, poder-se-ia alegar que, por trás de uma aparente cruzada pela paz escondia-se a defesa dos interesses no petróleo. Esse argumento negligenciava o fato de que os europeus são muito mais dependentes que os Estados Unidos do petróleo do Oriente Médio. Mas no Kosovo, mesmo que se admitisse a existência das piores intenções, não é possível entender que tipo de egoísmo norte-americano poderia ditar essa intervenção em uma região sem grandes recursos ou capacidade importadora e na qual a instabilidade política, o caos étnico, os crimes contra a população ameaçavam gravemente o equilíbrio da Europa, mas não o dos Estados Unidos.

Durante o processo de mobilização da OTAN, na verdade foram os norte-americanos que se sentiram arrastados a essa expedição pelos europeus, particularmente pela França, após o fracasso da conferência de Rambouillet. Sendo o principal protagonista dessa conferência, realizada em fevereiro de 1999, Paris havia enviado todos os esforços e comprometido todo o seu prestígio no sentido de convencer a Sérvia a aceitar certas concessões a respeito do Kosovo. Se a recusa dos sérvios não tivesse recebido nenhum tipo de sanção, seria a Europa, e sobretudo a França, que teria dado uma demonstração de lamentável impotência, que aliás era real. A participação norte-americana na operação militar da OTAN teve por função agir ao mesmo tempo como paliativo e como disfarce para essa impotência. Dos novecentos aviões utilizados, seiscentos eram norte-americanos, como a quase totalidade dos satélites de observação.²³² Isso porque o orçamento dos Estados Unidos em equipamentos e pesquisas militares é duas vezes maior que o dos 15 países da União Européia; e, em termos de defesa espacial, ele é dez vezes maior. Se a vontade de agir no Kosovo foi européia, os meios, em sua maior parte, foram, e só poderiam ser, norte-americanos. Além disso, a barbárie que precisava ser erradicada era resultado de uma fatura inegavelmente européia marcada por vários séculos de absurdos que culminaram no fato de tolerar a permanência em Belgrado, após a queda de Tito, de um ditador comunista reconvertido em nacionalista integral.

Mas como era preciso, como sempre, imputar aos norte-americanos os erros europeus, essa constelação de antecedentes históricos quase milenares e de fatores con-

232 Pierre Beylau: "Défense: l'impuissance européenne"[Defesa: a impotência européia], *Le Point*, 14 de maio de 1999.

temporâneos visíveis e notórios foi recoberta pelo véu da ignorância voluntária por várias camadas de intelectuais e políticos da Europa. O conhecimento foi substituído por uma construção imaginária segundo a qual os extermínios interétnicos no Kosovo eram uma invenção norte-americana destinada a servir de pretexto para que os Estados Unidos, através da intervenção, pudessem dominar a OTAN e subjugar definitivamente a União Européia. Pascal Bruckner montou um edificante inventário de todas essas asneiras.²³³

Para os gregos e para os russos, por exemplo, os Estados Unidos apoiavam os muçulmanos do Kosovo no intuito de destruir a religião cristã ortodoxa. Para os que eram favoráveis aos árabes, o problema era o contrário, pois eles queriam transmitir a ilusão de serem amigos dos muçulmanos para melhor enganá-los. Em suma, estava formada a obsessão do complô. Não podemos entender a batalha dos intelectuais franceses, após a publicação de um artigo de Régis Debray²³⁴ negando ou minimizando as perseguições racistas de Milosevic, nem podemos entender o próprio artigo, se insistirmos em acreditar que Régis Debray queria simplesmente defender os sérvios de acusações que ele considerava infundadas. Qual seria a chave dessa negação das atrocidades sérvias? Ao afirmar que o comportamento dos sérvios no Kosovo não justificava os ataques aéreos, Debray quer nos conduzir à idéia de que a única razão para essa guerra é a ambição dos Estados Unidos de instalarem seus “superpoderes” e sua dominação na Europa. Essa foi uma idéia fixa abundantemente expressa durante todo o tempo das operações, da extrema direita à extrema esquerda, passando pelos comunistas e por inúmeros gaullistas.

A convergência entre a extrema direita e a extrema esquerda nesse caso beira a identidade de pontos de vista. Jean Marie Le Pen é indistinguível de Régis Debray e de alguns outros quando escreve no jornal da Frente Nacional, o *National Hebdo*:²³⁵ “O espetáculo da Europa (e da França) esmagada sob a sola do sapato de Clinton nessa guerra de covardes e de bárbaros moralizantes é repugnante, ignóbil, insuportável. Eu fui a favor dos croatas, contra Milosevic. Hoje sou pela Sérvia nacionalista, contra a ditadura imposta pelos americanos.”

Para Didier Motchane, do Movimento dos Cidadãos (esquerda socialista), o objetivo secreto dos norte-americanos era de atizar a hostilidade entre a Rússia

233 Pascal Bruckner, “Pourquoi cette rage anti-américaine ?” [Por que esse ódio anti-americano ?] “Ponto de Vista” publicado no jornal *Le Monde* de 7 de abril de 1999. E “L’Amérique diabolisée” [A América satanizada], entrevista publicada em *Politique Internationale*, n. 84, verão de 1999.

234 *Le Monde*, 1º de abril de 1999.

235 Em 22 de abril de 1999.

e a União Européia. Para Bruno Mégret, da extrema direita (Movimento Nacional), era criar um precedente que seria usado pelos norte-africanos, em breve majoritários no Sul da França, para exigir um plebiscito sobre a independência da região da Provença, ou mesmo sua anexação à Argélia. Para Jean-François Kahn, diretor do semanário de esquerda *Marianne*, o mesmo cálculo perverso tendia a incitar ao mesmo movimento os alsacianos, caso eles comessem a querer voltar a ser alemães. Em caso de recusa do governo francês, Tio Sam iria julgar-se no direito de bombardear Paris, do mesmo modo como bombardeara Belgrado em 1999. Jean Baudrillard, por sua vez, expõe ao jornal *Libération*²³⁶ sua versão dos acontecimentos: a verdadeira intenção dos Estados Unidos é de ajudar Milosevic a se livrar dos kosovares! Vá alguém entender... Segundo Baudrillard, foram também os Estados Unidos que provocaram a crise financeira do Japão e de outros países asiáticos em 1997. Nenhum desses países teve qualquer responsabilidade no surgimento de seus problemas de insolvência. Assim como os europeus não tiveram qualquer responsabilidade na gênese do inextricável labirinto de ressentimentos balcânicos. A consciência moral desses filósofos não se deixa perturbar pela hipótese de que a União Européia teria sido coberta de vergonha se deixasse continuar a ocorrer, dentro de sua própria casa, a carnificina do Kosovo. É verdade que, segundo eles, o projeto global de Washington é de “bloquear o caminho à democracia mundial que vem emergindo lentamente.”²³⁷ Então a limpeza étnica praticada no Kosovo era “uma democracia emergindo lentamente?” Com esse salvo-conduto em mãos, ninguém precisa mais se dar o trabalho de estudar as relações internacionais nem mesmo de se informar. Como assinala judiciosamente Jean-Louis Margolin,²³⁸ “a leitura do mundo agora é simples: Washington é sempre o culpado, obrigatoriamente culpado; seus adversários são sempre as vítimas, obrigatoriamente vítimas”. Eu acrescentaria: seus aliados também! Sempre culpado, essa é a palavra. Se os norte-americanos relutam em se engajarem em uma operação humanitária, eles são estigmatizados por sua falta de presteza em socorrer os famintos e perseguidos. Se eles se engajam, são acusados de conspirar contra o restante do planeta.

Esse simplismo na análise, que já nem merece mais esse nome, só faz aumentar a fraqueza das potências médias e pequenas em relação à superpotência norte-americana. Esses países acrescentam à sua inferioridade econômica e estratégi-

236 Em 29 de abril de 1999.

237 Denis Duclos, *Le Monde*, 22 de abril de 1999.

238 *Le Monde*, 29 de maio de 1999.

ca uma indigência de idéias na explicação da realidade. Pode-se compensar a desigualdade material com a sutileza intelectual, o julgamento exato, a avaliação imparcial. São estas condições indispensáveis para melhorar a atuação e contrabalançar, tanto quanto possível, a diferença de meios concretos, explorando da melhor forma possível os recursos do contexto. Mas só se consegue aumentar essa diferença quando se forja uma explicação cuja pobreza traduz ao mesmo tempo um delírio compensatório e uma fuga da realidade, ambos fontes de inaptidão para a ação. Mergulhando cada vez mais fundo em seus desvarios, que foram a causa indireta da emergência da superpotência norte-americana, os europeus continuam a mantê-la e contribuem para reforçá-la. Além disso, se as explicações baseadas tão somente no antiamericanismo são corretas, se os Estados Unidos são os únicos responsáveis, ao mesmo tempo, pela crise financeira asiática, os massacres no Kosovo e a queda nas vendas da couve-flor na França, então o resto do mundo é inteiramente povoado por carneiros apáticos. Com parceiros tão lamentáveis que nunca são nem os autores nem os responsáveis por seus próprios atos, não é de surpreender que os Estados Unidos sejam “superpotentes”.

Somos nós, europeus, que nos entregamos a essa imagem projetada dos Estados Unidos como causa de nossos próprios erros. O “unilateralismo” norte-americano denunciado pelo Ministro do Exterior do governo Jospin, Hubert Védrine, nada mais é do que o inverso de nossa indecisão ou de nossas decisões errôneas. Para a França, é uma atitude ridícula pretender fazer frente a esse “unilateralismo” batendo o pé para impor a venda de nossas bananas antilhanas acima do preço de mercado ou para proteger Saddam Hussein de modo ultrajante. Também a forma obsequiosa como a França recebeu o presidente chinês em outubro de 1999 teria sido parte, segundo se disse, de um “grande plano” para promover o gigante chinês a fim de contrabalançar o gigante norte-americano. Assim, em agosto de 1999, a França chegou a denunciar como “fator de desestabilização da China” o projeto norte-americano de instalar plataformas anti-mísseis nos Estados Unidos e em alguns países do Extremo Oriente. Podemos reconhecer nessa afirmativa um velho fio condutor da propaganda pró-soviética do passado, segundo a qual a defesa ocidental era a única ameaça à paz, já que ela disseminava angústia no Kremlin. No entanto, está confirmado, segundo os especialistas, que a China vem aumentando consideravelmente, há vários anos, seu arsenal nuclear. Se a França pretende, por exemplo, deixar que Pequim conquiste Taiwan pela força, que ela o diga claramente. Além disso, a “fórmula chinesa” de Paris está baseada em uma ilusão

econômica. Pois a China comunista ainda continua sendo um anão econômico, mesmo que seja um gigante demográfico. Seu PIB representa apenas 3,5% do PIB mundial: sua renda por habitante a coloca em torno da octogésima posição no ranking mundial; seu mercado absorve apenas 1,8% das exportações norte-americanas e 1,1% da França ou da Alemanha.²³⁹ Quanto aos contratos mirabolantes dos quais Paris se orgulha, em cada viagem oficial Pequim salda suas obrigações com empréstimos bonificados e sempre “reescalonados” que nós lhes concedemos. O sonho da “carta chinesa na manga” que a França poderia usar para fazer frente à superpotência norte-americana, não passa, há muito tempo, de infantilidade diplomática.

A grande questão que se apresenta a nós, europeus, nesse começo do século XXI, é a de saber se poderemos recuperar a autonomia política que perdemos em 1º de agosto de 1914, primeiro dia da Primeira Guerra Mundial.

Até essa data, a Europa tivera, com certeza, uma história agitada, até mesmo bárbara e sanguinolenta. Mas ela resolvia suas crises sozinha e reencontrava periodicamente um equilíbrio mais ou menos durável, por meio de negociações estritamente internas, entre potências puramente européias. Foi o caso, já na era moderna, do Congresso de Viena de 1815. Depois, durante a segunda metade do século XIX, foi também o caso durante e após os conflitos que acompanharam a unificação da Itália e da Alemanha.

Ao contrário, em 1919, pela primeira vez desde a queda do Império Romano, as negociações pan-europeias, destinadas a reorganizar totalmente as estruturas políticas do Velho Continente, tiveram como maestro e força inspiradora o presidente de uma potência não européia: Woodrow Wilson. Isto se deveu, sem dúvida, ao fato de que os vencedores só alcançaram a vitória graças aos Estados Unidos, que, com sua intervenção, haviam invertido o curso da história da Europa e por isso impuseram suas soluções no momento da paz. Além de tudo isso, o Tratado de Versalhes foi um fracasso. Ele não reconstruiu um novo equilíbrio. Na verdade, a Primeira e a Segunda guerras mundiais foram uma única e longa guerra, dividida em duas partes, separadas por um armistício tenso e precário. Foi uma guerra civil imensa e suicida, que duas vezes degenerou em guerra mundial. A incapacidade dos europeus para a resolução de seus próprios problemas de relações diplomáticas entre

239 Ver o artigo de Gerald Segal do Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, na revista *Foreign Affairs* de setembro-outubro de 1999. As estatísticas econômicas fornecidas pelos chineses não são de forma alguma confiáveis. Ver Jean-Claude Chesnais sobre as estatísticas falsificadas da China na revista *Les Annales des Mines*, de março de 1999.

os vários países ficou patente. E mais: enquanto no período entre 1815 e 1914 a Europa havia progredido lenta mas continuamente para uma região cada vez mais democrática, o período entre as duas guerras caracterizou-se por um enorme retrocesso da liberdade e pelo surgimento dos grandes e pequenos regimes totalitários – inovação europeia do século – em Moscou, Roma, Berlim, Madrid, Vichy. Se escapou por pouco da autodestruição, a civilização europeia nem por isso se mostrou apta a governar-se, durante todo o século, ao menos como grupo continental.

Novamente salva pela ação militar dos Estados Unidos, ela também teve sua reconstrução econômica levada a efeito por aquele país, a partir de 1945. A necessidade de defender o que havia restado da Europa livre, agora contra o imperialismo soviético, após a derrota do nazismo, conferiu também aos Estados Unidos o papel de arquiteto e agente financiador da Organização do Tratado do Atlântico Norte, papel que os países da Europa Ocidental estavam muito enfraquecidos para poderem assumir. Desde a derrocada soviética, a Europa de hoje encontra-se, pela primeira vez nos últimos oitenta anos, confrontada com sua própria autonomia e plenamente responsável por seu destino, independente de sua vontade. O tempo da proteção norte-americana, acompanhada de antiamericanismo, era muito confortável, tanto do ponto de vista político quanto psicológico. Mas acabou.

Agora que a Europa está finalmente sozinha diante dela mesma, ela se revela incapaz de agir. Ela se habituara, no último meio século, a medir sua independência por sua capacidade de resistir, seja à hegemonia norte-americana, seja ao imperialismo soviético, se necessário apoiando-se no segundo contra a primeira. Era uma independência de país subdesenvolvido. Hoje a comédia terminou. A Europa é pura e simplesmente independente, e responsável por ela mesma, inteiramente. Mas lhe falta treinamento para essa liberdade reencontrada.

Essa incapacidade ou dificuldade que têm os europeus para compreender e gerenciar, no devido tempo, as reviravoltas decisivas de sua própria história pode ser observada ao longo de todo o século XX. Nós a vimos brilhar com todo seu inepto esplendor quando os países da Europa Oriental apresentaram em caráter urgente a questão da reunificação das duas Alemanhas. Os dirigentes da Europa Ocidental (com exceção de Helmut Kohl) não apenas foram surpreendidos por algo que não haviam percebido, como nada perceberam do que já havia acontecido.

Por isso não surpreende que, em 9 de novembro de 1999, quando da cerimônia de comemoração do décimo aniversário da queda do Muro, no Bundestag, em

Berlim, os únicos heróis do dia tenham sido Helmut Kohl, Mikhail Gorbatchev e George Bush. Nenhum outro estadista ou governante, passado ou presente, dos países da União Européia fora convidado. A União Européia oficialmente ausente da comemoração da volta à democracia de seu próprio continente! E com razão. A participação dos dirigentes desses países no processo de reunificação havia sido muito restrita, quando não francamente negativa. Essa hostilidade foi particularmente ruidosa da parte de Margaret Thatcher e François Mitterand. Tomou a forma de passividade indiferente no caso de Giulio Andreotti, então Presidente do Conselho italiano. Assim, mais uma vez, as principais potências européias não captavam o alcance nem controlavam o desenvolvimento de um evento fundador de sua própria história. Querer manter um enclave comunista alemão dentro da Europa descomunizada era testemunho de uma cegueira que beirava a demência.

Os dois condutores da reunificação foram, inicialmente, é claro, o presidente soviético e o chanceler da Alemanha Ocidental. Mas eles precisavam de uma garantia internacional e de apoio externo, para o caso de uma parte dos líderes soviéticos, principalmente os generais, decidirem fazer oposição a Gorbatchev e intervir militarmente para prolongar por meio da força a existência da RDA. Foram os Estados Unidos que lhes trouxeram essa garantia internacional e esse apoio externo. O presidente norte-americano George Bush, através de sinais inequívocos, deu a entender aos beligerantes de Moscou que uma reprise da operação “Primavera de Praga” na RDA encontraria, dessa vez, uma reação norte-americana à altura. Não tendo compreendido nem a importância nem o significado dos acontecimentos que livraram a Europa central do comunismo, e não tendo desempenhado qualquer papel positivo nesse processo, os europeus ocidentais não têm direito de reclamar da “superpotência” norte-americana, que provém do fato de que os Estados Unidos tiveram que preencher o vazio político e intelectual da Europa em circunstâncias nas quais, entretanto, eram os próprios interesses vitais do continente que estavam em jogo, mais uma vez.

Pertencer à Europa, ser aliado da França, da Grã-Bretanha, da Itália, de nada adiantou para Helmut Kohl em 1989 e em 1990, na condução da operação mais arriscada e mais carregada de consequências de toda a história recente de seu país. Ao contrário, ser aliado dos Estados Unidos foi o que lhe permitiu conduzir a reunificação em clima de paz, finalizando a descomunização da Europa central. Além do mais, George Bush soube se abster de qualquer atitude de triunfalismo que pudesse irritar a oposição soviética à política de Gorbatchev. O presidente

norte-americano recusou, particularmente, o conselho de seus assessores, que o encorajavam a estar em Berlim no dia seguinte à queda do Muro. Ele teve a decência de respeitar o momento de emoção puramente alemão que marcou o reencontro das duas populações. Ele não participou do espetáculo, mas esteve na luta. A Europa esteve ausente. Foi por isso que nem Jacques Chirac, nem Tony Blair, nem Massimo D'Alema assistiram à comemoração de 9 de novembro de 1999 no Bundestag, na Berlim reunificada.

O antiamericanismo onírico tem duas origens distintas, que se juntam através de seus resultados. A primeira é o nacionalismo ferido das antigas grandes potências européias. A segunda é a hostilidade à sociedade liberal por parte dos antigos partidários do comunismo, inclusive aqueles que, embora não aprovando os regimes totalitários sanguinários, soviéticos, chineses ou outros, haviam apostado que o comunismo poderia um dia se democratizar e se humanizar.

O nacionalismo ferido não vem do final da Guerra Fria. Ele surgiu no dia seguinte à Segunda Guerra Mundial. Seu mais brilhante e categórico porta-voz foi o General de Gaulle. "A Europa Ocidental tornou-se, sem perceber, um protetorado norte-americano", confidenciou, em 1963, a Alain Peyrefitte.²⁴⁰ Para o primeiro presidente da Quinta República francesa, existe uma equivalência entre a relação de Washington com a Europa Ocidental e a de Moscou com a Europa Central e do Leste. "As decisões são tomadas cada vez mais nos Estados Unidos (...). É como no mundo comunista, onde os países satélites estão habituados com as decisões sendo tomadas em Moscou." Infelizmente, os europeus ocidentais, com exceção da França, "correm para Washington a receber ordens". "Os alemães se fazem de meninos de recado dos americanos." Aliás, já durante a guerra, "Churchill adulava cinicamente Roosevelt". "Os americanos não estavam mais preocupados em libertar a França do que os russos em libertar a Polônia."

De Gaulle apresentaria publicamente essa tese na entrevista coletiva do dia 16 de maio de 1967: depois de 1945, os Estados Unidos trataram a França exatamente como a URSS tratou a Polônia ou a Hungria. Nada o demoveria dessa idéia. Em 1964, o Presidente Johnson envia aos Departamentos de Estado e da Defesa um memorando dizendo que não aprovará nenhum plano de defesa que não tenha sido previamente discutido com a França. De Gaulle declara então a Peyrefitte: "Johnson está dando linha para nos fisgar." Se não tivesse decidido consultar a França,

240 Alain Peyrefitte, *C'était de Gaulle*, obra citada, tomo II, da qual foram extraídas também as citações seguintes.

Johnson estaria certamente comprovando sua atitude “hegemônica”. Quando, ao contrário, ele proclama a liberdade de escolha da França e a vontade norte-americana de não adotar nenhum plano sem a concordância de Paris, então, é porque ele está “dando linha”. Está em ação o dispositivo mental que já conhecemos: os Estados Unidos estão sempre errados.

Para o nacionalista, portanto, o pensamento evolui no labirinto passional do orgulho ferido. Mesmo no campo da ciência e da tecnologia, o atraso de seu próprio país não é devido, segundo ele, a falhas no processo ou falta de aptidão – por rigidez governamental, por exemplo – para enxergar o futuro e tomar a direção certa. Se outro país agarra primeiro as oportunidades de progredir, só pode ser por malevolência e apetite de dominação. A inteligência não conta, nem tampouco o sistema econômico. Em 1997, Jacques Toubon, então Ministro da Justiça da França, declara ao semanário norte-americano *US News and World Report* que “o uso predominante da língua inglesa na internet é uma nova forma de colonialismo”. Parece claro então que a cegueira tecnológica da França, que ficou aferrada ao seu Minitel* nacional, não teve nenhum papel nessa triste situação. Em 1997, tínhamos dez vezes menos computadores ligados à internet que os Estados Unidos, duas vezes menos que a Alemanha e estávamos atrás até mesmo do México e da Polônia! Mas o erro é sempre do outro, que cometeu a afronta de ver tudo com mais clareza e cuja flexibilidade liberal permitiu a livre iniciativa dos inventores do setor privado. Na França, a burocratização da pesquisa confinada aos limites do CNRS,** a distribuição de verbas públicas a pesquisadores improdutivos, porém amigos do poder, tudo isso não seria um entrave? Em um texto de 1999, intitulado *Pela isenção cultural*, Jean Cluzel, presidente do Comitê Francês do Audiovisual, persiste na atitude protecionista e temerosa. Ele escreve: “Frente à ruidosa invasão das novas tecnologias da comunicação, a serviço da cultura dominante americana, a soberania cultural francesa está fortemente ameaçada.” Ruidosa invasão? Por quê? Será que ela caiu do céu? Qual seria o remédio? Estudar as causas dessa invasão? Claro que não! Em vez disso é preciso implantar quotas, subvencionar nossos filmes e seriados de televisão, reivindicar a francofonia universal, enquanto deixamos a língua francesa degradar-se nas escolas e nas rádios.

* N. do T.: Minitel – marca e nome pelo qual ficaram conhecidos os terminais de dados fabricados pela estatal *France Télécom* e distribuídos aos bancos e outras instituições na França.

** N. do T.: Sigla do Centro Nacional de Pesquisa Científica, em francês, *Centre National de la Recherche Scientifique*.

Toda interpretação delirante através da qual o “eu” ferido atribui seus próprios fracassos aos outros é intrinsecamente contraditória e não foge à regra. É certo que os franceses odeiam os Estados Unidos, mas se alguém protesta contra os americanismos inúteis que invadem a mídia de massa, o crítico logo é chamado de velho canastrão, purista mesquinho e intelectual pedante, ridiculamente preso ao passado. Conseguimos a façanha de pregar o imperialismo francofônico e, ao mesmo tempo, realizar o “haraquiri” da nossa língua. Queremos impor ao mundo uma língua que nós mesmos falamos de modo cada vez pior e que desprezamos, portanto, deliberadamente.

A contradição impera com o mesmo vigor no seio do antiamericanismo da esquerda. Mas este é mais ideológico do que nacionalista. Nos casos agudos, ele pode ser os dois ao mesmo tempo. Quando Noël Mamère, deputado do Partido Verde, e Olivier Warin, jornalista do canal de televisão *Arte*, intitulam seu livro comum *Non, merci, Oncle Sam*,²⁴¹ o significado é um só, à luz da história e não da ilusão: esses dois autores teriam preferido a Europa sob regime hitlerista ou stalinista a vê-la influenciada pelos Estados Unidos. Entretanto, os Estados Unidos são execrados à esquerda sobretudo porque eles são o referencial do liberalismo. Porque quando olhamos um pouco abaixo da superfície, vemos que para os socialistas o liberalismo continua sendo o fascismo. A extrema esquerda faz essa assimilação abertamente. Não precisamos provocar muito um interlocutor da esquerda “moderada” para que ele também o faça, traindo assim a verdadeira natureza de suas idéias. Quantas vezes encontramos, nas páginas anteriores, a expressão “liberalismo totalitário” e seus equivalentes, empregada por oradores que não mostram qualquer indício de alienação? A inferência natural desse veredicto deveria ser então a de preconizar a restauração da sociedade comunista, o retorno às raízes do socialismo, a abolição da liberdade de empresa e da liberdade de comércio. É aí que está a contradição. Porque, considerando o balanço do comunismo e mesmo o do socialismo estatizante à francesa, da década de 1980, hoje bem conhecidos, a esquerda recua diante dessa conclusão, embora uma proporção significativa de seus seguidores mais fervorosos a cobicem com o olhar. Mas como um programa desse tipo não pode mais levar a nenhuma política concreta implementada por um governo sério, são principalmente os intelectuais de esquerda que, fiéis à sua missão histórica, não perdem a ocasião, demasiadamente atraente, de se tornarem seus arautos.

241 Ramsay, 1999.

Günter Grass, em um romance publicado em 1995, *Ein Weites Feld* ("Uma longa história") louva retrospectivamente os encantos que embalaram a República Democrática Alemã e concentra toda a sua severidade na Alemanha Ocidental. Aos seus olhos, a reunificação alemã nada mais foi do que uma "colonização" (já vimos esse termo no mesmo contexto) do Leste pelo Oeste e, portanto, uma invasão do Leste pelo "capitalismo imperialista". Dever-se-ia fazer o inverso, diz ele, servir-se da RDA como um sol a partir do qual o socialismo teria irradiado sua luz sobre toda a Alemanha. A título de completar a beleza da demonstração, o herói do romance de Grass é um personagem que qualquer um de nós consideraria ingenuamente como infecto e nauseabundo, já que ele passou a vida espionando seus concidadãos e delatando-os, trabalhando primeiro para a Gestapo, depois para a Stasi. Mas para Grass ele é totalmente respeitável, na medida em que esse homem sempre serviu a um Estado antiliberal e se inspirou em antigas virtudes do espírito prussiano! Esta é a precisão dos dados históricos e estes são os critérios morais do prêmio Nobel de literatura de 1999.²⁴² Eles são lógicos na perspectiva de uma "resistência" à influência norte-americana, já que as únicas produções políticas originais da Europa no século XX, as únicas que não devem nada ao pensamento anglo-saxão foram o nazismo e o comunismo. Sejamos, portanto, leais às tradições da terra!

O antiamericanismo ideológico da esquerda nada tem a ver com uma percepção da realidade da sociedade norte-americana. Os Estados Unidos merecem várias críticas; mas devem ter por base um estudo sério dos fatos que as compõem e do seu funcionamento intrínseco. A condenação dos erros de nada vale sem o reconhecimento dos méritos. A rejeição fóbica global aos Estados Unidos como encarnação do Grande Satã liberal diz muito sobre a subjetividade psíquica de seus propagadores, mas muito pouco sobre a civilização, objeto dessa rejeição, que os procuradores desvairados fazem questão absoluta de ignorar. Também aqui se manifesta um revisionismo dos sucessos do liberalismo, contrapartida e condição para o revisionismo dos erros e crimes comunistas.

Felizmente, os políticos, obrigados que são a observar os princípios de realidade, não podem se permitir seguir eternamente os intelectuais nessas loucuras. Ao voltar de uma viagem oficial aos Estados Unidos, em julho de 1998, Lionel Jospin esvazia, com uma declaração, um dos vários boatos que correm na França acerca do

242 Ver a resenha bem detalhada desse romance feita por Rose-Marie Mercillon, "La nostalgie de Günter Grass", *Commentaire*, n. 72, inverno de 1995-96.

emprego, nos Estados Unidos, de clichês que servem de consolo para a esterilidade subsidiada.²⁴³ Com toda honestidade, o primeiro-ministro francês admite enfim que “ao contrário daquilo que sempre afirmamos e daquilo em que talvez acreditemos, a geração de empregos nos Estados Unidos não faz surgir apenas, nem mesmo principalmente, empregos não qualificados e pequenos biscates”. Por que os Estados Unidos, com seus 258 milhões de habitantes conseguiram, de 1974 a 1994, criar 40 milhões de novos empregos, enquanto a Europa dos Doze com seus 270 milhões de habitantes, apesar dos bilhões em subsídios e “fundos estruturais” com os quais ela inunda sua economia, só criou, no mesmo período, 3 milhões de empregos? Essa foi a pergunta que Lionel Jospin não pôde deixar de fazer a si mesmo. Ele chegou mesmo a arriscar: “Não queremos uma sociedade assistencial, mas sim uma sociedade de trabalho.” Será que vão acusá-lo de ter virado fascista? De contribuir para espalhar o horror econômico e a ditadura liberal?

243 Eles são inúmeros e resistem bravamente a todos os livros por mais bem documentados que sejam, demonstrando, com todas as provas, sua futilidade. Citarei três dos mais recentes: Christian Gêrondeau, *Candide au pays des libéraux* [Cândido no País dos Liberais], 1998, Albin Michel. Alain Cotta, *Wall Street ou le miracle américain* [Wall Street ou o Milagre Americano], Fayard, 1999. Philippe Manière, *Marx à la corbeille* [Marx no Pregão] (Trata-se do pregão da Bolsa!), Stock, 1999.

Ódio ao progresso

A operação que consome mais energia da esquerda internacional nesse fim de século XX, e o fará provavelmente ainda por muitos anos no próximo, tem por objetivo impedir que se discuta ou mesmo que se coloque a questão de sua participação ativa ou de sua adesão passiva, conforme o caso, ao totalitarismo comunista. Enquanto finge repudiar o socialismo totalitário, o que faz a contragosto e com reticências, a esquerda se recusa a examinar, em profundidade, a validade do socialismo como tal, de todos os tipos de socialismo, por medo de descobrir, ou talvez de ter que reconhecer explicitamente que ele é, em essência, um regime totalitário. Nos regimes livres, os partidos socialistas são democráticos na mesma medida em que são menos socialistas.

São muitos e variados os meios empregados para bloquear o caminho e impor silêncio a toda tentativa de avaliação dos erros passados da esquerda, com o fim de cortar pela raiz qualquer prolongamento sub-reptício e hipócrita desses mesmos erros sob novos disfarces. Só mencionei neste livro os principais.

Um desses meios é ocupar praticamente toda a cena pública com a evocação e a reprovação, quase permanentes, do fascismo e do nazismo. Já vimos que a aproximação entre o fascismo italiano e o nazismo feita pela esquerda teve, sobretudo como finalidade, esconder o parentesco essencial entre este último e o comunismo. Porém, mesmo que essa assimilação se justificasse, a reprovação diz respeito a duas formas

de totalitarismo vencidas, eliminadas, julgadas e condenadas há mais de meio século. O ruído ensurdecedor e diário da orquestração do “dever de memória”, com relação a esse passado já distante, parece ser em parte destinado a dar cobertura à amnésia e à auto-anistia dos partidários do primeiro totalitarismo. Este começou antes, viveu por mais tempo, estendeu-se até muito mais tarde e ainda persiste às vezes em grandes extensões territoriais e, por toda parte, em muitas mentes. Esses partidários abafam, assim, a voz daqueles que pretendem evocá-lo e, se necessário, explicam essa vergonhosa insistência em falar do comunismo como resultado de uma astuciosa cumplicidade retrospectiva com o nazismo.

Se a esquerda democrática tivesse realmente e de modo sincero refletido sobre seu passado e rompido todos os laços com a tradição comunista, será que a Sra. Danielle Mitterand teria declarado, em Praga, por ocasião das comemorações do décimo aniversário da Revolução de Veludo,* que o desaparecimento do totalitarismo comunista havia aberto caminho para um desastre ainda pior, o “totalitarismo liberal” imposto ao mundo inteiro? Este é um dos meios favoritos da esquerda para escapar de seu passado: ela admite a existência do fenômeno totalitário, mas... nas sociedades democráticas. Ela fez a crítica de seus preconceitos ideológicos mas muito menos do que se diz. Se ela o tivesse feito um pouco que fosse, será que o Ministério da Cultura socialista teria subvencionado, em 1999 – ou seja, teria feito os contribuintes pagarem –, a publicação na França do livro *L'Age des extremes*, do velho e incurável stalinista britânico Eric Hobsbawm? Que esse manifesto pró-totalitário seja publicado em francês, tudo bem: em um país livre, as editoras devem ser livres. Mas quando um governo socialista contribui financeiramente, ou seja, obtém a contribuição involuntária dos cidadãos não consultados, para essa obra de propaganda política de uma época, disfarçada de trabalho científico, isso mostra quão pouco a esquerda questionou sua ideologia, a não ser para atribuir as mesmas características a seu adversário liberal. O inigualável Ignacio Ramonet, diretor do *Monde diplomatique*, reflete a opinião corrente à esquerda quando escreve: “O pensamento unificado [subentende-se: liberal] é um novo totalitarismo... a única ideologia autorizada pela polícia da opinião, invisível e onipresente.” Ramonet descreve assim, com muita exatidão, o regime policial que ele aprecia: o regime comunista.²⁴⁴ Pode haver melhor prova da “ditadura” liberal do que... o fracasso da conferência de Seattle?

* N. do T.: Rebelião popular que derrubou o regime comunista na antiga Tchecoslováquia, em novembro de 1989, levando ao poder Václav Havel, primeiro presidente não comunista do país.

244 Ver o artigo de Jean-Claude Casanova, “Les habits neufs du progressisme” [As novas roupas do progressismo], *Le Figaro*, 24 de novembro de 1999.

Para a esquerda, o comunismo é como um membro fantasma, um braço ou uma perna que já não existe mais, porém que o amputado continua a sentir como se ele ainda estivesse presente. Embora tenhamos visto desaparecer o comunismo como ideologia global, que moldava todos os aspectos da vida humana nos países onde fora implantado, uma ideologia destinada a reinar, um dia, sobre todo o planeta, isso não significa que ele tenha cessado de controlar camadas inteiras de nossa sociedade e de nossa cultura. É o que Roland Hureaux, no livro *Les Hauteurs béantes de l'Europe* [As Assombrosas Alturas da Europa],²⁴⁵ chama de “a ideologia de peças avulsas”. A ideologia não é necessariamente um bloco, ele observa. “Fenômenos de natureza ideológica podem estar em jogo neste ou naquele setor da vida política, administrativa ou social sem que por isso estejamos em uma sociedade totalitária.”

Uma boa amostra dessas ideologias “em peças avulsas” é a corrente de emoções negativas suscitadas pela globalização do comércio.

A guerrilha urbana que se desencadeou, em novembro-dezembro de 1999, em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio, ainda mais agressiva que a de Genebra, em 1998, encarna muito bem a sobrevivência da loucura totalitária. Diante de tamanha degradação, já nem se pode mais falar em “ideologia totalitária”. De fato, a ideologia ao menos conserva as aparências da racionalidade. Em Seattle, o espetáculo ficou por conta dos primitivos da pseudo-revolução. Eles urravam protestos e reivindicações fora de propósito, sem qualquer relação com o objetivo real da reunião ministerial da OMC, e ao mesmo tempo heteróclitas e incompatíveis entre si.

Fora de propósito porque a OMC, longe de pregar a liberdade irrefreada e sem controle do comércio internacional, foi criada para organizar, regulamentar e submeteresse comércio a um código que respeita o funcionamento do mercado mas o enquadra em regras legais. Os manifestantes protestavam, portanto, contra um adversário imaginário: a globalização “selvagem”. Ela se revelou bem menos selvagem do que eles próprios. Na verdade, tão pouco selvagem que a conferência acabou fracassando devido ao protecionismo, repleto de subvenções, ao qual se aferraram importantes participantes da negociação. Outra crítica da esquerda, esta dirigida aos países ricos, de quererem impor aos países menos desenvolvidos o livre comércio, particularmente a livre circulação de capitais, a fim de explorar a mão-de-obra local, os baixos salários e sua deficiente proteção social ao trabalha-

245 Edição F.-X. de Guilbert, 1999.

dor, revelou mais um desses frutos do pensamento comunista que sobrevivem sob a forma de paranóia. Na realidade, em Seattle, foram os países em desenvolvimento que se recusaram a firmar um compromisso para adotar medidas sociais, garantir o salário mínimo ou banir o trabalho infantil. Eles argumentaram que, ao impor essas medidas, os países ricos visavam a reduzir sua competitividade, garantida pelos baixos custos de produção, que preparam o caminho para a decolagem econômica e, portanto, para uma melhoria posterior do nível de vida. Ao contrário dos preconceitos esquerdistas, foram os países menos desenvolvidos, na ocasião, que se revestiram de liberalismo “selvagem” enquanto os países capitalistas avançados, com seu alto custo do trabalho, pediam uma harmonização social por medo da concorrência dos países menos avançados. São os menos ricos que tiram maior proveito da liberdade de comércio, pois são eles que têm os produtos mais competitivos em certos setores relevantes. São os mais ricos, com seus elevados preços de custo, que temem a globalização nesses setores. Se considerarmos os conflitos que colocam em campos opostos, no que concerne à globalização, os próprios países ricos entre eles e o conjunto dos países ricos em relação aos menos avançados, poderemos constatar que a idéia fixa, segundo a qual um “pensamento unificado” liberal reinaria em toda parte, só existe na imaginação daqueles que são obcecados por ela.

Da mesma forma, ao contrário do que dizem os *slogans* ecologistas, também bastante ruidosos entre os agitadores de Seattle, não são as empresas multinacionais, oriundas das grandes potências industriais, as que mais resistem às medidas de proteção do meio ambiente, e sim os países menos desenvolvidos. Eles alegam que, pelo menos durante a primeira fase de sua industrialização, para que eles possam tomar impulso, eles precisam deixar em segundo plano, temporariamente, as preocupações com o meio ambiente, assim como o fizeram no passado os países atualmente ricos. Argumento formulado igualmente pelos pescadores de camarões da Índia ou da Indonésia, aos quais os ecologistas de Seattle pretendiam proibir o uso de certos tipos de rede que capturam também tartarugas, espécie ameaçada de extinção. Que espetáculo cômico o desses arruaceiros bem-nutridos das grandes universidades norte-americanas tentando privar de seu ganha-pão os trabalhadores do mar que sofrem do outro lado do mundo! Por que nossos defensores da ecologia não atacam, em vez disso, a pesca européia, com sua selvageria protegida, que insiste em utilizar redes de malha estreita que matam os peixes ainda jovens, exterminando, assim, nossas reservas marinhas? É bem verdade que

enfrentar os pescadores de *Lorient* ou de *La Coruña* não é uma empreitada desprovida de riscos. Mas desfilar com cartazes vingativos contra a liberdade de comércio em uma cidade como Seattle, onde quatro de cada cinco assalariados trabalham para as exportações geradas pela *Microsoft* ou pela *Boeing*, não deixa de ser ridículo.

Outro detalhe divertido: os mesmos energúmenos que manifestam com violência sua hostilidade à liberdade de comércio militam, com igual fervor, em prol da suspensão do embargo que impede o comércio entre Estados Unidos e Cuba. Por que será que o livre intercâmbio, encarnação diabólica do capitalismo mundial, de repente se transforma em algo benéfico quando se trata de fazê-lo funcionar a favor de Cuba ou do Iraque de Saddam Hussein? Que coisa bizarra! Se a liberdade de comércio internacional é tão desastrosa, não seria melhor fazer o contrário e estender o embargo a todos os países?

Essa malha de contradições exibida coletivamente por pessoas que, individualmente, com certeza são de inteligência normal, só pode ser explicada pelo feitiço do espectro saudosos do comunismo, que condicionou e condicionará, ainda durante muito tempo, certos sentimentos e comportamentos políticos. Segundo esses resquícios comunistas, o capitalismo continua sendo o mal absoluto e o único meio de combatê-lo é a revolução – mesmo que o socialismo esteja morto e que a “revolução” agora seja apenas o quebra-quebra de vitrines, eventualmente aproveitando-se para roubar um pouco do que há por trás delas.

Esse confortável simplismo dispensa todo esforço intelectual. A ideologia pensa por nós. Se ela for suprimida, estaremos reduzidos a estudar a complexidade da economia livre e da democracia, esses dois inimigos jurados da “revolução”. A tristeza é que esses fragmentos ideológicos e as pantomimas revolucionárias que eles inspiram servem de anteparo à defesa de interesses corporativistas bem definidos. Por trás da multidão de agitadores incoerentes de Seattle, escondiam-se os velhos grupos de pressão protecionistas dos sindicatos agrícolas e industriais dos países ricos. Estes sim, sabiam muito bem o que queriam: a manutenção dos subsídios, dos privilégios, os auxílios às exportações, sob o pretexto aparentemente generoso de lutar contra “o mercado gerador de desigualdades”.

Os gritos de alegria da revolta “cidadã”²⁴⁶ auto-proclamada das ONG, da extrema esquerda anticapitalista, dos ecologistas, de todas as trupes hostis ao livre

246 Há alguns anos esse termo vem sendo empregado como adjetivo em lugar do termo “cívico” que já existia e não precisava de nenhum duplê incorreto. Cívico: “próprio do bom cidadão” (Grand Robert 1985); “que diz respeito aos cidadãos, que pertence a um bom cidadão” (Littré); “que diz respeito ao cidadão como membro da comunidade” (Academia Francesa de Letras). N. do T.: “referente ao cidadão como elemento integrante do Estado” (Houaiss).

intercâmbio, que reivindicaram a glória do fiasco da conferência de Seattle, esse triunfo ruidoso, enfim, é um verdadeiro festival de incoerências. Reiteramos que o que provocou o fracasso de Seattle não foi de modo algum o suposto “ultraliberalismo” da União Européia e dos Estados Unidos, mas seu excessivo protecionismo, principalmente na área da agricultura, protecionismo esse gerador de ressentimentos nos países emergentes, em desenvolvimento ou nos chamados “do grupo de Cairns”, que são ou gostariam de ser grandes exportadores de produtos agrícolas. O vencedor, em Seattle, foi o protecionismo dos ricos, queiram ou não os obcecados que estigmatizam seu liberalismo. Os países em desenvolvimento, por sua vez, conquistaram espaço para sua recusa das cláusulas sociais e ecológicas que a OMC tentou impor. Ao dar-lhes apoio, a esquerda aplaudiu, portanto, o trabalho infantil, os salários de fome, a poluição, a escravidão nos campos de trabalho chineses, vietnamitas ou cubanos. Raramente se viu a natureza intrinsecamente contraditória da ideologia manifestar-se com tão tranqüila soberba.

Presenciamos aqui, ao vivo, outra propriedade do pensamento ideológico, além de sua ignorância deliberada dos fatos e do culto à incoerência: sua capacidade de engendrar, sob palavras de ordem progressistas, o contrário de seus objetivos expressos. Ela pretende e acredita trabalhar para a construção de um mundo igualitário, mas fabrica a desigualdade. Outra inversão de sentido entre intenção e resultado foi aquela praticada pela política francesa para a Educação nos últimos trinta anos. É mais um exemplo de ideologia totalitária que se apropria de um setor da vida nacional no seio de uma sociedade que, em outros aspectos, é livre.

Em 20 de setembro de 1997, publiquei um modesto editorial no jornal *Le Point* intitulado “O naufrágio da Escola”.²⁴⁷ Modesto, porque não desenvolvi nesse texto, confesso, nada de original, já que há anos surgiam de todo lado manifestações lamentando a baixa constante do nível de educação dos alunos, o progresso do analfabetismo, da violência, e daquilo que chamamos, por pudor, de “fracasso escolar”, aparentemente uma espécie de catástrofe natural que em nada depende dos métodos adotados ou impostos pelos responsáveis por nosso ensino público. Logo no dia seguinte, recebi uma carta em papel timbrado do Ministério da Educação, assinada por um senhor Claude Thélot, “diretor de avaliação e de prospecção”. Tratando-me ironicamente como “Senhor Acadêmico” e “Caro Mestre”, esse importante personagem ousava notificar-me de que meu editorial era de uma rara indigência intelectual, em uma palavra, “deplorável”. Obsequioso, o magnânimo dire-

247 Retornado em minha coletânea *Fin du siècle des ombres*, obra citada, p. 589.

tor colocava-se à minha disposição para me fornecer esclarecimentos elementares sobre a escola, dos quais eu obviamente carecia.

Eis que, logo na semana seguinte, a imprensa publica um relatório dessa mesma Diretoria de Avaliação e Prospecção. O relatório mostra que, entre outras atrocidades, 35% dos alunos que chegam à sexta série não entendem realmente o que lêem e 9% não sabem nem mesmo decifrar as palavras.²⁴⁸

Em vista dessa constatação arrasadora, amplamente divulgada, eu me pergunto se por acaso esses dados chegaram ao conhecimento do Sr. Claude Thélot. Parece que ele é o que se chama, em inglês, de um *self confessed idiot*, um tolo que se declara como tal, já que a Diretoria de Avaliação, cujo trono é ocupado por ele, corroborava meu artigo. Ou talvez ele seja um preguiçoso, que nem se deu o trabalho de ler os estudos realizados por seu próprio departamento. Afastei essas duas hipóteses e concluí, finalmente, que a explicação para a cegueira arrogante do Sr. Thélot era devida ao efeito todo-poderoso da ideologia, que se havia apossado de seu cérebro e de todo o seu raciocínio. Assim como um *aparatchik* era incapaz, no passado, de aceitar que a falta de produtividade da agricultura soviética pudesse ser resultado do próprio sistema de coletivismo, os burocratas do Ministério da Educação na França não podem conceber que o desmoronamento da escola possa ser devido ao tratamento ideológico que eles lhe impõem há trinta anos. Para um ideólogo, o fato de alcançar, durante décadas, um resultado contrário ao que ele buscava no início não prova de modo algum que seus princípios sejam falhos ou seu método, inadequado. Aí, está um claro exemplo do freqüente fenômeno do “segmento totalitário”, em meio a uma sociedade, de resto, democrática.²⁴⁹ Diversas correntes ideológicas, hoje sobretudo de filiação comunista, continuam flutuando aqui e ali pelo mundo afora, no mesmo momento em que o comunismo desaparece como entidade política e como projeto global.

Como e por que apareceram, como e por que conseguem se perpetuar, de certa forma póstuma, essas três características das ideologias totalitárias, e particular-

248 Ver no jornal *Le Point* de 27 de setembro de 1997 o artigo no qual o próprio Luc Ferry, presidente do Conselho Nacional da Programação Educacional, expõe, analisa e comenta extensivamente esse relatório. No mesmo número, ver também o editorial de Claude Imbert sobre o assunto.

249 Ver Liliane Lurçat, *La Destruction de l'enseignement élémentaire* [A Destruição do Ensino Elementar]. Editora F.-X. de Guilbert, 1998. Durante a Feira da Educação, organizada pelo ministério, pela primeira vez, em novembro de 1999 (é mais fácil organizar uma Feira da Educação do que a própria educação), Ségolène Royal, ministra encarregada do Ensino Escolar, “declarou guerra ao analfabetismo” (*Journal du Dimanche*, 28 de novembro de 1999). Se ela declarou guerra, é porque ele existe, independente do que diz Thélot. Pior: graças a uma pesquisa feita pela Inspetoria Geral da Educação Nacional e publicada no final de novembro de 1999, ficamos sabendo que uma proporção crescente dos alunos admitidos na sexta série não apenas não sabe ler mas não são capazes nem mesmo de falar!

mente da ideologia comunista, tantas vezes citadas nessas páginas: a ignorância voluntária dos fatos; a capacidade de viver em contradição com seus próprios princípios; a recusa em analisar as causas do fracasso? Não é possível responder a essas perguntas se excluirmos uma hipótese paradoxal: o ódio socialista ao progresso.²⁵⁰

Vimos no Capítulo 13 como os teóricos do Partido Comunista e os da extrema esquerda marxista condenam, em bloco, todos os modernos meios de comunicação, por serem “mercadorias” fabricadas pela “indústria da cultura”. Esse pretendo progresso, segundo eles, só teria por objetivo o lucro capitalista e a dominação das massas. As editoras, a televisão, o rádio, o jornalismo, a internet, por que não as gráficas? nunca foram, portanto, instrumentos de difusão do conhecimento e meios de libertação das mentes. Só serviram, ao contrário, para enganar e arregimentar.

É importante lembrar que essa excomunhão da modernidade, do progresso científico e tecnológico e da ampliação da livre escolha cultural tem suas raízes profundas na origem da esquerda contemporânea, e de modo evidente, na obra de um dos seus principais fundadores: Jean-Jacques Rousseau. Ninguém o observou e descreveu melhor do que Bertrand de Jouvenel em seu *Essai sur la politique de Rousseau* [Ensaio sobre a Política de Rousseau],²⁵¹ exceto Benjamin Constant, muito antes, porém mais superficialmente, na obra *De la liberté des anciens comparée à celle des modernes* [Sobre a Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos]. Como todos sabem, embora poucos consigam tirar as conclusões apropriadas desse fato, o texto que tornou Rousseau instantaneamente famoso foi um manifesto virulento contra o progresso científico e técnico, segundo ele um fator de regressão, na medida em que nos afasta do estado natural. Esse texto contraria toda a filosofia do Século das Luzes, segundo a qual o progresso do conhecimento racional, da ciência e de suas aplicações práticas favorece a melhoria das condições de vida da humanidade. A imediata hostilidade dos filósofos do século XVIII, principalmente Voltaire, contra Rousseau não decorre apenas de motivos pessoais, como se diz sem analisar: sua causa é uma profunda divergência entre doutrinas. Na contracorrente das tendências dominantes em seu tempo, Rousseau considera a civilização como nociva e degradante para o homem. Ele aplaude sem cessar as pequenas comunidades rurais, prega o retorno ao modo de vida ancestral, dos

250 Jacques Julliard tem uma obra no prelo, a ser publicada pela editora Gallimard, acerca das relações ambíguas da esquerda com a idéia e a realidade do progresso, durante os dois séculos passados. Aqui, eu me limito a fazer apenas algumas observações a esse respeito.

251 Em 1947. Citado na Introdução à edição do *Contrat social* na coleção Pluriel de 1978.

camponeses espalhados no território em pequenos agrupamentos de duas ou três famílias. Seu principal objeto de crítica é a cidade. Após o terremoto de Lisboa, ele proclama, em alto e bom som, que esse abalo não teria feito tantas vítimas... se não houvesse habitantes em Lisboa, ou seja, se Lisboa nunca tivesse sido construída. O inimigo, em todos os aspectos, é a cidade. Ela é corruptora e, além disso, expõe os seres humanos às catástrofes, que não os atingiriam se eles tivessem continuado a viver em cavernas ou cabanas. Assim, a humanidade teria evoluído muito melhor, cultural e fisicamente, se nunca tivesse construído Atenas, Roma, Alexandria, Ispahan, Fez, Londres, Sevilha, Paris, Viena, Florença, Veneza, Nova York, ou São Petersburgo.

Mais uma vez, a visão nostálgica e o protecionismo campestre de uma parte da esquerda, a que originou o totalitarismo, coincidem com os temas da extrema direita tradicionalista, adepta do “retorno às origens”. Tal convergência pode ser observada até mesmo nos debates mais acalorados do último ano do século XX: certas acusações contra o “ultraliberalismo” e a “globalização imperialista” eram tão idênticas nos textos comunistas ou de extrema esquerda e nos textos sobre “soberania” da direita, que poderíamos inverter as assinaturas sem cometer nenhuma traição ao pensamento dos autores.²⁵²

Em sua lógica hostil à civilização, tida como corruptora, Rousseau é o criador do totalitarismo cultural. A *Lettre a d’Alembert sur les spectacles* prefigura o *jdano-vismo* “realista-socialista” do tempo de Stalin e as obras “revolucionárias” da Ópera de Pequim do tempo em que a esposa de Mao Tsé-tung a dirigia. Para Rousseau, assim como para as autoridades eclesiásticas mais severas dos séculos XVII e XVIII, o teatro é uma fonte de degradação dos costumes. Representando as paixões, ele incita ao vício e ao estimular a controvérsia ele conduz à indisciplina. As únicas representações apreciadas por ele são as peças educativas, essas pequenas comédias edificantes, improvisadas nos cantões suíços, por exemplo, nas noites após a vindima. Se Jean-Jacques tivesse aplicado a ele mesmo a estética de Rousseau, ele não teria se permitido escrever as *Confessions* e teria assim privado a literatura francesa de uma obra de arte.

Quanto às instituições políticas, *O Contrato Social* garante a democracia exatamente da mesma maneira que a constituição stalinista de 1937 na União Soviética-

252 É o caso de dois artigos publicados no mesmo dia, 8 de dezembro de 1999: um no jornal *Le Monde*, escrito por Charles Pasqua, presidente do movimento União pela França (direita gaullista) e intitulado “A globalização não é inevitável”; o outro, de Alain Krivine e Pierre Rousset, ambos membros da Liga Comunista Revolucionária, intitulado “Um esforço a mais, camaradas!”, publicado no jornal *Libération*. Esses dois “livres testemunhos” são extraordinariamente intercambiáveis.

ca. Partindo do princípio que a autoridade de seu Estado emana da “vontade coletiva” de “todo o povo”, nossos dois juristas estipulam que nenhuma outra manifestação de liberdade individual deva ser tolerada a partir do ato constitucional fundador. É no *Contrato Social* que se exprime, precocemente, a teoria do “centralismo democrático” ou da “ditadura do proletariado” (em outro vocabulário, bem-entendido). De resto, existe um sintoma inconfundível: Rousseau sempre exalta Esparta em detrimento de Atenas. No século XVIII, até Maurice Barrès, isso era praticamente um código, um sinal de alinhamento dos adversários do pluralismo e da liberdade. Benjamin Constant destaca essa preferência pelo eterno conceito de reeducação espartana, manifestado tanto pelo temível Abade de Mably, um dos mais inflexíveis precursores do pensamento totalitário, quanto pelo bem-intencionado Jean-Jacques:

Esparta, que aliava práticas republicanas à mesma dominação dos indivíduos, despertava um entusiasmo ainda maior no espírito desse filósofo. Esse imenso convento lhe parecia o exemplo ideal da perfeita república. Ele sentia um profundo desprezo por Atenas e teria dito, a propósito desse Estado, o primeiro da Grécia, o que um grande acadêmico dizia da Academia Francesa: “Que despotismo espantoso! Cada um faz o que quer.”

Como observa ironicamente Bertrand de Jouvenel, Rousseau é louvado, há dois séculos, como precursor de idéias completamente opostas às suas, verdadeiramente. Ele preferia “o campo à cidade, a agricultura ao comércio, a simplicidade ao luxo, a estabilidade dos costumes às novidades, a igualdade dos cidadãos em uma economia simples à sua desigualdade em uma economia complexa e... acima de tudo, o tradicionalismo ao progresso”. Mas nesse sentido, ao contrário do que diz a tradição, não foi o pai intelectual da democracia liberal, e sim o perfeito fundador da esquerda totalitária.

Seguindo o exemplo de Jean-Jacques Rousseau, Friedrich Engels, em sua célebre obra *Situação das classes laboriosas na Inglaterra*, publicada em 1845, descreve a industrialização e a urbanização, antes de tudo, como fatores de destruição dos valores morais tradicionais, principalmente os familiares. Nas novas cidades industriais, as mulheres, diz ele, são levadas a trabalhar fora de casa. Elas não podem portanto desempenhar o papel que a natureza lhes reservou: “cuidar dos filhos, arrumar a casa e preparar a comida”. Pior: se o marido está desempregado,

é ele quem tem que fazer tudo isso. Que horror! “Somente na cidade de Manchester, centenas de homens estão assim condenados ao trabalho de casa. É fácil compreender a justa indignação dos operários transformados em eunucos. As relações familiares estão invertidas.”²⁵³ O marido está privado de sua virilidade, enquanto a esposa, sozinha na grande cidade, está exposta a todo tipo de tentação. O leitor há de convir que o sermão do reverendo Engels não trata exatamente de uma proposta de liberação da mulher.

De fato, as sociedades criadas pelo “socialismo real” foram das mais arcaicas que a humanidade já conheceu há milênios. Esse “retorno a Esparta” caracteriza, aliás, todas as utopias. As sociedades socialistas são oligárquicas. A minoria governante determina a cada indivíduo seu papel no sistema produtivo e seu local de residência, já que não se pode viajar livremente, mesmo no próprio país, sem autorização, materializada sob a forma do “passaporte interno”. A doutrina oficial deve penetrar em todas as mentes e constituir seu único alimento intelectual. A arte propriamente dita só existe para fins edificantes e deve limitar-se a exaltar, com a mais hilariante imbecilidade, uma sociedade que nada em felicidade socialista, e a refletir o êxtase do reconhecimento admirado do povo pelo supremo tirano. A população é, logicamente, impedida de qualquer contato com o estrangeiro, seja para fins de informação ou culturais; esse isolamento é o sonho de protecionismo cultural de certos intelectuais e artistas franceses sempre que eles se sentem ameaçados pelo perigo da globalização cultural. Eles denunciam nesta um risco de uniformização da cultura. Como se a uniformidade cultural não fosse, ao contrário e de modo evidente, a marca registrada das sociedades fechadas, no sentido dado a esse adjetivo por Karl Popper e Henry Bergson! E como se a diversidade não fosse, ao longo de toda a História, o fruto natural da multiplicação dos intercâmbios culturais! É nas sociedades do socialismo real que os campos de reeducação têm por finalidade trazer de volta para o bom caminho do “pensamento unificado” todos os cidadãos que ousam cultivar qualquer divergência. Esse processo de reeducação tem, além disso, a vantagem de fornecer mão-de-obra a custos insignificantes. Ainda no ano 2000, mais de um terço da mão-de-obra chinesa era constituída por escravos. Não é de surpreender que os produtos que eles fabricavam de modo quase gratuito chegassem aos mercados internacionais por preços “imbatíveis”. Que não venham dizer que isso é culpa do liberalismo: o liberalismo pressupõe a democracia, com as suas respectivas leis sociais.

253 Capítulo VII.

Parece incrível que, ainda hoje, tantas pessoas tenham nostalgia desse tipo de sociedade, seja por inteiro ou em “pedaços separados”. Mas é isso mesmo. A longa tradição, estabelecida por 2.500 anos, em obras de utopistas, surpreendentemente semelhantes até nos mínimos detalhes, em suas receitas para a construção do Estado ideal, atesta uma verdade: a tentação totalitária, sob a máscara do demônio do Bem, é uma constante no espírito humano. Ela sempre aí estará presente, em permanente conflito com seu desejo de liberdade.

Composição e diagramação	<i>SoftImage Assessoria Empresarial Ltda.</i>
Quantidade de páginas	<i>288</i>
Formato	<i>16 x 23cm</i>
Mancha	<i>29 x 45 paucas</i>
Tipologia	<i>Identity SSi</i>
Papel de miolo	<i>Offset 75g</i>
Papel de capa	<i>Offset 240g (plastificada)</i>
Impressão e acabamento	<i>Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda.</i>
Fotolito de miolo	<i>Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda.</i>
Fotolito de capa	<i>Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda.</i>
Tiragem	<i>3.000 exemplares</i>
Término da obra	<i>Julho de 2002</i>



SoftImage

Assessoria Empresarial

Composição e diagramação
SoftImage Assessoria Empresarial Ltda.
Tel.: 0 XX 21 2572-3111